

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – PPGCC  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUDINAURA REGINA SOUZA DOS SANTOS

FENÔMENO CORRUPÇÃO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO:  
uma discussão associada à estrutura Ator-Rede

JOÃO PESSOA – PB

2025

LUDINAURA REGINA SOUZA DOS SANTOS

FENÔMENO CORRUPÇÃO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO:  
uma discussão associada à estrutura Ator-Rede

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba como requisito à obtenção do título de Doutora em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Informação Contábil.

Linha de pesquisa: Informação Contábil para o Setor Público

Orientadora: Profa. Dra. Rossana Guerra de Sousa.

JOÃO PESSOA – PB

2025

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237f Santos, Ludinaura Regina Souza dos.

Fenômeno corrupção no setor público brasileiro contemporâneo : uma discussão associada à estrutura Ator-Rede / Ludinaura Regina Souza dos Santos. - João Pessoa, 2025.

191 f. : il.

Orientação: Rossana Guerra de Sousa.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Corrupção. 2. Abordagem contrato social. 3. Setor público brasileiro. 4. Teoria da Agência. 5. Teoria Ator-Rede. I. Sousa, Rossana Guerra de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 32.019.5(043)

LUDINAURA REGINA SOUZA DOS SANTOS

FENÔMENO CORRUPÇÃO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

CONTEMPORÂNEO: uma discussão associada à estrutura Ator-Rede


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba como requisito à obtenção do título de Doutora em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Informação Contábil.  
Linha de pesquisa: Informação Contábil para o Setor Público

João Pessoa, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025.

Resultado: Aprovada


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 ROSSANA GUERRA DE SOUSA  
Data: 19/10/2025 16:34:19-0300  
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Profª. Dra. Rossana Guerra de Sousa  
Presidente da Banca Examinadora (PPGCC/UFPB)

Documento assinado digitalmente  
 ELISABETH DE OLIVEIRA VENDRAMIN  
Data: 20/10/2025 17:00:46-0300  
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Profª. Dra. Elisabeth de Oliveira Vendramin  
Membro Externo (UFMS)

Documento assinado digitalmente  
 FERNANDA FILGUEIRAS SAUERBRONN  
Data: 20/10/2025 18:56:14-0300  
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Profª. Dra. Fernanda Filgueiras Sauerbronn  
Membro Externo (UFRJ)

Documento assinado digitalmente  
 SUYLAN DE ALMEIDA MIDLEJ E SILVA  
Data: 20/10/2025 14:50:00-0300  
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Profª. Dra. Suylan de Midlej e Silva  
Membro Externo (UnB)

Profª. Dra. Viviane da Costa Freitag  
Membro Interno (PPGCC/UFPB)

À mãinha Felina (*in memoriam*), minha base, e  
ao meu irmão André (*in memoriam*), minha  
inspiração: dedico a vocês esta tese, fruto de  
muito trabalho, esforço e dedicação!

Amo vocês eternamente e com todo o meu  
coração!

## AGRADECIMENTOS

O caminho que fiz ao longo do Doutorado não foi trilhado sozinho. Embora em alguns momentos a *solitude* tenha sido imprescindível para a organização das ideias e para a concretização da escrita, os resultados só foram alcançados porque houve apoio, suporte e acalanto vindos de várias direções.

Primeiramente eu agradeço a **Deus**, por ter me conduzido e propiciado todas as condições que me permitiram ser uma Doutoranda do PPGCC/UFPB e chegar até aqui. Uma bênção pela qual dou graças a Deus!

Do fundo do meu coração, agradeço ao meu núcleo familiar, **meu marido Fábio, meu filho Marko e o gato Zebrinha**. **Fábio**, você foi um companheiro que esteve comigo presencial e virtualmente, entendeu as minhas ausências e me acalantou todas as vezes que tive necessidade. **Marko**, meu único e amado filho, que me deu força e habitualmente me incentivou a seguir! Não posso esquecer do **gato Zebrinha**, minha companhia animal nos estudos noturnos. O amor de vocês foi parte essencial deste processo!

Sou grata também a minha família originária: meu pai, Francisco que me estimulou; minha mãe, Felina (*in memoriam*); e meu irmão André (*in memoriam*). Como **filha de uma professora de inglês**, cresci ciente do valor da educação para a formação da sociedade. Logo concluir o Doutorado é um projeto de vida realizado, que diz respeito às minhas origens e a minha ancestralidade. E quanto ao meu irmão **André**, o primeiro Doutor da nossa família, foi e continuará sendo uma inspiração para mim!

E como parte deste processo, sempre disse a minha **Orientadora e Professora Dra. Rossana Guerra** sobre a satisfação e felicidade que é poder tê-la me guiando neste caminho, sabendo lidar com minhas ansiedades e angústias com o resultado. Sua disponibilidade, atenção e zelo foram sem medida para construirmos esta tese. **Não teria conseguido sem você, Rossana! MUITÍSSIMO obrigada!**

Minha profunda gratidão às Professoras membros da Banca Profa. Dra. **Elisabeth de Oliveira Vendramin**; Profa. Dra. **Fernanda Filgueiras Sauerbronn**; Profa. Dra. **Suylan de Almeida Midlej e Silva** e Profa. Dra. **Viviane da Costa Freitag**. As contribuições ofertadas ao longo das disciplinas cursadas e/ ou encontros realizados, bem como na qualificação da tese, com certeza foram diferenciais para a pesquisa realizada!

Agradeço imensamente à Coordenação do PPGCC/ UFPB, nas pessoas do Prof. Dr. **Wenner Gláucio Lopes Lucena** e do Prof. Dr. **Dimas Barreto de Queiroz**, por todo o apoio ao longo do percurso. Registro ainda o agradecimento ao Prof. Dr. **Paulo Amilton Maia Leite**

**Filho**, ao Prof. Dr. **Josedilton Alvez Diniz**, à Profa. Dra. **Márcia Reis Machado**, ao Prof. Dr. **Márcio André Veras Machado** e ao Prof. Dr. **Aldo Callado** por todas as trocas e saberes que agregaram a minha trajetória. Muito obrigada também pelo apoio da equipe da Secretaria, **Wilma Galdino da Silva** e **Cecília Montenegro de Menezes**, sempre dispostas a ajudar.

Externo ainda a minha sincera gratidão às amigas que me acompanharam desde o início, Profa. Dra. **Adriana Fernandes de Vasconcelos**, Profa. Dra. **Kalina Miranda** e Profa. Dra. **Caritsa Scartaty**, vocês estiveram comigo, dando-me suporte e incentivo todas as vezes em que lhes procurei. Também destaco **Edson Ferreira**, **Kaline Di Pace**, **Leandro Santos** e **Pedro Bezerra** companheiros com os quais troquei experiências revigorantes ao longo desta jornada. E quanto aos colegas da turma de Doutorado 2022.1, ressalto que aprendi muito com a convivência junto a todos vocês!

Registro oportunamente o meu agradecimento à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, nas pessoas de Dr. **Adriano Augusto de Sousa** e de Dr. **Marcus Vinicius de Azevedo Braga** que, como Chefes, deram-me o apoio tão essencial para eu cursar o Doutorado!

Um agradecimento especial ao meu compadre **Aristóteles Falcão da Silva**, *designer* que confeccionou imagens essenciais para esta tese!

Por fim, a todos diretamente mencionados e aos que de alguma forma contribuíram ao longo deste processo, minha eterna gratidão!

*“O pensamento crítico promove o entusiasmo  
pelo aprendizado vitalício”*

bell hooks

*“Ainda que eu falasse a língua dos homens e  
falasse a língua dos anjos, sem amor eu nada  
seria.”*

(1 Coríntios 13:1; Legião Urbana – Monte  
Castelo)



## RESUMO

Esta tese tem por objetivo geral discutir o fenômeno corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo amparado na estrutura analítica Ator-Rede, controvertendo a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social. O enquadramento epistemológico deste estudo é realismo pragmático, sob as lentes da Teoria da Agência, da Abordagem do Contrato Social, adotando visão onto-epistêmica amparada na Teoria Ator-Rede, na perspectiva crítica e interdisciplinar. Quanto à caracterização da pesquisa, a abordagem é qualitativa e documental, embasada em dados coletados no campo científico, político e técnico-legal, com estratégia da pesquisa histórica. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu mediante análise de sete casos do fenômeno corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo, a partir do qual foi definido o caso paradigma, mapeado por meio da aplicação do método cartografia das controvérsias. A análise de dados foi indutiva, considerando categorias criadas a partir da Teoria da Agência, a Abordagem do Contrato Social, bem como da Teoria Ator-Rede. Os resultados voltados para discussão constatarem a relevância de atores não-humanos; a lacuna na aproximação com outras áreas do conhecimento; limitação de associações pelo *Framework* global relativa aos elementos de constituição; visão antropocêntrica e limitante no enfrentamento para entender o social e as suas associações compostas por atores humanos e não-humanos; não evidencição do enfrentamento que agregue a entrega de serviços públicos que corroborou para não observação da heterogeneidade na Operação Lava Jato - Petrobras; a ausência do debate em torno de fortalecimento de instituições e políticas públicas com impactos na identificação e tratamento das causas raízes da corrupção; ausência de contrato social firmado contribuindo para que o agente não considere a corrupção como problema de ação coletiva; formação do social homogênea e focada apenas no antropocentrismo, indicando que as formas e elementos pautados não tem sido capazes de inibir a recorrência do fenômeno corrupção. Quanto às implicações da tese, no aspecto epistemológico, possibilitou estudo e a proposição de estrutura analítica de acordo com a ontologia da Teoria Ator-Rede. Sobre as implicações teóricas, o caráter interdisciplinar permitiu aproximação entre a Ciência Política e a contabilidade, mediante a utilização da Abordagem do Contrato Social. Referindo-se às implicações metodológicas possibilitou aplicação do método cartografia das controvérsias na segunda fase da pesquisa com destaque para linguagem gráfica adotada que possibilitou visualização das categorias estabelecidas, corroborando no sentido sócio técnico e para explicitar conexões baseadas Teoria Ator-Rede na técnica Tabela do Cosmos. Em termos de implicações práticas, pode agregar na reflexão e redirecionar políticas públicas para elementos

constitutivos/ de operação e de enfrentamento ao fenômeno corrupção, trazendo contextos sociais e políticas públicas, por meio da entrega de serviços públicos, constituindo-se diferencial, principalmente ao considerar a corrupção como problema de ação coletiva e controvérsia, incluindo atores humanos, não humanos em ambiente digital, e com a presença marcante de narrativas, corroborando no sentido de se manter registros e construções ao longo da história sob perspectivas diversas. Após as implicações trazidas, é possível constatar que a pesquisa realizada sustentou a declaração proposta por esta tese.

**Palavras-Chave:** abordagem do contrato social; cartografia das controvérsias; corrupção; pesquisa crítica; teoria ator-rede.

## **ABSTRACT**

The general objective of this thesis is to discuss corruption in the context of the contemporary Brazilian public sector, supported by the Actor-Network analytical framework, challenging Agency Theory and the Social Contract Approach. The epistemological framework of this study is pragmatic realism, through the lenses of Agency Theory and the Social Contract Approach, adopting an expanded onto-epistemic vision of Actor-Network Theory, from a critical and interdisciplinary perspective. The research design is qualitative and documentary, based on data from the scientific, political, and technical-legal fields, with a historical research strategy. The research developed through the analysis of seven cases of corruption in the context of the contemporary Brazilian public sector, from which the paradigm case was defined and mapped through the application of the Controversy Cartography Method. Data analysis was inductive, considering categories created from Agency Theory, the Social Contract Approach, and Actor-Network Theory. The specific results for discussion identified the relevance of non-human actors; a gap in the approach to other areas of knowledge; limited associations within the global framework regarding the constituent elements; an anthropocentric and limiting perspective in the approach to understanding the social and its associations composed of human and non-human actors; a lack of evidence of the approach that agreed with the delivery of public services, which contributed to the lack of observation of heterogeneity in Operation Car Wash - Petrobras; a lack of debate around strengthening institutions and public policies with impacts on identifying and addressing the root causes of corruption; a lack of a signed social contract that prevents agents from considering corruption as a collective action problem; and the formation of the social focused solely on anthropocentrism, highlighting that the established forms and elements have not been able to inhibit the recurrence of corruption. Regarding the implications of the thesis, from an epistemological perspective, it was possible to study and propose an analytical structure according to the ontology of Actor-Network Theory. Regarding the theoretical implications, the restricted interdisciplinary nature of Political Science and Accounting, through the use of the Social Contract Approach, enabled the application of the Controversy Cartography Method in the second phase of the research, highlighting the imposed graphic language that enabled the visualization of conditional categories, corroborating the socio-technical sense and explaining connections based on Actor-Network Theory in the Cosmos Table technique. In terms of practical implications, it can contribute to reflection and redirect policies toward constitutive/operational elements and combating corruption, bringing together social contexts and public policies through the delivery of public services. This

constitutes, especially when considering corruption as a controversial collective action problem, including human and non-human actors in a digital environment, and with the striking difference of narratives, corroborating the sense of maintaining records and constructions throughout history from diverse perspectives. After the implications raised, it is possible to conclude that the research carried out supported the statement of proposal for this thesis.

**Key-Words:** actor-network theory; cartography of controversies; corruption; critical research; social contract approach.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Filosofia e abordagens para o desenvolvimento do estudo.....	23
Imagem 2– Síntese da estrutura conceitual da tese.....	29
Imagem 3 – Relação principal-agente no setor público.....	37
Imagem 4 – Primeira fase da pesquisa – Coleta e tratamento dos dados.....	54
Imagem 5 – Técnicas empregadas na cartografia das controvérsias.....	58
Imagem 6 – Linha do tempo – Casos de corrupção com base na literatura científica.....	61
Imagem 7– Cartografia das controvérsias – Caso Paradigma – Operação “Lava Jato - Petrobras”.....	86
Imagem 8 – Notícias – Operação Lava Jato – 2014 – Fases 01 a 06.....	91
Imagem 9 – Operação “Lava Jato – Petrobras” – Fase 01 a 06 – Timeline.....	92
Imagem 10 – Árvore das discordâncias – Operação Lava Jato – Petrobras.....	125
Imagem 11 – Árvore das discordâncias – Teoria da Agência – Elementos constitutivos/ de operação.....	126
Imagem 12 – Árvore das discordâncias – Teoria da Agência – Elementos de enfrentamento .....	127
Imagem 13 – Árvore das discordâncias – Abordagem do Contrato Social – Elementos constitutivos/ de operação .....	128
Imagem 14 – Árvore das discordâncias – Abordagem do Contrato Social – Elementos de enfrentamento .....	129
Imagem 15 – Elementos da Teoria Ator-Rede.....	129
Imagem 16 – Escala da controvérsia –Elementos constitutivos/ de operação e Elementos de enfrentamento.....	131
Imagem 17 – Escala da controvérsia –Elementos constitutivos/ de operação – Teoria da Agência .....	131
Imagem 18 – Escala da controvérsia –Elementos constitutivos/ de operação – Abordagem do Contrato Social.....	132
Imagem 19 – Escala da controvérsia –Elementos de enfrentamento – Teoria da Agência...	132
Imagem 20 – Escala da controvérsia –Elementos de enfrentamento – Abordagem do Contrato Social.....	133
Imagem 21 – Diagrama Ator-Rede.....	134

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teoria da agência – Pontos-chave.....	35
Quadro 2 - Políticas Públicas – Abordagem do Contrato Social.....	40
Quadro 3 – Características Qualitativas da pesquisa.....	51
Quadro 4 – Fenômeno corrupção - Casos identificados.....	55
Quadro 5 – Publicações - Cartografia das controvérsias.....	57
Quadro 6 – Teoria da Agência - Síntese de achados nos artigos analisados.....	78
Quadro 7 – TAR - Síntese de achados nos artigos analisados.....	80
Quadro 8 – Estrutura analítica amparada na TAR – Situação exemplificativa.....	81
Quadro 9 - Linha do Tempo - Principais Fases da Operação Lava Jato.....	85
Quadro 10 – Artigos científicos – Operação Lava Jato – Petrobras – 2015 a 2025 (março).....	89
Quadro 11 – Repositório - Campo técnico-legal.....	90
Quadro 12 – Codificação por Grupo de Códigos.....	102
Quadro 13 - Matriz – Tratamento de riscos ao desenvolvimento do estudo.....	145
Quadro 14 – Declaração da tese – Sustentação.....	150

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

IA - Inteligência Artificial

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

TAR - Teoria Ator-Rede

TCU - Tribunal de Contas da União

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 (Tabela do Cosmos) Estrutura Analítica - Elementos não-controversos.....	136
Tabela 2 (Tabela do Cosmos) - Estrutura Analítica – Elementos controversos – Elementos constitutivos e de operação.....	138
Tabela 3 (Tabela do Cosmos) – Estrutura Analítica – Elementos controversos – Elementos de enfrentamento.....	142
Tabela 4 (Tabela do Cosmos) – Estrutura Analítica – Elementos da Teoria Ator-Rede.....	144



## DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A partir do modelo sugerido por Sampaio *et al.* (2024), é apresentada a seguir a Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa:

*Esta tese foi inteiramente elaborada pela autora, mas contou com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial generativa. SciSpace e Semantic Scholar (versões não claras, acesso em março e abril de 2025) foram usados como ferramentas de busca semântica baseada em inteligência artificial para encontrar artigos científicos de bases de periódicos e afins. Google Gemini (Versão 2.5 Flash) foi usada como subsídio adicional a análise da autora para se visualizar a linha do tempo para todas as fases do caso paradigma estudado. Após o uso dessas ferramentas, a autora revisitou e editou o conteúdo em conformidade com o método científico e assume total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.*

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>1.1</b>	<b>Contextualização e objetivos .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2</b>	<b>Justificativas e Contribuições .....</b>	<b>21</b>
<b>1.3</b>	<b>Estrutura da tese.....</b>	<b>23</b>
<b>1.4</b>	<b>Enquadramento epistemológico, Delimitação e Pesquisa crítica .....</b>	<b>23</b>
<b>1.5</b>	<b>Limitações do estudo .....</b>	<b>26</b>
<b>1.6</b>	<b>Proposta de desenho, Pressupostos e Declaração da tese .....</b>	<b>28</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>32</b>
<b>2.1</b>	<b>Fenômeno corrupção a partir da Teoria da Agência .....</b>	<b>32</b>
<b>2.2</b>	<b>Fenômeno corrupção a partir da Abordagem do Contrato Social .....</b>	<b>38</b>
<b>2.3</b>	<b>Fenômeno corrupção como um problema de ação coletiva e uma controvérsia ....</b>	<b>41</b>
<b>2.4</b>	<b>Fenômeno corrupção e sua associação à Teoria Ator-Rede .....</b>	<b>43</b>
	<i>2.4.1 Visão Geral da TAR.....</i>	<i>44</i>
	<i>2.4.2 Proposição de Estrutura analítica amparada na TAR.....</i>	<i>46</i>
	<i>2.4.3 Teoria da Agência na estrutura analítica amparada na TAR.....</i>	<i>47</i>
	<i>2.4.4 Abordagem do Contrato Social na estrutura analítica amparada na TAR.....</i>	<i>48</i>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>51</b>
<b>3.1</b>	<b>Caracterização da pesquisa .....</b>	<b>51</b>
<b>3.2</b>	<b>Análise dos casos de corrupção .....</b>	<b>53</b>
<b>3.3</b>	<b>O método cartografia das controvérsias.....</b>	<b>56</b>
<b>4</b>	<b>FENÔMENO CORRUPÇÃO: casos no contexto do setor público brasileiro contemporâneo.....</b>	<b>61</b>
<b>4.1</b>	<b>Fenômeno corrupção: análise dos casos no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo.....</b>	<b>61</b>
	<i>4.1.1 Mensalão – 2006 .....</i>	<i>62</i>
	<i>4.1.2 Operação Sanguessugas Orçamentários - 2006 .....</i>	<i>64</i>
	<i>4.1.3 Operação Lava Jato – 2014 .....</i>	<i>65</i>
	<i>4.1.4 Operação Zelotes - 2015 .....</i>	<i>72</i>
	<i>4.1.5 Caso EMBRAER e Operação Greenfield – 2016 .....</i>	<i>73</i>
	<i>4.1.6 Carne Fraca – 2017 .....</i>	<i>75</i>
<b>5</b>	<b>MAPEAMENTO DO CASO PARADIGMA .....</b>	<b>84</b>
<b>5.1</b>	<b>Contexto.....</b>	<b>84</b>
<b>5.2</b>	<b>Aplicação do método cartografia das controvérsias.....</b>	<b>86</b>
	<i>5.2.1 Glossário de elementos não-controversos.....</i>	<i>87</i>
	<i>5.2.2 Repositório da documentação .....</i>	<i>90</i>
	<i>5.2.3 Cronologia da disputa - timeline.....</i>	<i>92</i>

5.2.4Análise da literatura científica .....	94
5.2.5Revisão da opinião da mídia e da opinião pública .....	101
5.2.6Árvore das discordâncias .....	125
5.2.7Escala das controvérsias .....	130
5.2.8Diagrama de Ator-Rede .....	133
5.2.9 Tabela do Cosmos.....	135
5.2.10 Riscos tratados ao longo do estudo.....	145
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
<b>6.1 Implicações da tese .....</b>	<b>147</b>
<b>6.2 Recomendações para estudos futuros .....</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>153</b>
<b>Apêndice A – Matriz ferramenta x fonte x categorias .....</b>	<b>163</b>
<b>Apêndice B – Notícias – Campo Político .....</b>	<b>164</b>
<b>Apêndice C – Livro de Codificação – <i>Code Book</i> .....</b>	<b>183</b>
<b>Apêndice C – Livro de Codificação – <i>Code Book</i> .....</b>	<b>185</b>
<b>Apêndice C – Livro de Codificação – <i>Code Book</i> .....</b>	<b>186</b>
<b>Apêndice C – Livro de Codificação – <i>Code Book</i> .....</b>	<b>187</b>
<b>Apêndice C – Livro de Codificação – <i>Code Book</i> .....</b>	<b>188</b>
<b>Apêndice D – Memo, a partir das construções no <i>Software</i> Atlas TI .....</b>	<b>190</b>
<b>Apêndice E – Informação - Relatório da Análise de códigos do <i>Software</i> Atlas TI.....</b>	<b>191</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo de introdução abordará a contextualização e objetivos da tese; justificativa e contribuições; a estrutura da tese, seu enquadramento epistemológico, delimitação e pesquisa crítica; as limitações do estudo; bem como a proposta de desenho, pressupostos e declaração da Tese.

### 1.1 Contextualização e objetivos

A corrupção e suas muitas formas é um dos problemas sociais mais sérios enfrentados, com maior ou menor prevalência dependendo da realidade e contexto dos países, possuindo elementos e tipologias próprias com alcance na esfera privada e pública, negativamente impactando na entrega de serviços públicos e, por conseguinte na vida em coletividade (Klitigaard, 2006; Rothstein, 2021).

Dada a sua abrangência, complexidade e consequências, a partir da década de 90, registra-se maior debate relacionado à temática corrupção, sendo objeto de estudo de áreas como ciência política, antropologia, sociologia, história, estudos organizacionais, ética empresarial, psicologia e filosofia economia e contabilidade (Breit *et al.*, 2015; Everett *et al.*, 2007; Klitigaard, 2006; Rothstein, 2021).

Dessa forma, constata-se o caráter multifacetado que envolve essa discussão conduzindo a necessidade de uma circunscrição inicialmente quanto ao seu entendimento, dado que a corrupção é um dos tipos de fraude, em que o interesse próprio é promovido além do interesse coletivo, público e social, envolvendo a quebra de regras ou poderes oficiais mediante a influência de propinas ou preferências pessoais tendo incidência relevante em todos os continentes (ACFE, 2024; Rothstein, 2021; Singleton; Singleton, 2010).

Quanto ao conceito de fraude, tomado a partir dos elementos estudados por Cressey (1953), como pressão, situação não compartilhável; a oportunidade, relacionada à percepção do momento em que o problema não compartilhável pode ser resolvido pela violação de confiança; e a racionalização, definição da situação em que o fraudador valida o seu comportamento como justificável, não-criminoso na sua totalidade e nem tampouco de sua total responsabilidade. Adotando esses elementos, observa-se que a atuação do agente é um elemento essencial e tem pautado programas e ações para prevenir e combater a corrupção (Garcia; Teodósio, 2020; Rothstein, 2021).

Nesse direcionamento de prevenir e combater a corrupção, nas suas mais diversas formas, esforços têm sido empreendidos por organismos e instituições internacionais, como a

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e o Banco Mundial, por meio de práticas de boa governança, pautadas no arcabouço teórico sintetizado pela Teoria da Agência (Agente-Principal) (Garcia; Teodósio, 2020; Rothstein, 2021).

No que tange à Teoria da Agência, primeiramente apresentada por Stephen Ross (1972) e referenciado por Jensen e Meckling (1976), baseia-se na separação entre controle e gestão, e busca elucidar a relação entre o principal e o agente, tratando da relação contratual (ou de agência) em uma firma, em que o principal delega poder para que o agente tome decisão, assumindo que esse agente agirá de acordo com o que for mais interessante para o principal (Jensen; Meckling, 1976).

No que se refere ao combate à corrupção, cabe mencionar que a Teoria Econômica da Agência segue como a adotada no Setor Público Brasileiro contemporâneo, como parte de um *Framework* Global (BRASIL, 2014; WORLD BANK, 2019). Assim, observa-se o foco reduzido e direcionado para conter o comportamento do agente.

Ocorre que, apesar dos esforços pautados em ações baseadas na Teoria Agente-Principal focados para conter o comportamento do agente, desde os anos 90 do século XX, e que vem sendo empreendidos por organismos e instituições, a exemplo do Banco Mundial, a corrupção segue com destaque em vários contextos, dentre os quais o do Setor Público Brasileiro contemporâneo, apresentando-se como a visão predominante para se discutir a corrupção. (Garcia; Teodósio, 2020).

Nesse sentido, tem-se a oportunidade para discutir a temática da corrupção sob enfoques e visões diferentes propostas no século XXI, e não tão-somente pela lente da Teoria do Agente-Principal que vem sendo recomendada e adotada desde a última década do século XX. Logo, para este estudo, é trazida a Abordagem do Contrato Social, vinda da ciência política, focada em aspectos sociais em que há um contrato entre agentes, sociedade e cidadãos para entrega de serviços públicos que atendam suas necessidades (Rothstein, 2021).

A Abordagem do Contrato Social, por sua vez, engloba ainda a história e cultura local, destacando que a abordagem para controle da corrupção seria uma via estratégia indireta, mediante a concretização de políticas públicas e do fortalecimento das estruturas do estado, não estando reduzida apenas ao controle do comportamento do agente, no que se refere ao fenômeno corrupção (Rothstein, 2021).

Em adição, no século XXI, é relevante debater o fenômeno corrupção considerando suas características relacionadas a um problema de ação coletiva, onde políticas e a cooperação entre agentes institucionais são instrumentos para novas regras do jogo social (Persson *et al.*, 2015;

Rothstein, 2018); bem como uma controvérsia, uma situação complexa, objeto da vida coletiva e de debates públicos (Venturini, 2010).

E quanto aos debates públicos, ocorrem em um ambiente de rede, inclusive digital, contando com a presença de atores que nem sempre são só humanos, os atores não-humanos, como tecnologia, dispositivos infocomunicacionais, normativos, cultura, dentre outros, como considerado pela Teoria Ator-Rede (Castañeda, 2022; Latour, 2012). Esses atores, por sua vez, associam-se e conectam-se, conduzindo a formas de pensar o social, e consequentemente os seus respectivos fenômenos, diante da realidade que envolve temas controversos e incertos, a exemplo do fenômeno corrupção.

Dessa forma, a discussão do fenômeno corrupção, além de ser a partir da Teoria da Agência e Abordagem do Contrato Social, pode estar amparada em uma estrutura que contenha elementos da TAR, ampliando a perspectiva econômica e antropocêntrica, visto que atores não-humanos, a exemplo do ambiente digital, políticas, cultura e normativos, contribuem para a construção de um novo social dinâmico e heterogêneo em que são identificadas diversas associações (Castañeda, 2015; Latour, 2012; Lemos, 2022).

Nesse sentido, entendendo que essas associações e conexões não são fixas, mas dinâmicas e instáveis, as verdades em termos de debate e epistemologias não são únicas, mas podem ser apresentadas de várias formas e modos e até mesmo narrativas (Lemos, 2022).

Logo, é possível mencionar que uma das lentes epistemológicas pelas quais o fenômeno corrupção pode ser estudado é a perspectiva crítica, com enfoque nas práxis sociais e por intermédio da interdisciplinaridade, considerando epistemologias de natureza diversas e inclusive com a adoção de estratégia de pesquisa qualitativa, podendo possuir fontes de dados variadas (Gendron, 2018; Roslender; Dillard, 2003).

Nessa linha, merece destaque a relevância da interdisciplinaridade oportunizada também pela pesquisa crítica, visto que interações e engajamentos podem ser observados em um espaço em que as disciplinas se conectam para tratar da mesma temática (Latour, 2000; Teixeira, 2001). Para esta pesquisa, destaca-se a presença do caráter interdisciplinar, em que há a aproximação da contabilidade e da ciência política para discutir o fenômeno corrupção a partir da Teoria da Agência, de origem econômica, e a Abordagem do Contrato Social, da ciência política e com um olhar social, amparada uma estrutura sociológica que conta com elementos da Teoria Ator-Rede.

Por conseguinte, após efetuar as devidas exposições teóricas e epistemológicas iniciais, apresenta-se como objetivo geral desta tese discutir o fenômeno corrupção no contexto do Setor

Público Brasileiro contemporâneo amparado na estrutura analítica Ator-Rede, controvertendo a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social.

Para o desenvolvimento desse objetivo geral, foram estabelecidos quatro objetivos específicos: propor uma estrutura para analisar o fenômeno corrupção amparada na Teoria Ator-Rede; analisar casos relacionados ao fenômeno corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo; definir um caso paradigma, relacionado ao fenômeno corrupção, a partir desses casos analisados; e mapear o caso paradigma definido.

É cabível ainda registrar que os achados a serem identificados na presente pesquisa, no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo, podem vir a somar a discussão sob as lentes a partir das quais o fenômeno corrupção é debatido, entendendo o social em ambiente dinâmico, heterogêneo.

Ademais, tem-se a oportunidade de fomento para reflexão e debates que esta pesquisa pode oferecer, colaborando para ação, reconstrução e transformação das políticas públicas que tratem da discussão da constituição/ operação e enfrentamento relacionados ao fenômeno corrupção, podendo inclusive balizar ações voltadas ao bem comum e à sociedade, mediante a discussão sob lentes econômicas, políticas e sociais, em uma estrutura amparada em atores e rede.

## **1.2 Justificativas e Contribuições**

No contexto do Setor Público Brasileiro, o século XX e XXI têm sido marcados por diversos escândalos relacionados ao Fenômeno corrupção em que pode ser observado que o comportamento do agente tem sido o principal elemento objeto de combate (Garcia; Teodósio, 2020).

Isso decorre da aplicação da Teoria da Agência ou Teoria do Agente-Principal que vem sendo adotada pelos países, incentivados pelo Banco Mundial, na busca de empreender diversos esforços em termos de iniciativas constituídas para Boa Governança (BRASIL, 2014, 2018, 2020; Rothstein, 2021; WORLD BANK, 2019).

Entretanto, observa-se a lacuna na Teoria de Agência desenvolvida com base no modelo de Jensen e Meckling (1976), considerando o setor público, pois a Teoria da Agência não engloba como as transações são socialmente construídas, não incluindo as implicações derivadas do reconhecimento formal de que estas transações residem dentro de um contexto institucional amplo (Wiseman, Cuevas-Rodríguez e Gomez-Mejia, 2012).

Considerando o caráter interdisciplinar da pesquisa em contabilidade, o estudo de temas com impacto social como a corrupção permite o estabelecimento da ponte com outras áreas, a exemplo da ciência política (Roslender; Dillard, 2003). Assim, justifica-se este estudo diante da lente teórica trazida para o tema, já que a perspectiva relacionada ao Fenômeno corrupção, por meio da Abordagem do Contrato Social, uma teoria advinda da ciência política, configura-se em uma oportunidade para que os resultados da pesquisa também possam confluir na direção de políticas públicas (Rothstein, 2021).

A Abordagem do Contrato Social pode ainda somar à Teoria da Agência, uma vez que a corrupção é estudada sob esse prisma na ciência política e agora na contabilidade, sendo o diferencial deste estudo oportunizar o olhar simultâneo a partir da Teoria da Agência e da Abordagem do Contrato Social, dado que ambas já foram escrutinadas em suas respectivas áreas de prevalência.

No que se refere às contribuições desta tese discutir o Fenômeno corrupção sobre uma lente adicional à Teoria da Agência e por meio da perspectiva da pesquisa crítica conduz a uma discussão além do aspecto monetário, do comportamento do agente e dos critérios legais e normativos, permitindo o entendimento a partir de mais uma abordagem além da teoria vigente, visto que a corrupção não depende de um único aspecto (Breit *et al.*, 2015; Rothstein, 2021).

Busca-se assim contribuir para a discussão de temas atinentes e correlatos à contabilidade, como no caso do fenômeno da corrupção além da abordagem financeira e monetarista, trazendo e debates que considerem elementos da TAR e que, por meio da Abordagem do Contrato Social, possam ser usados para controverter a visão predominante.

Tem-se assim a possibilidade de pesquisa polifônica que inclua uma diversidade de enfoques, inclusive no que se refere ao método, considerando nesse espectro a ação coletiva e a controvérsia que versam sobre o tema (Latour, 2012; Persson *et al.*, 2015; Rothstein, 2018; Venturini, 2010, 2012). Nesse direcionamento, a discussão trazida contribui para a análise do fenômeno corrupção, a partir da estrutura amparada na TAR.

Baseando-se nos argumentos postos, buscar-se-á contribuir para a reflexão voltada às políticas públicas vigentes, relacionadas à discussão da constituição/ operação e enfrentamento relacionados fenômeno corrupção, e quiçá possibilidades que direcionem a adoção de novas medidas, podendo os resultados virem a se configurar em um vetor que pode resultar em novos estudos e pesquisa, colaborando, de alguma forma, para o fomento relacionado à condução da ação, da reconstrução e transformação da sociedade.



### 1.3 Estrutura da tese

Além do capítulo da introdução, esta tese está dividida em mais cinco capítulos. O segundo capítulo expõe o referencial teórico sobre o fenômeno corrupção a partir da Teoria da Agência e da Abordagem do Contrato Social, caracteriza a corrupção como problema de ação coletiva e uma controvérsia, além de debater o fenômeno corrupção e sua associação à TAR.

No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos propostos e adotados para as duas fases da pesquisa, trazidas, respectivamente no quarto capítulo, que analisa casos do fenômeno corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo para se definir o caso paradigma, e no quinto capítulo, que mapeia o caso paradigma definido.

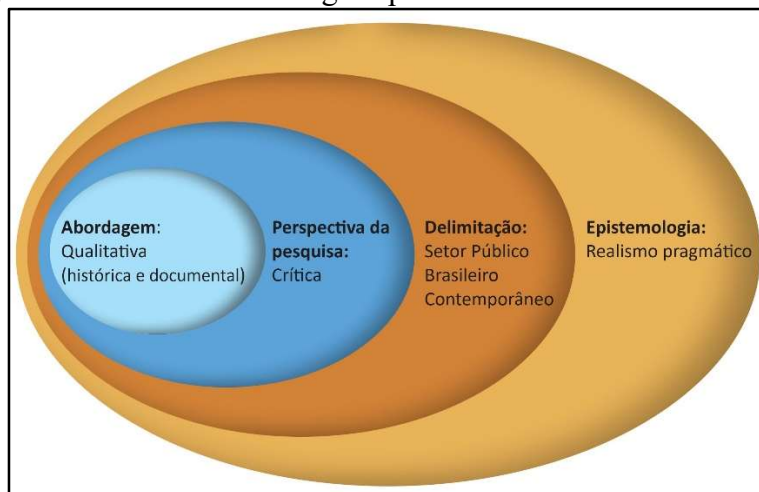
O sexto e último capítulo contém as considerações finais desta tese, trazendo as implicações epistemológicas, teóricas, metodológicas e práticas, bem como elencando recomendações para estudos futuros.

### 1.4 Enquadramento epistemológico, Delimitação e Pesquisa crítica

A filosofia da pesquisa se refere ao sistema de crenças e premissas relacionadas à criação do conhecimento e envolve aspectos ontológicos, relacionados à percepção e o olhar sobre a realidade, epistemológicos, relativos ao conhecimento gerado e axiológicos, abrangendo aspecto éticos e de valores (Saunders *et al.*, 2019).

Considerando a natureza deste estudo, a ilustração 01 destaca, dentre os aspectos da filosofia da pesquisa das abordagens para o desenvolvimento do estudo, bem como a teoria relacionada:

Imagem 1 - Filosofia e abordagens para o desenvolvimento do estudo



Fonte: Adaptado de Latour (2023) e Saunders *et al.*, 2019.

Inicialmente, como ciência social, a pesquisa em contabilidade possui diversas epistemologias, perspectivas e delimitações. Para este estudo, considerando a criticidade e o enfoque realista que a pesquisa se propõe a desenvolver, a **epistemologia** a ser adotada enquadra-se no realismo pragmático, que destaca a necessidade de envolvimento prático com o mundo, onde o conhecimento é gerado por interações que envolvem objetos, conexões dinâmicas em um ambiente de rede com consequências práticas para a realidade (Latour, 2023).

O realismo pragmático argumenta ainda que, para a discussão do mundo social, torna-se imprescindível entender o contexto social formado por agregação de redes que não são estruturas sociais rígidas que originam os fenômenos, mas entidades e atores estão em constante fluxo de interação por meio de linguagem e objetos (Latour, 2023).

Para este estudo, o enquadramento como realismo pragmático é aplicável considerando que se buscará discutir o fenômeno corrupção sob as lentes da Teoria da Agência e da Abordagem do Contrato Social, amparado na estrutura da Teoria Ator-Rede, trazendo elementos amparados nas duas vertentes, como forma de desenvolver observações e análises complementares em relação a essa temática no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo em um social reagregado no contexto de redes.

No que se refere à **delimitação** do estudo, será circunscrita à discussão do fenômeno corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo, entendendo como espaço temporal o período discutido entre os anos de 2001 a 2024, sob as lentes da Teoria da Agência e da Abordagem do Contrato Social.

Quanto à **perspectiva crítica da pesquisa**, possui como ênfase a práxis social, possibilitando entender de onde viemos, como estamos, para onde podemos ir e o que coletivamente podemos nos tornar (Harvey, 2006; Gendron, 2018). Na contabilidade, por sua vez, a necessidade de estudos críticos tem se tornado cada vez mais premente, considerando o objetivo de explicar e criticar as implicações da contabilidade nos conflitos e sistemas de dominação que impedem o pleno desenvolvimento das potencialidades e aspirações humanas (Broadbent, Laughlin, 2013; Gomez-Villegas; Larrinaga, 2022; Smyth; Uddin; Lee, 2022).

A partir dessa reflexão, tem-se a percepção que a contabilidade existe em decorrência de uma dinâmica inserida em um contexto social, em que atores interagem e podem sim funcionar levando a uma realidade socialmente construída que pode ser transformada, inclusive podendo contribuir para a promoção do potencial democrático, conduzindo a perspectivas contextualizadas para a discussão de fenômenos, a exemplo da corrupção (Bryer, 2014; Gallhofer; Haslam, 2019; Morales; Sponem, 2017).

Nessa ótica, é possível identificar uma práxis democrática na pesquisa crítica na seara dos estudos conduzidos na área contábil, ao oportunizar o reconhecimento dos fundamentos ideológicos da contabilidade, a evitação do reducionismo monetário, a abertura ao caráter discutível e subjetivo do cálculo contábil e a facilitação da participação de não especialistas (Brown, 2009; Morales; Sponem, 2017).

Assim, estudos críticos em contabilidade requerem abordagens às vezes inovadoras sobre epistemologias, desenho e metodologia da pesquisa, bem como práxis e assunto pesquisado, englobando uma diversidade de vertentes e trajetórias intelectuais (Andersen; Collins, 2015; Gendron, 2018; Smith *et al.*, 2022).

Quanto ao campo da pesquisa crítica, é concebido como uma arena pluralista, composta de estudos qualitativos e quantitativos, sendo esses últimos uma forma para aprofundar pesquisas críticas qualitativas, as frequentemente realizadas (Everett *et al.*, 2015; Gendron, 2018; Roberts; Wallace, 2015).

Cabe aqui destacar que pesquisa e estudos críticos em contabilidade possuem um caráter interdisciplinar, incluindo disciplinas como psicologia social, comportamento organizacional, teoria da contingência, sociologia funcionalista, filosofia e ciência política, permitindo perspectivas inovadoras (Hoffmann; Brivot, 2023; Roslender; Dillard, 2003).

Ademais, as pesquisas críticas possuem potencial impacto nos contextos políticos, sociais e culturais, entendendo que perspectivas e públicos diferentes podem ser aproximados, conduzindo a formas de relatos, narrativa e comunicações que podem contribuir para transformar o social (Sauerbronn *et al.*, 2023; Beattie, 2014).

E no que se refere à pesquisa crítica, uma das **visões onto-epistêmicas** que pode ser trazida é a de Bruno Latour (Sauerbronn *et al.*, 2023). Latour (2012) usa o termo sócio técnico em que busca a compreensão da produção científica juntamente às construções de associações e da vida coletiva, por meio de redes e mediações mapeadas (Lemos, 2022).

Logo, o campo da pesquisa interdisciplinar que relaciona a ciência, tecnologia e sociedade é pensado, não havendo uma hierarquia, mas uma interação e engajamento, levando a uma ampliação de métodos e problemas, em que uma problematização em comum poderia ser observada em um espaço em que todas as disciplinas pudessem se conectar para tratar da temática (Latour, 2000; Teixeira, 2001).

Nesse sentido, entendendo que essas associações e conexões não são fixas, mas dinâmicas e instáveis, a verdade, inclusive em termos de epistemologia, não é única, mas pode ser apresentada de várias formas e modos (Lemos, 2022).

E nesse cenário a visão da formação do social antropocêntrica é superada, já que atores não humanos, a exemplo do ambiente digital, exercem influência na construção do social, colaborando relevantemente para diversas formas de relações e vivências (Lemos, 2022). Afinal o social é inacabado e composto por traços dos atores que, inseridos nesse contexto, necessitam ser seguidos (Castañeda, 2015; Lemos, 2022).

Ao trazer para o caso desta tese, entendendo que a forma de discutir o fenômeno corrupção não é única e ocorre em um contexto social dinâmico e em transformação, observar-se-á oportunidade para que haja olhar a partir de outra lente teórica, a saber a Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021).

Em adição, há o espaço para se buscar o desenvolvimento do estudo de forma crítica, usando teoria vinda da ciência política para a contabilidade, por meio de uma abordagem qualitativa, documental e histórica, em segundo plano, considerando o aprofundamento que fatos históricos podem oferecer a entender a realidade (Breit *et al.*, 2015; Rothstein, 2021; Sayed, 2020).

Face ao cenário proposto e em consonância com a filosofia e abordagens para o desenvolvimento desta pesquisa, constata-se a pertinência que pode ser trazida pelo estudo na seara da pesquisa contábil, com enfoque no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo, considerando os potenciais resultados que podem ser gerados pelo estudo.

### **1.5 Limitações do estudo**

As limitações constatadas ao longo do desenvolvimento deste estudo servem como subsídios para lidar com a especificidade da temática que envolve o fenômeno corrupção.

A primeira limitação identificada foi do ponto de vista teórico. A falta de estudos que relacionassem a Abordagem do Contrato Social como uma lente ampliada para discutir o fenômeno corrupção no Brasil sugere a oportunidade de inclusão dessa lente teórica na discussão. Esse fato específico se constituiu em dificuldade de diálogo para debater o tema pesquisado junto aos pares no âmbito nacional.

Outra limitação se refere ao aspecto onto-epistêmico, visto que a adoção da lente a partir da Teoria Ator-Rede para discutir o fenômeno corrupção no contexto do Setor Público não é comum no Brasil, contendo o debate teórico-conceitual sobre o tema e tornando o estudo quase seminal, por não terem sido identificadas outras referências. Ademais, a utilização da Teoria Ator-Rede para debater o fenômeno corrupção indica como o aspecto sociológico pode ser agregado aos estudos em debate.

No que se refere à realização da pesquisa, o intervalo temporal para se efetuar a coleta dos dados, definido pelo pesquisador para que a pesquisa seja viável, foi mais uma limitação identificada, uma vez que a fase de obtenção dos dados está delimitada ao calendário acadêmico, indicando a possibilidade de que fontes adicionais para os casos estudados pudessem ainda ser utilizadas, além do que foi identificado nesta pesquisa.

Foram ainda consultadas notícias acerca do fenômeno corrupção que abrangeram publicações na área de negócios e como resultado constatou-se que a maior parte das notícias identificada foi de veículos de comunicação de natureza econômica. Esse achado sugere uma limitação em termos de neutralidade, sinalizando que as discussões na área de contabilidade sobre o fenômeno corrupção possuem uma orientação predominantemente pautada por uma perspectiva econômica que se sobrepõe a social.

Tem-se também que, considerando que ao longo de toda a pesquisa realizada foram identificados estudos qualificados para 07 casos de corrupção ocorridos em 2001 e 2024, publicados, em periódicos de impacto na área de negócios no Brasil, conforme Plataforma Sucupira da CAPES, constata-se o espaço para serem realizadas pesquisas sobre outros casos de corrupção de repercussão nacional, inclusive englobando dados de casos publicizados por instituições e órgãos de controle governamental.

Importante destacar que as categorias elencadas a partir do referencial teórico amparado na Teoria da Agência, Abordagem do Contrato Social, bem como a partir dos elementos identificados na pesquisa amparados na Teoria Ator-Rede, foram estabelecidas até o 2º nível englobando essas Teorias e os seus elementos. Nesse sentido, observa-se uma limitação relacionada à replicabilidade para futuras pesquisas sobre casos de corrupção que venham a adotar subcategorizações, com base nas teorias estudadas, com potenciais impactos nos resultados a serem alcançados, principalmente a se considerar as especificidades e peculiaridades de contextos analisados.

Considerando que este trabalho possui caráter crítico, reflexivo e com profundidade adensada de um dado fenômeno a partir de um caso paradigma, cabe destacar que os resultados deste estudo não são generalizáveis para outros casos de corrupção, além dos que são analisados nesta pesquisa.

Nesse sentido, deve-se mencionar a necessidade de observação do contexto histórico, social e temporal em que as situações ocorreram, por poderem refletir situações específicas em um determinado limite de tempo que podem não se apresentar constantes em outros ambientes e cenários.

Abordadas os aspectos relacionados à exposição das limitações do estudo, o tópico a seguir apresentará a Proposta do desenho, Pressupostos e Declaração da tese.

## 1.6 Proposta de desenho, Pressupostos e Declaração da tese

A Teoria da Agência de Jensen e Meckling (1976), de origem econômica e que busca elucidar a relação entre principal e agente, tem sido objeto de estudos, já que a corrupção resulta de um desvio de relação contratual que se estabelece entre duas partes, principal e agente, e tem sido a teoria base adotada no Brasil como estratégia para boa governança, como também para referência para combater à corrupção, amparada nas políticas do BANCO MUNDIAL (BRASIL, 2014, 2018, 2020; Muramatsu *et al.*, 2021).

Ocorre que no âmbito mundial, o percentual de casos relatados acerca da corrupção aumentou consideravelmente de 33%, em 2012, para 48% em 2024, podendo ser indicativo que, apesar de todos os esforços envidados, ações aplicadas não têm sido suficientes (ACFE, 2024; Rothstein, 2021).<sup>1</sup>

Nesse sentido, considerando visões que não estejam apenas relacionadas à perspectiva econômica, monetarista, baseada no padrão mundial e focada no comportamento do agente na discussão do fenômeno corrupção, tem-se o espaço para abordagens que incluam no debate aspectos sociais, advindos da ciência política, relacionados à política pública, em que ao enfrentamento indireto da corrupção seja via entregas de serviços públicos que satisfaçam a necessidade da população, além de considerar a história e cultura locais, como proposto pela Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021).

Desse modo, pode-se trazer a visão que o Fenômeno corrupção não é reduzido apenas a atuação isolada de agente, mas pode ser um problema de ação coletiva, objeto de amplos debates na sociedade, que correm inclusive em arenas digitais, sendo assim caracterizado uma controvérsia (Persson *et al.*, 2015, Rothstein, 2018; Venturini, 2010, 2012).

Cabe ainda mencionar que a visão focada no agente, logo antropocêntrica, apresenta limitações para entender o social, já que o contexto contemporâneo possui associações, atores humanos e não-humanos, em um ambiente social instável, incerto e dinâmico, em que controvérsias são pungentes, como proposto por Latour (2012).

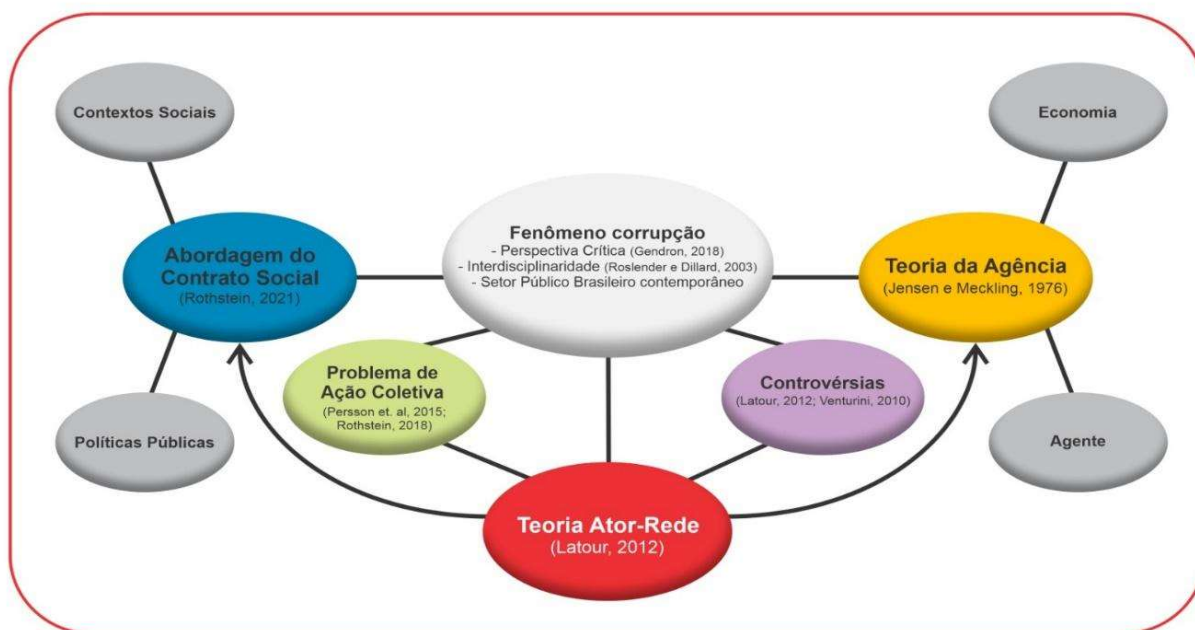
---

<sup>1</sup> Mencionam-se explicitamente como casos relatados, uma vez que não é possível asseverar se de fato houve aumento ou não do número de corrupção, devido a fraude ser um processo atinente a cifra dourada - Termo criado por Edwin H. Sutherland (1940) ao se referir os crimes que são praticados por pessoas do alto-escalão, como Corrupção, lavagem de dinheiro, sendo práticas de poder político econômico que nem sempre são registradas.

Nessa linha, considerando que a corrupção é uma pauta atual, controversa, pungente e contemporânea, tem-se a oportunidade de estudar o fenômeno por uma ótica crítica, utilizando epistemologias e metodologias diversas, valendo-se do caráter interdisciplinar do tema, ampliando o debate para além do comportamento do agente, como estudado pela Teoria da Agência de Jensen e Meckling (1976).

Ademais, por meio de uma estrutura analítica amparada na TAR, tem-se a oportunidade de controverter a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social. Nessa linha, a discutir o fenômeno corrupção (1) a partir da Teoria da Agência, com origem econômica e focada no agente; (2) a partir da abordagem do contrato social, que considera contextos sociais possui o foco em políticas públicas; (3) caracterizar o fenômeno corrupção como problema de ação coletiva e controverso, o qual pode ser contextualizado associado à Teoria Ator-Rede no âmbito da (4) perspectiva crítica e interdisciplinar no contexto do Setor Público Brasileiro, passa-se sintetizar esses elementos na estrutura conceitual da tese, como demonstrado na imagem 02:

Imagem 2 – Síntese da estrutura conceitual da tese



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Amparada nas ideias trazidas e na síntese da estrutura conceitual da Tese, apresentadas na imagem 02, os pressupostos assumidos para este estudo são comentados a partir dos elementos constitutivos e de operação do fenômeno corrupção, bem como dos seus elementos de enfrentamento, além da sua caracterização e de sua associação aos elementos da TAR.

No que se refere aos **elementos constitutivos e de operação**, a Teoria da Agência, de origem econômica, busca elucidar a relação entre um principal e seu agente, no âmbito de uma relação contratual (ou de agência) em uma estrutura de propriedade repartida e diluída, denominada firma, onde, devido a estrutura de capital o principal delega poder para que o agente tome decisões em seu nome, assumindo que esse agente agirá de acordo com o que for mais interessante para o principal, mas ciente pela assunção da racionalização como base que buscará maximizar os próprios interesses (Jensen; Meckling, 1976).

Já a Abordagem do Contrato Social possibilita uma lente para o fenômeno corrupção sob a perspectiva da ciência política, ampliada, em que a estratégia para o combate a corrupção não esteja apenas limitada ao controle do comportamento do agente, mas que possa agregar entregas de serviços públicos que satisfaçam a população, em um cenário que considere a história e cultura locais (Rothstein, 2021).

Outro aspecto a ser mencionado é que a Teoria da Agência considera a separação entre controle do capital e seus riscos e gestão administrativa, baseada na estrutura de capital repartida e diluída e, dessa forma, não tem como objeto ampliar sua ação a explicações que abarque o contexto social (Jensen; Meckling, 1976).

Já a Abordagem do Contrato Social considera o contrato entre agentes e sociedade/cidadãos, pautado na ideia a de um acordo implícito e explícito sobre o que o estado pode esperar dos cidadãos e o que os cidadãos podem esperar do estado (Rothstein, 2021).

Quanto aos **elementos de enfrentamento à corrupção**, a Teoria da Agência foca os esforços em explicar o comportamento do agente ao interesse do principal e, ao tratar o fenômeno corrupção sob essa lente, observa-se um reducionismo explicativo pela limitação normativa a descrição e estratégias subjacentes de controle do comportamento do agente (Rothstein, 2021).

No caso da Abordagem do Contrato Social, possui o foco nas políticas públicas como parte da abordagem indireta para controle da corrupção, por estarem focadas em ações coletivas voltadas para a reciprocidade e mudança de percepção do jogo (Rothstein, 2021).

Quanto à **caracterização**, é possível considerar o fenômeno corrupção como um problema de ação coletiva, controverso e que permite aproximações junto a diversas áreas de conhecimento, como a contabilidade, economia, ciência política, e assim pode-se mencionar que se trata de uma temática interdisciplinar e ainda objeto de pesquisa com perspectiva crítica no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo (Breit *et al.*, 2015; Persson *et al.*, 2015; Rothstein, 2018; Latour, 2012; Venturini, 2010, 2012).



E colecionando aos **elementos da TAR**, a Teoria da Agência, focada no agente, logo antropocêntrica, possui limitações na sua narrativa para discutir o atual contexto social, já que o Setor Público Brasileiro contemporâneo se insere em um ambiente que possui associações, atores humanos e não-humanos, em um social instável, incerto e dinâmico, com a presença de temáticas controversas que são pungentes, como proposto por Latour (2012)

Por fim, a proposição da **estrutura amparada na TAR** para analisar o fenômeno corrupção, controvertendo a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social amplia a discussão no âmbito do Setor Público Brasileiro, já que é possível efetuar associações que considerem contextos sociais e políticas públicas.

Com base no exposto, propõe-se a seguinte tese:

*“A discussão econômica e antropocêntrica do fenômeno corrupção pode ter seu debate ampliado, no âmbito do Setor Público Brasileiro contemporâneo, ao considerar contextos sociais e políticas públicas que possibilitam a caracterização como um problema de ação coletiva e uma controvérsia associada à estrutura Ator-Rede.”*

Apresentada a Proposta de desenho, Pressupostos e Declaração da tese, o tópico seguinte abordará o Referencial Teórico para o desenvolvimento desta pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, o fenômeno corrupção será discutido a partir da Teoria da Agência (Banfield, 1975; Jensen, Meckling, 1976; Ross (1972); Mitinick (1973 e 1974)), seguida do debate do fenômeno a partir da Abordagem do Contrato Social<sup>2</sup> (Rothstein, 2021), e ainda delineada sua caracterização, como um problema de ação coletiva (Persson *et al.*, 2015; Rothstein, 2018) e uma controvérsia (Venturini, 2010, 2012), e por fim será associado à Teoria Ator-Rede (Latour, 2012).

### 2.1 Fenômeno corrupção a partir da Teoria da Agência

A corrupção e suas muitas formas é um dos temas amplamente discutidos, sendo um dos mais sérios problemas sociais enfrentados, tendo estado presente na história da humanidade desde a antiguidade, nas suas mais diversas espécies, apresentando mudanças constantes (Klitgaard, 1998; Jain, 2001; Macedo; Valadares, 2021; Martins, 2008; Rothstein, 2021).

Entendendo a corrupção também como um fenômeno multidimensional, pode ocorrer tanto no setor público quanto no privado e assumir significados diferentes, considerando abordagens e disciplinas diversas, a partir do contexto em que é observada (Klitgaard, 1991; Heywood, 2020; Macedo; Valadares, 2021).

Uma dessas disciplinas é a ciência política, com discussões sobre corrupção que remontam à antiguidade, em que Platão e Aristóteles retrataram a relevância do bem-estar universal, ideia com reflexos no período do Renascimento e Iluminismo, por meio de visões de bom governo/governança e que, por sua vez, repercutiram em documentos formais que variam de a declaração de 1879 de o Direitos do homem e de o Cidadão para Nações Unidas de 2004 Convenção contra Corrupção (Mulgan 2012; Heywood, 2020).

Na perspectiva da sociologia, no século XIX Max Weber desenhou noções fundamentais para o entendimento de corrupção, através das ideias de patrimonialismo e burocracia. No século XX, políticos e sociólogos avançaram os estudos, englobando aspectos da antropologia e sociologia, contribuindo para entendimento de conceitos que envolvem a corrupção como reciprocidade, vantajosidade, conformidade (Heywood, 2020).

---

<sup>2</sup> O referencial teórico é iniciado pela delimitação do protocolo adotado para sua construção, que teve início em maio de 2022, com o estudo do livro “*Controlling corruption: the Social Contract Approach*”, escrito por Bo Rothstein (2021). A partir de Rothstein (2021), as leituras apresentadas na obra foram aprofundadas, inclusive buscando identificar autores nacionais, além de procurar estabelecer pontes com os estudos realizados em disciplinas cursadas como Prevenção de Fraude e má gestão no Governo, Epistemologia da Pesquisa, Métodos Qualitativos e Pesquisa Crítica em Contabilidade.

Nas Ciências Sociais, na economia e na contabilidade, inclusive no âmbito do setor público, a abordagem da Teoria da Agência (Jensen; Meckling, 1976) tem sido objeto de estudos, já que a corrupção resulta de um desvio de relação contratual que se estabelece entre duas partes, principal e agente (Klitgaard, 1991; Muramatsu *et. al*, 2021).

No que se refere à Teoria da Agência, é relevante trazer a sua construção ao longo do tempo. Inicialmente, é preciso mencionar que a Teoria da Agência tem origem econômica e foi primeiramente apresentada por Stephen Ross (1972) que identificou o problema da agência como genérico na sociedade, não apenas como um problema na teoria da empresa, e analisou formalmente o problema do principal em selecionar sistemas de compensação ideal para o agente, brevemente mencionando contextos sociais e a relevância da teoria da agência nesse sentido (Mitnick, 2019).

Na mesma época, em 1973 e 1974, Barry Mitinick, cientista político, apresentou o artigo “*Fiduciary rationality and public policy: The theory of agency and some consequences*” (1973), e a dissertação de Doutorado não publicada “*The theory of agency: The concept of fiduciary rationality and some consequences*” (1974), contendo um estudo abrangente da teoria da agência, defendendo o desenvolvimento de uma teoria geral, que trouxesse vários conceitos de agência e tipologias, além de ter identificado essas relações, usando uma linguagem para descrever a agência, explicar seus aspectos teóricos e realizar suas aplicações em determinadas relações sociais, a exemplo de sua adoção para analisar a corrupção (Mitinick, 2019).

Considerando a possibilidade de adotar a teoria institucional da agência para analisar a corrupção, Edward Banfield publicou um artigo, intitulado “*Corruption as a Feature of Governmental Organization*” (1975), em que compara o público e o privado, argumentando como a agência em organizações públicas pode produzir a corrupção endêmica, com base na abordagem geral de Mitnick. (Mitnick, 2019).

Já em 1976, Jensen e Meckling publicam o artigo sobre a Teoria da Firma, em que explicitamente referencia Stephen Ross (1972), o criador da Teoria Econômica da Agência. Logo, com base nas publicações de Ross (1972), Mitinick (1973, 1974) e Banfield (1975), é possível perceber que os trabalhos de Ross, Mitinick e Banfield, no período de 1972 e 1975, antecederam na construção de Jensen e Meckling (1976).

Em adição, é oportuno mencionar que a Teoria da Agência (Jensen; Meckling, 1976), não foi criada com o objetivo de combater a corrupção, em que pese siga como a adotada para combater a corrupção no Setor Público Brasileiro (Brasil, 2014).

Após os esclarecimentos ao longo do tempo colocados, é oportuno explanar sobre a Teoria da Agência, considerando a sua base, seus pontos-chave e sua aplicação. Nesse sentido,

é importante mencionar que a Teoria da Agência busca o contrato que gerencie de forma mais apropriada e com menores custos, a relação entre principal e agente, posto que assume como premissa que ambos possuem comportamento racional, são motivados por interesses próprios e têm diferentes níveis de aversão ao risco, além de esse agente possuir informações sobre seus resultados que não estão disponíveis para o principal ou que não lhe são inobserváveis, gerando uma assimetria informacional (Muramatsu *et. al*, 2021).

A base da Teoria da Agência remete a Berle e Means (1932), na obra *“The Modern Corporation and Private Property”*, pioneiros na discussão dos benefícios e custos potenciais da separação entre propriedade e controle, visto que analisaram empiricamente a composição acionária das grandes empresas norte-americanas e abordaram os impactos dos conflitos de interesse que estruturas de propriedade pulverizadas trariam para o valor da companhia (Saito, Silveira, 2008). A relevância da obra de Berle e Means (1932) na Teoria da Agência é constada na aplicação relacionada à estrutura de propriedade da firma, a partir da qual é demonstrada a relação dos custos de agência com a questão da “separação e controle” (Jensen; Meckling, 1976).

Além de Berle e Means (1932), a Teoria da Agência utiliza a Teoria da Firma de Coase (1937), objeto da obra *“The Nature of the Firm”*, que entende a necessidade de avançar contratos implícitos e explícitos para administrar as partes da Firma, por meio de uma estrutura formal ou informal ou legal, considerando a necessidade de se criar a firma para diminuir os custos de transação (Martins *et al.*, 2021). O uso da Teoria da Firma de Coase (1937) foi relevante para a definição da firma, por ser considerada uma ficção legal para *“conexão de relações contratuais, contratos, existência de direitos residuais divisíveis dos ativos e fluxos de caixa da organização”* (Jensen; Meckling, fl 4, 1976).

O artigo de Jensen e Meckling (1976) oferece contribuições ao criar uma teoria de estrutura de propriedade das companhias baseada nos conflitos de interesse, ao definir um novo conceito de custos de agência, e ao elaborar uma nova definição da firma, como uma ficção legal, podendo ser destacado pontos-chave (Saito; Silveira, 2008), como detalhado no Quadro 1:

Quadro 1 – Teoria da agência – Pontos-chave

Teoria da agência – Seções	Pontos-chave
INTRODUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição conceitual do relacionamento de agência ou do agente principal “<i>um contrato onde uma ou mais pessoas – o principal – engajam outra pessoa – o agente – para desempenhar alguma tarefa em seu favor, envolvendo a delegação de autoridade para a tomada de decisão pelo agente</i>”</li> <li>- Custos de agência envolvendo esforço cooperativo entre duas ou mais pessoas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• custos de elaboração e estruturação de contratos;</li> <li>• despesas de monitoramento;</li> <li>• gastos realizados pelo agente;</li> <li>• perdas residuais.</li> </ul> </li> </ul>
2. OS CUSTOS DE AGÊNCIA DO ACIONISTA EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível de utilidade percebido por um acionista único, que também atua como gestor principal de uma firma hipotética;</li> <li>- Acúmulo de benefícios pecuniários e não pecuniários pelo agente, derivados de sua atividade de gerenciamento da firma;</li> <li>- Combinação ótima dos benefícios pecuniários e não pecuniários atingida quando a utilidade marginal de uma unidade monetária adicional de gastos com ambos os tipos de benefícios na ausência de impostos;</li> <li>- Continuidade de acúmulo de benefícios pelo acionista até o ponto em que as utilidades marginais dos benefícios se igualem a riqueza disponível.</li> </ul>
3. ALGUMAS QUESTÕES NÃO RESPONDIDAS REFERENTES À EXISTÊNCIA DA FORMA CORPORATIVA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise do momento em que acionista/gestor desfaz-se de parte de suas ações, negociando-as no mercado;</li> <li>- No lançamento das ações, alteração da situação de equilíbrio, visto que o gestor não mais terá uma redução de riqueza na mesma proporção em que aumentam seus benefícios pecuniários e não pecuniários e o gestor tenderá a aumentar o volume de benefícios acumulados, estabelecendo-se o conflito de interesses;</li> <li>- No limite, quando os gestores da firma não participam de sua propriedade, o nível de despesas supérfluas será o maior possível, já que não representarão custos;</li> <li>- Desenvolvimento da teoria sobre as implicações do relacionamento de agência entre os gestores e os proprietários da firma em que procuram identificar os custos máximos e mínimos de agência e como eles serão levados em consideração pelo mercado (análise microeconômica).</li> </ul>
4. OS CUSTOS DE AGÊNCIA DO CAPITAL DE TERCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relacionamento de agência entre acionistas e credores da firma.</li> <li>- Acionistas poderão expropriar riqueza dos credores agindo em seu próprio interesse, quer seja por assumirem riscos demasiadamente elevados utilizando o capital de terceiros ou por tendência ao subinvestimento diante de endividamento ou probabilidade considerável de falência da firma.</li> </ul>
5. UMA TEORIA DA ESTRUTURA DE PROPRIEDADE CORPORATIVA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formaliza a teoria da estrutura de propriedade, baseada nos <i>trade-offs</i> disponíveis para o empreendedor/gestor entre a manutenção de ações em sua posse, emissão de ações para investidores externos ou emissão de títulos de dívida.</li> <li>- Redução dos problemas decorrentes dos conflitos de interesses entre principais e agentes por meio de monitoramento, restrições contratuais, relatórios, auditorias e criação de um sistema de incentivos que alinhem os interesses do principal e do agente.</li> </ul>
6. QUALIFICAÇÕES E EXTENSÕES DA ANÁLISE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extensões da análise realizada e possível aplicação em outras formas de organização</li> </ul>
CONCLUSÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A empresa de capital aberto como invenção impressionante, dado que riquezas pessoais são entregues a administradores, amparados em um complexo conjunto de relações contratuais que delineiam os direitos das partes envolvidas.</li> <li>- Os custos de agência são tão reais quanto quaisquer outros custos, dependendo, dentre outras coisas, de regulamentações e direito consuetudinário e da elaboração de contratos.</li> </ul>

Fonte: Jensen e Meckling (1976); Saito e Silveira (2008).

A partir do conteúdo do Quadro 1, é possível constatar o enfoque econômico, financeiro e de mercado, presente em suas motivações e em suas proposições em aspectos quanto ao direito de propriedade, sob o ponto de vista das implicações desse direito nos contratos estabelecidos entre os proprietários e os administradores da firma; problemas de agência, ao se preocupar com um agente que possa estar com comportamento direcionado para maximizar o seu próprio bem-estar; e a abordagem financeira, tratando de aspectos relacionados ao mercado (Jensen; Meckling, 1976).

Por sua vez, no contexto público, a promoção de interesse próprio acima do interesse público e a quebra de regras ou poderes oficiais mediante a influência de propinas ou preferências pessoais são formas de corrupção, identificada como a fraude ocupacional mais comum em todos os continentes do mundo, conforme dados do *Report to the Nations*, apresentando discrepância entre países e continentes (ACFE, 2024; Singleton; Singleton; 2010; Rothstein, 2021).

Sobre fraude, partindo do trabalho de Cressey (1953), que aprofundou estudos relacionados à Teoria da Associação Diferencial de Sutherland (1947)<sup>3</sup>, há a proposição que pessoas violam confiança ao possuírem um problema financeiro não compartilhável e que pode ser resolvido secretamente pela violação de confiança, aplicando verbalizações a sua conduta que validam suas atuações como pessoas confiáveis, enquanto usuários de fundos e propriedades que lhe são delegados (Sales; Peixe, 2020).

O modelo desenvolvido por Cressey (1953), tratado na literatura moderna por triângulo da fraude, possui como elementos a pressão, situação não compartilhável, em que o fraudador acredita que não pode compartilhar o problema ou só pode compartilhar com alguns que posteriormente vêm a se tornar cúmplices; a oportunidade, relacionada à percepção do momento em que o problema não compartilhável pode ser resolvido pela violação de confiança, incluindo consciência do fato e racionalização do comportamento; e a racionalização, definição da situação em que o fraudador valida o seu comportamento como justificável, não-criminoso na sua totalidade e nem tampouco de sua total responsabilidade (Sales; Peixe, 2020).

Para a abordagem adotada neste estudo, a corrupção será compreendida como um dos tipos de fraude, no âmbito da contabilidade no contexto público, sendo entendida como um esquema em que um funcionário usa indevidamente sua influência em uma transação comercial

---

<sup>3</sup> Edwin H. Sutherland (1947), criminologista da Universidade de Indiana que propôs a definição do crime de colarinho branco enquanto crime não violento com motivação financeira cometido por profissionais da área de negócios ou do governo, desenvolveu a Teoria da Associação Diferencial e acreditou que “*o comportamento criminoso é aprendido em um processo de interação com seus pares e, como tal, a criminalidade não pode existir sem a ajuda deles*” (Sales, 2023).

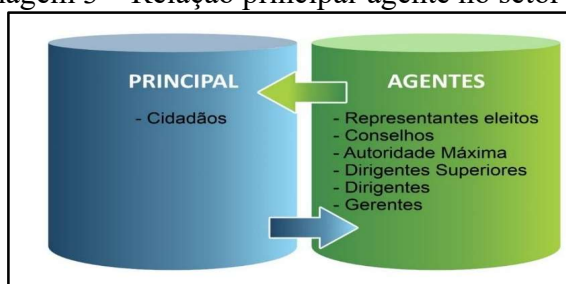
de forma que viole seu dever para com o empregador, a fim de obter um benefício direto ou indireto como, por exemplo, esquemas envolvendo suborno ou conflitos de interesse (ACFE, 2024). Como medidas contra a corrupção, políticas, mecanismos e práticas podem ser adotadas amparadas na Teoria da Agência e incentivadas pelo Banco Mundial (BRASIL, 2014)

Cabe mencionar que o Banco Mundial e instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) fomentam a utilização de *framework* global amparados na Teoria da Agência, como visto, exemplificativa e respectivamente, em literaturas relacionadas à capacidade de governo (Khemani, 2019) e aos Sistemas de Gestão de Despesas Públicas nos países em desenvolvimento (Leruth, 2006). Esse fato permite identificar a característica monetarista do *framework* global presente na utilização da Teoria Agência por recomendação dessas agências de fomento econômico e de alcance mundial.

Adiciona-se ainda que a Teoria da Agência tem sido objeto de ações do Banco Mundial<sup>4</sup>, inclusive para o setor público, a partir de indicadores mundiais sobre Governança, que estabelecem relações entre normas, eficácia de governo, prestação de contas e ferramentas para controle de corrupção, como forma de conter o comportamento do agente, por meio de um equilíbrio institucional entre recursos e restrições de ações, já que a explicação para o comportamento corrupto do agente está relacionada como abuso de poder confiado a alguém para obtenção de ganho privado (Becker, 1968; Huther; Shah, 2000; Mungiu-Pippidi, 2013; Heywood, 2020).

Nesse alinhamento, a Teoria da Agência vem sendo usada como referência de boas práticas de governança no contexto público brasileiro, seguindo o *framework* global do Banco Mundial, considerando que a sociedade seria o principal e os agentes públicos seriam tidos como agentes (BRASIL, 2014), conforme pode ser visto na Imagem 03:

Imagem 3 – Relação principal-agente no setor público



Fonte: Adaptado pela Autora, a partir de Brasil (2020).

<sup>4</sup> O Banco Mundial (*World Bank*) é uma instituição internacional que desde 1947 tem financiado mais de 12.000 projetos de desenvolvimento, por meio de empréstimos tradicionais, créditos sem juros e doações em todo o mundo. No Brasil, tem aportado ou aportou recursos em 785 projetos ligados ao setor público, desde o ano de 1949. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are> e [https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?countrycode\\_exact=BR&title=Brazil&os=780](https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?countrycode_exact=BR&title=Brazil&os=780). Acesso em: 01 ago. 2025.

Ocorre que estudos, a exemplo do que foi publicado por Stefes (2007), Mungiu-Pippidi (2013), Rothstein (2021); Rothstein; Varraich (2017) e Garcia; Teodósio (2020), indicaram que a perspectiva econômica, baseada na Teoria da Agência, tem apresentado lacunas na promoção de reformas com resultados positivos em diversos países, inclusive no Brasil, baseados no problema principal-agente (Garcia; Teodósio, 2020; Mungiu-Pippidi, 2013; Rothstein, 2021; Rothstein; Varraich, 2017; Stefes, 2007).

Logo, a Teoria da Agência, assumindo que o principal seria sempre benevolente, voltado para o interesse público e ético, apresentaria uma lacuna que poderia tentar ser transposta adotando-se uma perspectiva social, por meio de uma visão contratualista, a exemplo da Teoria do Contrato Social proposta por Rothstein (2021), que é a base definida para este estudo. Convém ainda destacar que a Teoria da Agência tem sido o paradigma dominante para discutir os elementos constitutivos de operação e de enfrentamento à corrupção, o que pode ser atrelado ao patrocínio conferido pelas instituições internacional para que o padrão do Principal-Agente seja adotado.

É possível ainda inferir o caráter econômico, financeiro, mormente preocupado com o comportamento do agente, que é conferido aos elementos constitutivos/ de operação e de enfrentamento à corrupção, parte do *framework* global, o qual é adotado de forma padronizada e com alcance mundo, diante da dificuldade para incluir práticas, história e contextos locais (WORLD BANK, 2019).

Em que pese a prevalência e o fomento à utilização da Teoria da Agência para discutir os elementos constitutivos/ de operação e de enfrentamento à corrupção no contexto do Setor Público Contemporâneo, resta a oportunidade para a discutir o Fenômeno corrupção sob outras visões paralelas como Abordagem do Contrato Social.

## **2.2 Fenômeno corrupção a partir da Abordagem do Contrato Social**

A Teoria do Contrato Social possui a visão de que as obrigações morais e/ou políticas das pessoas dependem de um contrato ou acordo entre elas para formar a sociedade em que vivem e tem as suas bases na Grécia antiga, podendo ser caracterizada quanto Sócrates afirmou sobre o dever de acordo e obedecer às leis, como parte de viver em Atenas, apresentando-se como uma forma de um contrato social implícito (Friend, 2004).

Na era moderna, a Teoria do Contrato Social está associada à Teoria Moral e Política Moderna e recebe sua primeira exposição completa e defesa por Thomas Hobbes (1651), John



Locke (1689) e Jean-Jacques Rousseau (1762) (Friend, 2004; Laskar, 2013). Hobbes entendia que o contrato social se amparava em tudo o que o Estado fazia, sendo sempre justo sem relevar o valor dos indivíduos e assim apoiou o absolutismo; enquanto Locke e Rousseau conferiam em suas visões de contrato social maior relevância ao indivíduo do que ao Estado, o que foi refletido nas concepções de constitucionalismo e soberania, respectivamente (Friend, 2004; Laskar, 2013).

No século XX, a teoria moral e política recuperou o impulso filosófico pela influência Kantiana de John Rawls da Teoria do Contrato Social, que talvez seja a versão mais abstrata de uma Teoria do Contrato Social, por considerar que o indivíduo deve estar disposto a aceitar ser constrangido pela justiça, como ser racional e assim se tornar capaz de viver em uma sociedade bem ordenada (Friend, 2004; Rothstein, 2021).

Rothstein (2021) destaca que, embora John Rawls não tenha explicitamente mencionado o termo corrupção, ele assumiu que os agentes poderiam estar tentados a quebrar o contrato social, a partir de argumentos hipoteticamente razoáveis por trás do véu da ignorância.

Isso demonstra como a percepção de John Rawls, quanto à fragilidade na confiança do agente, na importância de sustentar o contrato social por meio de uma ação coletiva, bem como na relevância do alto nível das instituições na interpretação e na aplicação dos normativos, significando que, em relação à natureza do contrato social, implica que as entregas que o Estado faça sejam acordadas e com base em procedimentos aceitos pelos cidadãos (Rothstein, 2021).

No que se refere à Abordagem do Contrato Social proposta por Rothstein (2021), tem-se como ideia a de um acordo implícito e explícito sobre o que o estado pode esperar a partir dos cidadãos e o que os cidadãos podem esperar do estado. A perspectiva relacionada aos bens públicos também é trazida, segundo a qual esses bens não deveriam ser distribuídos de acordo com interesses privados daqueles a quem é dada a responsabilidade de gerenciá-los e, no momento em que isso ocorre, seria caracterizada a corrupção (Rothstein, 2021).

As bases para a Abordagem do Contrato Social propostas por Rothstein (2021) surgem a partir de observações em relação à Teoria da Agência, a partir de pesquisas que o autor realizou, a saber: 1) a corrupção e a lacuna de qualidade nas instituições governamentais têm sérios efeitos em detrimento ao bem-estar humano; 2) os resultados no controle da corrupção são escassos, apesar de todos os esforços no período de 2000 a 2021; 3) lacunas identificadas na principal teoria usada nesta área, Teoria da Agência.

Para Rothstein (2021), a corrupção possui várias formas, como propinas para obter a prestação de serviços públicos, ou formas sutis para trocas de favores pessoais. Por isso, ao se falar de políticas contra corrupção, geralmente há várias formas de corrupção sistêmica, cuja

existência ou inexistência não está localizada apenas em uma cultura de dada sociedade, nem é um problema ligado à falta de normas legais ou de disfuncionalidades formais, e muito menos que a corrupção se resolve com medidas imediatas que vem sendo adotadas em outros países sem levar em consideração a história específica de um país (Rothstein, 2021).

Consequentemente, a Abordagem do Contrato Social apresenta como característica a sua estratégia indireta para manter a corrupção sob controle, levando em consideração as condições históricas dos países, envolvendo medidas como a melhoria da entrega do serviço, políticas contra exclusão e discriminação e a melhoria da qualidade das instituições, as quais podem ser concretizadas por meio de Políticas (Rothstein, 2021). Nesse direcionamento, a Abordagem do Contrato Social propõe Políticas Públicas, sintetizadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Políticas Públicas – Abordagem do Contrato Social

Políticas Públicas	Descrição
Sistemas para gestão fiscal e gastos de bens públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização das instituições locais que adotam transparência, prestação de contas e capacidade fiscal na produção de bens públicos, a partir da base histórica das entidades religiosas.</li> <li>-Práticas historicamente adotadas relativas à prestação de contas, transparência e separação do dinheiro público atualmente relacionadas à boa governança.</li> <li>-Fortalecimento do desenho das instituições que possam fazer o autogoverno de bens públicos em nível local.</li> <li>-Instituições governamentais locais e cívicas transparentes, abertas a auditoria, onde o dinheiro público e privado seja rigidamente separado de modo a produzir um trabalho do contrato social.</li> </ul>
Educação Universal	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Educação universal como a primeira política pública fornecida de forma imparcial e de gestão igualitária;</li> <li>-Fatores-Chave na difusão da provisão da educação pública: a necessidade do estado em construir e aumentar a sua capacidade de oferta;</li> <li>-Industrialização como fator para difusão da educação em massa;</li> <li>-Capacidade do estado dependente de cidadãos que são mais educados e mais confiantes em relação ao estado;</li> <li>-Crença de que a maioria dos cidadãos que a educação fornecida pelo estado é por meio de uma instituição confiável.</li> <li>-Difusão de Educação livre como um bem acessível a todos e não só a elite dominante;</li> <li>-Adoção de princípios de universalismo, acesso aberto, a serem considerados como as principais características de instituições sociais com baixos níveis de corrupção.</li> <li>-Educação universal como fator relevante para a construção de um contrato social que funcione.</li> <li>-Educação universal oferecendo resultados mediante entrega de forma competente e imparcial.</li> </ul>
Igualdade de gênero e meritocracia	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ideia central relacionada à política de gênero: a imparcialidade, entendida como o oposto de um favoritismo baseado no gênero.</li> <li>-Dificuldade em estabelecer a conexão entre igualdade de gênero e corrupção.</li> <li>-Aumento da igualdade de gênero e princípio da imparcialidade como uma forma para pensar no problema da ambição</li> <li>-Mudança institucional relacionada à política de igualdade de gênero como parte importante do contrato social para estabelecer um equilíbrio em relação à corrupção.</li> <li>-Recrutamento e promoção de pessoas que trabalham no setor público com bases na meritocracia e imparcialidade.</li> <li>-Rompimento com parcerias politizadas, nepotismo, clientelismo e dominação masculina podem servir como importante sinal para a essência do contrato social, principalmente em termos de justiça processual.</li> </ul>
Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Paradoxo da relação entre confiabilidade e auditoria.</li> <li>- Necessidades de ações de acreditação como parte do contrato social.</li> </ul>

Políticas Públicas	Descrição
	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Necessidade de um órgão de auditoria para criar uma confiança nas autoridades públicas e consequentemente confiabilidade entre os cidadãos.</li> <li>-Necessidade de verificação constante das ações dos agentes por meio de ações de agências de revisão, sistemas de distribuição de poder e procedimentos regulatórios.</li> <li>-A auditoria como mecanismo onde as tensões entre a confiança e desconfiança são tecidas de forma conjunta em uma intrínseca interação.</li> <li>-Instituições profissionalizadas de auditoria são vitais para criar o funcionamento do contrato social, diante do principal trabalho em direção a redução da corrupção e outras formas de prevaricação.</li> <li>-Sistema de Auditoria de qualidade tem efeito bem para reduzir a corrupção até mais forte do que democracia, adicionando o fato que a democracia não é uma salva guarda contra a corrupção.</li> <li>-Papel relevante da auditoria, em termos de assegurar transparência e prestação de contas no governo</li> </ul>
Programas Universais do Estado do Bem-Estar Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Alto engajamento social a partir de uma ação social e contrato social</li> <li>-Cidadãos entendem que podem ganhar a partir de um sistema universal e abrangente</li> <li>-Governo e as instituições têm condições para implementar as políticas para suportar um sistema universal e abrangente.</li> <li>- Sistema universal e abrangente tem um efeito positivo no nível geral de confiança social e cria um senso de lealdade em relação ao estado.</li> </ul>

Fonte: Rothstein (2021).

As Políticas Públicas propostas seriam assim parte da abordagem indireta para controle da corrupção, por estarem focadas em ações coletivas voltadas para a reciprocidade e mudança de percepção do jogo (Rothstein, 2021).

Assim pode-se perceber que a Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021) amplifica o olhar sobre o fenômeno corrupção, amparada em componentes diretamente voltados aos aspectos sociais, pautada em um Contrato entre agentes e sociedade/ cidadãos, reconhecimento de aspectos históricos e da cultura local.

Ademais, a Abordagem do Contrato Social possui um enfoque por meio de Políticas Públicas, em que o fortalecimento dessas políticas por parte do Estado, com entrega de serviços públicos que atendem às demandas da sociedade, bem como com instituições democráticas fortalecidas, constituem-se em elementos da abordagem indireta para controlar a corrupção, levando-nos a entender que o Fenômeno corrupção não está circunscrito apenas ao comportamento do agente e nem tampouco é um tema cuja discussão é harmoniosa e pacificada.

### 2.3 Fenômeno corrupção como um problema de ação coletiva e uma controvérsia

Como visto, a corrupção pode ter uma perspectiva de abrangência além do principal e pode tentar ser enfrentada por meio da abordagem indireta, valendo-se de políticas públicas, fortalecimento de instituições (Rothstein, 2021). Nesse sentido, não se pode descartar que estruturas de poder, incluindo instituições e elementos como redistribuição de riquezas podem

ser impactados quer seja por não terem sua atuação fortalecida, quer seja pela possibilidade de serem impactados em decorrência do Fenômeno corrupção (Klitigaard, 2006; Rothstein, 2021).

Considerando especialmente os impactos que podem afligir instituições, distorcer os incentivos e conferir poder e riquezas aos agentes envolvidos em situações ou esquemas desse tipo de fraude, podemos ter a caracterização da corrupção sistêmica, com consequências devastadoras aos direitos de propriedade, Estado de direito, investimentos, desenvolvimento político e econômico, assumindo formas diversas, a exemplo de suborno, favores pessoais em relação ao recrutamento ou promoção de funcionários públicos (Klitigaard, 2006; Rothstein, 2018).

Para enfrentar a corrupção sistêmica mencionada como uma das características do fenômeno de corrupção e com base nos artigos mencionados na obra “*Controlling Corruption: the social contract approach*” (Rothstein, 2021), são colocadas alternativas ligadas à ação coletiva por autores como Mungiu-Pippidi (2013), Persson *et al.*, (2015), e Rothstein (2018).

Mungiu-Pippidi (2013), a partir da abordagem de Tocqueville, que observou a democracia americana do século XIX, entendeu que ação coletiva apareceu em decorrência da soberania popular, igualdade e aplicação da lei para todos em igualdade de condições, espírito associativo e imprensa independente, sendo essa ação coletiva derivada de uma extensiva interação social.

Persson *et al.* (2015) destacam que enquanto problema de ação coletiva, a corrupção sistêmica possui características e soluções diferentes das trazidas pela Teoria da Agência, motivando os atores envolvidos a se questionarem a estratégia mais adequada a ser escolhida para enfrentar a corrupção, conduzindo a uma mudança de crenças, englobando, por um lado, mecanismos formais e informais de controle, de monitoramento formal e sanção dotados de eficácia; e, por outro lado, reciprocidade e confiança por parte da sociedade em relação aos agentes.

Rothstein (2018) ainda deixa claro que o Fenômeno corrupção como um problema de ação coletiva gera resultados em termos de políticas que desestabilizam a corrupção instalada, uma vez que os agentes públicos sinalizam à sociedade um comprometimento confiável, surgindo uma ação em que a sociedade passa a perceber a mudança em relação aos “modus operandi” padrão, com características corruptas, que deixam de existir quando da interação com esses agentes.

Postas as abordagens, constata-se que o Fenômeno corrupção como problema a ação coletiva na visão de Mungiu-Pippidi (2013) pode ser enfrentado por meio de capacidade da

sociedade para se associar, com soluções coletivas que inibam o comportamento corrupto; ao passo que para Persson *et al.*, (2015) e Rothstein (2018) políticas e a cooperação entre agentes institucionais para definir novas regras do jogo social percebida pela sociedade seria a saída (Garcia; Teodósio, 2020). Para esta pesquisa o Fenômeno corrupção como problema de ação coletiva será embasado em Persson *et al.* (2015) e Rothstein (2018).

A partir das ponderações, tem-se como observar que a arena que envolve o Fenômeno corrupção é pautada por debates e discussões na esfera pública e aqui alude-se o seu aspecto de construção e reconstrução, sob a ótica de teorias, abordagens e conhecimentos que circundam a temática.

É permitido assim considerar que o fenômeno corrupção é uma controvérsia (Moraes *et al.*, 2017). Para isso, esse termo é identificado como adequado para essa caracterização a partir do método cartografia das controvérsias, uma versão didática da Teoria Ator-Rede e consolidada por Venturini (2010, 2012) a partir da sua experiência como professor assistente de Bruno Latour, autor da Teoria Ator-Rede (2012).

A respeito da controvérsia, é considerada como complexa, observada na vida coletiva, objeto de debates públicos que se constituem os melhores cenários para observar a construção da vida social e ao aproveitar a multiplicidade de pontos de vista que emergem nas controvérsias (Venturini, 2010).

São ainda conflitos e amplamente debatidos, apresentando-se como situações que incluem todos os tipos de atores que discordam, ou melhor, concordam com sua discordância, em que é possível visualizar o social em sua forma mais dinâmica, tendo como critérios de escolha pautas com conclusões ainda incertas, atuais, delimitadas e cujo acesso ao debate seja público e transparente (Venturini, 2010).

Cotejando as características das controvérsias apresentadas e sua aplicação ao Fenômeno corrupção, constata-se a aderência no que se refere a sua complexidade, considerando a possibilidade de associações e abordagens, sob intentos debates pautados por diversas ciências e até mesmo suas associações, autorizando que o fenômeno corrupção possa ser mapeado e estudado por meio da cartografia das controvérsias.

## **2.4 Fenômeno corrupção e sua associação à Teoria Ator-Rede**

Este subtópico apresentará o fenômeno corrupção e sua associação à Teoria Ator-Rede, inicialmente por meio de uma visão geral da TAR, seguida da proposição da estrutura analítica amparada na TAR.

### 2.4.1 Visão Geral da TAR

Considerando a abrangência relacionada à TAR, cabe explicar que a abordagem da TAR para esta tese trará sua origem da TAR, proposições e os conceitos relacionados à Sociologia das Associações, atores humanos e não-humanos, controvérsias e suas fontes de incerteza.

A TAR é originada de estudos entre ciência e tecnologia e foi desenvolvida por pesquisadores como o sociólogo inglês John Law, a socióloga austríaca Karin Knorr-Cetina e pelos sociólogos franceses Michel Callon e Bruno Latour, tendo sido consolidada por Latour, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 (Castañeda, 2022; Costa, 2015; Freire, 2013).

A TAR propõe um contraponto à Sociologia do Social, tornando a sociologia menos antropocêntrica, apresentando a Sociologia das Associações que tenta entender as controvérsias de elementos heterogêneos, em que existem traduções entre mediadores, que podem gerar associações rastreáveis, perfilhando tipos diferentes de conexões novas e mais atuantes (Latour, 2012). A Sociologia das Associações está disposta a descortinar o novo, não buscando respostas exatas, mas suscitando incertezas de naturezas quanto a grupos, ação, coisas, fatos e sobre a modo de conhecer e escrever sobre o social (Latour, 2012; Lemos, 2022).

Nessa ótica, um dos conceitos trazidos na TAR é o de atores, sinônimos de qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha uma figuração, um actante (Castañeda, 2022). Para Latour (2012), a TAR propõe seguir os atores, mais precisamente as suas marcas, como forma de entender o social, visto que esse social se torna menos antropocêntrico e passa a englobar não apenas os humanos, mas os não-humanos, em um movimento que nem sempre estabelece uma nova conexão e redesenha um conjunto bem formado (Castañeda, 2022; Latour, 2012). Importante ressaltar que os atores humanos que podem ser mencionados são indivíduos e grupos que formulam políticas e pessoas que interagem com tecnologias e sistemas (Ryan *et al.*, 2024), organizações e instituições, inclusive órgãos reguladores (Kef, 2024) e tomadores de decisão (Dincer, 2019).

E sobre os atores não-humanos, são objetos mediadores na vida do mundo social em suas relações de poder e suas assimetrias (Gonzales; Baum, 2013). Podem ser materiais, equipamentos, computadores, telefones, artefatos de inscrição e armazenamento de dados científicos (Latour, 2001); tecnologias da internet (Castañeda, 2022; Freire, 2013); bem como elementos abstratos, a exemplo de conceitos, leis, mapas, regulamentações específicas e profissionais, destinados a direcionar comportamentos e ações humanas (Kef, 2024).

Os atores humanos e não humanos, ao se associarem, são partes da concepção da Sociologia das Associações que identifica controvérsias e as rastreia antes de serem resolvidas (virarem “caixas-pretas”), diante dos múltiplos modos de existência e do entrelaçamento existente entre a exegese e ontologia construindo os fatos sociais (Lemos, 2022). Cabe destacar que as controvérsias são a base do método cartografia das controvérsias (Venturini, 2010, 2012), adotado na segunda parte da pesquisa desta tese.

As conexões existentes entre as controvérsias tornam-se ainda essenciais para descrever o social, visto que a definição e ordenação do social não é estática e cabe aos atores humanos e não humanos construí-las, por meio de associações que podem fornecer padrões reveladores (Latour, 2012).

As controvérsias, por sua vez, são alimentadas por incertezas (Latour, 2012). A primeira fonte de incerteza é a **natureza dos grupos - grupos não existem, mas apenas formação de grupos (Gonzales, Baum, 2013; Latour, 2012)**. Essa incerteza indica que a unidade certa de análise que a sociologia deve enfatizar é uma tarefa impossível, visto que inúmeras conexões podem ser cartografadas, resultando em uma nova forma de compreender o social (Castañeda, 2022).

A **segunda fonte de incerteza é a natureza das ações dos atores nas redes (Gonzales, Baum, 2013; Latour, 2012)**. Essa incerteza é motivada não por um ato, mas por amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção. E nesse direcionamento, as incertezas são a base, principalmente considerando que os atores produzem relatos controvertidos de atos. Ao assumir a direção que as controvérsias apontam, fontes como entrevista, narrativa ou comentário são ricas e explicam a direção tomada (Latour, 2012).

A **terceira fonte de incerteza se refere à natureza dos objetos – objetos conectados nas redes (Gonzales, Baum, 2013; Latour, 2012)**. Nesse sentido, a natureza dos objetos nas redes é humana e não humana conectados por vínculos sociais (Gonzales; Baum, 2013; Latour, 2012). Seguir atores não-humanos e humanos possibilita a observação de interações que contribuirão para identificar associações e, por conseguinte, as controvérsias.

A **quarta fonte de incerteza é natureza dos fatos – construtivismo x construtivismo social - (Gonzales, Baum, 2013; Latour, 2012)**. De acordo com essa incerteza, o social não está localizado em um ambiente determinado, mas em quaisquer ambientes em que haja conexões e associações que resultam em transformações decorrentes de eventos não-programadas, originados por mediadores que acompanham esses eventos, não resultando em uma relação de causalidade, mas que permitem uma rastreabilidade e descrevem o social (Castañeda, 2022; Latour, 2012).

A quinta e última fonte de incerteza é **escrever relatos de risco – composição dos relatos (Gonzales, Baum, 2013; Latour, 2012)**. Considerando que as controvérsias são inúmeras e que os cientistas sociais escrevem relatos, os textos referentes à TAR se apresentam como o registro das quatro fontes de incerteza anteriores e podem se constituir em desafio, diante da complexidade das associações e conexões (Castañeda, 2022; Latour, 2012). Nesse sentido, “um bom relato na Teoria do Ator-Rede é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando” (Castañeda, 2022, p. 147).

Latour (2012) ainda mostra que o social pode ser agregado por três meios: (1) localizar o global, para que haja livre circulação e sejam estabelecidas conexões; (2) redistribuir o local para que todas as interações entre atores humanos e não humanos possam surgir e (3) por conectores que contribuem para a ação dos atores.

Continuar seguindo os atores é imprescindível para gerar associações impensadas que alimentem as controvérsias e contribuam para agregar e reagregar o social.

#### *2.4.2 Proposição de Estrutura analítica amparada na TAR*

Como mencionado no referencial teórico desta tese, a Teoria da Agência, a preponderante para discutir o fenômeno corrupção no Setor Público brasileiro contemporâneo, possui como uma de suas características o monetarismo, como parte do *framework* global, proposto por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e com aplicação relacionada à capacidade de governo (Khemani, 2019) e aos Sistemas de Gestão de Despesas Públicas nos países em desenvolvimento (Leruth, 2006).

A preponderância da Teoria da Agência para discutir o fenômeno sinaliza a hegemonia, que, também em termos epistêmicos, inviabiliza que associações relativas às lacunas existentes no Setor Público, de modo específico para a realidade brasileira, sejam contempladas, por se constituir em um modelo global, indistintamente aplicado aos países, desconsiderando os atores humanos e não-humanos localmente estabelecidos.

Nesse sentido, a análise da Teoria da Agência na estrutura amparada na TAR contribui para entender as limitações que possam existir na discussão do fenômeno corrupção, como será abordado no próximo subtópico.



### *2.4.3 Teoria da Agência na estrutura analítica amparada na TAR*

Ao relacionar com o estudo proposto nesta tese, que entende o fenômeno corrupção como controverso, a partir da Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social, é possível apontar as limitações da Teoria da Agência para discutir o Fenômeno corrupção, adotando como plano de fundo a TAR.

**Na sua gênese**, a Teoria da Agência assume que existe separação entre controle e gestão, baseada na estrutura de capital, possui ao enfoque econômico e centrado no agente, caracterizando uma visão antropocêntrica, focando na necessidade de controle da ação do agente, de modo a evitar mitigar o conflito de agência, por meio de mecanismos que neutralizem a maximização do interesse próprio (Jensen; Meckling, 1976).

Esse entendimento ampara-se na premissa de que conter o comportamento do agente, por meio de um equilíbrio institucional entre recursos e restrições de ações, seria a trava para frear o comportamento corrupto do agente, que estaria relacionado com abuso de poder confiado a alguém para obtenção de ganho privado (Becker, 1968; Huther; Shah, 2000; Mungiu-Pippidi, 2013; Heywood, 2020).

Ocorre que **a visão antropocêntrica apresenta limitações para entender o social que possui associações**, atores humanos e não-humanos, como proposto por Latour (2012), visto que à época em que a Teoria da Agência foi apresentada, na década de 70, não havia, no contexto social, atores não humanos, como dispositivos, ambiente da internet e das redes, que passaram a ser presentes e possibilitaram conexões infocomunicacionais no século XXI. Eis uma limitação constatada ao longo da evolução temporal.

Ainda quanto à Teoria da Agência (Jensen; Meckling, 1976), é oportuno destacar que as fronteiras delimitadas são pautadas de forma certa e em princípio rígidos, sendo delimitadas por padrões estabelecidos por aspectos financeiros e de mercado, o que atualmente apresenta restrição diante das incertezas dos grupos, ação e fatos, em um ambiente social dinâmico, incerto e marcado por controvérsias.

Nesse sentido, cabe destacar que limitar a discussão para o fenômeno corrupção apenas a Teoria da Agência, no contexto do Setor Público brasileiro contemporâneo, implica em não considerar a presença e o impacto dos elementos não-humanos que colaboram para a reagregar o social por meio de associações e conexões infocomunicacionais.

Tais associações e conexões, por sua vez, podem ser reformuladas a cada nova circunstância, fato e caso relacionado ao fenômeno corrupção no Setor Público brasileiro contemporâneo, corroborando no direcionamento que concepções e conceitos anteriores podem

não se aplicar às associações mais recentes, em um social constantemente agregado e reagregado.

Surge, dessa forma, o risco de perder o rastro das controvérsias relacionadas ao fenômeno estudado, diante do ambiente social que envolve atores humanos, como instituições e organizações públicas, grupos e tomadores de decisões (Kef, 2024; Dincer, 2019) e não humanos, como tecnologia, arcabouço legais, práticas institucionais e objetos mediadores do mundo digital e social (Castañeda, 2022; Freire, 2013; Kef, 2024)

Em havendo a desconsideração da perspectiva social na discussão do Fenômeno corrupção, materializa-se o risco de se perder o astro das controvérsias existentes, já que a visão dominante foca mormentemente na atuação do agente, configurando rigidez e a busca compreensão do social sem entender os seus atores não-humanos, em um contexto de rede.

E quanto à composição dos relatos para explicar ao fenômeno corrupção a partir Teoria da Agência (Jensen; Meckling, 1976), as narrativas adotadas, como uma das fontes de registros das incertezas que alimentam as controvérsias, tendem a indicar a solução definitiva para a corrupção, restringindo apenas o comportamento do agente.

Essa solução indicada assume forma de recapitulação de acontecimentos, de histórias com elementos e significados relevantes para quem recebe, o que pode levar a um contágio de uma forma específica relacionada ao fenômeno (Shiller, 2022).

Todavia, as narrativas associadas apenas a um tipo de ator podem limitar a natureza das ações dos atores nas redes, não alimentando controvérsias que possibilitam redesenhar o social por meio do mapeamento de novas conexões, já que a constante repetição de narrativas ampara apenas em uma única visão, nesse caso, a econômica.

Nessa linha, o fenômeno corrupção se observado unicamente a partir da Teoria da Agência e limitado a narrativas econômicas, não pode ser concebido em um contexto de rede, a partir de Latour (2012), onde normas, práticas institucionais e tecnologias também desempenham papéis determinantes. Isso é explicado pelo fato de que para a rede existir, controvérsias e ações precisam se fazer presentes (Gonzales; Baum, 2013).

Dessa forma, tem-se a oportunidade de se analisar o fenômeno corrupção como forma de ampliar a discussão e a partir de uma estrutura proposta a partir da TAR, em que outras perspectivas possam controverter a Teoria da Agência, como no caso da Abordagem do Contrato Social trazida a seguir.

#### *2.4.4 Abordagem do Contrato Social na estrutura analítica amparada na TAR*

Postas as limitações ao fenômeno corrupção a partir da Teoria da Agência, tem-se a oportunidade de trazer o fenômeno corrupção sob outras visões como Abordagem do Contrato Social, por se tratar de uma forma para avançar na discussão sob a perspectiva política e social.

Primeiramente, no que se refere à corrupção e à lacuna de qualidade nas instituições governamentais com sérios efeitos em detrimento ao bem-estar humano, é possível caracterizar esse evento como novo em relação a Teoria da Agência, visto que a ontologia da Teoria da Agência não traz em seu cerne esse elemento de constituição.

Essa observação pode ser analisada sob a óptica da Sociologia da Associação, e, portanto, com a TAR (Latour, 2012), no sentido de que a mudança do contexto, dos aspectos heterogêneos não podem ser vistos apenas como uma perspectiva econômica e rígida, na qual o foco agente é único e imutável, mas que conexões mutáveis e heterogêneas podem ser estabelecidas, diante de incertezas e peculiaridades em um ambiente dinâmico e local.

Partindo do pressuposto que o agente é sempre o tipo de ator humano, com características como a benevolência, centrado no interesse público e eticamente comprometido com o principal que não é maximizador de utilidade em interesse próprio, com base na Teoria da Agência se assume que as travas para controlar o comportamento humano seriam a solução objetiva e imediata (Rothstein, 2021). Ocorre que nem sempre todos os agentes possuirão esse tipo de característica, centrada no interesse público (Rothstein, 2021).

Ao criticar a visão focada no comportamento no humano, ou seja, no agente, a Abordagem do Contrato Social se apresentaria como um aspecto controverso à Teoria da Agência, uma vez que desfoca do antropocentrismo.

Ademais, Abordagem do Contrato Social proposta por Rothstein (2021) pode ser conectada à Sociologia das Associações. Admitindo que o fenômeno corrupção possa ser enfrentado, levando em consideração as condições históricas dos países, é possível estabelecer a conexão com a Sociologia das Associações, que entende o mundo social composto de interações locais, mantendo um aspecto provisório, instável e caótico (Castañeda, 2015).

Uma outra associação que pode ser estabelecida a partir da TAR ao que é trazido pela Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021) se refere à heterogeneidade de outros elementos como: a origem dessa abordagem na Ciência Política, social, o contrato firmado entre agentes e sociedade/ cidadãos, consideração de história e cultura local, foco em Políticas públicas, abordagem indireta para enfrentar a corrupção por meio políticas públicas, entrega de serviços públicos e proposição de revisão de estruturas para lidar com a corrupção. Essa associação pode se relacionar a primeira fonte de incerteza, a natureza dos grupos, diante das

diversas conexões proporcionadas, conduzindo a uma compreensão do social inovadora (Castañeda, 2022; Gonzales; Baum, 2013; Latour, 2012).

Além do mais, o debate do fenômeno corrupção no Setor Público brasileiro contemporâneo a partir da Abordagem do Contrato Social possibilita que sejam trazidos elementos não humanos como documentos, legislações, registros relacionados aos casos relatados, o próprio ambiente da *web* e notícias nele contidas, suscitando a observação de controvérsias diversas. Nesse aspecto, é possível verificar a **segunda da incerteza, a natureza das ações dos atores nas redes**; bem como **terceira fonte de incerteza natureza dos objetos – objetos conectados nas redes** (Gonzalez; Baum, 2013; Latour, 2012).

Por meio Abordagem do Contrato Social, é possível ainda observar a natureza dos fatos por meio do construtivismo social mencionado por Latour (2012), já que o realismo na observação e o dinamismo podem ser vistos em um ambiente social não determinado, a exemplo do contrato entre agentes e sociedade/ cidadãos, história e cultura local, consubstanciando assim a **quarta fonte de incerteza** - (Gonzales, Baum, 2013; Latour, 2012).

A Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021) oferece ainda uma oportunidade para conexões por meio da narrativa adotada para relato dos casos não só com ênfase econômica, mas que também inclui associações e conexões entre atores humanos e não-humanos abstratos, a exemplo de leis, regulamentações, documentos, tecnologias e dispositivos. A escrita de relatos de risco e a composição desses relatos caracteriza a **quinta fonte de incerteza** (Gonzales; Baum, 2013; Latour, 2012).

Essas conexões podem favorecer interações no ambiente social e dinâmico, por meio de conectores que favorecem a ação e associação dos atores, em um movimento a ser cartografado e em um ambiente em constante transformação.

Como consequência, considerando as incertezas em torno do fenômeno corrupção do Setor Público Brasileiro contemporâneo, há a possibilidade de descortinar o novo, oferecendo para o debate a alternativa da Abordagem do Contrato Social e adotando como plano de fundo o ambiente social reagregado por meio da TAR que, por sua vez, pode contribuir para identificar e mapear as convergências e divergências entre as visões apresentadas por meio da metodologia própria como a cartografia das controvérsias.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda os procedimentos metodológicos propostos para a tese, inicialmente caracterizando a pesquisa como qualitativa; explicando as etapas de desenvolvimento da pesquisa e explicando o método cartografia das controvérsias, suas etapas e como será aplicado a esta pesquisa; as estratégias para o desenvolvimento da tese; categorias inicialmente estabelecidas a serem analisadas nesta pesquisa, com base na teoria comentada; bem como a proposta para a análise dos dados.

#### 3.1 Caracterização da pesquisa

O estudo qualitativo tem como características o seu desenvolvimento no ambiente natural, o pesquisador como instrumento, múltiplas fontes de dados/ análise de dados indutiva, projeto emergente, lente teórica, interpretativo e relato holístico (Creswell, 2014; Freitag, 2019; Moraes *et al.*, 2017), como apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 – Características Qualitativas da pesquisa

<b>Ambiente natural</b>	Coleta de dados disponibilizados na Internet
<b>Pesquisador como instrumento</b>	Coleta de dados realizada pela pesquisadora, a partir do segundo semestre de 2024
<b>Múltiplas fontes de dados</b>	1) Campo científico: artigos científicos publicados que abordam casos de corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo com repercussão nacional
	2) Campo político: divulgações publicizadas em veículos de comunicação na Internet que foram referenciadas nos artigos científicos que compuseram o campo científico.
	3) Campo técnico-legal: legislações e normativos relacionados ao fenômeno da corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo referenciados nos artigos científicos que compuseram o campo científico.
<b>Análise de dados indutiva</b>	Categorias criadas a partir de um padrão indutivo, inicialmente observando a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social, mas não apenas a elas se limitando, visto que novas categorias poderão <b>emergir</b> ao longo do processo de pesquisa, inclusive a partir de elementos da Teoria Ator-Rede.
<b>Projeto emergente</b>	
<b>Lente teórica</b>	Teoria da Agência (Jensen e Meckling, 1976); Abordagem do Contrato Social (Bo Rothstein, 2021); Teoria Ator-Rede (Latour, 2012)

<b>Interpretativo</b>	Os documentos coletados foram analisados e interpretados pela pesquisadora com o uso Software Atlas TI.
<b>Relato holístico</b>	A análise possibilitou o mapeamento de controvérsias que envolvem o Fenômeno corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro Contemporâneo, possibilitando perspectiva adicional para a sua discussão.

Fonte: Adaptado de Freitag (2019); Moraes *et al.* (2017).

Destaca-se que, em se tratando da estratégia da pesquisa qualitativa, o caráter documental está presente neste estudo, visto que foram coletados documentos secundários no contexto do ambiente digital, a internet, considerando os campos científicos, políticos e técnico-legal, como demonstrado no Quadro 03 (Creswell, 2014; Freitag, 2019; Moraes *et al.*, 2017).

Em segundo plano, a estratégia qualitativa colocada é a de pesquisa histórica, por possibilitar a historicização do Fenômeno corrupção considerando o Contexto do Setor Público no Século XXI, ao estabelecer uma temporização e considerando as permanências e mudanças relacionadas (Creswell, 2014).

Protocolos de pesquisa foram usados, como uma forma de possibilitar clareza quanto aos procedimentos adotados, a exemplo do proposto no Apêndices A e C, D, E (Mayring, 2002). Em adição, o caráter metodológico adotado possibilitou maior conhecimento do que é estudado, além de oportunizar um desenho aberto a ideias e perspectivas que surgiram ao longo do estudo, por meio da coleta dos dados secundários nos campos científicos, políticos e técnico-legal, conforme o Quadro 02 (Creswell, 2014; Moraes *et al.*, 2017).

O desenvolvimento da pesquisa qualitativa ocorreu em duas fases: 1) análise dos casos de corrupção com base na literatura científica (Moraes *et al.*, 2017); e 2) aplicação do Método cartografia das controvérsias, com destaque para a análise narrativa (Venturini, 2010, 2012).

A análise narrativa foi adotada por poder explicar histórias já produzidas por outras pessoas, a exemplo do que consta no campo político, de forma holística, considerando a cronologia de quando e de como os eventos ligados ao Fenômeno corrupção ocorreram (Dornelles; Sauerbronn, 2019).

No que se refere às narrativas em contabilidade, oferecem um conjunto muito rico e complexo de descrições, podendo ser comunicações multifuncionais, poli autorizadas e com múltiplos destinatários, escritas ou faladas, veiculadas por veículos tradicionais ou pela internet, podendo ainda ser vistas como práticas sociais situadas (Beattie, 2014).

Para a visão crítica, reconhece-se que cada narrativa está inserida em um conjunto temporal mais amplo de narrativas, podendo ainda combinar teorias, como sociologia e filosofia, bem como metodologias, podendo inserir práticas sociais (Beattie, 2014).

Nesse sentido, as análises narrativas podem englobar uma estrutura que emerja de perguntas como (Beattie, 2014):

1. O que é relatado?
2. O que explica a prática observada, incluindo os efeitos de interação?
3. Como os autores-narradores explicam a existência, a forma e o conteúdo de suas narrativas?
4. Quais são as consequências da prática observada?
5. O que deve ser relatado?

Para esta pesquisa, considerando o campo político, a narrativa explica a prática/ medida observada, incluindo os efeitos de interação e buscando entender o conteúdo dessas narrativas (Beattie, 2014).

Ademais por ser uma abordagem particular e própria de estudar um texto, a análise narrativa aqui proposta é classificada como temática, considerando que serão buscados elementos são comuns a várias histórias, possuindo assim o enfoque no contexto do que foi escrito (Dornelles; Sauerbronn, 2019; Saunders *et al.*, 2016), e, para este estudo, considerará o contexto dos casos de corrupção.

Após os esclarecimentos efetuados, o tópico seguinte apresenta o desenvolvimento da primeira fase da pesquisa sobre a análise dos casos de corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo.

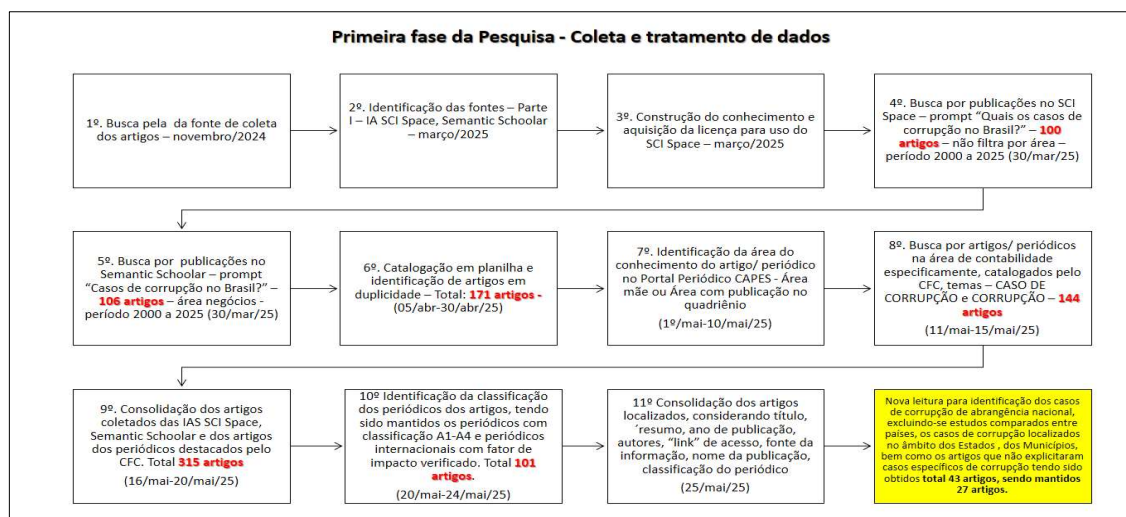
### **3.2 Análise dos casos de corrupção**

A primeira fase da pesquisa envolveu a coleta de dados composta por artigos científicos, que integraram o campo científico (Moraes *et al.*, 2017), publicados no período de 2000 a março de 2025 e que abordaram casos de corrupção com repercussão nacional no Setor Público Brasileiro contemporâneo entre 2000 e 2024.

A realização da coleta ocorreu no período de novembro/2024 a março/2025, e contou com múltiplas fontes de dados, conforme recomendado para as pesquisas de natureza qualitativa (Creswell, 2014; Freitag, 2019; Moraes *et al.*, 2017), mediante uso das ferramentas de Inteligências Artificiais (IA) *Sci Space* e *Semantic Scholar*, bem como por meio de consulta

específica ao sítio eletrônico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2025). O percurso da coleta e do tratamento dos artigos científicos é visualizado na imagem 04:

Imagem 4 – Primeira fase da pesquisa – Coleta e tratamento dos dados



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A seguinte metodologia de busca e consolidação foi adotada:

- *SCI Space* – a busca ocorreu por meio do comando “Quais os casos de corrupção no Brasil?”, não estando disponível o filtro para as áreas específicas Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. O resultado da busca possibilitou o acesso aos 100 artigos mais relevantes, de acordo com a IA, apresentados em forma de planilha editável, contendo as colunas “título”, “resumo”, “ano de publicação”, “autores”, “link” de acesso.

- *Semantic Scholar* - o comando para busca foi “Casos de corrupção no Brasil?”, área de negócios, gerando o resultado de 106 artigos. Os artigos identificados no *Semantic Scholar* foram armazenados e disponibilizados para tratamento na IA SCI Space, de modo a manter as mesmas categorias de apresentação em planilha editável. Após a catalogação dos artigos disponibilizados pelas IAS *Sci Space* e *Semantic Scholar*, duplicidades foram identificadas e o total de 206 foi reduzido para 171 artigos. Foi efetuada a identificação da área do conhecimento do artigo publicado em periódico no Portal CAPES - Área mãe ou Área Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo com publicação no quadriênio 2017-2020.

- CFC - busca por artigos por meio de consulta específica ao sítio eletrônico do CFC, aba Biblioteca, que contém a identificação dos periódicos eletrônicos e do Sistema CFC/CRC's, utilizando como critérios de busca “CASO DE CORRUPÇÃO” e “CORRUPÇÃO”,



com a obtenção de 144 artigos, que também foram armazenados e disponibilizados para tratamento na IA *SCI Space*. O total obtido correspondeu 315 artigos científicos.

- Plataforma Sucupira da CAPES – foi efetuada a ratificação dos artigos em periódicos com fator de maior impacto, segundo a Plataforma Sucupira da CAPES, Área com publicação no quadriênio ou Área mãe Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Evento de Classificação de Periódicos do Quadriênio 2017-2020, em periódicos com Classificação A1, A2, A3 e A4, resultando em 101 artigos que foram lidos para se identificar os casos de corrupção que foram pesquisados.

A partir da leitura dos 101 artigos, verificou-se estudos que não explicitaram casos específicos de corrupção ou que abordaram casos de corrupção que envolviam estudos comparados entre países, entre Estados e/ ou Municípios Brasileiros, mas que não eram de abrangência nacional, tendo sido finalmente mantidos o total 27 artigos, entendidos como o corpus da primeira fase da pesquisa desta tese.

Mediante a leitura dos artigos, foram identificados os 07 casos do Fenômeno corrupção de repercussão nacional, apresentados no Quadro 4:

Quadro 4 – Fenômeno corrupção - Casos identificados

<b>Caso do fenômeno corrupção</b>	<b>Ano de publicização</b>	<b>Referências identificadas</b>
Mensalão	2006	Andersen (2015); Bálán (2014); Baquero (2015); De Freitas Júnior e De Oliveira Medeiros (2018); Jucá <i>et al.</i> (2016); Lafer (2016).
Operação Sanguessugas orçamentários	2006	Jucá <i>et al.</i> (2016); Praça (2011).
Operação Lava Jato <sup>5</sup>	2014	Andrade <i>et al.</i> (2023); Arantes <i>et al.</i> (2023); Arantes <i>et al.</i> (2019); De Araújo <i>et al.</i> (2018); Emoingt e De Carvalho Silva (2023); Façanha (2020). Felix <i>et al.</i> (2023); Filho <i>et al.</i> (2023); Gonçalves e Andrade (2019); Lafer (2016); Maragno <i>et al.</i> (2019); Oliveira e Botinha (2024); Padula e Albuquerque (2018); Paiva <i>et al.</i> (2017); Pereira de Araújo e Coutinho e Silva (2020); Prates <i>et al.</i> (2020); Rodrigues (2023); Sallaberry (2020).
Operação Zelotes	2015	Arantes <i>et al.</i> (2023); Arantes <i>et al.</i> (2019); Paiva <i>et al.</i> (2017)
Caso EMBRAER	2016	De Oliveira Aguilar (2021)
Operação <i>Greenfield</i>	2016	Cardoso <i>et al.</i> (2024)
Operação Carne Fraca	2017	Arantes <i>et al.</i> (2023); Arantes <i>et al.</i> (2019); Emoingt e De Carvalho Silva (2023); Sadami <i>et al.</i> (2024)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

<sup>5</sup> Os casos relacionados à Operação Lava Jato mantidos não se referiram a nenhuma fase específica, em que pese tenham sido identificados 16 artigos que tratam especificamente de fases da Lava Jato na Petrobras e Oderbrecht, os quais não integrarão a análise deste capítulo.

Os casos identificados foram Mensalão (2006), Operação Sanguessugas orçamentários (2006), Operação Lava Jato (2014), Operação Zelotes (2015), Caso EMBRAER (2016), Operação *Greenfield* (2016) e Operação Carne Fraca (2017).

Importante ainda explicar que esses os casos de corrupção não se constituíram um rol exaustivo e taxativo em relação ao fenômeno corrupção, uma vez que outras situações podem existir, mas que não se inseriram nos critérios de busca definidos.

Após a identificação dos casos, foi aplicada a estrutura analítica amparada na Teoria Ator-Rede aos casos do fenômeno corrupção analisados, objeto do capítulo 04 desta tese, a fim de se definir um caso paradigma para ser mapeado, conforme o método cartografia das controvérsias, cujo detalhamento e técnicas são explicadas no tópico seguinte.

### 3.3 O método cartografia das controvérsias

O método cartografia das controvérsias, uma versão didática da Teoria Ator-Rede desenvolvida por Bruno Latour (2012) e consolidada por Venturini (2010, 2012) a partir da sua experiência como professor assistente de Bruno Latour, apresenta-se como um conjunto de técnicas para investigar debates públicos, situações em que os atores discordam precipuamente em relação a temas tecno científicos e que apenas a eles não se limitam, que se apresentam como os melhores cenários para observar a construção da vida social (Venturini, 2010, 2012).

Para consolidar o método cartografia das controvérsias, Venturini publicou a documentação da operacionalização do método em dois artigos seminais: (1) “*Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory*”, em 2010, que apresenta algumas das principais técnicas como parte das ferramentas necessárias ao cartógrafo social; (2) “*Building on Faults - How to Represent Controversies with Digital Methods*”, em 2012, que buscou representar a complexidade dos debates sociais de forma legível, inclusive propondo a visualização dos debates públicos por meio do *website* da controvérsia.

Os dois trabalhos seminais de Venturini (2010, 2012) são base para o desenvolvimento do método desta pesquisa, uma vez que método cartografia das controvérsias foi entendido como adequado, considerando que a corrupção é abordada como fenômeno, diante da complexidade de sua compreensão e sua caracterização como uma controvérsia, situações onde os atores discordam (ou melhor, concordam com sua discordância), envolvendo todos os tipos de atores, em um ambiente social em sua forma mais dinâmica e não reduzida, principalmente considerando que o objeto é conflituoso, frequentemente debatido na esfera da vida coletiva.

Visando a aplicação do método cartografia das controvérsias, foram consultados trabalhos das Ciências Sociais e das Ciências Humanas que utilizaram esse Método, conforme o Quadro 5:

Quadro 5 – Publicações - Cartografia das controvérsias

<b>Autores/ Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Publicação</b>
DE OLIVEIRA JUNIOR, Aldemir Aparecido (2021)	Incêndio no YouTube: as queimadas na Amazônia em 2019.	Analisar a dinâmica da desinformação sobre a Amazônia no YouTube	Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas.
MORAES, Rubens Lima; ANDION, Carolina; PINHO, Josiani Lúcia. (2017)	Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil	Explorar o debate na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil, sob o prisma da sociologia pragmática, buscando mapear e desdobrar suas principais controvérsias	Artigo. Cadernos EBAPE – Fundação Getúlio Vargas
MAGALHÃES, Gustavo Sérgio de Godoy (2022).	Redes sociotécnicas de um curso de medicina no interior do Brasil: uma cartografia das controvérsias do movimento de interiorização e inovação curricular.	Investigar a implantação e o desenvolvimento de um curso de graduação em medicina, no interior do nordeste brasileiro, com uma proposição curricular pautada na aprendizagem ativa, radical compromisso social e na integração por tecnologias digitais.	Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Em Educação Matemática E Tecnológica. Universidade Federal de Pernambuco.
STRADIOTTO, Tessa Boldrin (2023)	Controvérsia na implementação das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público no Brasil: uma análise a partir da Teoria Ator-Rede.	Compreender os principais atores dessa rede e como eles influenciam o processo de adoção das IPSAS. Além disso, buscou-se investigar se a discussão sobre as IPSAS desempenha um papel crucial como ponto de passagem obrigatório para a implementação das normas em nível nacional	Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Oportuno destacar que o método cartografia das controvérsias diagrama a diversidade de pontos de vista que os debates públicos oferecem e que são observados pelos cartógrafos sociais, sinônimos de cientistas sociais, os quais terão como desafio mapear a complexidade gerada pelos debates (Venturini, 2010, 2012).

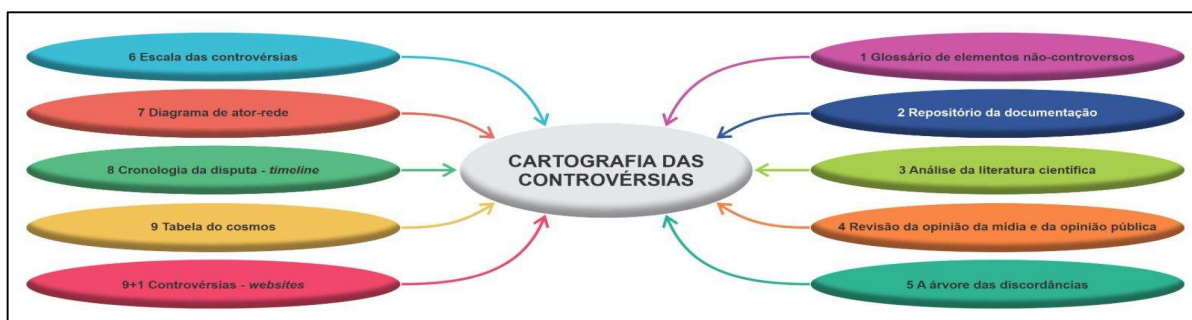
Para a adoção do método cartografia das controvérsias, algumas ações são necessárias. Primeiramente, a controvérsia deve ser caracterizada, como abordado no tópico 2.3 deste trabalho, deixando claro que as controvérsias são situações em que todos os tipos de atores discordam e concordam em discordar, em um cenário na sua forma mais dinâmica, sem o reducionismo de temas debatidos e conflitantes, considerando a complexidade da vida coletiva (Venturini, 2010).

Por ocorrerem em um espaço digital, as controvérsias podem ser observadas por meio de lentes, partindo 1) Dos enunciados às literaturas, 2) Da literatura aos atores, 3) Dos atores às redes, 4) Das redes aos cosmos, 5) Dos cosmos à cosmopolítica (Venturini, 2010). Essas lentes são refletidas no desenvolvimento no método cartografia das controvérsias (Venturini, 2012).

Por sua vez, as controvérsias são objeto de observações as quais devem ser robustas, atentando para (1) objetividade, revelando as oposições e conferindo aos atores a representação de acordo com a relevância que possuem na disputa; (2) proporcionalidade, dando visibilidade diferente a diferentes pontos de vista de acordo com a sua representatividade, a sua influência e o seu interesse; (3) concentração em uma amostra de atores representativos ou nos pontos de vista mais influentes ou marginais, mediante justificativa para essa escolha; (4) robustez, observando aspectos como adaptabilidade, redundância e flexibilidade; (5) solidez, pois quanto melhor as observações forem construídas, mais sólidas serão (Venturini, 2012).

No que se refere às técnicas empregadas na cartografia das controvérsias, procedeu-se a consolidação de forma sequenciada, como visualizado na imagem 05:

Imagem 5 – Técnicas empregadas na cartografia das controvérsias



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Venturini (2012).

A explicitação das técnicas da cartografia das controvérsias (Venturini, 2012), conforme a ilustração 04, é trazida a seguir:

- 1) **Glossário de termos não controversos**, que busca oferecer clareza quanto às noções compartilhadas, apesar das discordâncias que os debates envolvam;
- 2) **Repositório de documentação**, como forma de disponibilizar o acesso à documentação completa reunida pelo estudo em um ambiente digital, diante da reversibilidade das simplificações;
- 3) **Análise da literatura científica**, visto que a cartografia social necessita estar atenta à investigação da literatura científica, diante das controvérsias tecnocientíficas, podendo inclusive utilizar os recursos da cienciometria;
- 4) **Revisão da mídia e da opinião pública**, considerando que discursos, notícias, fofocas, opiniões, boatos, discussões, debates podem ser acompanhados com as mesmas ferramentas utilizadas pela teoria científica diante das possibilidades que a mediação digital oferece;
- 5) **Árvore das discordâncias**, como as controvérsias sempre envolvem uma pluralidade de questões diferentes e poucas delas podem ser respondidas com um simples sim ou não, as árvores das discordâncias podem ilustrar disputas tecnocientíficas;
- 6) **Escala das controvérsias**, entendendo que uma controvérsia será sempre composta por diversas subcontrovérsias e sempre ligada a diversas outras polêmicas, cartógrafos sociais podem estabelecer o nível de granularidade de detalhamento da controvérsia, visto que o desenvolvimento de uma disputa é frequentemente afetado por eventos que ocorrem acima ou abaixo dessa disputa;
- 7) **Diagrama de Ator-Rede**, uma vez que cada ator pode ser decomposto em uma rede e que cada rede pode ser conectada de maneira suficientemente estreita para se tornar um único ator, em decorrência do princípio básico da Teoria Ator-Rede;
- 8) **Cronologia da disputa**, possibilitada pela construção de linha de tempo, inclusive digitais, que permitem ter uma visão geral ou específica dos eventos relacionados às controvérsias, para examinar eventos específicos e recuperar mais informações, conteúdo multimídia ou hiperlinks;
- 9) **Tabela do cosmos**, influenciando como as ideologias podem ter nas controvérsias e representam todos os cosmos envolvidos em uma controvérsia, explicitando divergências e sobreposições;

10) **9 + 1 – Sítios eletrônicos de controvérsia** – Blogs, Fóruns, *Groupware*, *Wikis* etc podem se tornar um cenário alternativo interessante para o debate coletivo, participando assim na renovação digital da esfera pública.

No que se refere às técnicas da cartografia das controvérsias para esta tese, houve a inversão da ordem sequencial. A técnica “*Cronologia da disputa – timeline*”, passa a constar na fase 3 e não mais na fase 8, como forma de otimizar a sequência dos fatos inseridos no contexto pesquisado.

Tem-se ainda que técnica “10) 9 + 1 – *Sítios eletrônicos de controvérsia*” não foi aplicável a este estudo, visto que o desenvolvimento do *website* não está dentre os objetivos desta tese.

Em segundo lugar, durante a aplicação das técnicas “*Análise da literatura científica*”, para analisar os casos de corrupção e para definir o caso paradigma a ser estudado, e “*Árvore das discordâncias*”, para ilustrar as disputas das controvérsias do caso paradigma, foram seguidas as categorias estabelecidas inicialmente definidas no referencial teórico e em outras que possam surgir ao longo da pesquisa, como pode ser visto no Apêndice C (Freitag, 2019; Saldanha, 2013).

Em terceiro lugar, para as técnicas “*Análise da literatura científica*”, “*Árvore das discordâncias*”, “*Escala das controvérsias*” foi adotada a análise narrativa, visto que foram analisadas narrativas já produzidas por outras pessoas, considerando a cronologia os eventos ligados ao Fenômeno corrupção ocorreram (Dornelles; Sauerbronn, 2019).

Em quarto lugar, uso de internet, inteligência artificial e ferramentas de desenho gráfico, para representação das relações e controvérsias por meio de ilustrações, foram utilizadas para subsidiar a análise e abordar a historização, demonstrando como o mundo digital, um espaço que será trazido para a pesquisa, configura-se em arena de debate e de disputas que emergem na dinamicidade que lhe é típica, o que corrobora para o mapeamento de matrizes controversas ao longo deste trabalho.

Postos esses esclarecimentos e observações, a pesquisa desta tese é continuada mediante apresentação da primeira fase da pesquisa para analisar os casos relacionados ao fenômeno corrupção no contexto Setor Público Brasileiro contemporâneo com repercussão nacional.

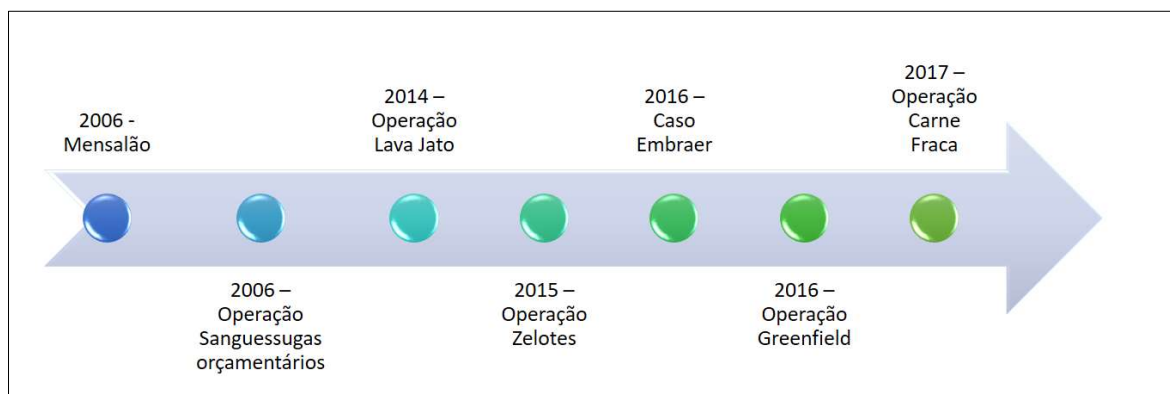
## 4 FENÔMENO CORRUPÇÃO: CASOS NO CONTEXTO DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Este capítulo apresenta a análise da primeira fase da pesquisa e busca analisar os casos relacionados ao fenômeno corrupção no contexto Setor Público Brasileiro a partir da literatura científica identificada; sendo continuado com a aplicação da estrutura analítica amparada na Teoria Ator-Rede aos casos do fenômeno corrupção analisados, a fim de se definir um caso paradigma para ser mapeado.

### 4.1 Fenômeno corrupção: análise dos casos no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo

Como parte do método cartografia das controvérsias (Venturini, 2010, 2012), explicada no Capítulo 03 desta tese, faz-se necessária a definição de um caso de corrupção paradigma para que possa ser mapeado, dentre os 07 casos que são representados na linha do tempo, visualizada na imagem 06:

Imagem 6 – Linha do tempo – Casos de corrupção com base na literatura científica



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A sequência da análise ocorreu conforme a linha do tempo elaborada, sendo iniciada pela visão geral do caso a ser brevemente relatado, seguida da apresentação dos autores pela ordem temporal da publicação, incluindo os objetivos, métodos e conclusões dos artigos analisados.

#### 4.1.1 Mensalão – 2006

O Mensalão, caso com grande repercussão nacional, foi tipificado por meio propina, supostamente oriunda de contratos junto a estatais, em que houve o pagamento mensal a parlamentares para obter apoio político no Congresso, durante o período de 2004 e 2005, envolvendo 37 (trinta e sete) pessoas, onde 35 foram julgadas culpadas por corrupção pelo Supremo Tribunal Federal em 2012 (Andersen, 2015; Bálán (2014); Baquero 2015; De Freitas Júnior e De Oliveira Medeiros, 2018; Jucá, 2016; Lafer, 2016).<sup>6</sup>

Essa repercussão também motivou pesquisas e estudos. Nesse contexto, foram identificados os artigos científicos na pesquisa que estudaram o Mensalão como tema principal ou parcial foram escritos em 2014 e 2018.

O primeiro artigo publicado foi Bálán (2014) que, em sua pesquisa, tem por objetivo analisar o apoio popular contínuo aos políticos brasileiros Lula e Dilma, apesar de enfrentarem várias alegações de corrupção, por meio de quatro mecanismos que explicam a popularidade política em meio a alegações de corrupção: clientelismo, falhas informacionais, relevância do problema, argumento de “rouba mas faz”. Como resultado, são enfatizadas consequências de médio e longo prazo dos escândalos de corrupção em partidos políticos e instituições democráticas, sugerindo que a atenção e protestos públicos podem ajudar a reduzir os níveis de corrupção.

O segundo artigo trazido é o de Andersen (2015) que visa analisar narrativas midiáticas em torno do julgamento do mensalão de veículos brasileiros proeminentes, adotando a Análise crítica do discurso (CDA) para interpretação de textos de mídia. Ao final, quatro narrativas foram identificadas: as percepções de corrupção permanecem estáveis apesar dos resultados do julgamento; o julgamento influenciou a confiança do público nas instituições políticas,

---

<sup>6</sup> ANDERSEN, Mads Damgaard. Narrating the Mensalão Case: Configurations of Corruption. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 3, n. 2, p. 197-234, 2015.

BALÁN, Manuel. Surviving corruption in Brazil: Lula's and Dilma's success despite corruption allegations, and its consequences. *Journal of Politics in Latin America*, v. 6, n. 3, p. 67-93, 2014.

BAQUERO, Marcello. Corruption, political culture and negative social capital in Brazil. *Revista debates: revista de ciências sociais*. Porto Alegre, RS. Vol. 9, n. 2 (maio/ago. 2015), f. 139-157, 2015.

DE FREITAS JÚNIOR, Luiz Romeu; DE OLIVEIRA MEDEIROS, Cintia Rodrigues. Estratégias de racionalização da corrupção nas organizações: uma análise das declarações de acusados em casos de corrupção no Brasil. *Revista de Ciências da Administração*, p. 8-23, 2018;

JUCÁ, Ivan; MELO, Marcus André; RENNÓ, Lucio. The political cost of corruption: Scandals, campaign finance, and reelection in the Brazilian chamber of deputies. *Journal of Politics in Latin America*, v. 8, n. 2, p. 3-36, 2016.

LAFER, Celso. O cupim da corrupção. *Revista USP*, n. 110, p. 11-14, 2016.



surgimento de novos padrões narrativos na justiça e na democracia brasileiras; e a conexão da corrupção, transparência e legitimidade na governança no caso Mensalão (Andersen, 2015).

Na sequência, Baquero (2015) examina a relação entre as práticas de corrupção estatal e a cultura política defeituosa do Brasil, analisando o contexto histórico da corrupção no Brasil, traçando suas raízes nas práticas coloniais e na administração pública patrimonialista. A conclusões alcançadas indicam que a corrupção continua minando a democracia brasileira e a confiança dos cidadãos; que a cultura política institucionalizada leva à alienação e apatia entre os cidadãos; e que as práticas de corrupção criam capital social negativo, impedindo os avanços democráticos (Baquero, 2015).

Outro artigo científico selecionado foi escrito Jucá *et al.* (2016) que pesquisam o Mensalão por meio da abordagem quantitativa com o uso do Modelo *Probit* de efeitos aleatórios para analisar as chances de reeleição dos titulares, considerando que se propôs examinar o paradoxo de porque alguns políticos corruptos continuam vencendo eleições, apesar da desaprovação generalizada da corrupção. Ao final, o estudo destaca o paradoxo da corrupção no Brasil, onde os gastos podem tornar os imunes às consequências eleitorais (Jucá *et al.*, 2016).

Ainda em 2016, Lafer (2016) discute a relação entre ética e política, com foco no impacto da corrupção no sistema político, utilizando a argumentação da relação entre ética e política, enfatizando os efeitos prejudiciais da corrupção nos sistemas políticos, particularmente no Brasil, destacados pelos escândalos, como o Mensalão. Destaca ainda que a corrupção corrói a confiança nas instituições públicas e como o papel do espírito público na democracia pode ser comprometido pela corrupção (Lafer, 2016).

De Freitas Júnior e De Oliveira Medeiros (2018) exploram as justificativas para a participação em esquemas de corrupção como forma de racionalização pelos indivíduos envolvidos, aplicando a abordagem qualitativa com foco interpretativo, analisando o conteúdo de dez entrevistas com participantes de escândalos de corrupção, dentre eles o Mensalão.

O estudo explora as racionalizações para a participação em esquemas de corrupção e identifica padrões de discurso comuns entre os indivíduos envolvidos, em que categorias incluem negação de responsabilidade e postura clínica, havendo sugestão de resultados em que as interações sociais perpetuam a corrupção nas organizações.

Com base nas pesquisas que estudaram o Mensalão, constata-se que apresentaram como ponto de convergência a relação com a atuação política, quer seja por meio do julgamento realizado e suas narrativas aplicadas, apoio popular, cultura, racionalização dos indivíduos, reeleições, ética e sistema político (Andersen, 2015; Bálan, 2014; Baquero, 2015; De Freitas Júnior; De Oliveira Medeiros, 2018; Jucá, 2016; Lafer, 2016).

Ademais, os estudos confluem em eixos focados em influências nas instituições, credibilidade do sistema político, criação de capital social negativo, interações sociais que podem perpetuar a corrupção e paradoxo entre corrupção e gastos (Andersen, 2015; Bálán 2014; Baquero 2015; De Freitas Júnior e De Oliveira Medeiros, 2018; Jucá, 2016; Lafer, 2016).

Essa detecção ratifica como o fenômeno corrupção que possui o caráter multifacetado, possibilitando que estudos interdisciplinares, como o relacionado à ciência política (Balán, 2014) e a área de negócios (De Freitas Júnior; De Oliveira Medeiros, 2018), sejam estabelecidos em áreas como ciência política e negócios, que inclui a contabilidade (Breit *et al.*, 2015; Everett *et al.*, 2007; Klitgaard, 2006; Rothstein, 2021).

Dentre os métodos adotados para o Mensalão, por sua vez, tem-se os de abordagem qualitativa, com perspectiva interpretativista e crítica, sinalizam como aspectos relacionados aos discursos, argumentos, narrativas e contradições são técnicas que foram consideradas pelos autores como relevantes para a compreensão do fenômeno. Merece o destaque para o uso das mídias sociais como fonte de informação para a pesquisa (Andersen, 2015).

Esse fato indica a relevância voltada a como entender a práxis social, especialmente por meio de uma visão crítica, pode levar a identificar fenômenos, como o da corrupção, enquanto elemento que podem impedir o desenvolvimento das potencialidades e condições ações humanas, diante de situações estabelecidas. (Broadbent; Laughlin, 2013; Gomez-Villegas; Larrinaga, 2022; Smyth; Uddin; Lee, 2022).

Considerando o momento em que os estudos foram desenvolvidos (2014-2018), percebe-se o campo existente para se debater acerca de outras saídas que podem ser geradas na conjuntura a partir da 3ª década do século XXI, em que elementos como aspectos sociais, relativos a políticas públicas, em um ambiente em rede e digital podem ser trazidos para a discussão (Rothstein, 2021; Latour, 2012).

#### 4.1.2 Operação Sanguessugas Orçamentários - 2006

A Operação Sanguessugas Orçamentários foi caracterizada como um caso de corrupção descentralizado, tipificado por ganhos ilícitos, obtidos por agentes públicos e parlamentares, a partir de licitações municipais irregulares ligadas a emendas orçamentárias para área de saúde que eram destinadas por parlamentares. (Praça, 2011; Jucá *et al.*, 2016)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> JUCÁ, Ivan; MELO, Marcus André; RENNÓ, Lucio. The political cost of corruption: Scandals, campaign finance, and reelection in the Brazilian chamber of deputies. *Journal of Politics in Latin America*, v. 8, n. 2, p. 3-36, 2016.

Os estudos produzidos foram por Praça (2011) e Jucá *et al.* (2016). Praça (2011) objetivou examinar como as instituições políticas no Brasil promovem a corrupção e um dos dois escândalos de corrupção analisados foi o “sanguessugas orçamentárias” para ilustrar a relação entre centralização institucional, informalidade e corrupção.

Como resultado para esse caso, foi possível ilustrar como atores corruptos prosperaram em um cenário institucional parcialmente descentralizado e indicou ainda que houve reformas institucionais parciais e, até certo ponto, eficazes a partir dos casos estudados (Praça, 2011).

Jucá *et al.* (2016) examinaram o paradoxo de por que alguns políticos corruptos continuam vencendo eleições, apesar da desaprovação generalizada da corrupção, adotando o método quantitativo baseado no Modelo Probit de efeitos aleatórios para analisar as chances de reeleição dos titulares, com destaque para o resultado relacionado ao paradoxo da corrupção no Brasil, onde os gastos podem tornar os imunes às consequências eleitorais.

Com base nas conclusões dos estudos Praça (2011) e Jucá *et al.* (2016), é possível observar o foco na conduta do agente (Garcia; Teodósio, 2020; Rothstein, 2021). Ademais, apresentam que as respostas ao enfrentamento ao fenômeno corrupção possuem aspectos instrumentais, pontuais, em que elementos como o sistema legislativo e suas normas são tidos como remediadores para esse fenômeno complexo, controverso e de ação coletiva (Venturini, 2010, 2012; Persson *et al.*, 2015; Rothstein, 2018).

Nessa linha, tem-se o espaço para se ampliar o debate no âmbito da práxis social, possibilitando entender de onde viemos, como estamos, para onde podemos ir e o que coletivamente podemos nos tornar (Harvey, 2006; Gendron, 2018).

#### 4.1.3 Operação Lava Jato – 2014

A Operação Lava Jato<sup>8</sup>, iniciada em 2014 e concluída em 2021, buscou investigar denúncias de lavagem de dinheiro e evidenciou uma série de escândalos de corrupção e lavagem

---

PRAÇA, Sérgio. Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988-2008. Opinião Pública, v. 17, p. 137-162, 2011.

<sup>8</sup> “A **Operação Lava Jato**, uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil, teve início em março de 2014. Na época, quatro organizações criminosas que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigadas perante a Justiça Federal em Curitiba. A operação apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, e contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3.

Por causa da complexidade do esquema, políticos e econômicos, novas frentes de investigação foram abertas em vários estados como Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal. Também resultou na instauração de inquéritos criminais junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) para apurar fatos atribuídos a pessoas com prerrogativa de função.

de dinheiro, envolvendo políticos grandes empresas como Oderbrecht - Braskem, BTG Pactual, Eletrobrás, Gol Linhas Aéreas, Hypera Pharma, JBS, Oi e Petrobras. (Arantes *et al.* (2023), Pereira de Araújo e Coutinho e Silva (2020), Oliveira e Botinha (2024).

A investigação, de grande repercussão nacional, contou com cobertura diária da mídia e se desenvolveu-se em 79 fases, sendo deflagrada em 2014 com o foco inicial na Petrobras, diante das investigações sobre cartéis organizados em licitações e fraudes no processo de adjudicação de contratos públicos. (Costa *et al.*, 2022; Gonçalves; Andrade, 2019; Agência Brasil, 2024).

Os trabalhos de investigação foram executados ao longo de seis anos, por meio de força tarefa, e apresentaram desdobramentos nos Estados do Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal, tendo sido encerrados em 2021, com a incorporação da sistemática da força-tarefa aos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos)<sup>9 10</sup>(MPF, 2025).

Diante da repercussão, impacto e visibilidade, a Operação Lava Jato continua sendo objeto de pesquisas e estudos na área de negócios. Nesse sentido, com base na literatura científica coletada e tratada, o recorte da presente análise será adstrito apenas aos artigos científicos que trataram da Operação Lava Jato de forma ampla e sem detalhamento de suas fases, resultando em 18 (dezoito) artigos científicos escritos entre 2016 e 2024.<sup>11</sup>

---

*No MPF, a condução das investigações ficou a cargo de procuradores da República, que estruturaram o trabalho investigativo em forças-tarefas. A primeira delas surgiu em Curitiba. Em seguida, portarias regulamentaram o funcionamento das forças-tarefas no Rio de Janeiro e em São Paulo*”. Caso Lava Jato – Operação Lava Jato. Disponível em <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/casos-historicos/lava-jato> Acesso em 20 jun 25.

<sup>9</sup> Caso Lava Jato – Operação Lava Jato. Disponível em <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/casos-historicos/lava-jato> Acesso em 20 jun 25.

<sup>10</sup> Apesar do esquema criminoso que foi desarticulado, a condução das denúncias e dos julgamentos passou a ser criticada por juristas. [...] Ao fim da operação, em janeiro de 2021, o Ministério Público Federal argumentou que os resultados da Lava Jato demonstraram a “seriedade e eficiência da operação, que passou a cooperar com investigações no mundo todo”. Fonte: Rádio Nacional. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-03/lava-jato-maior-operacao-da-pf-completa-10-anos> Acesso em 19 jun 25.

<sup>11</sup> ARANTES, V. A.; SOUZA, F. M. de; GUSMÃO, I. B. FACHADAS ORGANIZACIONAIS E DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DO GUIDANCE: ANÁLISE ENTRE EMPRESAS INVESTIGADAS PELA POLÍCIA FEDERAL. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 125–151, 2023

ARANTES, Vagner Alves; GUSMÃO, Ivonaldo Brandani; COSTA, Mayla Cristina. Análise do relatório de guidance em empresas investigadas pela Polícia Federal: exame sob a perspectiva do gerenciamento de impressões. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 13, p. 1-13, 2019.

DE OLIVEIRA AGUILAR, Carolina *et al.* A adequação do programa de compliance nas empresas—casos múltiplos da Embraer e Braskem. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 12, n. 3, 2021.

DE OLIVEIRA MEDEIROS, Cintia Rodrigues; DA SILVEIRA, Rafael Alcadipani. A Petrobras nas teias da corrupção: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 11, n. 31, p. 11-20, 2017.

O artigo escrito por Lafer (2016) desenvolve a análise e argumentação entre política e ética, usando como plano de fundo duas operações, sendo uma delas a Lava Jato, concluindo que o espírito público está comprometido pela corrupção. Em 2017, Paiva *et al.* analisam as representações dos discursos sobre corrupção no âmbito do *Twitter*, entre agosto de 2014 e fevereiro de 2016, de dois veículos específicos revistas Veja e Carta Capital e seus respectivos respondentes, concluindo o papel relevante da mídia, já que construção da corrupção é o resultado de processos de produção de sentidos inseridos em um contexto de campos sociais e políticos.

No ano de 2018 foram identificados os seguintes artigos: De Araújo *et al.* (2018), que buscaram identificar quais são os efeitos causados pela divulgação de eventos de corrupção sobre o valor de mercado das empresas listadas na Bolsa de Valores Brasileira e Padula e Albuquerque (2018), que objetivaram entender a relação entre a queda no nível de investimento e a corrupção.

Ambos os estudos adotaram o método quantitativo, por meio do estudo de eventos, tendo concluído que a deflagração de operações anticorrupção, como a Lava Jato, têm potencial

---

EMOINGT, Beatriz Gil; DE CARVALHO SILVA, Marcelo Almeida. Concepção neoliberal da corrupção no discurso contábil da JBS. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 17, p. e192429-e192429, 2023.

FAÇANHA, Magali Carvalho *et al.* Gerenciamento de riscos e gestão de controles internos em empresas brasileiras envolvidas em crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 17, n. 43, p. 34-50, 2020.

FELIX, Bruno; BOTELHO, Josinea; NOSSA, Valcemiro. "The Exorcist": a grounded theory on how individuals avoid unethical requests at work. *International Journal of Organizational Analysis*, v. 31, n. 7, p. 3634-3652, 2023.

FILHO, Silvio da Costa Magalhães; DA COSTA, Fábio Moraes; MONTE-MOR, Danilo Soares. Os efeitos da operação lava jato sobre o volume de negociação no mercado acionário brasileiro. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 42, n. 3, p. 1-17, 2023.

GONÇALVES, Vinícius Batista; ANDRADE, Daniela Meirelles. Corruption in the Durkheimian perspective: a case study of the Operation Car Wash. *Revista de Administração Pública*, v. 53, p. 271-290, 2019.

LAFER, Celso. O cupim da corrupção. *Revista USP*, n. 110, p. 11-14, 2016.

MARAGNO, Lucas Martins Dias; DE SOUZA KNUPP, Paulo; BORBA, José Alonso. Corrupção, lavagem de dinheiro e conluio no Brasil: evidências empíricas dos vínculos entre fraudadores e cofraudadores no caso Lava Jato. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 13, p. 5-18, 2019.

PADULA, Ana Julia Akaishi; ALBUQUERQUE, Pedro Henrique Melo. Government corruption on Brazilian capital markets: A study on Lava Jato (Car Wash) investigation. *Revista de Administração de Empresas*, v. 58, p. 405-417, 2018.

PAIVA, André Luiz de; GARCIA, André Spuri; ALCÂNTARA, Valderi de Castro. Disputas discursivas sobre corrupção no Brasil: uma análise discursivo-crítica no Twitter. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 21, n. 05, p. 627-647, 2017.

PEREIRA DE ARAUJO, Gabriel; COUTINHO E SILVA, Adolfo Henrique. Reação do Mercado de Capitais ao Anúncio de Acordos de Leniência: Estudo de Caso de uma Empresa Brasileira. *Pensar Contábil*, v. 22, 2020.

PRATES, Ariel; SALLABERRY, Jonatas Dutra; SOUZA, Romina Batista de Lucena de. Percepção sobre o trabalho de peritos contábeis no Ministério Público. *Pensar Contábil*. Rio de Janeiro. Vol. 22, n. 78 (maio/ago. 2020), p. 60-67, 2020.

RODRIGUES, Fabiana Alves. The Fight against Corruption in Brazil: more than Politicians on Trial. 2023.

SALLABERRY, Jonatas Dutra *et al.* Measurement of damage from corruption in Brazil. *Journal of Financial Crime*, v. 27, n. 4, p. 1239-1239, 2020.

DE ARAÚJO, Eduardo Carvalho Correa *et al.* Corrupção e valor de mercado: os efeitos da Operação Lava Jato sobre o mercado de ações no Brasil. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, v. 17, n. 51, p. 41-58, 2018.

para reduzir diferenças de precificação existentes entre empresas que participam diretamente de contratos fraudulentos e demais empresas do mesmo setor (De Araújo *et al.*, 2018).

Padula e Albuquerque (2018), por sua vez, concluem em seu trabalho que no Brasil houve uma grande desvalorização nas maiores empresas estatais negociadas na bolsa de valores nacional e também em suas *American Depositary Receipt (ADR)*, gerando um cenário de fuga de recursos financeiros e indicando uma queda no crescimento econômico, apoiando a teoria de prejuízo em longo prazo da corrupção (Padula e Albuquerque, 2018).

Em 2019, os estudos de Arantes *et al.* (2019) e Maragno *et al.* (2019), respectivamente, trazem a cena as temáticas relacionadas à divulgação de informações denunciadas e vínculos entre cofraudares. Já o de Gonçalves *et al.* (2019) utilizam conceitos *durkheimianos* para interpretar e compreender a corrupção na Operação Lava Jato.

Arantes *et al.* (2019) analisam se as investigações de fraudes feitas pela Polícia Federal operações recentes, dentre elas a Lava Jato, geraram algum efeito na divulgação de informações prospectivas das empresas denunciadas, usando a análise de conteúdo do relatório de *Guidance* para as empresas investigadas e medição quantitativa do tom, concluindo que padrão de divulgação (tom mais positivo ou mais negativo) varia desde a retomada do otimismo até a descontinuidade do relatório.

Maragno *et al.* (2019) buscam compreender os vínculos que conectam cofraudadores em esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro presentes na Operação “Lava Jato”, por meio de modelos de regressão logística binária, partes do grupo de Modelos Lineares Generalizados, demonstrando que os fraudadores líderes já haviam sido condenados anteriormente e/ou possuíam experiência nas fraudes cometidas, vínculos afetivos estão positivamente relacionados à apropriação indébita, ocultação de provas e “testa de ferro”, bem como são fornecidas fornecem algumas evidências empíricas dos vínculos funcionais que servem à organização e invariavelmente para os vínculos afetivos.

Por sua vez, Gonçalves *et al.* (2019) tiveram como objetivo interpretar e compreender a maior investigação de crimes de corrupção no país utilizando conceitos e raciocínios *durkheimianos*, com vistas a contribuir para a análise do fenômeno no caso concreto e na administração pública como um todo. Por meio de abordagem qualitativa, dados foram coletados em sítios eletrônicos oficiais e em mídias sociais, tendo sido concluído a corrupção investigada pela Operação Lava Jato é um fato social patológico presente na estrutura de diferentes órgãos e instituições que afeta a ordem social, decorrente de um estado de anomia no qual os indivíduos não aderem às normas sociais e morais vigentes.

No ano de 2020, Façanha *et al.* (2020), Pereira de Araújo e Coutinho e Silva (2020), Prates *et al.* (2020), Sallaberry (2020) foram as produções científicas publicadas. Façanha *et al.* (2020) identificam as principais características do gerenciamento de riscos e da gestão de controles internos divulgadas nos formulários de referência de companhias de capital aberto listadas na B3, envolvidas em crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, adotando a abordagem qualitativa.

Como achados, foram observados que algumas empresas ainda não adotam uma política de gerenciamento de riscos formal, ou só recentemente passaram a implementá-la, enquanto outras julgam que a gestão de controles internos não tem sido eficaz (Façanha *et al.*, 2020). Pereira de Araújo e Coutinho e Silva (2020) analisam a reação do mercado, em uma empresa não financeira, que anunciou a celebração de acordos de leniência junto ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e, por meio de estudo de eventos, foi demonstrado que a divulgação da punição decorrente de atos corruptivos por parte da empresa não é percebida de forma idêntica pelo mercado, contribui para melhorar o entendimento sobre os impactos da divulgação da prática de atos de corrupção e da investigação destes nos retornos das ações das empresas de capital aberto.

Prestes *et al.* (2020), por sua vez, analisam a percepção de Procuradores da República lotados na Operação Lava Jato, núcleo Curitiba, quanto à qualidade dos produtos (relatórios e laudos) elaborados pelos analistas periciais contábeis do Ministério Público Federal (MPF). Para isso, usam levantamento por *survey* e empregam estatística descritiva, destacando a qualidade superior dos relatórios elaborados, corroborando estudos anteriores, e ressaltando a necessidade de treinamento e compra de *softwares* de inteligência para auxiliar os peritos e demais investigadores (Prates *et al.*, 2020).

Sallaberry (2020) analisam e mede os danos causados por atos de corrupção na maior investigação do Brasil, conhecida como a operação "Lava Jato", por meio de pesquisa documental sobre denúncias e decisões judiciais e com base na metodologia quantitativa "Siga o Dinheiro". Os achados permitiram a identificação de danos decorrentes de atos de corrupção que atingiram 17,8% do valor das refinarias de petróleo construídas, enquanto o benefício dos agentes corruptores foi de 13,7% do dano causado.

Na sequência, a pesquisa de Andrade *et al.* (2023) analisa o gerenciamento de resultados entre empresas públicas brasileiras durante o *Impeachment* Presidencial de 2016, com destaque para a amostra de 721 observações de empresas por trimestre relacionadas a empresas brasileiras listadas e um grupo de controle de empresas listadas do México, que não foram afetadas pelo choque exógeno analisado, no período entre 2013 e 2018.

Os principais achados sugerem uma relação negativa entre o evento de *Impeachment* de 2016 e o nível de acréscimos discricionários, sugerindo que as empresas brasileiras tendiam a reduzir seus níveis de gestão de resultados durante o processo de impeachment (Andrade *et al.*, 2023).

O artigo de Arantes *et al.* (2023) analisa fachadas organizacionais em relatórios de orientação de empresas investigadas pela Polícia Federal, por meio de abordagem qualitativa mediante análise de conteúdo sob a perspectiva da teoria da hipocrisia organizada, materializada pelo uso das fachadas organizacionais. Os resultados permitiram inferir como uma empresa pode utilizar a divulgação corporativa para gerenciar as percepções dos *stakeholders*.

Emoingt e De Carvalho Silva (2023) trazem a óptica da Análise Crítica do Discurso, baseada no modelo tridimensional de Fairclough, para investigar que forma se apresentam os discursos atrelados à corrupção divulgados nos relatórios corporativos anuais de uma grande empresa envolvida em caso de corrupção, tendo sido possível concluir que em seus relatórios a empresa procura se eximir de responsabilidade pelos atos de corrupção, suavizando-os e atribuindo-lhes a um grupo específico dentro da organização.

Como resultados, Emoingt e De Carvalho Silva (2023) identificam ainda um alinhamento com a concepção neoliberal da corrupção, por meio da responsabilização do Estado enquanto agente da corrupção, bem como pela adoção de soluções prontas difundidas e legitimadas por organizações internacionais de orientação neoliberal.

Felix *et al.* (2023) em seu estudo tem como objetivo entender como os indivíduos buscam reduzir a ocorrência de pedidos antiéticos no trabalho e os efeitos de tais estratégias, por meio da *Grounded Theory* através de entrevistas semi-estruturadas com 65 indivíduos que trabalharam para empresas envolvidas na Operação Lava Jato. Sinteticamente, foi observado que os riscos de retaliação por fazer uma comunicação moral são maiores no caso da comunicação moral explícita, o que implica que a comunicação moral implícita é mais eficaz e segura para o indivíduo que deseja evitar pedidos antiéticos.

Filho *et al.* (2023) analisaram os efeitos das divulgações de notícias das investigações da operação Lava Jato no volume de negociação das empresas brasileiras, utilizando a metodologia de estudos de eventos, sugerindo como resultados que notícias de corrupção afetam o comportamento dos investidores que diante das incertezas do mercado e reagindo de forma mais eficiente às notícias tendem a comprar ou vender com mais facilidade provocando uma anormalidade nos volumes negociados.



Ainda no exercício de 2023, Rodrigues (2023) apresenta a resenha do livro "*Brazilian Politics on Trial: Corruption Reform under Democracy*" Da Ros, Luciano and Taylor, Matthew M., 2022) que analisa a crise das democracias liberais, particularmente no Brasil, com foco na erosão democrática, integrando a literatura sobre responsabilidade com a análise política das políticas anticorrupção.

Por fim, Oliveira e Botinha (2024) visam investigar o uso da neutralização no *disclosure* de escândalos socioambientais e sua relação com a reputação corporativa, efetuando estudo exploratório e quali quantitativo, com análise de conteúdo e testes estatísticos para investigação dos escândalos socioambientais. Como resultado, foram identificadas técnicas de neutralização nas informações de relatórios corporativos voluntários de empresas envolvidas em escândalos socioambientais, bem como foi verificada correlação positiva entre o *disclosure* neutralizado e a reputação dessas empresas no ano do escândalo e no posterior, verificou-se também um aumento do uso das técnicas após o evento.

Com base nos 18 artigos analisados, algumas inferências podem ser elaboradas. Primeiramente se refere ao se considerar o impacto da Operação Lava Jato (MPF, 2025), passa-se a entender o porquê da quantidade de estudos que foram e continuam sendo produzidos sobre a temática, corroborando com a assertiva de a corrupção ser um tema amplamente discutido e um dos mais sérios problemas sociais apresentados (Klitgaard, 1998; Jain, 2001; Macedo; Valadares, 2021; Martins, 2008; Rothstein, 2021).

Percebe-se ainda a perspectiva econômica financeira dos estudos, ainda se fazendo presente elementos majoritariamente focados na atuação do agente, como nos estudos relativos à fraude, divulgações e impactos sobre resultados, como mencionado ao longo deste tópico (Arantes *et al.*, 2019; De Araújo *et al.*, 2018; Emoingt E De Carvalho Silva, 2023; Félix *et al.*, 2023; Filho *et al.*, 2023; Gonçalves; Andrade, 2019; Maragno *et al.*, 2019; Pereira de Araújo; Coutinho e Silva, 2020; Sallaberry, 2020).

Um aspecto diferencial se refere ao fato de serem consideradas pesquisas a partir de argumentos, análise de discurso, ambiente digital e na perspectiva crítica (Emoingt E De Carvalho Silva, 2023, Félix *et al.*, 2023; Lafer, 2016), indicando diversidade de vertentes e trajetórias para se desenvolver o assunto pesquisado (Andersen; Collins, 2015; Gendron, 2018; Smith *et al.*, 2022).

Pode-se ainda mencionar, por meio dos artigos científicos produzidos para a Operação Lava Jato, o caráter controverso inerente ao fenômeno corrupção, sendo objeto do debate público, envolvendo diversos pontos de vista em um ambiente complexo, dinâmico e digital, como parte do construtivismo social (Latour, 2012).

#### 4.1.4 Operação Zelotes - 2015

A operação Zelotes<sup>12</sup>, iniciada em 2015, foi tipificada por sonegação fiscal de empresas que negociavam isenções e resultados de processos junto ao Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF) do Ministério da Fazenda, investigando as associações para sonegação fiscal junto ao CARF, que julga casos de sonegação tributária e os recursos colocados pelas empresas autuadas.

A ação se materializava quando determinadas empresas autuadas atuavam junto ao CARF para reverter ou anular as multas aplicadas, com uma estimativa bilionária de prejuízo aos cofres públicos. (Arantes *et al.*, 2023, Arantes *et al.*, 2019).

Quanto aos artigos científicos que abordaram a Operação Zelotes, foram localizados Arantes *et al.* (2019) e Arantes *et al.* (2023), já detalhados no âmbito da operação Lava Jato: o primeiro tratando do efeito gerado na divulgação de informações e a polícia federal e o segundo analisando as fachadas organizacionais, adotando, respectivamente, a abordagem quantitativa e qualitativa, por meio de análise de conteúdo.

Já o artigo de Paiva *et al.* (2017) analisou quais e como as representações dos discursos sobre corrupção no Brasil, publicizados no *Twitter*, são mobilizadas em disputas discursivas em dois escândalos de corrupção, sendo um deles a Operação Zelotes.

Análise crítica do discurso e o conceito de disputas discursivas operacionalizadas em três instâncias, a saber (a) disputas entre os media (Veja e Carta Capital); (b) disputas entre usuários e media; e (c) disputas entre os próprios leitores/usuários. A busca ocorreu das publicações no *Twitter*, durante os meses de agosto de 2014 e fevereiro de 2016, das revistas Veja e Carta Capital, e de usuários/leitores que responderam a estes enunciados. Os resultados apontam que a construção da corrupção é o resultado de processos de produção de sentidos inseridos em um contexto de campos sociais e políticos, com o papel marcante da mídia na construção de escândalos.

---

<sup>12</sup> ARANTES, V. A.; SOUZA, F. M. de; GUSMÃO, I. B. FACHADAS ORGANIZACIONAIS E DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DO GUIDANCE: ANÁLISE ENTRE EMPRESAS INVESTIGADAS PELA POLÍCIA FEDERAL. *Contabilidade Vista & Revista*, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 125–151, 2023  
 ARANTES, Vagner Alves; GUSMÃO, Ivonaldo Brandani; COSTA, Mayla Cristina. Análise do relatório de guidance em empresas investigadas pela Polícia Federal: exame sob a perspectiva do gerenciamento de impressões. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 13, p. 1-13, 2019.  
 PAIVA, André Luiz de; GARCIA, André Spuri; ALCÂNTARA, Valderi de Castro. Disputas discursivas sobre corrupção no Brasil: uma análise discursivo-crítica no Twitter. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 21, n. 05, p. 627-647, 2017.

Ao observar os três artigos, o primeiro se relaciona à publicação dos relatórios, segundo trata do contexto organizacional e o terceiro possui uma abordagem que inclui o debate no ambiente digital, especialmente no âmbito das redes. Nesse sentido, identifica-se que o mesmo caso de corrupção pode ser estudado sob a perspectiva positivista, com abordagem quantitativa e qualitativa (Arantes *et al.*, 2019; Arantes *et al.*, 2023), como por meio da perspectiva crítica (Paiva *et al.*, 2017).

A diversidade de objetos, métodos e perspectivas para se estudar a Operação Zelotes (Arantes *et al.*, 2019; Arantes *et al.*, 2023; Paiva *et al.*, 2017), com destaque para que a discussão ultrapasse os limites organizacionais, sendo transmutado para o ambiente das redes sociais, (Paiva *et al.*, 2017), apresenta como as concepções acerca do Fenômeno corrupção pode ser construídas, diante de múltiplas visões sobre um mesmo fenômeno.

Essa constatação sinaliza como os campos sociais e políticos são parte de um ambiente que não pode desconsiderar o impacto do ambiente digital, com destaque para as mídias sociais na construção do social. (Latour, 2012).

#### 4.1.5 Caso EMBRAER e Operação Greenfield – 2016

A análise dos casos EMBRAER e da Operação *Greenfield*<sup>13</sup> será efetuada em um único tópico, diante da pouca produção científica identificada. Sobre o caso EMBRAER, refere-se ao pagamento de suborno para funcionários do governo estrangeiro na República Dominicana, Arábia Saudita e Moçambique para obter negócios, por meio de subsidiária sediada nos EUA, mediante autorização pela alta administração da EMBRAER conforme o relatório da SEC - *Security Exchange Commission*, ano de 2016 (De Oliveira Aguilar *et al.*, 2021). O montante envolvido superou mais de US\$ 83 milhões em lucros de negócios obtida através do uso de pagamentos ilícitos.

Os questionamentos da SEC à EMBRAER foram iniciados em 2013, a respeito de transações relativas à venda de aeronaves no exterior, bem como outras informações relacionadas à possibilidade de não conformidade com o *FCPA (Foreign Corrupt Practices Act)*. Em 2016, a EMBRAER assinou o Termo de Acordos Definitivos com a *Securities and*

---

<sup>13</sup> CARDOSO, Leonardo; CARVALHO, João Vinícius de França; DAMASCENO, Alexandre Teixeira.

Impactos regulatórios nos investimentos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Brasil. Revista Contabilidade & Finanças, v. 35, p. e1813, 2024.

DE OLIVEIRA AGUILAR, Carolina *et al.* A adequação do programa de *compliance* nas empresas—casos múltiplos da Embraer e Braskem. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 12, n. 3, 2021.

*Exchange Commission (SEC)* e *Department of Justice (DOJ)* nos Estados Unidos, tendo se comprometido a ser submetida por uma monitoria externa independente durante três anos para avaliar o cumprimento de acordos firmados e evitar violação da normativa anticorrupção americana, bem como a pagar multas e devolução do lucro indevido (De Oliveira Aguilar *et al.*, 2021).

Já no cenário brasileiro, a EMBRAER assinou um Termo de Compromisso e de Ajustamento de Conduta (TCAC), junto ao Ministério Público Federal – MPF e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM reconhecendo a prática de determinadas condutas que resultaram no descumprimento de leis brasileiras, entre 2007 e 2011, o que implicou a assunção de obrigações de pagamento a título de desfazimento do enriquecimento sem causa lícita e colaboração com esses órgãos em processos judiciais e administrativos que versassem sobre o caso (De Oliveira Aguilar *et al.*, 2021).

Para estudar este caso, os autores De Oliveira Aguilar *et al.* (2021) se propuseram a verificar os programas de conformidade das organizações envolvidas em esquemas de corrupção após a implementação da lei anticorrupção, já que o estudo também estudou o caso da Braskem (subsidiária da Oderbrecht), tendo adotado como método de pesquisa a descritiva, bibliográfica/documental e qualitativa.

Os resultados, obtidos de relatórios de instituições legais e regulatórias no Brasil e nos EUA, indicam que apesar de a empresa possuir programas de conformidade implementado e da importância da melhoria contínua nas estratégias de conformidade após a adoção da lei anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013), ajustes ainda são necessários para se aumentar a eficácia, além da necessidade de se mapear riscos e problemas externos além dos códigos internos de governança.

O segundo caso estudado neste tópico é a Operação *Greenfield*, que foi deflagrada em 2016, por meio de uma força tarefa conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e envolveu os principais fundos de pensão em um esquema de fraude, corrupção e desvios de verbas nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) (Cardoso *et al.*, 2024).

A fim de evidenciar mecanismos de resposta a essa situação, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução CMN n. 4.661/2018, que disciplinou a maneira como as EFPC deveriam aplicar os fundos de pensão, e que foi revogada pela CMN n. 4.994/2022 que, dentre outras alterações, focou no pagamento de taxa de performance e concentração por emissor. (Cardoso *et al.*, 2024).

No que se refere ao campo científico para este caso de corrupção, foi identificado um único artigo que teve como objetivo “Avaliar se o novo padrão de limites estabelecidos pelas Resoluções CMN ns. 4.661/2018 (4.994/2022) foi suficiente para o atingimento de retornos financeiros que cubram os passivos atuariais das EFPC no Brasil, produzido por Cardoso *et al* (2024). A metodologia foi quantitativa, a saber, *Assets and Liabilities Management (ALM) Asset-Only*, implementada em Damasceno e Carvalho (2021), para mensurar os descasamentos dos ativos e passivos de um plano de previdência complementar.

Quanto aos resultados, chegou-se à conclusão que não foram identificadas diferenças em retornos potencialmente obtidos com as novas normas e que portfólios com menores restrições legais podem gerar menor exposição ao patrimônio das EFPC, extremamente importante para planos do tipo benefício definido, uma vez que o modelo irrestrito apresentou maiores retornos com volatilidade substancialmente inferior quando comparada aos modelos restritos, apesar da flexibilização das novas normas, não foram identificadas diferenças em retornos potencialmente obtidos Cardoso *et al.* (2024).

A partir dos dois casos trazidos neste subtópico, o da EMBRAER e o da *Greenfield* é possível identificar tipologias e métodos que apresentam convergências para o Fenômeno corrupção (Klitgaard, 1991; Heywood, 2020; Macedo; Valadares, 2021). Essa constatação é observada pelo fato de ambos os artigos trataram do fenômeno corrupção com enfoque econômicos, financeiro e monetário, amparados em normativos, quer seja a Lei anticorrupção (De Oliveira Aguilar *et al.*, 2021) ou as Resoluções CMN ns. 4.661/2018- 4.994/2022 (Cardoso *et al.*, 2024), adotando abordagens qualitativa e quantitativa, respectivamente.

Esse achado corrobora no sentido de que o fenômeno corrupção possui tipologias variadas, é multidimensional e pode ser analisado sob perspectivas diversas, o que amplia as inúmeras formas de que possa ser estudado (Oliveira Júnior *et al.*, 2016).

#### 4.1.6 Carne Fraca – 2017

A Operação Carne Fraca<sup>14</sup>, iniciada em março de 2017, investigou as irregularidades no tratamento e venda de carnes fora do prazo de validade, com o envolvimento da fiscalização

---

<sup>14</sup> ARANTES, V. A.; SOUZA, F. M. de; GUSMÃO, I. B. FACHADAS ORGANIZACIONAIS E DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DO GUIDANCE: ANÁLISE ENTRE EMPRESAS INVESTIGADAS PELA POLÍCIA FEDERAL. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 125–151, 2023  
ARANTES, Vagner Alves; GUSMÃO, Ivonaldo Brandani; COSTA, Mayla Cristina. Análise do relatório de guidance em empresas investigadas pela Polícia Federal: exame sob a perspectiva do gerenciamento de impressões. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 13, p. 1-13, 2019.

sanitária e empresas produtoras que usaram produtos químicos e outras formas de adulteração de carnes vencidas (Arantes *et al.*, 2019; Arantes *et al.*, 2023).

A ação englobou fraudes laboratoriais no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em lotes que apresentaram irregularidades, mediante o pagamento de propinas para obtenção dos certificados de qualidade adulterados (Arantes *et al.*, 2019; Arantes *et al.*, 2023; Sadami & Bernardes, 2024). Como resultado, houve ganhos indevidos às organizações, com potencial impacto em produção e vendas em decorrência da adulteração de produtos. (Arantes *et al.*, 2019).

Quanto aos artigos científicos que abordaram a Operação Carne Fraca, tem-se o de Arantes *et al.* (2019) e Arantes *et al.* (2023), já mencionados no âmbito da Operação Lava Jato e Operação Zelotes, cujas conclusões, respectivamente permitiram inferir sobre como uma empresa pode utilizar a divulgação corporativa para gerenciar as percepções dos *stakeholders* Arantes *et al.* (2019) e como os resultados mostram que o padrão de divulgação (tom mais positivo ou mais negativo) varia entre as empresas investigadas por corrupção, indo desde uma rápida retomada do otimismo, até a descontinuidade do relatório Arantes *et al.* (2023).

O terceiro artigo científico, produzido por Emoingt e De Carvalho Silva (2023) que trata da Operação Carne Fraca, tendo sido objeto de detalhamento na discussão sobre a Operação Lava Jato. Ratifica-se que por meio da Análise Crítica do Discurso, amparada no modelo tridimensional de Fairclough, a pesquisa concluiu que em seus relatórios a empresa procura se eximir de responsabilidade pelos atos de corrupção, além de ter sido possível identificar um alinhamento com a concepção neoliberal da corrupção, bem como pela adoção de soluções prontas difundidas e legitimadas por organizações internacionais de orientação neoliberal (Emoingt; De Carvalho Silva, 2023).

O artigo científico de Sadami *et al.* (2024) discutiu o papel do BNDES na política industrial brasileira e na estratégia de campeões nacionais, usando a Análise Narrativa a partir das alegações de corrupção, violações dos direitos humanos e danos ambientais, propondo uma abordagem democrática à governança corporativa como uma solução potencial, oferecendo *insights* para mitigar as armadilhas do capitalismo de compadrio em estratégias industriais (Sadami *et al.*, 2024).

---

EMOINGT, Beatriz Gil; DE CARVALHO SILVA, Marcelo Almeida. Concepção neoliberal da corrupção no discurso contábil da JBS. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 17, p. e192429-e192429, 2023.  
SADAMI, Arthur; VÍSPICO, Lucas; BERNARDES, Mateus. Industrial Policy and Democratic Corporate Governance: Perspectives from the BNDES Case. *European Business Law Review*, v. 35, n. 6, 2024.

Com base nos artigos científicos analisados, constata-se que o fenômeno corrupção para o caso da operação Carne Fraca possuiu epistemologias, abordagens e métodos diferentes (Arantes *et al.*, 2019; Arantes *et al.*, 2023; Emoingt; De Carvalho Silva, 2023; Sadami *et al.*, 2024).

Logo, é possível inferir que análises de conteúdo (Arantes *et al.*, 2019; Arantes *et al.*, 2023), do discurso (Emoingt; De Carvalho Silva, 2023) e narrativas (Sadami *et al.*, 2024) podem ser adotadas para contribuir para a compreensão além do relacional, trazendo elementos do contexto organizacional, aspectos críticos da ideologia neoliberal e como as alegações de corrupção podem ser somar a uma discussão sobre a abordagem da governança corporativa.

Considerando a análise da literatura científica realizada para os 07 casos do Fenômeno corrupção estudados, proceder-se-á a aplicação da estrutura analítica amparada na Teoria Ator-Rede a esses casos, sob as lentes a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato social.

#### **4.2 Fenômeno corrupção: aplicação da estrutura analítica amparada na Teoria Ator-Rede**

Como parte da sequência da pesquisa, proceder-se-á a aplicação da estrutura amparada na Teoria Ator-Rede, relacionada às visões acerca da Teoria da Agência (Jensen; Meckling, 1976) e da Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021), para analisar o fenômeno corrupção dos 07 casos estudados, e ao final se definir o caso paradigma, considerando o que venha a apresentar maior aderência à estrutura analítica proposta.

Conforme previamente tratado no referencial teórico desta tese, a Teoria da Agência de Jensen e Meckling (1976) tem sido a visão predominante e pressupõe a separação entre controle e gestão, baseada na estrutura o capital, focada no aspecto econômico e antropocêntrico, de modo a evitar mitigar o conflito de agência, por meio de mecanismos que neutralizem a maximização do interesse próprio, com enfoque monetário, conforme síntese dos artigos analisados, apresentada no Quadro 6:

Quadro 6 – Teoria da Agência - Síntese de achados nos artigos analisados

Teoria da Agência - Elementos	Caso de corrupção	Síntese de Achados
<b>Separação entre controle e gestão</b>	Operação Lava Jato (Façanha <i>et al.</i> (2018))	Algumas empresas envolvidas em crimes de corrupção e lavagem de dinheiro de capital aberto listadas na B3 ainda não adotam uma política de gerenciamento de riscos formal, ou só recentemente passaram a implementá-la, enquanto outras julgam que a gestão de controles internos não tem sido eficaz
<b>Aspecto econômico e reduzido/ focado no agente (antropocêntrico)</b>	Mensalão e Operação Sanguessugas Orçamentários (Jucá <i>et al.</i> , 2016)	Gastos eleitorais tornam os políticos corruptos imunes.
	Operação Sanguessugas Orçamentários (Praça, 2011)	Atores corruptos podem prosperar em um cenário institucional parcialmente descentralizado.
	Operação Lava Jato (Gonçalves; Andrade, 2019)	Corrupção descoberta em órgãos é um fato social patológico decorrente de um estado de anomia no qual os indivíduos não aderem às normas sociais e morais vigentes.
	Operação Lava Jato (Emoingt; De Carvalho Silva, 2023)	Alinhamento com concepção neoliberal da corrupção por meio da responsabilização do Estado enquanto agente da corrupção, bem como pela adoção de soluções prontas difundidas e legitimadas por organizações internacionais de orientação neoliberal.
	Operação Lava Jato (Felix <i>et al.</i> , 2023)	A comunicação moral implícita é mais eficaz e segura para o indivíduo que deseja evitar pedidos antiéticos, junto a indivíduos que trabalharam para empresas envolvidas na Operação Lava Jato.
<b>Monetarismo</b>	Operação Lava Jato (De Araújo <i>et al.</i> , 2018)	A deflagração de operações anticorrupção como a Lava Jato tem potencial para reduzir diferenças de precificação existentes entre empresas que participam diretamente de contratos fraudulentos e demais empresas do mesmo setor.
	Operação Lava Jato (Padula e Albuquerque, 2018)	Desvalorização nas maiores empresas estatais negociadas na bolsa de valores nacional e também em suas <i>American Depositary Receipt (ADR)</i> , gerando um cenário de fuga de recursos financeiros e indicando uma queda no crescimento econômico, apoiando a teoria de prejuízo em longo prazo da corrupção.
	Operação Lava Jato Arantes <i>et al.</i> (2019)	Padrão de divulgação do relatório de Guidance (tom mais positivo ou mais negativo) variou nas divulgações das empresas investigadas pela Polícia Federal.
	Operação Lava Jato (Pereira de Araújo e Coutinho e Silva, 2020)	A divulgação da punição decorrente de atos corruptivos por parte da empresa não é percebida de forma idêntica pelo mercado, contribuindo para melhorar o entendimento sobre os impactos da divulgação da prática de atos de corrupção e das suas respectivas investigações nos retornos das ações das empresas de capital aberto.
	Operação Lava Jato Andrade <i>et al.</i> (2023)	Relação negativa entre o evento de Impeachment de 2016 e o nível de acréscimos discricionários, sugerindo que as empresas brasileiras tendiam a reduzir seus níveis de gestão de resultados durante o processo de <i>impeachment</i> .
	Operação Lava Jato Arantes <i>et al.</i> (2023)	Inferência que uma empresa investigada pela Polícia Federal pode utilizar a divulgação corporativa para gerenciar as percepções dos <i>stakeholders</i> .
	Operação Lava Jato Oliveira e Botinha (2024)	Identificação de técnicas de neutralização nas informações de relatórios corporativos voluntários de empresas envolvidas em escândalos socioambientais, bem como foi



Teoria da Agência - Elementos	Caso de corrupção	Síntese de Achados
		verificada correlação positiva entre o disclosure neutralizado e a reputação dessas empresas no ano do escândalo e no posterior, verificou-se também um aumento do uso das técnicas após o evento.
	Operação Greenfield (Cardoso <i>et al.</i> , 2014)	Não foram identificadas diferenças em retornos potencialmente obtidos com o novo normativo padrão de limites estabelecidos pelas Resoluções CMN ns. 4.661/2018 (4.994/2022) no âmbito das EFPC, que portfólios com menores restrições legais podem gerar menor exposição ao patrimônio das EFPC.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Entretanto, no contexto do Setor Público brasileiro contemporâneo **a visão antropocêntrica, econômica e monetária apresenta limitações para entender o social que possui associações, atores humanos e não-humanos**, diante das incertezas dos grupos, ação e fatos, em um ambiente social dinâmico, incerto e marcado por controvérsias, **como proposto por Latour (2012)**.

Nessa linha, aspectos sociais, atores humanos, como pessoas e organizações, e atores não humanos, como ambiente da internet e das redes, normativos e regulamentos, políticas e práticas institucionais e dispositivos que possibilitam conexões infocomunicacionais, amparada na Teoria Ator-Rede de Latour (2012), surgem como elementos a serem trazidos, considerando a estrutura analítica proposta nesta tese. Oportunamente, cabe ratificar que, à época da concepção da Teoria da Agência (Jensen; Meckling, 1976), o debate quanto aos atores humanos e não-humanos não era inerente àquele tempo.

Observando o contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo, impende ainda mencionar que os estudos sobre os casos do Fenômeno corrupção efetuados nos artigos científicos localizados, em que pesem não sejam baseados na Teoria Ator-Rede, trazem elementos não humanos e controversos, conforme síntese dos artigos analisados, apresentada no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – TAR - Síntese de achados nos artigos analisados

<b>Elementos não humanos e controversos (TAR)</b>	<b>Caso de corrupção</b>	<b>Achados identificados nos artigos analisados</b>
<b>Controvérsias (debate público e dinâmico) (Venturini, 2010, 2012)</b>	Caso Mensalão (Bálan, 2014)	Ênfase nas consequências de médio e longo prazo dos escândalos de corrupção em partidos políticos e instituições democráticas, sugerindo que a atenção e protestos públicos podem ajudar a reduzir os níveis de corrupção
<b>Atores não humanos - mídia no ambiente digital (Latour, 2012)</b>	Mensalão (Andersen, 2015)	Análise das narrativas midiáticas em torno do julgamento do mensalão de veículos brasileiros proeminentes e identifica quatro narrativas relacionadas ao texto de mídia que se referem à corrupção.
<b>Atores não humanos – cultura política (Latour, 2012)</b>	Mensalão (Baquero, 2015)	A corrupção contínua mina a democracia brasileira e a confiança dos cidadãos; que a cultura política institucionalizada leva à alienação e apatia entre os cidadãos; e que as práticas de corrupção criam capital social negativo, impedindo os avanços democráticos.
<b>Atores não humanos - mídia no ambiente digital (Latour, 2012)</b>	Operação Lava Jato e Zelotes (Paiva <i>et al.</i> , 2017)	Análise das representações dos discursos sobre corrupção no âmbito do <i>Twitter</i> , das revistas <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> e seus respectivos respondentes, concluindo o papel relevante da mídia na construção do que se entende da corrupção, como processo inserido em um contexto de campos sociais e políticos.
<b>Atores não humanos – políticas (Latour, 2012)</b>	EMBRAER De Oliveira Aguilar (2021)	Quanto ao caso, detectam a priorização da transparência nas políticas de conformidade contra corrupção e fraude, apesar de também constatarem a necessidade de ajustes adicionais.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Exemplificativamente, os estudos contidos no Quadro 07 ilustram como olhar para o ambiente digital, observando as disputas, as controvérsias e elementos não humanos existentes, pode levar a reagregação do social, promovendo novas concepções e compreensões acerca de fenômenos, como o da corrupção.

Em decorrência dessa constatação, tem-se a oportunidade de que se pensar, analisar e discutir o Fenômeno corrupção como uma controvérsia que considera os atores não-humanos como normativos, políticas, histórias e narrativas, em um contexto de reagregação possibilitada por novas conexões, que podem ser reformuladas e partes de um ambiente digital que possibilite novas associações.

Considerando as novas associações que podem emergir no ambiente digital, a diversidade de compreensões e narrativas torna-se necessária, para não limitar os atores, suas naturezas e ações. Logo, adotar uma única narrativa pode ser apresentar como uma limitação. Ou seja, no caso desta tese, adotar a narrativa acerca do Fenômeno corrupção no contexto do

Setor Público Brasileiro Contemporâneo ancorada apenas ao olhar econômico pode dificultar a visualização de novas associações e conexões.

Dessa forma, a estrutura analítica proposta nesta tese, para discutir o Fenômeno corrupção amparada na Teoria Ator-Rede, controverte a Teoria da Agência (Jensen; Meckling, 1976) e a Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021).

Inicialmente, a discussão entre à corrupção e à lacuna de qualidade nas instituições governamentais com sérios efeitos em detrimento ao bem-estar humano são aspectos que até aparecem referenciando a Operação Lava Jato, como o de Lafer (2016) e de Sadami *et al.* (2024) em que, respectivamente, mencionam que a corrupção corrói a confiança nas instituições públicas e que a governança corporativa pode ter abordagem democrática como uma solução potencial, oferecendo *insights* para mitigar as armadilhas do capitalismo de compadrio em estratégias industriais. Entretanto, uma análise na estrutura amparada na estrutura Ator-Rede pode ser efetuada, como exemplificado no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Estrutura analítica amparada na TAR – Situação exemplificativa

Caso de corrupção	Teoria da Agência (Jensen, Meckling, 1976)	Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021)	TAR (Latour, 2012)
Operação Lava Jato	Desde a sua deflagração em 2014 na Petrobras, com padrão antropocêntrico, de controle, econômico e monetário, o qual serviu como base para aprofundamento ao longo de todas as demais fases dessa Operação.	Discussão além do foco antropocêntrico, por considerar que nem sempre o ator humano possuirá o interesse centrado no contexto público, visto que nem todos os agentes possuirão esse tipo de interesse.  Logo, podem ser adicionados elementos como abordagem na Ciência Política, social, o contrato firmado entre agentes e sociedade/ cidadãos, agregação da de história e cultura local, foco em Políticas públicas, o enfrentamento indireto da corrupção por meio políticas públicas, entrega de serviços públicos e proposição de revisão de estruturas.	Sociologia das associações - não é possível se visualizar aspectos relacionados a Operação Lava Jato, por exemplo, que sejam heterogêneos e que impliquem a mudança do contexto, mesmo diante de incertezas e peculiaridades em um ambiente dinâmico e local.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Nesse ponto cabe relacionar que, em todos os 07 casos do Fenômeno corrupção identificados por meio da Análise da Literatura Científica, Mensalão (2006), Operação Sanguessugas orçamentários (2006), Operação Lava Jato (2014), Operação Zelotes (2015), Caso EMBRAER (2016), Operação *Greenfield* (2016) e Operação Carne Fraca (2017), constatou-se majoritariamente a natureza das discussões antropocêntricas, focadas na ação do agente; econômicas e monetárias, diante dos impactos que os casos de corrupção descobertos poderiam causar nas empresas, ambientes e agentes envolvidos.

Por outro lado, surge a oportunidade para conectar a Abordagem do Contrato Social à **Sociologia das Associações**, pressupondo-se que o Fenômeno corrupção possa ser enfrentado, levando em consideração as condições históricas dos países, entendendo o mundo social composto de interações locais, mantendo um aspecto provisório, instável e caótico (Castañeda, 2015). Essa interação permite a **visualização da primeira fonte de incerteza**, possibilitando a uma compreensão do social de forma ampliada, no que se refere ao Fenômeno corrupção (Castañeda, 2022; Gonzales; Baum, 2013; Latour, 2012).

Ademais, elementos heterogêneos ainda são passíveis de serem agregados a esse debate, trazendo uma disputa controvertido, que também pode ocorrer em ambiente digital, através de ferramentas e dispositivos diversos para lidar com a corrupção. Nesse cenário, podem ser somados elementos como a abordagem na Ciência Política, social, o contrato firmado entre agentes e sociedade/ cidadãos, agregação da história e cultura local, foco em Políticas públicas, o enfrentamento indireto da corrupção por meio políticas públicas, entrega de serviços públicos e proposição de revisão de estruturas.

A agregação e a identificação desses elementos da Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021) alinham-se a **segunda e a terceira fontes de incertezas**, respectivamente a **natureza das ações dos atores nas redes**, por meio da produção de relatos; bem como e **natureza dos objetos**, nesse caso não só de atores humanos, que sem conectam nas redes e contribuem para identificar associações e, por conseguinte, as controvérsias. (Gonzales; Baum, 2013; Latour, 2012).

Inobstante, frente às discussões possibilitadas a partir da estrutura analítica amparada na Teoria Ator-Rede neste tópico realizadas, é necessário ressaltar o realismo que envolve os debates motivados pela controvérsia proporcionada e inerente ao Fenômeno corrupção em um ambiente dinâmico do Século XXI, por meio do **construtivismo social**, tipificando a **quarta fonte de incerteza**.

Quanto à **escrita dos relatos de risco – composição dos relatos**, quinta fonte de incerteza, cabe o destaque para narrativas não só econômicas, relacionadas aos casos do

Fenômeno corrupção. Para os casos do Fenômeno corrupção identificados, especialmente a Operação Lava Jato, é possível, de modo inferencial, perceber sinais da narrativa econômica, como recapitulação de acontecimentos, de histórias com elementos e significados relevantes para quem recebe, o que pode levar a um contágio de uma forma específica relacionada ao fenômeno (Shiller, 2022).

E no que se refere à Operação Lava Jato, após as discussões oportunizadas e com base nos Quadro 06 - Teoria da Agência - Síntese de achados nos artigos analisados; Quadro 07 – TAR - Síntese de achados nos artigos analisados e Quadro 08 – Estrutura analítica amparada na TAR – Situação exemplificativa, constata-se que a Operação Lava Jato é o caso que se faz presente recorrentemente no debate, com maior número de publicações e com a apresentação de elementos que puderam ser observado sob a lente da Teoria da Agência, da Abordagem do Contrato Social e da Teoria Ator-Rede.

Ademais, considerando que o início da Operação Lava Jato ocorreu em 2014 e na Petrobras, bem como que as situações identificadas na Petrobras serviram de fonte de informação para as demais fases deflagradas, a Operação Lava Jato, junto a Petrobras no ano de 2014, será definido como o Fenômeno corrupção a ser mapeado, com base na cartografia das controvérsias, na segunda etapa da pesquisa, utilizando a estrutura analítica proposta nesta tese, a fim de se discutir os conectores, elementos humanos, não humanos, convergências e divergências desse fenômeno controverso e de ação coletiva, presente em um ambiente digital e em um mundo em constante transformação.

## 5 MAPEAMENTO DO CASO PARADIGMA

Este capítulo contém a segunda parte da Pesquisa, que mapeou a Operação Lava Jato – Petrobras, o caso paradigma definido, a partir da literatura analisada no capítulo 04, adotando o método cartografia das controvérsias.

### 5.1 Contexto

A Operação Lava Jato foi deflagrada em 17 de março de 2014, quando a Justiça Federal autorizou a Polícia Federal a prender o doleiro Youssef e intimar Paulo Roberto, ex-gerente da Petrobras<sup>1</sup> (Garcia; Teodosio, 2022).

A Operação Lava Jato, uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro, apresentando complexidade do esquema, com repercussões no campo econômico e político, que resultaram em 79 fases, no período de 2014 a 2021 (Garcia; Teodosio, 2022; MPF, 2025). A operação apontou irregularidades como corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro, a partir do que foi identificado em contratos firmados pela Petrobras, maior estatal do país, envolvendo funcionários da Petrobras, operadores financeiros, empreiteiras e agentes políticos. Devido à complexidade política e econômica do esquema, frentes de investigações foram abertas no Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal (MPF, 2025).

A condução das investigações coube aos procuradores da República, inicialmente lotados em Curitiba, com abrangência das forças-tarefas no Rio de Janeiro e em São Paulo, contando com Tribunais Regionais Federais da 2ª região (RJ/ES) e 4ª região (RS/SC/PR), bem como com a atuação integrada entre Ministério Público Federal e Polícia Federal, com o apoio de órgãos como Receita Federal, Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Controladoria Geral da União (CGU), Departamento de Recuperação de Ativos e de Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça e com a própria Petrobras. (MPF, 2025).

De forma resumida, a Operação Lava Jato envolveu os seguintes atores e tipificações de conduta (MPF, 2025):

- Funcionários da Petrobras – Mediante cooptação por empresas integrantes de cartéis, funcionários da Petrobras envolvidos conduziam negociações diretas injustificadas, celebravam-se aditivos desnecessários e com preços excessivos, aceleravam-se contratações com supressão de etapas relevantes e vazavam informações sigilosas, entre outras

irregularidades. O recebimento de propina configurava a corrupção passiva, um dos tipos de fraude.

- Operadores financeiros – Responsáveis por intermediar o pagamento da propina e pela entrega da propina disfarçada de dinheiro limpo aos beneficiários, em que primeiramente o dinheiro ia das empreiteiras até o operador financeiro em espécie, por movimentação no exterior e por meio de contratos simulados com empresas de fachada. Depois o dinheiro ia do operador financeiro até o beneficiário em espécie, por transferência no exterior ou mediante pagamento de bens. A conduta descrita se enquadrava como crime de lavagem de dinheiro e operação fraudulenta de câmbio, consideradas como fraude.
- Empreiteiras: Empreiteiras formaram um cartel para participar das licitações em que os preços oferecidos à Petrobras eram previamente calculados e ajustados em reuniões secretas e para definir quem seriam as empresas vencedoras, além de oferecer pagamento de propina aos funcionários da Petrobras. As formas de atuação tipificavam condutas relacionadas à formação de Cartel e Fraude a Licitações e corrupção ativa, respectivamente,
- Agentes políticos – Outra linha da investigação relacionada a partidos políticos que indicavam e mantinham os diretores da Petrobras. Foram investigados por improbidade administrativa, nas áreas cível e criminal.

O resumo das principais fases da Operação da Lava Jato é apresentado no Quadro 9 a seguir

Quadro 9 - Linha do Tempo - Principais Fases da Operação Lava Jato<sup>15</sup>

Fase	Data de Deflagração	Principais Revelações/Descobertas
1ª Fase	17 de março de 2014	Esquema de lavagem de R\$ 10 bilhões em postos de gasolina
2ª Fase	20 de março de 2014	Ligação entre Youssef e diretor da Petrobras; recebimento de carro de luxo como propina
3ª Fase	11 de abril de 2014	Apreensão de documentos e dinheiro; reforço da ligação Costa-Youssef
4ª Fase	11 de junho de 2014	Descoberta de US\$ 23 milhões em contas na Suíça
5ª Fase	1º julho de 2014	Administração de contas no exterior para o doleiro
6ª Fase	22 de agosto de 2014	Documentos de 12 empresas vinculadas ao ex-diretor da Petrobras foram apreendidos.
11ª Fase	10 de abril de 2015	Corrupção ativa, lavagem de dinheiro, fraude e tráfico de influência em órgãos federais
-	20 de julho de 2015	Condenação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro
25ª Fase	21 de março de 2016	Primeira operação internacional; atuação como operador financeiro de propinas da Petrobras
26ª Fase	22 de março de 2016	Prisões de executivos e revelação do papel central da empreiteira no esquema

<sup>15</sup> A pesquisa das fases da Operação foi efetuada em Consulta ao sítio eletrônico do MPF (2025), disponível em <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/casos-historicos/lava-jato/linha-do-tempo>. Como subsídio a análise da autora, foi efetuada consulta à Google Gemini (Versão 2.5 Flash), como forma de se obter uma visão mais sintética, tendo como resultado a elaboração do Quadro 09.

Fase	Data de Deflagração	Principais Revelações/Descobertas
60ª Fase	19 de fevereiro de 2019	Suspeitas de fraudes na construção da Usina de Belo Monte
Término Formal	1º de fevereiro de 2021	Encerramento oficial das investigações após 7 anos e 79 fases

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Considerando o exposto no Quadro 09, é possível constatar a Operação Lava Jato desdobrou uma sequência de investigações a partir do que foi descoberto na Petrobras, no ano de 2014. Importante registrar que o corpus da pesquisa envolverá o ano de 2014, período de março a dezembro, englobando as seis primeiras fases da Operação Lava Jato com repercussões limitadas a Petrobras, diante dos desdobramentos decorrentes dessa ação.

Cabe destacar que o recorte efetuado para as fases 01 a 06 da Operação Lava Jato é tido como suficiente para mapear o caso paradigma que se pretende como base analítica, uma vez que ampliar a complexidade com outras fases, cujos elementos centrais se repetem trariam, apenas volume adicional sem novos elementos contextuais de análise.

## 5.2 Aplicação do método cartografia das controvérsias

O método cartografia das controvérsias, a ser aplicado, seguirá a sequência demonstrada na Imagem 07:

Imagem 7 – Cartografia das controvérsias – Caso Paradigma – Operação “Lava Jato - Petrobras”



Fonte: Elaborado pela autora (2025).



O método cartografia das controvérsias<sup>16</sup> possibilitará a discussão do fenômeno corrupção, sob a visão da Teoria da Agência e da Abordagem do Contrato Social, na estrutura analítica amparada na Teoria Ator-Rede, de modo a se visualizar o caminho a ser percorrido no que se refere ao Método a ser adotado para esta pesquisa, descrito a partir do tópico seguinte.

### 5.2.1 Glossário de elementos não-controversos

O glossário de elementos não-controversos busca alinhar a compreensão quanto aos conceitos-chaves compartilhados a fim de evitar ambiguidades terminológicas nesta fase da pesquisa, apesar das controvérsias que a discussão sobre o fenômeno corrupção envolve, como logo apresentado:

- **Abordagem do Contrato Social:** Abordagem para compreensão do Fenômeno corrupção que apresenta como característica a sua estratégia indireta para manter a corrupção sobre controle, levando em consideração as condições históricas dos países, envolvendo medidas como a melhoria da entrega do serviço, políticas contra exclusão e discriminação e a melhoria da qualidade das instituições (Rothstein, 2021).

- **Ação coletiva aplicada ao Fenômeno corrupção:** Fenômeno corrupção como problema a ação coletiva em que políticas e a cooperação entre agentes institucionais definem novas regras do jogo social percebida pela sociedade (Persson *et al.*, 2015; Rothstein, 2018).

- **Agente:** Parte que recebe a delegação de poder para atuar conforme os interesses de outra parte (principal) (Jensen; Meckling, 1976).

- **Controvérsia:** situações em que todos os tipos de atores discordam e concordam em discordar, em um cenário na sua forma mais dinâmica, sem o reducionismo de temas debatidos e conflitantes, considerando a complexidade da vida coletiva (Venturini, 2010).

- **Corrupção:** Um dos tipos de fraude, que pode ocorrer tanto no setor público como no privado, sendo entendida como um esquema em que um funcionário usa indevidamente sua influência em uma transação comercial de forma que viole seu dever para com o empregador, a fim de obter um benefício direto ou indireto como, por exemplo, esquemas envolvendo suborno ou conflitos de interesse (ACFE, 2024).

- **Fenômeno corrupção:** fenômeno discutido com foco econômico e antropocêntrico que pode ter seu debate ampliado, no âmbito do Setor Público Brasileiro contemporâneo, ao

---

<sup>16</sup> A Cartografia das Controvérsias não englobará a técnica “9+1 - Controvérsia – websites”, visto que a elaboração de um sítio eletrônico não se constitui como objetivo desta pesquisa.

considerar contextos sociais e políticas públicas que possibilitam a abordagem como um problema de ação coletiva e uma controvérsia associada à estrutura Ator-Rede. (Elaborado pela Autora, 2024).

- **Framework global aplicado à Teoria da Agência:** Padrões sugeridos pelo Banco Mundial em nível global e aplicados ao contexto público brasileiro, em que a Teoria da Agência vem sendo usada como referência de boas práticas de governança, considerando que a sociedade seria o principal e os agentes públicos seriam tidos como agentes (BRASIL, 2014, 2018, 2020).

- **Teoria Ator-Rede:** A Teoria Ator-Rede propõe seguir os atores, como forma de entender o social, visto que esse social engloba atores humanos e não humanos (sistema, tecnologias, normativos etc) que se associam, no contexto da sociologia das associações que identifica e rastreia controvérsias e em movimento que pode ou não estabelecer novas conexões e redesenhar um conjunto bem formado (Castañeda, 2022; Latour, 2012).

- **Teoria da Agência:** Primeiramente apresentada por Stephen Ross (1972) e referenciado por Jensen e Meckling (1976), baseia-se na separação entre controle e gestão, e busca elucidar a relação entre o principal e o agente, tratando da relação contratual (ou de agência) em uma firma, em que o principal delega poder para que o agente tome decisão, assumindo que esse agente agirá de acordo com o que for mais interessante para o principal (Jensen, Meckling, 1976). É a teoria base adotada no Brasil como estratégia para boa governança e para combater à corrupção (BRASIL, 2014, 2018, 2020; Jensen, Meckling, 1976; Klitgaard, 1988; Muramatsu *et al.*, 2021).

Esclarecidos os termos que serão adotados nesta segunda fase da pesquisa, a aplicação do método cartografia das controvérsias será continuada com o tópico repositório da documentação.

### 5.2.2 *Repositório da documentação*

Para a Operação Lava Jato - Petrobras, o repositório construído disponibiliza o acesso à documentação reunida, tendo sido elaborado a partir da classificação de Moraes *et al.*, (2017) que traz os campos científico, técnico-legal e político.

Em relação ao campo científico, com base nos mesmos critérios mencionados no tópico 4.1, foram observados os artigos científicos como tema principal ou parcial a Operação Lava Jato - Petrobras, tendo sido identificada publicação entre 2015 e 2025 (março), como relacionado no Quadro 10:

Quadro 10 – Artigos científicos – Operação Lava Jato – Petrobras – 2015 a 2025 (março)

<b>Artigos científicos – Operação Lava Jato – Petrobras – 2015 a 2025 (março)</b>
ARRUDA DE ALMEIDA, Monica; ZAGARIS, Bruce. Political capture in the Petrobras corruption scandal: The sad tale of an oil giant. <b>Fletcher F. World Aff.</b> , v. 39, p. 87, 2015.
BATISTA, Alexandre Ricardo de Aragão; MAIA, Uxi; ROMERO, Alécio. Mercado acionário sob o impeachment presidencial brasileiro de 2016: um teste na forma semiforte da hipótese do mercado eficiente. <b>Revista Contabilidade &amp; Finanças</b> , v. 29, p. 405-417, 2018.
CASTRO, Patricia Reis; AMARAL, Juliana Ventura; GUERREIRO, Reinaldo. Aderência ao programa de integridade da lei anticorrupção brasileira e implantação de controles internos. <b>Revista Contabilidade &amp; Finanças</b> , v. 30, p. 186-201, 2018.
CELLA, Ricardo Sartori; RECH, Ilirio José. CASO PETROBRAS: A LEI DE BENFORD PODERIA DETECTAR A FRAUDE? <b>Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade</b> , v. 7, n. 3, p. 86-104, 2017.
DA SILVA, Rita de Cássia; MEURER, Alison Martins; BARROS, Claudio Marcelo Edwards. Corrupção Petrobras: Efeito Contágio sobre sua Cadeia de Suprimentos. <b>Contabilidade Gestão e Governança</b> , v. 27, n. 3, p. 342-376, 2025.
DE OLIVEIRA MEDEIROS, Cintia Rodrigues; DA SILVEIRA, Rafael Alcadipani. A Petrobras nas teias da corrupção: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. <b>Revista de Contabilidade e Organizações</b> , v. 11, n. 31, p. 11-20, 2017.
DOCTOR, Mahrugh. From neo-corporatism to policy networks in Brazil: the case of lobbying for port reform. <b>Revista Agenda Política</b> , v. 4, n. 1, p. 175-185, 2016.
FURIO, Carla Alves <i>et al.</i> Análise das estratégias de recuperação da legitimidade social da Petrobras adotadas após os episódios recentes de corrupção. <b>Sociedade, Contabilidade e Gestão</b> , v. 16, n. 2, p. 48-74, 2021.
GARCIA, Leice Maria; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Limits of Brazilian public accounting and control systems to address the systemic corruption problem: lessons from the Swedish and Italian cases. <b>Revista de Administração Pública</b> , v. 54, p. 79-98, 2020.
MOHALLEM, Michael Freitas. Electoral corruption unfolded by Operation Car Wash and political rights in Brazil. <b>Public Administration and Policy</b> , v. 24, n. 1, p. 49-60, 2021.
OLIVEIRA, Emmanuel Nunes de; MOISÉS, José Álvaro. Corruption in the perception of Brazilian society: persistence and resilience. <b>Opinião Pública</b> , v. 29, n. 2, p. 270-303, 2023.
QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. <b>Revista Evidenciação Contábil &amp; Finanças</b> , v. 10, n. 2, 2022.
ROCHA, Silvia Pereira da; BEZERRA, Francisco Antonio. O reconhecimento tempestivo de perda nas empresas brasileiras sob investigação de corrupção. <b>Revista Contabilidade &amp; Finanças</b> , v. 32, p. 224-240, 2021.
SILVESTRE, Hugo Consciência; GOMES, Ricardo Corrêa; MIORIN GOMES, Ricardo. The institutional settings for the development of public services through state-owned enterprises in Brazil. <b>International Journal of Public Administration</b> , v. 41, n. 1, p. 59-71, 2018.
TORGA, Eliana MMF <i>et al.</i> The effects of car wash operation on the brazilian capital market: The petrobras case. <b>RAM. Revista de Administração Mackenzie</b> , v. 22, p. eRAMF210018, 2021.
BASTOS, Emanuelle de Souza; ROSA, Maycon Peter da; PIMENTA, Márcio Marvila. <b>Os impactos da Operação Lava Jato e da crise internacional do petróleo nos retornos anormais e indicadores contábeis da Petrobras 2012-2015.</b> Pensar Contábil, v. 18, n. 67, 2017.

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

No campo técnico-legal, os normativos listados foram os relacionados à Operação Lava Jato - Petrobras identificados nos artigos científicos explicitamente ou que constaram em fontes de informação mencionadas nesses artigos e podem ser assim sintetizadas no Quadro 11:

Quadro 11 – Repositório - Campo técnico-legal

<b>Descrição do campo técnico-legal</b>	<b>Previsão legal</b>	<b>Endereço eletrônico</b>
CADE - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica	Lei Federal nº 12.529 de 2011	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112529.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112529.htm</a>
Corrupção ativa	Código Penal Brasileiro – Art. 333	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm</a>
Corrupção passiva	Código Penal Brasileiro – Art. 317	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm</a>
CVM – Processo administrativo sancionador	Lei Federal nº 13.506, de 2017	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13506.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13506.htm</a>
Destruição de provas	Código Penal Brasileiro – Art. 305	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm</a>
Desvio de dinheiro público	Código Penal Brasileiro – Art. 312	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm</a>
Evasão de divisas	Lei Federal 7.492 de 1964 – Art. 22	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lis/17492.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lis/17492.htm</a>
Lavagem de dinheiro	Lei Federal nº 9.613 de 1998 – Art. 1º.	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lis/L9613compilado.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lis/L9613compilado.htm</a>
Lei anticorrupção	Lei Federal nº 12.846 de 2013	<a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm</a>

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Já no campo político, foi efetuado o levantamento de notícias referenciadas nos artigos científicos que foram publicadas nos sítios eletrônicos das revistas Exame, Época, Carta Capital, Veja, Folha de São Paulo, Estado de Minas, Globo (Arruda de Almeida e Zagaris, 2015; Da Silva *et al.*, 2025; Quoos *et al.*, 2022) referenciados no Apêndice B.

Ocorre que em alguns casos foi constatado que artigo científico citou apenas o veículo de comunicação consultado, como Exame, Época, Carta Capital, Veja, (Quoos *et al.*, 2022), sem detalhar a matéria endereço específico da matéria. Logo, foram consultados os respectivos sítios eletrônicos para esses canais, usando os critérios de busca “Petrobras 2014” e “Operação Lava Jato 2014”, mantendo-se o foco nas notícias diretamente relacionadas a empresa Petrobras, não considerando notícias relacionadas a partidos e agentes políticos específicos.

Ao final, foram identificadas 63 notícias divulgadas., como apresentado na imagem a seguir:

Imagem 8 – Notícias – Operação Lava Jato – 2014 – Fases 01 a 06



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Com base na “Imagem 8 - Notícias – Operação Lava Jato – 2014 – Fases 01 a 06”, constata-se que a maior quantidade de notícias foi originária da Revista Exame, uma revista da área de negócios, de acordo com os critérios de busca utilizados. Inobstante, a Carta Capital, uma revista que não é da área de negócios, apresentou um quantitativo relativamente inferior (8%) a da Revista Exame (65%).

Essa constatação indica a controvérsia existente nas narrativas sobre esse caso paradigma estudado, em que pese a problematização acerca da Operação Lava Jato tenha possuído um caráter eminentemente econômico, com impactos nas formas em que a narrativa foi construída e compartilhada, mesmo diante de veículos, como a Carta Capital, que apresentaram narrativas não limitadas à aspectos econômicos acerca desse caso de corrupção, nas fases objeto deste estudo.

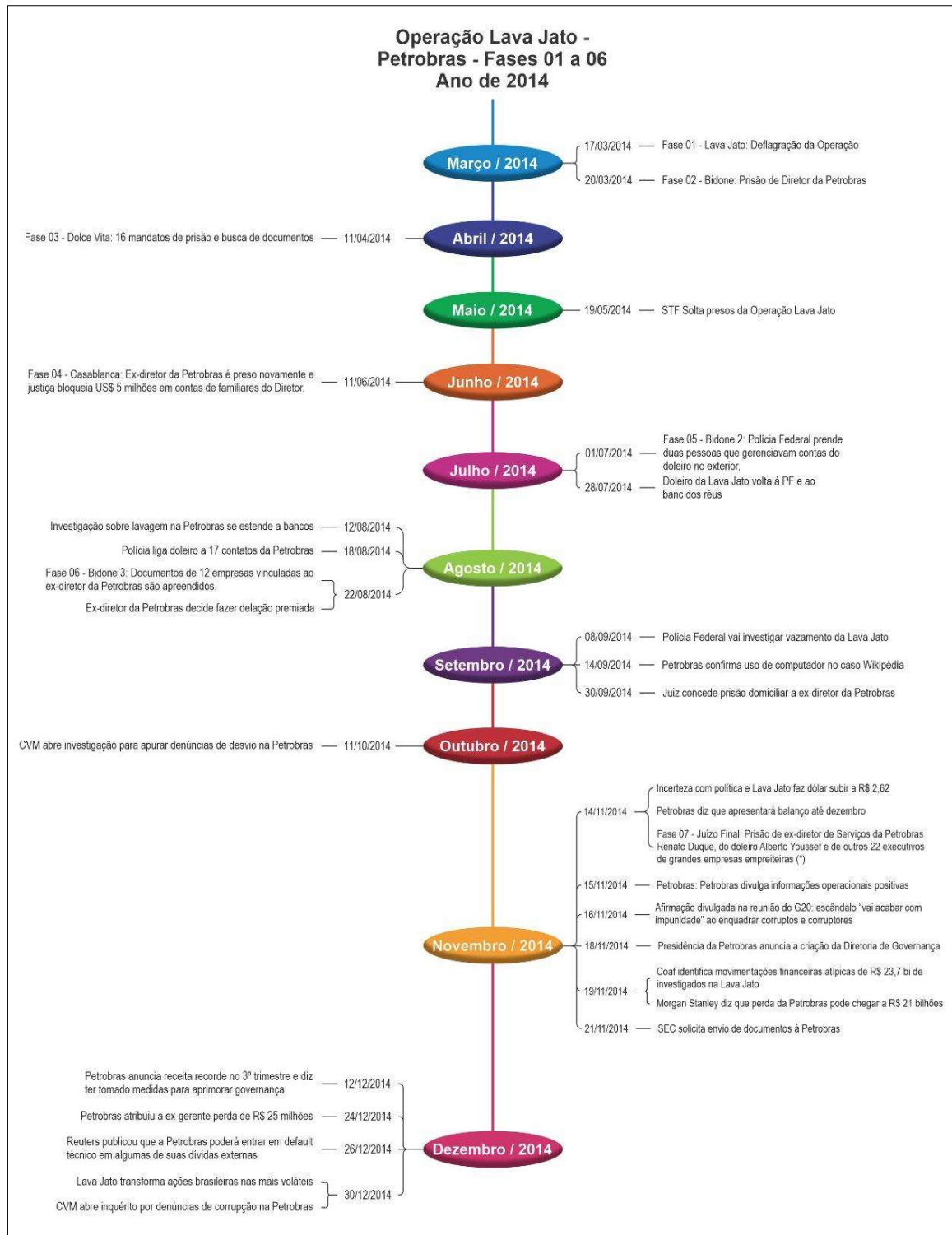
Importante destacar que esse achado corrobora com o aspecto multifacetado do fenômeno corrupção, sinalizando as diversas abordagens, olhares e artefatos que podem ser trazidos para discuti-lo, sugerindo como as narrativas para o fenômeno corrupção estudado foi impactada pelo olhar econômico.

Cabe ainda mencionar que a categorização das notícias que compuseram o campo político viabilizou a organização dos eventos relacionados à Lava Jato – Petrobras, de forma sequenciada, que levou a construção de uma linha do tempo, objeto da abordagem do tópico a seguir.

### 5.2.3 Cronologia da disputa - timeline

A “Cronologia da disputa - timeline” relacionada à Operação Lava Jato - Petrobras foi sequenciada conforme as 63 notícias objetos da análise narrativa e pode ser visualizada pela linha do tempo - “*timeline*”, colocada na imagem 09:

Imagem 9 – Operação “Lava Jato – Petrobras” – Fase 01 a 06 - Timeline



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

A linha do tempo elaborada englobou as seguintes fases:

- Fase 01 - Lava Jato: Deflagração da Operação,
- Fase 02 - Bidone: Prisão de Diretor da Petrobras,
- Fase 03 - Dolce Vita: 16 mandatos de prisão e busca de documentos,
- Fase 04 - Casablanca: Ex-diretor da Petrobras é preso novamente e justiça bloqueia US\$ 5 milhões em contas de familiares do Diretor,
- Fase 05 - Bidone 2: Polícia Federal prende duas pessoas que gerenciavam contas do doleiro no exterior e
- Fase 06 - Bidone 3: Documentos de 12 empresas vinculadas ao ex-diretor da Petrobras são apreendidos.

Importante mencionar que a Fase 07 – Juízo final, em que ocorre a Prisão de o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, do doleiro Alberto Youssef e de outros 22 executivos de grandes empresas empreiteiras, não será incluída na pesquisa desta tese, considerando o recorte metodológico adotado.

De forma ampliada, percebe-se que no período de março a setembro de 2014, o foco das notícias coletadas reflete as medidas que foram adotadas no âmbito da Operação Lava Jato Petrobras (Exame, 2014). Já a partir de outubro, tem-se providências além da Petrobras, como investigações instauradas pela CVM (Época; Exame, 2014).

Isso indica o espaço de debate público e intenso que a Operação Lava Jato – Petrobras passou a ganhar, à medida que as ações vão se desdobrando, uma vez que as notícias apresentam controvérsias e conexões que se entrelaçam, como explicado sociologia das associações, construindo os fatos sociais, no contexto da Teoria Ator-Rede (Latour, 2012).

Observa-se também que a linha possibilita identificar o teor econômico atribuído à discussão do fenômeno corrupção, como exemplificativamente mencionado nas notícias que informam sobre “Fase 04 - Casablanca: Ex-diretor da Petrobras é preso novamente e justiça bloqueia US\$ 5 milhões em contas de familiares do Diretor” (Época, 2014), indicando o caráter econômico relativo ao elemento constitutivo e de enfrentamento da corrupção (Rothstein, 2021).

Constatou-se ainda o enfoque para as ações voltadas aos atores humanos envolvidos na Operação Lava Jato Petrobras, a exemplo das notícias que trazem, por exemplo, a prisão do Diretor da Petrobras (Época, 2014), acordos de delação premiada (Carta Capital, 2014) e que a operação Lava Jato acabaria com a impunidade no país (Carta Capital 2014), sugerindo a visão antropocêntrica, focada no agente e a ele reduzido, presente para se discutir o fenômeno corrupção, no que se refere ao seu enfrentamento.

Destaca-se ainda que todas as notícias foram coletadas no ambiente da digital, indicando como esse ambiente se apresenta como um ator não-humano em que as discussões são intensas, complexas e dinâmicas, o que reforça a caracterização do fenômeno corrupção como controvérsia (Venturini, 2010).

A linha do tempo construída permitiu ainda recuperar e compreender os eventos relacionados à Operação Lava Jato, inseridos no contexto da vida coletiva, do mundo digital e sua ocorrência no Setor Público contemporâneo, somando ao debate e à reflexão acerca do fenômeno corrupção, no que se refere aos seus elementos de constituição/ de operação e elementos de enfrentamento, inserida na estrutura analítica amparada na Teoria Ator-Rede (Latour, 2012).

Ademais, constatou-se que a visão que englobe elementos constitutivos/ de operação como ciência política, visão relacionada aos impactos no contexto social, história e cultura locais e discussões interdisciplinares não foram evidenciadas nas notícias citadas.

No que se refere aos elementos de enfrentamento, também não se observa o debate em torno do contrato entre agentes e sociedade/ cidadãos, revisão de estruturas, abordagem indireta relacionada às políticas públicas, de entrega de serviços públicos, considerando associações propiciadas por atores humanos e não-humanos em um ambiente controverso (Rothstein, 2021; Venturini, 2010, 2012).

Considerando o exposto, é possível ratificar a predominância dos elementos majoritariamente relacionados ao olhar da Teoria da Agência e como esse debate controverso e sob perspectivas diversas possui espaço para ser fomentado, inclusive nas redes, mas passando por uma análise do que é cientificamente produzido, como discorrido no próximo tópico.

#### *5.2.4 Análise da literatura científica*

Como parte do método cartografia das controvérsias, esta seção analisará a literatura científica produzida acerca da Operação Lava Jato – Petrobras, considerando a necessidade de estar atenta ao que foi publicado, diante das controvérsias tecnocientíficas existentes (Venturini, 2012).

Nessa linha, o artigo publicado por Arruga e Zagaris (2015), em sua pesquisa, teve por objetivo analisar o escândalo de corrupção da Petrobras, particularmente com foco na captura política de empresas estatais (SOEs) no Brasil. Por meio de discussão, os autores destacaram a mudança na percepção das empresas estatais (SOEs) no Brasil a partir do escândalo da Petrobras, uma vez que as SOE'S, antes eram vistas como isoladas da exploração política.



Como resultados, apresentaram que o escândalo da Petrobras impactou severamente as partes interessadas, levando à perda de empregos e falências no Brasil; muitos investidores impetraram com ações coletivas contra a Petrobras e seus executivos devido a atividades fraudulentas, além de ter refletido no valor de mercado da empresa que em até 80%, complicando sua capacidade de levantar capital.

Arruda de Almeida e Zagari (2015) ainda mencionam que o escândalo gerou discussões sobre a necessidade de melhorar a transparência e a responsabilidade nas empresas estatais (SOEs), trazendo a probabilidade que o peso da dívida da Petrobras venha a ser suportado pelos contribuintes brasileiros, levantando preocupações sobre a responsabilidade fiscal. Ao final concluem que a investigação revelou corrupção sistêmica, desafiando a noção de empresas estatais estarem isoladas da interferência política.

O segundo artigo, publicado por Doctor (2016), busca identificar insights teóricos da análise de redes de políticas (PNA) que possam ser aplicáveis ao Brasil. Em que pese o contexto de indícios de corrupção expostos pela Operação Lava Jato na Petrobras, a pesquisa forneceu evidências de como as empresas utilizaram a ação coletiva organizada dentro de instituições corporativistas (como a Confederação Nacional das Indústrias) e até mesmo redes de políticas recém-desenvolvidas (como a Ação Empresária Integrada) para articular seus interesses de forma a promover o interesse público e o desenvolvimento.

O artigo argumenta que a representação de interesses empresariais se adaptou com sucesso ao contexto democrático e que há muitos indícios de boas práticas de governança que poderiam apoiar a considerável transformação socioeconômica que se avizinha no caminho do desenvolvimento do Brasil.

Em 2017, Bastos *et al.* desenvolve a pesquisa com o objetivo de *"Analisar a percepção do mercado bem como sua situação financeira mediante análise de seus índices contábeis."*, por meio da análise dos retornos anormais das ações ordinárias e preferenciais, utilizando-se a técnica de estudo de eventos, além dos demonstrativos contábeis da companhia durante o período de 2012 a 2015, comparando os resultados auferidos no momento de crise com os resultados "pré-crise".

Como achados, foram identificados reação positiva nos retornos anormais, apresentando p-valor de 0,0339 para as ações ordinárias e não apresentando variação significativa para as preferências, p-valor 0,1424, além disto, foram evidenciados impactos negativos nos índices analisados, sugerindo piora na situação financeira da Petrobras resultada pela operação Lava Jato e a crise mundial do petróleo.

Em continuidade, Cella e Rech (2017) em seu artigo verificam a aplicabilidade da Lei de Benford para a detecção da fraude ocorrida na Petrobras, mediante a análise das frequências de ocorrência dos primeiros dígitos dos valores dos elementos de *red flags*, no período de 2004 a 2012, análise de dados para quantificação da Lei de Benford" Os autores concluem que a Lei de Benford aplicada somente ao primeiro dígito dos *red flags* não se revelou eficiente para a detecção da fraude, evidenciando a necessidade de estudos mais aprofundados para a detecção da fraude na Petrobras, ressaltando-se que a interpretação dos resultados da Lei de Benford deve ser feita com cautela."

Ainda em 2017, De Oliveira Medeiros e Da Silveira (2017) objetivam explorar a construção e o delineamento de escândalos de corrupção pela mídia no caso da Operação Lava Jato, que tornaram a Petrobras protagonista de um dos maiores escândalos de corrupção do Brasil e, para isso, analisam a cobertura dada, na versão online, de duas publicações brasileiras (Folha de São Paulo e Revista Veja) em uma *grounded theory* na vertente construtivista.

A pesquisa identificou dois mecanismos discursivos utilizados pela mídia analisada: o primeiro atua na dimensão do evento, colocando inicialmente a Petrobras no centro do escândalo, e o outro configura a natureza política dele, propondo-se que a mídia articula discursos de modo a construir sentidos.

No ano de 2018, Batista *et al.* em sua pesquisa tem por objetivo contribuir para o estudo sobre a reação do mercado acionário a ponto de gerar retornos anormais ou retornos anormais acumulados significativos no período do impeachment brasileiro. Usando métodos mistos, qualitativamente a metodologia empregada analiticamente incorpora breve revisão de literatura como base teórica acerca de instituições envolvidas e referência historicamente eventos do *impeachment*. Quantitativamente, a metodologia consiste no estudo de eventos, de maneira que as expectativas são observadas por meio de modelos de regressão de séries temporais baseados nos modelos autorregressivos de médias móveis (*autoregressive-moving-average – ARMA*). Ao final do estudo, não foi determinada nenhuma estatística significativa, em nível de 5%, em todas as janelas estimadas e em todos os eventos, não sendo possível estatisticamente rejeitar a hipótese de que os retornos anormais e os retornos anormais acumulados fossem iguais a 0. Então, considerou-se que os mercados estavam bem informados em relação aos eventos, nessa situação específica, ou seja, segundo a HME, em sua forma semiforte, os mercados reagiram conforme o esperado.

Outro estudo publicado em foi o de Castro *et al.* (2018) que investigou o grau de aderência das empresas brasileiras de capital aberto aos critérios do programa de integridade estabelecido na lei anticorrupção e, ademais, avalia a relação entre esse programa e a

implantação de controles internos. O estudo utilizou um questionário enviado às empresas de capital aberto associadas à ABRASCA, tendo sido a amostra final para análise composta por 32 empresas. A análise de dados empregou lógica paraconsistente para interpretar as respostas ao questionário concentrando em 16 parâmetros definidos para programas de integridade sob a lei anticorrupção.

Os resultados indicam adesão substancial aos parâmetros do programa de integridade entre essas empresas, além de terem sido identificados novos controles internos, incluindo o surgimento da função de responsável pela conformidade. Ao final, constatou-se que níveis mais altos de adesão aos programas de integridade correlacionam com o aumento da implementação de controles internos.

Ainda em 2018, Silvestre *et al.* (2018) analisam em seu artigo as configurações institucionais sob as quais as empresas estatais (SOEs) podem servir como opções sociais e financeiras viáveis para a prestação de serviços públicos no Brasil. Com essa finalidade, pesquisaram vários casos para analisar empresas estatais no Brasil e aplicaram o método de congruência para generalização teórica, usando fontes de dados secundárias e terciárias para uma compreensão abrangente. O estudo se concentrou em periódicos reconhecidos para garantir a qualidade por meio da revisão cega e a estratégia dedutiva permitiu testar relações entre conceitos e descobertas.

Silvestre *et al.* (2018) concluem que as empresas estatais podem ser uma opção adequada para o desenvolvimento social e financeiro brasileiro quando: os mercados são fracos ou não competitivos; se poucos atores decisórios atuam; se a interferência política é minimizada nas decisões operacionais; e se o controle corporativo é eficaz para evitar má gestão e corrupção. Adicionam ainda que as empresas estatais brasileiras são ferramentas econômicas e sociais eficazes, mas precisam peroxidar valor e aprimorar seu controle corporativo (no caso da Petrobras) e suas decisões de centralização estratégica (no caso da Eletrobrás).

Em 2020, Garcia e Teodósio (2020) buscam entender as razões para a persistência da corrupção no governo federal brasileiro, apesar de este nível de governo já contar com robustos sistemas de contabilidade pública e de controle financeiro, por meio da análise exploratória do Brasil atual, à luz das lições da Suécia do século XIX e da Itália da década de 90, adotando como gatilho a Operação Lava Jato na Petrobras em 2014.

Os resultados indicam que a superação da corrupção sistêmica requer mais do que a constituição de sistemas de contabilidade e de controle fortes. Exige, no mínimo, um fator desencadeante que desestabilize o equilíbrio social perverso vigente, capacidade institucional para conferir eficácia normativa, além de uma sociedade civil coesa e ativa.

No ano de 2021, Furio *et al.* (2021) em seu estudo tem como objetivo compreender como a Petrobras tem buscado recuperar sua legitimidade social após tais eventos de corrupção, adotando a análise de conteúdo temática, com categorias aberta, axial e seletiva para a análise das divulgações obrigatórias e voluntárias da companhia.

Furio (2021) constata em seu estudo que a Petrobras tem empregado várias estratégias para recuperar a sua legitimidade, suscitando mudanças organizacionais, comportamentais e na governança da companhia no sentido de se inibir novos envolvimento com atividades ilícitas ligadas à corrupção. Contudo, salientou-se que as investigações ainda estão em curso e que, eventualmente, a empresa terá que se posicionar novamente sobre essa matéria.

Já o artigo publicado por Mohallem (2021) busca avançar literatura sobre os efeitos da corrupção e sua relação com violações dos direitos humanos, baseando-se na literatura que aborda a relação entre corrupção e direitos humanos, e analisa um caso famoso no Brasil (Operação Lava Jato deflagrado na Petrobras) a fim de discutir tanto a violação dos direitos políticos dos cidadãos quanto daqueles que estão sendo investigados.

O artigo sugere que o Estado brasileiro falhou em garantir direitos fundamentais, bem como em controlar efetivamente a corrupção eleitoral. Ao explorar a complexa estrutura de financiamento ilegal de campanhas no Brasil, o artigo expõe, como a partir da Operação Lava Jato iniciada na Petrobras, a violação tanto do direito de participar dos assuntos públicos quanto do direito de votar em eleições autênticas no Brasil.

Na sequência das publicações em 2021, Rocha e Bezerra (2021) avaliam o impacto da divulgação da participação de empresas brasileiras listadas na Bolsa Balcão (B3) em escândalos de corrupção, utilizando o modelo estatístico baseado em Ball e Shivakumar (2005) com características específicas de modelagem para corrupção e crise. Os modelos foram estimados no software Stata 13 por meio da abordagem pooled com método de estimação Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) clusterizado por ano e setor econômico e estimador *Generalized Least Squares* (GSL)."

Os resultados apontam a presença de conservadorismo quando da divulgação de envolvimento em investigações de crimes de corrupção no Brasil, apresentando com menor intensidade em empresas efetivamente citadas nesses eventos, e, dessa forma, ressaltam a relevância dos estudos que visam esclarecer as conexões entre corrupção e relatórios contábeis, possibilitando o desenvolvimento de medidas para coibir práticas de corrupção no ambiente de negócios.

Ainda no exercício de 2021, Torga *et al.* (2021) objetivam identificar os efeitos da Operação Lava Jato no mercado de capitais brasileiro com foco na empresa estatal Petróleo

Brasileiro S.A. (Petrobras), incluindo, nesta análise, outras companhias de capital aberto que pertencem ao setor de petróleo e gás."

A pesquisa foi quantitativa, baseada em evidências do volume de pesquisa on-line em relação ao movimento dos preços das ações, tendo a amostra composta de dados da Petrobras e de outras companhias pertencentes ao setor de petróleo e gás no período de 2 de janeiro de 2013 a 28 de dezembro de 2018. A definição das datas mais relevantes foi realizada por meio do índice de volume de pesquisa para os termos "Lava Jato" e "corrupção", obtidos a partir da ferramenta *Google Trends*. O modelo GARCH (1,1) foi adotado nas estimações."

Os resultados obtidos a partir das *dummies* incluídas para capturar os retornos anormais mostraram uma reação significativa nos comportamentos dos ativos. O fluxo do capital parece ter optado por ativos de maior confiança do que PETR3 e PETR4 em algumas das semanas estudadas depois do início da Operação. Pode-se concluir que, de forma geral, a deflagração da Lava Jato na Petrobras foi relevante e trouxe certa instabilidade para outras empresas do setor.

Prosseguindo, Quoos *et al.* (2022) em seu estudo procuram verificar as estratégias de Gerenciamento de Impressões (GIs), identificáveis nas divulgações corporativas da Petrobras S/A, em comparação com as informações divulgadas involuntariamente, com o intuito de reparar a reputação e imagem da empresa, após os escândalos de corrupção, por meio de pesquisa descritiva e qualitativa com análise documental e de conteúdo, nos relatos corporativos e em notícias divulgadas em outras mídias, no período de 2014 a 2018.

Quoos *et al.* (2022) identificaram-se oito estratégias de Gerenciamento de Impressão, como: autopromoção, explicação, manipulação retórica, manipulação temática, ocultação, omissão, reconhecimento, retratação, seletividade e informações sem indícios de estratégias de GI. Concluíram que há indícios de que a adoção dessas estratégias nas divulgações corporativas contribuiu com o processo de reparação da imagem da empresa, frente a escândalos de corrupção.

O artigo de Oliveira e Moisés (2023) explora a precisão dos instrumentos tradicionais de coleta e processamento de dados empíricos relacionados à presença de traços autoritários no Brasil. A metodologia abrange a discussão acerca de instrumentos metodológicos clássicos, como pesquisas de opinião estruturadas e pesquisas qualitativas com grupos focais para estudar corrupção, apresentando dois experimentos de pesquisa conduzidos em 2014 e 2018 para abordar questões de medição de corrupção, mencionando ainda a pesquisa do Latinobarômetro sobre tolerância pública à corrupção. A pesquisa de Oliveira e Moisés (2023) discute o alto nível de intolerância à corrupção entre a população brasileira, com 63% rejeitando a leniência

em relação a atos corruptos, destacando os desafios metodológicos na medição da corrupção, enfatizando a necessidade de avanços empíricos.

O estudo apresenta ainda experimentos de pesquisa para validar as percepções de corrupção, revelando preconceitos nos métodos tradicionais de votação, encontrando uma correlação significativa (cerca de 98%) entre o Índice de Percepção da Corrupção e o Índice de Controle da Corrupção. Na conclusão, a pesquisa ressalta a complexidade da corrupção política e seus efeitos prejudiciais na democracia e nas políticas públicas.

Por fim, Da Silva *et al.* (2025) publicam o artigo que possui como objetivo analisar o efeito contágio nos ativos das empresas da cadeia de suprimentos da Petrobras diante dos escândalos de corrupção abrangidos pela Operação Lava-Jato, adotando o estudo de eventos com 60 ativos que compõem o S&P500 sendo definidas duas datas para a análise. Como resultado, identificaram que os retornos foram anormais negativos e significantes para a cadeia de valor.

Com base na análise da literatura sobre a Operação Lava Jato, com foco na Petrobras, percebe-se como as discussões que versam sobre o tema apontam o debate acalorado, como consequência da complexidade e presença na vida coletiva, corroborando com a sua caracterização como uma controvérsia que segue ativa (Venturini, 2010). Ademais, por meio deste caso, constata-se que a temática sobre o Fenômeno corrupção ainda possui espaço, como no artigo escrito por Da Silva *et al.* (2025) que trata dos escândalos corrupção na Petrobras e o contágio na cadeia de suprimentos.

Cabe ainda mencionar que os artigos comentados sobre a Operação Lava Jato na Petrobras neste tópico refletem a heterogeneidade de eixos, métodos e abordagens, e nesse sentido se associam à contabilidade, considerando a característica da interdisciplinaridade (Roslender; Dillard, 2003). Essa amplitude dos estudos proporciona que várias associações sejam estabelecidas, como um aspecto inerente às controvérsias (Venturini, 2010).

Cabe destacar que as pesquisas incluíram questões relacionadas à política e Direitos (Arruda de Almeida e Zagari, 2015; Doctor, 2016; Mohallem, 2021); fraude (Cella; Rech, 2017); conteúdo, discursos e mídia (De Oliveira Medeiros e Da Silveira, 2017; Furio, 2021); mercado e divulgações (Bastos *et al.*, 2017; Batista *et al.*, 2018; Rocha e Bezerra, 2021; Da Silva *et al.*, 2025; Quoos, 2022; Torga *et al.*, 2021); sistemas contábeis (Garcia e Teodósio, 2020); prestação de serviços públicos (Silvestre *et al.*, 2018); além da integridade e transparência (Castro *et al.*, 2018; Oliveira e Moisés, 2023). Essa variedade reforça a pluralidade existente para debate.

Em adição, tem-se que abrangência de metodologias e fontes também é observada. Métodos quantitativos (Bastos *et al.*, 2017; Batista *et al.*, 2018; Castro *et al.*, 2018; Cella e Rech, 2017; Da Silva *et al.* 2025; Rocha e Bezerra, 2021; Torga *et al.*, 2021), métodos qualitativos (Garcia e Teodósio; 2020; Quoos, 2022), e estudos críticos (De Oliveira Medeiros e Da Silveira, 2017), inclusive com consulta às notícias divulgadas no ambiente em rede e digital por veículos de comunicação (Arruda de Almeida e Zagaris, 2015; Da Silva, *et al.*, 2025; De Oliveira Medeiros e Da Silveira, 2017; Quoos, 2022) demonstrando como este caso paradigma pode ser objeto de estudo e análise sob as mais diferentes perspectivas e associações.

Adiciona-se ainda a relevância deste caso paradigma diante da literatura científica trazida, já que é possível identificar fontes de discussão em um social que abrange o ambiente em rede e digital Arruda de Almeida e Zagaris, 2015; Da Silva, *et al.*, 2025; De Oliveira Medeiros e Da Silveira, 2017; Quoos, 2022), em que atores humanos e não humanos integram os debates (Latour, 2012).

Por fim, cabe ainda mencionar que as notícias, que tratam do caso da Operação Lava Jato na Petrobras e divulgadas no ambiente em rede e digital por veículos de comunicação (Arruda de Almeida e Zagaris, 2015; Da Silva, *et al.*, 2025; De Oliveira Medeiros e Da Silveira, 2017), são base para a etapa de Revisão da Opinião da mídia e da opinião pública, abordada no próximo tópico desta pesquisa.

Após a análise da literatura científica, a pesquisa desta tese continuará com a *Revisão da opinião da mídia e da opinião pública*, a partir das notícias divulgadas que integraram o campo político, detalhadas no Apêndice B, que será abordado no próximo tópico.

#### 5.2.5 Revisão da opinião da mídia e da opinião pública

A técnica da *revisão da opinião da mídia e da opinião pública* considerou notícias divulgadas na mídia, por veículos de comunicação ou instituições públicas, como exposto na técnica *repositório da documentação* – campo político, diante das possibilidades ofertadas pelo acesso ao ambiente digital (Venturini, 2012).

Para a revisão da opinião de mídia e da opinião pública, realizou-se a análise narrativa das notícias (Dornelles; Sauerbronn, 2019), diante da possibilidade de pensar a pesquisa em narrativas contábeis, considerando o que explica a prática/ medida observada, incluindo os efeitos de interação, buscando entender o conteúdo dessas narrativas (Beattie, 2014).

Nesse sentido, as 63 notícias coletadas foram inseridas no *Software Atlas TI*, lidas cronologicamente. Ao longo do texto buscou-se identificar os seguintes elementos:

- constitutivos e de operação, entendidos como os relacionados à concepção e à materialização de ações relacionadas ao fenômeno corrupção; e
- de enfrentamento da corrupção, entendidos como os relacionados às medidas de confronto ao fenômeno corrupção.

Esses elementos foram elencados com base na Teoria da Agência (Jensen e Meckling, 1976) e da Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021), além de elementos da Teoria Ator-Rede (Latour, 2012), trazidos no Referencial Teórico no capítulo 02 desta tese.

Ademais, os elementos constitutivos e de operação, bem como os de enfrentamento, foram considerados como critérios para codificação, seguindo o Apêndice C, sendo apresentados no Quadro 12 a seguir:

Quadro 2 – Codificação por Grupo de Códigos

Grupo de Códigos	Código	Descrição do Grupo de Códigos	Referência teórica
Grupo 01	Ciência Política	Corrupção_Abordagem do Contrato Social_ Elementos constitutivos e de operação	Rothstein (2021)
	Contrato entre agentes e sociedade/ cidadãos		
	História e cultura local		
	Social		
Grupo 02	Abordagem indireta (políticas) e Foco em Políticas públicas	Corrupção_Abordagem do Contrato Social_ Elementos de enfrentamento	Rothstein (2021)
	Corrupção =>propõe rever estruturas		
	Entrega de serviços públicos		
Grupo 03	Economia	Corrupção_ Teoria da Agência_ Elementos constitutivos e de operação	Jensen e Meckling (1976)
	<i>Framework</i> global		Rothstein (2021)
	Monetarismo		Jensen e Meckling (1976)
	Separação da estrutura de controle e gestão		Jensen e Meckling (1976)
Grupo 04	Controle de incentivos do agente	Corrupção_ Teoria da Agência_ Elementos de enfrentamento	Jensen e Meckling (1976)
	Corrupção => propõe solução		Rothstein (2021)
	Reducionismo (agente) e Foco na atuação do agente		Rothstein (2021)
Grupo 05	Elementos da Teoria Ator-Rede	Elementos da Teoria Ator-Rede	Latour (2012)

Fonte: Dados da Pesquisa – Atlas TI (2024)



Após leitura, foram identificados os códigos presentes nas Notícias relacionadas à Operação Lava Jato – Petrobras no *Software Atlas TI*, para se proceder à análise narrativa, seguindo a cronologia dos eventos da Operação Lava Jato - Petrobras, como será demonstrado a seguir:

## **Março/ 2014**

### **● 17/03/2014**

#### **Fase 01 - Lava Jato: Deflagração da Operação**

*“Em 17 de março de 2014, a Polícia Federal deflagra uma operação em que 17 pessoas são presas, incluindo o doleiro Alberto Youssef, suspeito de comandar o esquema, que movimentou cerca de R\$ 10 bilhões. ”* (Notícia 01 – Revista Época - 04/03/2016 - 17h46 - Atualizado 09/05/2017 20h58)

[...]

*"Desde então, a Lava Jato tem revelado a existência de uma rede de corrupção que envolve empreiteiras, partidos políticos e funcionários públicos. ”* (Notícia 01 – Revista Época - 04/03/2016 - 17h46 - Atualizado 09/05/2017 20h58)

**Análise narrativa:** As duas citações da Notícia 01, relacionadas à Fase 01, trazem elementos do aspecto constitutivo/ operação: monetarismo e a economia. Já quanto elemento de operação, o foco é na atuação do agente e a ele reduzido, indicando o encaixe dentro de um *Framework Global* (Breit *et al.*, 2015; Rothstein, 2021).

-----

*"Na operação deflagrada pela Polícia Federal, 24 pessoas são presas em seis estados e no Distrito Federal, acusadas de lavagem e desvio de dinheiro, evasão de divisas, entre outros crimes”* (Notícia 02 – Revista Época - 04/03/2016 - 17h46 - Atualizado 09/05/2017 20h58)

**Análise narrativa:** O destaque para a Notícia 02 é o foco na atuação do agente como elemento de enfrentamento, mediante aplicação de penalidades previstas na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998 - crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; Art. 312 - Desvio de dinheiro público, contido no Decreto-lei nº 2.848 | Código Penal, de 07 de dezembro de 1940, desvio de dinheiro público; e Art. 22 – Evasão de divisas do país, que trata da evasão de divisas do país, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1964, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional.

-----

- 20/03/2014

## Fase 02 - Bidone: Prisão de Diretor da Petrobras

*"A Polícia Federal prendeu, nesta quinta-feira (20), o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto da Costa. O ex-executivo é suspeito de envolvimento com uma organização criminosa que lavava dinheiro em seis Estados e no Distrito Federal, desarticulada no início desta semana na Operação Lava Jato, e pode ter movimentado mais de R\$ 10 bilhões. Costa também é investigado por irregularidades na compra da refinaria Pasadena, no Texas (EUA), em 2006, pela Petrobras. "* (Notícia 03 - Revista Época - 20/03/2014 - 17h31 - Atualizado 20/03/2014 17h31)

**Análise narrativa:** A Notícia 03, acerca da Fase 02 – Bidone com a prisão do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, permite visualizar o enfrentamento com foco na atuação do agente, reduzindo a ele tão somente, em que é realçado o tipo de conduta legalmente vedada pela Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998 - crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.

-----

*"O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa é preso. As investigações revelaram que o carro LandRover dele fora presente do doleiro Alberto Youssef, preso na primeira fase. A prisão de Costa é motivada por evidências de que o ex-diretor tentava destruir as provas que o ligavam ao doleiro Youssef"* (Notícia 04 – Revista Época - 04/03/2016 - 17h46 - Atualizado 09/05/2017 20h58)

**Análise narrativa:** A Notícia 04 apresenta que o agente ganhou um carro como bem, indicando que o elemento constitutivo/ operação de falta de separação da estrutura controle/ gestão, já que houve problema de agência, configurado pela maximização do interesse próprio (Jensen, Meckling, 1976). O elemento de enfrentamento foco na agente também é observado, diante das implicações relacionadas à tentativa de destruição de provas, que se configura como uma conduta vedada pelo Art. 305 – Destruição de provas do Decreto-lei nº 2.848 | Código Penal, de 07 de dezembro de 1940

-----

## Abril/ 2014

- 11/04/2014

Fase 03 - Dolce Vita: 16 mandados de prisão e busca de documentos

*"A Polícia Federal apreende documentos na sede da Petrobras no Rio de Janeiro. Ao todo, são executados 16 mandados de prisão e busca de documentos em São Paulo e no Rio de Janeiro. O objetivo é reunir provas da ligação de Paulo Roberto Costa ao doleiro Alberto Youssef e à empresa Ecoglobal Ambiental, em Macaé. A empresa mantém pelo menos um contrato de R\$ 443 milhões com a Petrobras."*  
(Notícia 05 – Revista Época - 04/03/2016 - 17h46 - Atualizado 09/05/2017 20h58)

**Análise narrativa:** Na Fase 03, abordada por meio da Notícia 05, a apreensão de documentos, relacionados ao contrato no valor de R\$ 443 milhões que a empresa *EcoGlobal* mantinha junto à Petrobras, busca permitir o acesso e diminuir a assimetria informacional na investigação. Essa ação pode ser considerada como aspecto econômico, enquanto elemento de constituição/ operação, como trazido pela Teoria da Agência (Jensen, Meckling, 1976).

-----

## Maio/2014

- 19/05/2014

STF Solta presos da Operação Lava Jato

*"O ministro Teori Zavascki do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou nesta segunda-feira (19), a liberdade imediata de todos os presos na Operação Lava Jato da Polícia Federal. O magistrado também pediu, em decisão liminar, que a Justiça Federal do Paraná envie ao Supremo todos os inquéritos e processos relativos à operação"*  
(Notícia 06 – Revista Época - 19/05/2014 - 14h55 - Atualizado 19/05/2014 16h22)

**Análise narrativa:** A Notícia 06 menciona a determinação judicial para liberdade imediata dos presos. Essa providência é decorrente do elemento de enfrentamento estabelecido por meio do foco na atuação do agente e do reducionismo limitado ao comportamento do agente (Rothstein, 2021).

-----

## Junho/2014

- 11/06/2014

Fase 04 - Casablanca: Ex-diretor da Petrobras é preso novamente e justiça bloqueia US\$ 5 milhões em contas de familiares do Diretor.

*"Contas bloqueadas na Suíça que somam US\$ 23 milhões são atribuídas a Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras. Costa é preso novamente. A Justiça bloqueia US\$ 5 milhões em contas de familiares do Costa. De acordo com a Polícia Federal, Costa teria ajudado empresas de fachada, mantidas pelo doleiro Alberto Youssef, a fechar contratos com a Petrobras, incluindo as obras da Refinaria Abreu e Lima. "* (Notícia 07 – Revista Época - 19/05/2014 - 14h55 - Atualizado 19/05/2014 - 16h22)

**Análise narrativa:** O destaque na Notícia 07 se refere aos elementos constitutivo/ operação no âmbito do encaminhamento da ação: monetarismo e a economia, indicando o encaixe dentro de um *framework* Global (Breit *et al.*, 2015; Rothstein, 2021).

-----

*"São Paulo - O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa foi novamente preso pela Polícia Federal nesta quarta-feira, informou a assessoria de imprensa da PF."* (Notícia 08 – Exame – 11/06/ 2014 - 17h39.)

**Análise narrativa:** Na Notícia 08, os elementos de enfrentamento, a saber, prover a solução para a corrupção por meio do foco na atuação do agente e reducionismo (limitado ao agente), são evidenciados nesta ação da Operação Lava Jato na Petrobras (Garcia, Teodósio, 2020; Rothstein, 2021)

-----

*"Brasília - A Petrobras deve decidir até o fim desta semana se mantém contrato assinado em 2013 com empresa EcoGlobal envolvida em investigação da Polícia Federal sobre lavagem de dinheiro, disse a presidente da estatal nesta quarta-feira"* (Notícia 09 – Exame – 11/06/2014 - 21h54)

**Análise narrativa:** A Notícia 09 reporta potenciais medidas da Petrobras relacionadas ao elemento de enfrentamento em que se busca prover solução para a corrupção por meio de encerramento de contrato com a *EcoGlobal*, firmado dentro de um sistema de contabilidade e controles públicos legalmente amparados (Garcia, Teodósio, 2020)

-----

*"A prisão teve como motivos - além daqueles originários da prisão anteriormente decretada - o fato de ele ter ocultado da Justiça a existência de passaporte português e a descoberta de contas em bancos no exterior, com um montante de cerca de US\$ 23 milhões em nome de offshores de sua responsabilidade. Além disso, também foram encontrados outros US\$ 5 milhões em contas de familiares e terceiros. As informações foram obtidas por comunicação espontânea do Ministério Público da Suíça e, para o MPF, indicam a potencialidade de fuga de Costa para o exterior"* (Notícia 10 - Exame – 12/06/ 2014 - 16h25)

**Análise narrativa:** Na notícia 10, ao tratar dos motivos da prisão, é possível observar a ação inserida em um *Framework* Global, um dos elementos constitutivos e de operação, uma vez que montante de US\$ 23 milhões é mantido em *offshores* (Breit *et al.*, 2015; Rothstein, 2021). Ademais, verifica-se a falta de separação da estrutura controle/ gestão, configurado pela maximização do interesse próprio diante da descoberta desse montante mencionado (Jensen, Meckling, 1976). A prisão reforça o elemento de enfrentamento do reducionismo e foco na atuação do agente para solucionar a corrupção (Rothstein, 2021).

-----

## Julho/2014

- 01/07/2014

Fase 05 - Bidone 2: Polícia Federal prende duas pessoas que gerenciavam contas do doleiro no exterior,

*"A Polícia Federal prende duas pessoas que gerenciavam contas do doleiro Alberto Youssef no exterior, João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado e Iara Galdino da Silva. [...]"* (Notícia 12 – Revista Época - 19/05/2014 - 14h55 - Atualizado 19/05/2014 - 16h22)

**Análise narrativa:** A Notícia 12 demonstra a replicação da ação da prisão do agente, reforçando o elemento de enfrentamento do reducionismo e foco na atuação do agente para resolver a corrupção (Rothstein, 2021).

-----

- 28/07/2014

Doleiro da Lava Jato volta à PF e ao banco dos réus

*"Nesta segunda-feira, 28, ele compareceu à Justiça Federal em Curitiba para audiência em duas das cinco ações penais em que consta como acusado - uma delas relativa ao laboratório Labogen, do qual ele assumiu o controle para, segundo a PF, se infiltrar em órgãos públicos para ganhar contratos milionários e para lavar dinheiro"* (Notícia 17 – Exame - 28/07/2014 - 21h10.)

**Análise narrativa: O destaque na Notícia 17 é para o elemento constitutivo/ operação economia, diante da menção ao valor envolvido e do enquadramento da na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998 - crimes de "lavagem" ou ocultação de bens.**

-----

## **Agosto/2014**

- 12/08/2014

Investigação sobre lavagem na Petrobras se estende a bancos

*"Documentos judiciais citam unidades de bancos como Citigroup, com sede em Nova York, Banco Santander, com sede em Madri, e HSBC Holdings, com sede em Londres, assim como Itaú Unibanco Holding, com sede em São Paulo, e Banco Bradesco, com sede em Osasco, por manterem contas ou executarem operações ligadas à suposta lavagem de R\$ 10 bilhões. "* (Notícia 18 – 12/ 08/2014 - 23h35.)

**Análise narrativa: Na Notícia 18, os elementos constitutivos/ operação da economia e do monetarismo são visualizados no contexto do *framework* global por meio de documentos judiciais que citam operações, de unidades de bancos em vários países, ligadas à suposta lavagem de dinheiro de R\$ 10 bilhões (Rothstein, 2021).**

-----

- 18/08/2014

Polícia liga doleiro a 17 contratos da Petrobras

*"São Paulo - Alvo central da Operação Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef, preso pela Polícia Federal desde março, intermediou 750 projetos entre grandes construtoras e órgãos públicos, entre fevereiro de 2009 e maio de 2012.*

*[...]*

*Somados, os valores referentes a estes contratos ultrapassam a ""casa dos bilhões"", segundo a PF. Pelo menos 17 deles são da Petrobras para grandes*

*empreendimentos nas áreas de refinarias e gás, suspeitam os federais."* (Notícia 19 - Exame – 18/ 08/2014 - 11h07)

**Análise narrativa:** A Notícia 19 traz o elemento constitutivo e de operação da economia que envolve a intermediação de projetos e contratos assinados pela Petrobras, no contexto de um sistema de contabilidade e controles públicos legalmente amparados (Garcia, Teodósio, 2020)

-----

- 22/08/2014

Fase 06 - Bidone 3: Documentos de 12 empresas vinculadas ao ex-diretor da Petrobras são apreendidos.

*"PF faz buscas em empresas ligadas à Petrobras no RJ Todos os mandados de busca da Polícia Federal envolvem pessoas de empresas ligadas ao ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa"* (Notícia 21 – Exame – 22/08/2014 - 10h09)

*"Rio de Janeiro - A Polícia Federal (PF) cumpre hoje (22) 11 mandados de busca e apreensão e um mandado de condução coercitiva em continuidade à Operação Lava Jato, deflagrada no dia 17 de março deste ano. A ação faz parte da sexta fase da operação."* (Notícia 22 – Exame – 22/08/2014 - 13h11)

**Análise narrativa:** Na Fase 06 da Operação Lava Jato, descrita na Notícia 22, o modelo de prisão do agente, ratifica o elemento de enfrentamento do reducionismo e Foco na atuação do agente, segue sendo adotado para solucionar a corrupção (Rothstein, 2021).

-----

Ex-diretor da Petrobras decide fazer delação premiada

*"Pouco antes, o blog do jornalista Fausto Macedo, no site do estado.com, revelou que Costa decidiu fazer uma delação premiada após se reunir hoje com a advogada criminalista Beatriz Catta Preta, da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná. "* (Notícia 23 – Exame – 22/08/2014 - 20h19)

**Análise narrativa:** Nesta notícia, surge a delação premiada, meio de obtenção de prova em que o colaborador deve narrar todos os fatos ilícitos para os

quais concorreu e que tenham relação direta com os fatos investigados, com previsão no Art. 3º-C. § 3º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.

---

## Setembro/2014

- 08/09/2014

Polícia Federal vai investigar vazamento da Lava Jato

*"Brasília - A Polícia Federal informou, em nota, que abriu investigação para apurar ""suposto vazamento à imprensa de informações protegidas por segredo de Justiça e contidas em depoimentos prestados por Paulo Roberto da Costa no âmbito da Operação Lava Jato." (Notícia 26 – Exame 08/09/2014 - 21h45)*

- 14/09/2014

Petrobras confirma uso de computador no caso Wikipédia

*"Rio - A Petrobras confirmou, na tarde deste domingo, 14, que o perfil na Wikipédia de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da estatal, foi alterado de um dos computadores da sede da empresa. Na modificação, Costa, preso durante as investigações da Operação Lava Jato, é apresentado como ""cria do governo tucano"" de Fernando Henrique Cardoso. Em nota, a assessoria de Imprensa da Petrobras informou que a Área de Tecnologia da Informação está rastreando os acessos à internet para identificar o computador em que o artigo foi reescrito. "*  
(Notícia 29 – Exame – 13/09/2014 - 18h06)

**Análise narrativa:** As Notícias 26 e 29 divulgadas em 08 e 09 de setembro, respectivamente, retratam fatos que envolvem vazamento e alteração de perfis, mediante uso de computadores, com reflexos no ambiente digital e com uso de dispositivos. As situações retratadas podem ser analisadas sob a ótica da Teoria Ator-Rede, que propõe seguir os atores, mais precisamente as suas marcas, como forma de entender o social, visto que esse social passa a englobar não apenas os humanos, mas os não-humanos, como tecnologias e sistemas, em um movimento que nem sempre estabelece uma nova conexão e redesenha um conjunto bem formado (Castañeda, 2022; Latour, 2012).

---



- 30/09/2014

## Juiz concede prisão domiciliar a ex-diretor da Petrobras

*"Juiz concede prisão domiciliar a ex-diretor da Petrobras*

*A decisão foi tomada em troca das informações prestadas por Paulo Roberto Costa no acordo de delação premiada confirmado com o Ministério Público Federal"*  
(Notícia 30 – Exame – 30/09/2014 -18h19)

*"Paulo Roberto fez um acordo com a Justiça para fazer delação premiada, no qual passou detalhes sobre o esquema para as autoridades e concordou em abrir mão de milhões de dólares em contas no exterior e de outros bens, como uma lancha de mais de R\$ 1 milhão. Em troca, poderá permanecer em prisão domiciliar, no Rio de Janeiro, onde será monitorado por um grupo da PF, e usará uma tornozeleira eletrônica colocada nesta manhã. A previsão é de que ele retorne a Curitiba no dia 8 de outubro para um novo depoimento à Justiça Federal sobre o escândalo envolvendo a Petrobras."* (Notícia 31 – Revista Época - 01/10/2014 - 14h46 - Atualizado 01/10/2014 - 14h52)

**Análise narrativa: As Notícias 30 e 31 mencionam a concessão da prisão domiciliar, como troca em relação ao acordo de delação premiada firmado. Os fatos descritos possibilitam visualizar os elementos de enfrentamento focados na atuação do agente e a ele reduzidos (Rothstein, 2021).**

-----

*"Preso pela Operação Lava Jato em março deste ano, Paulo Roberto citou recentemente o nome de 30 políticos que estariam de alguma forma sendo beneficiados pelo esquema de fraudes e desvios de recursos da estatal, além do recebimento de US\$ 23 milhões de uma empreiteira do exterior para facilitação de contratos com a empresa. "* (Notícia 31 – Revista Época - 01/10/2014 - 14h46 - Atualizado 01/10/2014 - 14h52)

[...]

*"Paulo Roberto afirmou à Justiça Federal que recebeu cerca de R\$ 3 milhões da empreiteira Camargo Corrêa em 2013, dinheiro que corresponderia ao pagamento atrasado de propina. A Camargo Corrêa deveria ter repassado o valor, segundo Paulo Roberto, quando ele ainda era diretor de Abastecimento da Petrobras, cargo que deixou em abril de 2012. Três meses depois, o ex-diretor abriu a empresa de consultoria Costa Global. Por meio dessa empresa, Paulo Roberto recebeu R\$ 3 milhões da Camargo Corrêa, mas disse à Justiça que apenas R\$ 100 mil correspondiam de fato a serviços prestados (...). "* (Notícia 36 – Revista Época - 21/10/2014 - 12h28 - Atualizado 21/10/2014 - 15h33)

**Análise narrativa:** Os dois fragmentos extraídos da Notícia 31 descrevem fatos relacionados ao recebimento de montantes financeiros para facilitar contratações junto à Petrobras. As situações descritas indicam a falta de separação da estrutura controle/ gestão, configurado pela maximização do interesse próprio diante do recebimento do montante mencionado (Jensen, Meckling, 1976).

---

*"Rio - A Petrobras informou que estuda recorrer à Justiça para conseguir ser ressarcida de prejuízos decorrentes dos esquemas de corrupção que estão sendo investigados pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal. " (Notícia 34 – Exame – 17/10/2014 – 19h05) "*

*[...]*

*"2. Investigação sobre propina zoom\_out\_map 2/11 (Sérgio Moraes/Reuters). Em fevereiro, ex-funcionários da holandesa SBM, que aluga navios-plataformas, fizeram denúncias que apontam que empregados da Petrobras receberam propina para fechar negócios. O processo indica que funcionários e intermediários da petroleira receberam cerca de 140 milhões de dólares. A Petrobras abriu uma auditoria interna para apurar as denúncias. Segundo Graça, os primeiros resultados da auditoria levaram 30 dias para sair. A Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados aprovou hoje requerimento para que a empresa esclareça tais irregularidades. " (Notícia 34 – Exame – 17/10/2014 – 19h05) "*

**Análise narrativa:** Os trechos da Notícia 34 apresentam elementos de enfrentamento que podem se relacionar à Abordagem do Contrato Social por meio foco em políticas públicas de sistemas para gestão fiscal e gastos de bens públicos, constituindo-se em uma abordagem indireta à corrupção, mediante a busca por ressarcimento dos prejuízos do esquema de corrupção, como também por intermédio da realização da atividade de auditoria (Rothstein, 2021).

---

*"10. Independência do governo - (Francois Lenoir/Reuters) No mês passado, Silvio Sinedino, funcionário da Petrobras há 26 anos e presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), ganhou o direito de ocupar uma cadeira no conselho de administração da estatal. Ao que tudo indica, Sinedino quer deixar claro que os funcionários da companhia não compactuam com a ideia de que as decisões da empresa teriam de estar totalmente alinhadas às decisões do Governo Federal. Hoje o conselho da Petrobras é formado por dez membros, sete indicados pelo governo, um pelos acionistas minoritários de ações minoritárias, um pelos acionistas*

*de ações preferenciais e um pelos empregados."* (Notícia 34 – Exame – 17/10/2014 – 19h05)

**Análise narrativa:** O recorte da Notícia 34 traz um relato de colaborador que apresenta traços da história e cultura local, no caso da Petrobras, em que funcionários não compactuam com a ideia de que as decisões da empresa teriam de estar totalmente alinhadas às decisões do Governo Federal. Importante ressaltar que a história e cultura local são elementos constitutivos e de operação à corrupção, como trazido pela abordagem do contrato social (Rothstein, 2021).

-----

*"A fonte primordial da Operação Lava Jato, que investiga um dos maiores escândalos de corrupção da história recente do País, é polêmica. Por meio de acordos de delação premiada, no qual confessam seus crimes em troca de benefícios, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef têm trazido à tona evidências que podem ajudar a mudar o combate aos chamados crimes de colarinho-branco..."*

(Notícia 54 – Carta Capital - 01.12.2014 – 06h30)

[...]

*"Por enquanto, não há indicações de que a posição de Botelho sairá vencedora no debate iniciado pela Lava Jato. A delação premiada de Paulo Roberto Costa já foi homologada pelo ministro do STF Teori Zavascki e a tendência é de que a decisão seja referendada por seus pares"* (Notícia 54 – Carta Capital - 01.12.2014 – 06h30)

**Análise narrativa:** As duas seções da Notícia 54 trazem à tona a polêmica que envolve o acordo de delação premiada. Considerando que o debate em torno desse acordo foi colocado como complexo, intenso e contemporâneo, para o qual há visões divergentes, é possível caracterizar essa discussão, que também envolve o fenômeno corrupção, como uma controvérsia (Venturini, 2010)

-----

## Outubro/2014

- 21/10/2014

CVM abre investigação para apurar denúncias de desvios na Petrobras

*"A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão do Ministério da Fazenda que regula o mercado financeiro, abriu, na segunda-feira (20), uma investigação - RJ2014/12184 - para apurar as denúncias de corrupção na Petrobras descobertas em meio à Operação Lava Jato da Polícia Federal. A CVM também investigará como a empresa e seus acionistas foram prejudicados com os desvios. Se as irregularidades*

*forem confirmadas, os administradores da Petrobras responsáveis poderão ser multados e até impedidos de atuar em empresas de capital aberto. ”* (Notícia 35 – Revista Época - 21/10/2014 - 17h29 - Atualizado 21/10/2014 - 18h31)

**Análise narrativa: O trecho da Notícia 35 informa sobre a abertura de investigação para apurar denúncias de corrupção, relacionando-se ao elemento de enfrentamento de proposição de solução. Cabe mencionar que as situações de corrupção identificadas por meio da deflagração da Operação Lava Jato na Petrobras trouxeram certa instabilidade a outras empresas do setor (Torga *et al.*, 2021).**

-----

*"Ele [...] fecha a nota dizendo que “a Petrobras reforça, por fim, que está sendo oficialmente reconhecida por tais autoridades como vítima nesse processo de apuração”. (Notícia 35 – Revista Época - 21/10/2014 - 17h29 - Atualizado 21/10/2014 - 18h31)*

**Análise narrativa: O fragmento da Notícia 35 indica o impacto do processo de apuração em que a Petrobras segue como vítima, em um contexto conflituoso em que há amplo e dinâmico debate público, como uma característica de controvérsia (Venturini, 2010).**

-----

*"Denúncias de corrupção na Petrobras podem gerar multa Segundo advogados, denúncias de corrupção podem gerar multas de até R\$ 3 bilhões à estatal no Brasil”* (Notícia 38 – Exame – 10/11/2014 - 20h23)

[...]

*"O valor se refere a 20% do seu faturamento bruto registrado em 2013, o que corresponde ao teto das sanções previstas nas legislações brasileiras para esse tipo de infração. [...] A multa mínima é de R\$ 15,8 milhões, o equivalente a 0,1% do faturamento, considerando o resultado financeiro da estatal no ano passado."* (Notícia 38 – Exame – 10/11/2014 - 20h23)

[...]

*"já na legislação americana anticorrupção, conhecida como Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), não há previsão de um limite de pagamento de multa, mas, segundo Marta Viegas, do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), ""pode chegar a valores estratosféricos"". [...] embora não comente casos específicos de denúncias, o instituto informa que os órgãos reguladores americanos já aplicaram penalidades bilionárias por corrupção." (Notícia 38 – Exame – 10/11/2014 - 20h23)*

**Análise narrativa:** Os três fragmentos da Notícia 38 trazem as prováveis multas que podem geradas à Petrobras, em decorrência dos escândalos de corrupção, objeto de debate na mídia e caracterizados como uma controvérsia (Venturini, 2010). Sobre os mecanismos discursivos adotados pela mídia na cobertura da Operação Lava Jato da Petrobras, De Oliveira Medeiros e Da Silveira (2017) em seu estudo concluíram que a mídia articula discursos de modo a construir sentidos.

---

*"No Brasil, há duas principais legislações, a Lei Anticorrupção e a Lei do Cade, sobre fraude à concorrência. Ambas determinam a aplicação de multas às empresas envolvidas em corrupção que variam de 0,1% a 20% de seu faturamento no ano de condenação. A definição depende, principalmente, da comprovação se a empresa tomou as medidas necessárias para evitar a fraude. Quanto menor o controle, maior a tendência de a companhia pagar mais. Outro órgão com poder de aplicar multa administrativa é a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Lei das Sociedades Anônimas, que não trata diretamente de corrupção, mas prevê que diretores, conselheiros e acionistas têm dever de diligência e lealdade no cumprimento dos seus deveres. (Notícia 38 – Exame – 10/11/2014 - 20h23)*

**Análise Narrativa:** No trecho da Notícia 38, é possível verificar elemento de enfrentamento focado na proposição de solução para a corrupção por meio da possibilidade de aplicação da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção); Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 (Lei do CADE); Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, que dentre outras providências, dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação Comissão de Valores Mobiliários; bem como da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a Sociedade por Ações.

---

*"Rio de Janeiro - Empresas de auditoria que atestaram resultados financeiros da Petrobras nos últimos anos acompanham os desdobramentos das investigações da Polícia Federal, na Operação Lava Jato, estão receosas em repetir a história da Arthur Andersen, que faliu em 2002 junto com a distribuidora de energia americana Enron, auditada por ela. " (Notícia 39 - Exame - 11/11/2014 - 19h37)*

[...]

*"De 2008 a 2012, período investigado pela PF, a KPMG e a PricewaterhouseCoopers (PwC) validaram balanços da estatal que incluíam gastos com projetos superfaturados, segundo delação do ex-diretor de abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa.*

*Oficialmente, as auditorias não se pronunciam. Mas, executivos ouvidos pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, que não quiseram se identificar, afirmam que o grande temor é o da perda de credibilidade." (Notícia 39 - Exame - 11/11/2014 - 19h37)*

**Análise narrativa:** Os relatos, objeto da Notícia 39, mencionam o temor de perda de credibilidade, diante das incertezas que envolvem os desdobramentos da Operação Lava Jato na Petrobras, diante das incertezas que descrevem o ambiente social complexo e controverso (Latour, 2012).

-----

*"Suspeitas podem ser levadas pelo auditor ao comitê de auditoria e ao conselho de administração da companhia aberta. A definição das iniciativas para eliminar o problema cabe aos órgãos internos da empresa"", explica Eliseu Martins, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP." (Notícia 39 - Exame - 11/11/2014 - 19h37)*

**Análise narrativa:** Por meio da explicação que consta na Notícia 39, constata-se que a solução para eliminar a corrupção caberia à própria empresa. O enfrentamento, então, pode ocorrer por meio da revisão de estruturas (Rothstein, 2021), como também propondo a solução (Jensen, Meckling, 1976), indicando que a explicação pode ser analisada sob a óticas diversas.

-----

## **Novembro/2014**

### ● 14/11/2014

**Incerteza com política e Lava Jato faz dólar subir a R\$2,62**

*"Incerteza com política e Lava Jato faz dólar subir a R\$2,62. Dólar subia pela quarta sessão seguida e era negociado na casa de 2,62 reais nesta sexta-feira, maior nível intradia em quase uma década" (Notícia 40 – Exame - 14 /11/14 - 10h04)*

**Análise narrativa:** A Notícia 40 demonstra como as incertezas que também envolvem a Operação Lava Jato possuem repercussões no valor do dólar. Assim, considerando a economia como elemento constitutivo e de operação do fenômeno corrupção, a narrativa econômica colocada pode alimentar a controvérsia e levar a uma forma de contágio (Shiller, 2022). Nessa linha, Da Silva *et al.* (2025)

**identificaram em sua pesquisa que o efeito Contágio sobre sua Cadeia de Suprimentos da Petrobras, diante dos escândalos de corrupção abrangidos pela Operação Lava Jato, foi significativa para a cadeia de valor envolvida.**

-----

Petrobras diz que apresentará balanço até dezembro

*"A Petrobras justifica ainda que diversos contratos com cláusula de covenant (obrigação) determinam o encaminhamento das demonstrações contábeis trimestrais, auditadas ou não, após o prazo de 90 dias do encerramento do trimestre para os agentes financiadores, o que a autoriza a entregar as demonstrações contábeis do terceiro trimestre até o dia 30 de dezembro deste ano." (Notícia 41 – Exame - 14 /11/14 - 10h16)*

[...]

*"Em resposta a um ofício da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em nota, a companhia diz que a medida visa ""manter o mercado minimamente informado, em respeito ao princípio da transparência"". (Notícia 41 – Exame - 14 /11/14 - 10h16).*

- 15/11/2014

Petrobras: Petrobras divulga informações operacionais positivas

*"São Paulo - Depois de adiar a divulgação do balanço do terceiro trimestre deste ano, em meio às denúncias de corrupção na empresa, a Petrobras publicou anúncio em jornais com seu desempenho operacional naquele período. Conforme o material apresentado, a produção de petróleo da estatal no Brasil atingiu a média de 2,090 milhões barris por dia (bpd), 9% acima do mesmo período de 2013." (Notícia 42 – Exame – 15/11/2014 - 18h52)*

*"Rio - Depois de perder o prazo para a divulgação do balanço financeiro referente ao terceiro trimestre, que venceu na última sexta-feira, a Petrobras publicou anúncio em jornais com uma espécie de satisfação à opinião pública. Pressionada pelo mercado financeiro, que aguarda seus frágeis dados contábeis, e pelas investigações da Polícia Federal, que expõem a dimensão e o impacto da corrupção no caixa da empresa, a estatal optou por divulgar apenas as informações operacionais positivas" (Notícias 43 – Exame – 15/11/2014 - 21h05.)*

**Análise narrativa: As Notícias 41, 42 e 43 descrevem as publicações referentes ao prazo de encaminhamento das demonstrações contábeis, em conformidade com o princípio da transparência, bem como a ação de divulgação das**

informações operacionais positivas da Petrobras. Nesse direcionamento, sob a ótica do elemento enfrentamento, é possível verificar uma aproximação à política Sistemas para gestão fiscal e gastos de bens públicos, que traz como um dos seus itens a transparência, além de ser uma forma de abordagem indireta à corrupção (Rothstein, 2021). Ademais essa publicização pode ser considerada como uma estratégia de divulgação corporativa na tentativa de contribuir com o processo de reparação da imagem frente a escândalos de corrupção (Quoos *et al.*, 2022).

---

- 16/11/2014

Na reunião do G20, presidenta afirma que escândalo “vai acabar com a impunidade” ao enquadrar corruptos e corruptores

*“Na reunião do G20, presidenta afirma que escândalo “vai acabar com a impunidade” ao enquadrar corruptos e corruptores”* (Notícia 44 – Carta Capital – 16/11/2014 – 10h10)

**Análise narrativa:** Ao observar a notícia 44, fica evidenciado que o enfrentamento à corrupção se dará por enquadramento de corruptos e corruptores, explicitando que a solução para a corrupção é reduzida ao foco no agente (Garcia, Teodósio, 2020, Rothstein, 2021)

---

*“Dilma afirmou ainda que este não é o primeiro caso de corrupção no Brasil, mas o “primeiro escândalo da nossa história que é investigado” e que jogará a “luz do sol sobre todos os processos de corrupção”.* (Notícia 44 – Carta Capital – 16/11/2014 – 10h10)

**Análise narrativa:** O destaque para o trecho da Notícia 34 é o enfoque no primeiro escândalo da história do Brasil que é investigado. Nesse direcionamento, é possível verificar a história e cultura local como elemento constitutivo e de operação, de acordo com a abordagem do contrato social (Rothstein, 2021).

---

- 18/11/2014

Presidenta da Petrobras anuncia a criação da Diretoria de Governança



*"A presidenta da Petrobras, Graça Foster, anunciou nesta segunda-feira 18 a criação da Diretoria de Governança, como parte das medidas para melhorar a gestão da companhia. O órgão é uma das 66 medidas listadas pela estatal, que tem dois ex-diretores entre os investigados pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, por diversos crimes financeiros".* Notícia 45 – Carta Capital – 17/11/2014 – 17h25)

**Análise narrativa:** A criação da Diretoria de Governança, mencionada na Notícia 45, pode ser caracterizada como um elemento de enfrentamento que propõe a solução, mediante a melhoria da gestão da companhia, bem como pode ser considerada um elemento de enfrentamento que pode vir a propor a revisão de estruturas por meio da implantação de controles internos (Castro *et al.*, 2018). Assim, é possível visualizar essa ação sob a ótica da teoria da agência (Jensen, Meckling, 1976) e da abordagem do contrato social (Rothstein, 2021).

---

- 19/11/2014

Coaf identifica movimentações financeiras atípicas de R\$ 23,7 bi de investigados na Lava-Jato

*"BRASÍLIA - Relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) informa que pessoas físicas e jurídicas investigadas na Operação Lava-Jato fizeram movimentações consideradas atípicas no valor de R\$ 23,7 bilhões entre 2011 e 2014. Só em espécie, o grupo movimentou R\$ 906,8 milhões".* (Notícia 48 - O Globo - 19/11/2014 - 06:00 / Atualizado em 19/11/2014 - 08:01)

**Análise narrativa:** As citações da Notícia 48 evidenciam, por meio de movimentações financeiras atípicas, os elementos do aspecto constitutivo/ operação relacionado à economia, monetarismo e framework global (Breit *et al.*, 2015; Rothstein, 2021).

---

Morgan Stanley diz que perda da Petrobras pode chegar a R\$ 21 bilhões

*"Perda da Petrobras pode chegar a R\$ 21 bilhões, diz Morgan Stanley [...] O banco americano Morgan Stanley foi um dos primeiros a divulgar a investidores uma estimativa das eventuais perdas com os desvios citados na Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Para o Morgan, as perdas podem chegar a 21 bilhões de reais, o*

*que comprometeria todo o lucro de 2014. ”* (Notícia 49 – Veja - Atualizado em 31/07/2020 - 02h37 - Publicado em 19/11/2014 - 15h04)

**Análise narrativa:** A Notícia 49 relata uma das potenciais consequências da operação Lava Jato, com reflexos para os acionistas. Além do aspecto econômico, constata-se que a incerteza trazida pela divulgação também se propaga por meio de veículos hospedados no ambiente da web, considerado como ator não-humano (Latour, 2012).

---

*"Um dos maiores prejudicados seria o próprio governo federal que é dono de mais de 50% dessas ações e espera fechar as contas com esses dividendos. O BNDES tem outros 10%."* (Notícia 49 – Veja - Atualizado em 31/07/2020 - 02h37 - Publicado em 19/11/2014 - 15h04)

**Análise narrativa:** Considerando o governo federal como acionista majoritário da Petrobras, e possível constatar o impacto social da corrupção cometida (Rothstein, 2021).

---

*"Ao comparar a Lava Jato com o mensalão, o ministro também comentou que, nem mesmo o processo jurídico e as penas foram capazes de inibir outros esquemas de corrupção semelhantes. ""O lamentável é que tenha ocorrido, quer dizer, já ocorria durante o julgamento do mensalão, pelas datas. O lamentável é isso. Nem o julgamento do mensalão, nem as penas que foram aplicadas teve qualquer efeito inibitório. O que mostra que há uma práxis que compõe uma forma de atuar, de gerir, de administrar.""* (Notícia 50 - Por Folhapress 20/11/2014 – 17h09)

**Análise narrativa:** A Notícia menciona um posicionamento que sinaliza uma forma de atuar baseada em esquema de corrupção que apresenta semelhança entre o caso do Mensalão e a Operação Lava Jato na Petrobras. Essa constatação sugere que as formas de enfrentamento reduzidas e com foco na atuação do agente, em que são propostas soluções tão-somente para ele direcionadas, como por meio do processo jurídico e penas, não são capazes de inibir a recorrência do fenômeno corrupção. (Garcia, Teodósio, 2020; Rothstein, 2021)

---

*"O primeiro grande problema é corrente em quase todos os casos judiciais que têm repercussão na mídia, qual seja o vazamento de informações e documentos sigilosos".* (Notícia 51 – Carta Capital – 21/11/2014 – 15h23).

**Análise narrativa:** A Notícia 51 descreve mais uma situação recorrente de vazamento, com repercussão no ambiente digital, diante da presença dos atores não-humanos, como as mídias sociais, que conduzem a uma forma de entender e reagregar o social, mais dinâmico e complexo, no qual ocorre debate ampliado e intenso, como uma ação controversa (Castañeda, 2022; Latour, 2012).

---

- 21/11/2014

SEC solicita envio de documentos à Petrobras

*“Petrobras diz que SEC pediu envio de documentos Estatal informou que recebeu no dia 21 de novembro uma notificação requerendo documentos de uma investigação do próprio órgão regulador dos EUA”* (Notícia 53 – Exame – 24/11/2014 - 20h45)

**Análise narrativa:** A solicitação da SEC – *Security Exchange Comission* –, órgão regulador americano, reflete uma ação parte de um *framework global*, numa perspectiva econômica e monetária de constituição e operação da corrupção (Rothstein, 2021).

## Dezembro/2014

- 12/12/2014

Petrobras anuncia receita recorde no 3º trimestre e diz ter tomado medidas para aprimorar governança

*“Petrobras anuncia receita recorde no 3º trimestre [...] Em versão condensada de documento sobre o balanço do 3º trimestre, a estatal afirma que a receita com vendas atingiu R\$ 88,378 bilhões no período.”* (Notícia 55 – Exame – 12/12/2014 - 21h23)

[...]

*“No lugar de um material completo, no qual a estatal deveria divulgar dados de lucro ou prejuízo e Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês), o documento traz apenas uma versão condensada - termo usado pela própria Petrobras - dos números acumulados entre julho e setembro.”* (Notícia 55 – Exame – 12/12/2014 - 21h23)

**Análise narrativa:** Ao anunciar a receita recorde no 3º. Trimestre de 2014, no trecho da Notícia 55, é possível perceber a ação voltada a divulgar notícias positivas, como uma forma de reparar a imagem da empresa (Quoos *et al.*, 2022).

---

*"Em nota oficial, a Petrobras comunicou que, após receber as denúncias, instaurou comissões internas "em 2008 e 2009 para averiguar indícios de irregularidades em contratos e pagamentos efetuados pela gerência de Comunicação do Abastecimento". (Notícia 56 – Estado de Minas –13/12/2014 06:00 / atualizado em 13/12/2014 07:35) [...]*

*"Como mencionado em comunicados anteriores, a Comissão Interna de Apuração constituída para avaliar os processos de contratações para as obras da RNEST (refinaria Abreu e Lima) concluiu as apurações e encaminhou o relatório final aos órgãos de controle e autoridades competentes", diz a nota. A companhia alega que apurou todas as informações repassadas pela ex-gerente.". (Notícia 56 – Estado de Minas –13/12/2014 06:00 / atualizado em 13/12/2014 07:35)*

**Análise narrativa: A apuração por parte de comissão interna, descrita nos fragmentos da Notícia 56, pode ser caracterizada como um elemento de enfrentamento que propõe a solução, mediante a realização da apuração, bem como pode ser considerada um elemento de enfrentamento que pode estar relacionado à política pública de Sistemas para gestão fiscal e gastos de bens públicos, por meio de uma abordagem indireta à corrupção. Logo, há a possibilidade de essa situação ser vista pelo prisma da teoria da agência (Jensen, Meckling, 1976) e da abordagem do contrato social (Rothstein, 2021).**

---

*"Empresa petroleira de capital aberto mais endividada do mundo, a Petrobras está vendo suas ações serem negociadas no menor nível desde 2004 em meio a uma ampla investigação sobre suborno de empreiteiras a funcionários da companhia." (Notícia 58 – Exame – 16/12/2014- 21h14.)*

*[...]*

*"A Petrobras, que é controlada pelo Estado brasileiro, planeja paralisar investimentos nas refinarias Premium I e Premium II, no Nordeste, entre outras medidas, para não precisar emitir dívida no mercado internacional em 2015, disse uma das fontes[...] As fontes pediram para não serem identificadas porque as informações não são públicas. A Petrobras, que tem sede no Rio de Janeiro, não respondeu a e-mails com solicitações de comentários. " (Notícia 58 – Exame – 16/12/2014- 21h14.)*

**Análise narrativa: Os trechos da notícia 58 descrevem os impactos no da Operação Lava Jato na Petrobras, com negociação de suas ações ao menor nível. Num ambiente, complexo, de intensos debates e considerado controverso (Venturini, 2010), a articulação do discurso utilizado pela mídia, colocando a Petrobras no centro do escândalo e configurando a natureza**

**política (De Oliveira Medeiros, Da Silveira, 2017), são aspectos que influenciam na construção e delineamento da corrupção.**

---

- 24/12/2014

Petrobras atribui a ex-gerente perda de R\$ 25 milhões

*"Petrobras atribui a ex-gerente perda de R\$ 25 milhões Além de Venina da Fonseca, documento de 88 páginas responsabilizou o ex-gerente de Engenharia Pedro Barusco e os ex-diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque" (Notícia 59 – Exame – 24/12/2014 - 07h30.)*

[...]

*"São Paulo - A ex-gerente executiva da área de Abastecimento da Petrobras Venina da Fonseca foi responsabilizada pela Comissão Interna de Apuração da companhia por quatro irregularidades que elevaram gastos e indicam a existência de cartel nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. [...] Em um contrato com uma empresa alvo da Operação Lava Jato, ela teria desconsiderado um desconto de R\$ 25 milhões em favor da estatal" (Notícia 59 – Exame – 24/12/2014 - 07h30.)*

[...]

*"A comissão acusa Venina de omitir informações da Diretoria Executiva sobre mudanças de valores e objetos em contratos; inclusão de empresas do cartel que não atendiam ao critério de seleção, após início do processo licitatório; não apresentação de parecer jurídico para aprovação de contrato; e erro formal de inclusão de empresa. " (Notícia 59 – Exame – 24/12/2014 - 07h30.)*

**Análise narrativa: A exemplo de notícias anteriores publicadas que relatam a culpa dos agentes, os trechos da Notícia 59 evidenciam como os elementos de enfrentamento estão reduzidos ao foco na atuação do agente (Garcia, Teodósio, 2020; Rothstein, 2021).**

---

- 26/12/2014

Reuters publicou que a Petrobras poderá entrar em default técnico em algumas de suas dívidas externas

*"Mais cedo na segunda-feira, a Reuters publicou que a Petrobras poderá entrar em default técnico em algumas de suas dívidas externas a partir de terça-feira, 30 de dezembro, se credores aderirem a uma campanha para forçá-la a acelerar as possíveis baixas contábeis devido ao escândalo de corrupção." (Notícia 61 – Exame – 29/12/2014 - 22h33.)*

- 30/12/2014

Lava Jato transforma ações brasileiras nas mais voláteis.

*"Lava Jato transforma ações brasileiras nas mais voláteis*

*Os investidores passaram por uma recessão, por uma eleição e pelo maior escândalo de corrupção da história do país. [...]. As oscilações da Petrobras, cujas ações estão sendo negociadas próximo à mínima registrada em uma década, mais que dobraram em 2014, para 86 por cento. A produtora de petróleo com sede no Rio de Janeiro disse em 12 de dezembro que atrasaria a divulgação de seus resultados financeiros pela segunda vez, enquanto a investigação de corrupção continua. "* (Notícia 62 – Exame – 30/12/2014 - 13h51).

[...]

**Análise narrativa:** As Notícias 61 e 62 retratam os efeitos da Operação Lava Jato na Petrobras, como aceleração de possíveis baixas contábeis, a menção do maior escândalo de corrupção na história do país na Petrobras e alusão à negociação do valor das ações perto do mínimo, tudo isso enquanto a investigação de corrupção ainda continua. Esses aspectos indicam as repercussões que também são divulgadas no ambiente digital, em um contexto complexo, de debate e controverso, conforme Venturini (2010). Ademais, a controvérsia é ainda mais fomentada controvérsia, em decorrência do efeito contágio proporcionada (Shiller, 2022) e diante da utilização de mecanismos discursivos pela mídia para construir e delinear a corrupção (De Oliveira Medeiros, Da Silveira, 2017).

---

CVM abre inquérito por denúncias de corrupção na Petrobras

*"São Paulo - A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anunciou nesta terça-feira que abriu inquérito administrativo para apurar responsabilidades de executivos da Petrobras em denúncias de corrupção envolvendo a companhia. [...]. Em comunicado, o órgão regulador do mercado de capitais brasileiro afirmou que o inquérito vai tratar do conteúdo de seis processos administrativos abertos contra a empresa em 2014. "* (Notícia 63 – Exame – 30/12/2014 - 21h16).

**Análise narrativa:** O trecho da Notícia 63 informa sobre a abertura de mais investigação para apurar denúncias de corrupção, relacionando-se ao elemento de enfrentamento de proposição de solução (Rothstein, 2021). Nesse sentido, cabe mencionar a instabilidade trazida a outras empresas do setor da Petrobras, além do impacto negativo em seus índices contábeis com a Operação Lava Jato (Bastos et al., 2017; Torga et al, 2021).

---

Após a conclusão da etapa “*Revisão da opinião da mídia e da opinião pública*”, como parte do método da cartografia das controvérsias, é possível mapear o espaço existente para a Abordagem do Contrato Social para a compreensão do Fenômeno corrupção, discussão que continuará na próxima seção.

### 5.2.6 *Árvore das discordâncias*

A técnica da “*Árvore das discordâncias*” busca contribuir para a discussão complexa e controversa sobre a compreensão do Fenômeno corrupção, uma vez que as respostas nem sempre são binárias e a “*Árvore das discordâncias*” possibilita a visualização tecno científica e gráfica a seguir (Venturini, 2012):

Imagem 10 – *Árvore das discordâncias* – Operação Lava Jato - Petrobras

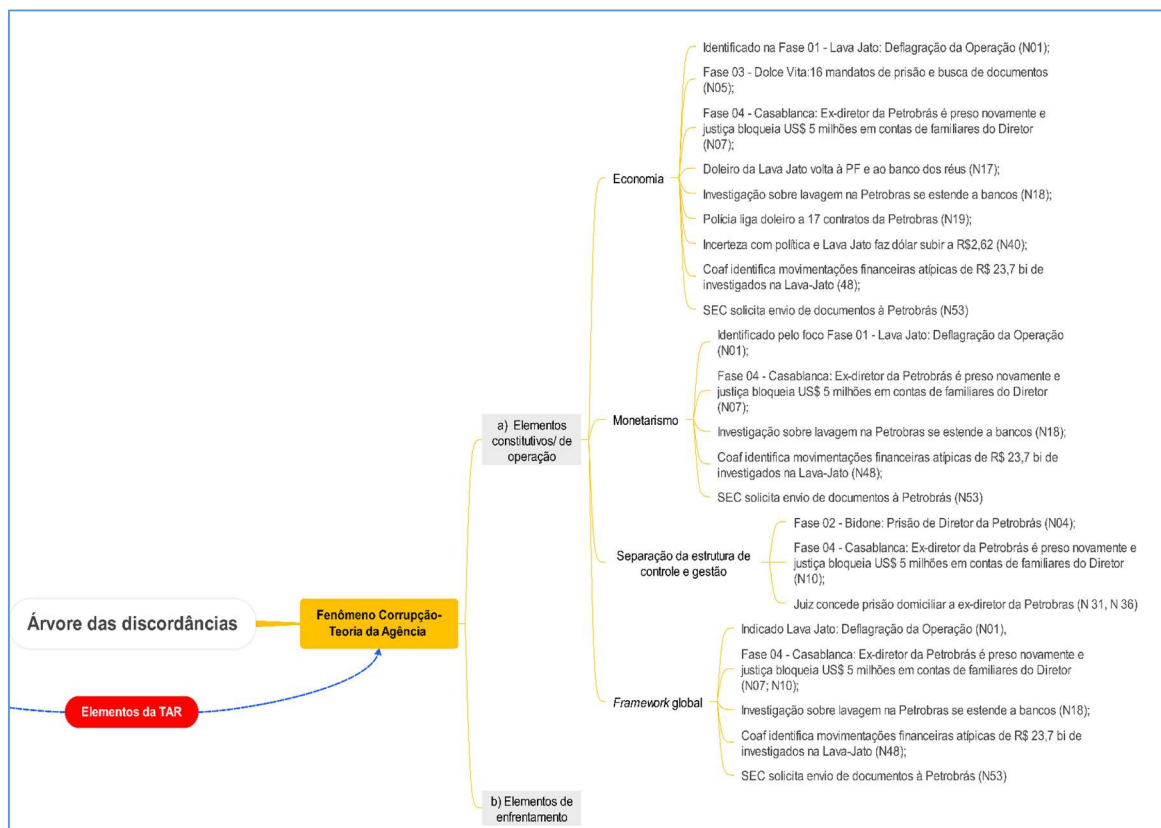


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A imagem 10 traz os códigos que compõem a corrupção sob o olhar da Teoria da Agência e sob o olhar da Abordagem do Contrato Social, detalhando os seus elementos constitutivos/ de operação e os seus elementos de enfrentamento, além dos elementos da Teoria Ator-Rede, considerando a estrutura analítica proposta por esta tese.

Em sequência, a partir das notícias que foram objeto da etapa “*Revisão da opinião da mídia e da opinião pública*”, buscou-se trazer citações que pudessem se aproximar dos códigos estabelecidos, inicialmente partindo da corrupção sob o olhar da Teoria da Agência – elementos constitutivos/ de operação, conforme pode ser visualizado na imagem 11:

Imagem 11 – Árvore das discordâncias – Teoria da Agência – Elementos constitutivos/ de operação



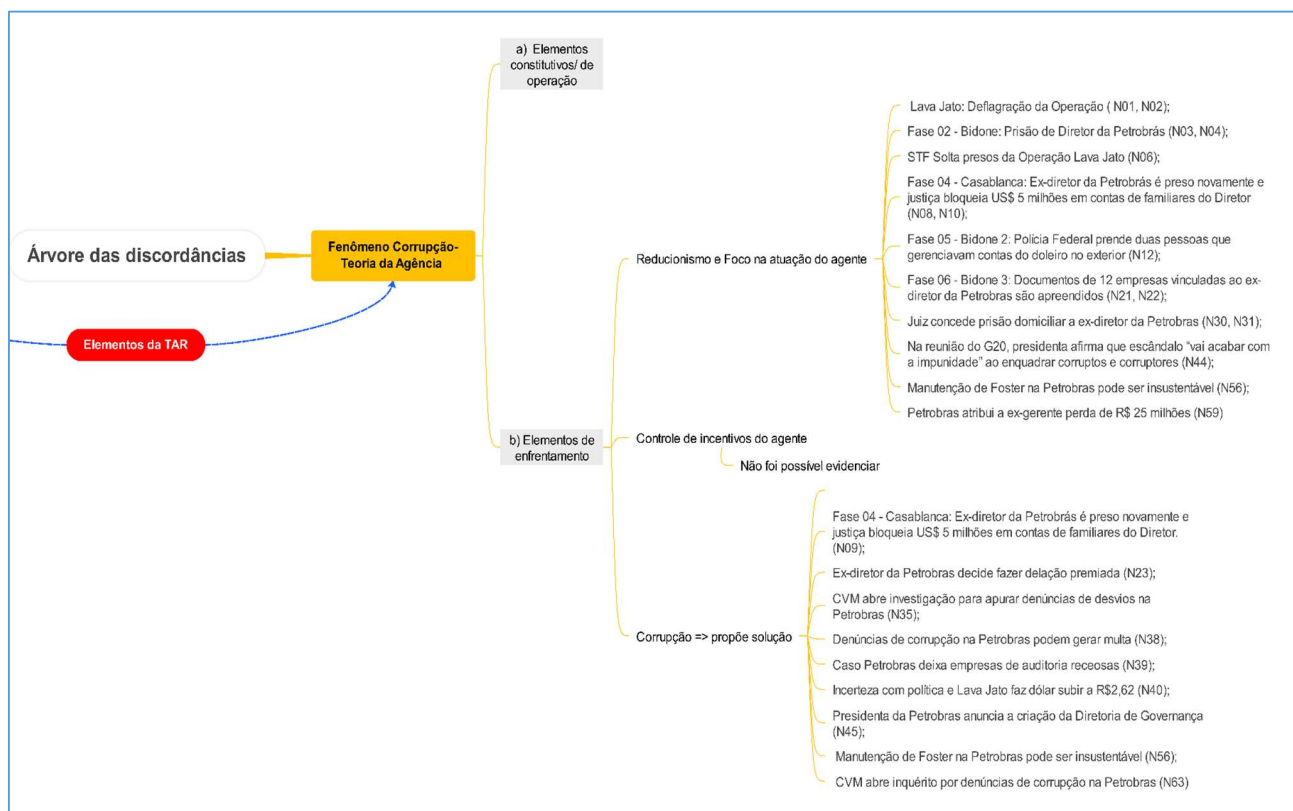
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para o ramo da “Árvore das discordâncias” que traz a corrupção sob o olhar da Teoria da Agência para os elementos constitutivos/ de operação (economia, monetarismo, separação da estrutura de controle e gestão, *Framework* global), com a prevalência dos dois primeiros, constatou-se a possibilidade de enquadramento das citações extraídas das notícias para todos os elementos.

Quanto aos elementos de enfrentamento, os elementos como Foco na atuação do agente, reducionismo (agente), proposição de solução para a corrupção) foram visualizados, em que pese o controle de incentivos do agente não tenha sido evidenciado, como demonstrado na imagem 12.



Imagem 12 – Árvore das discordâncias – Teoria da Agência – Elementos de enfrentamento



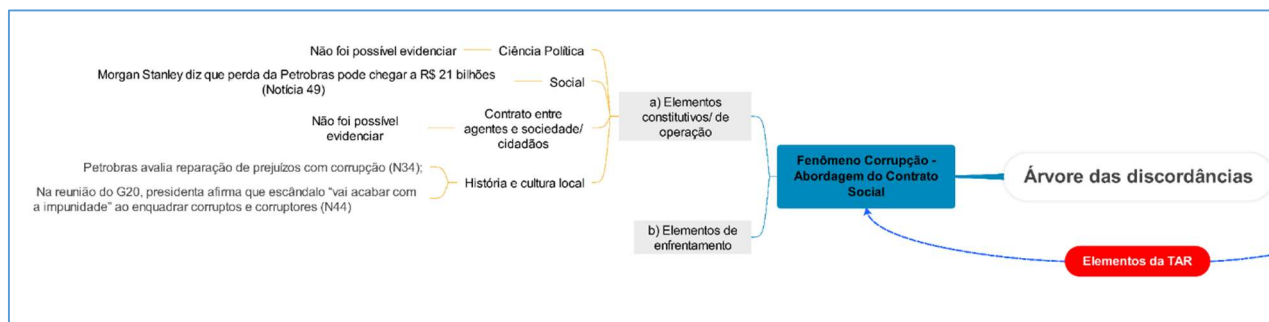
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O foco na atuação do agente foi possível identificar por meio das ações que focaram na atuação e no *modus operandis* dos agentes, já que surgiram comportamentos humanos em total desconformidade em relação ao ambiente organizacional e legal. Já o reduccionismo, (agente), é trazido por meio da atuação circunscrita ao agente prioritariamente em que a promoção de interesse próprio acima do interesse público, por sua vez, e a quebra de regras ou poderes oficiais.

No que se refere à proposta de solução da corrupção, é trazida para enfrentar a atuação dos agentes que atuaram promovendo o interesse próprio acima do interesse público. Ademais, a árvore da discordância ressalta a força preponderante da discussão amparada na Teoria da Agência para o fenômeno corrupção (Rothstein, 2021; Garcia, Teodósio, 2020).

Já tratando da corrupção sob o olhar da Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021), adotou-se também as citações que aproximaram dos códigos estabelecidos para essa abordagem, conforme pode ser visto na imagem 13:

Imagem 13– Árvore das discordâncias – Abordagem do Contrato Social – Elementos constitutivos/ de operação



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se refere ao ramo da “*Árvore das discordâncias*” que traz a corrupção sob o olhar da Abordagem do Contrato Social, observou-se apenas os elementos “social” e “história e cultura local” em apenas três das sessenta e três notícias analisadas. Isso reforça a predominância da narrativa econômica, baseada na Teoria da Agência, além de destacar a possibilidade para se debater os elementos constitutivos/ de operação em outras perspectivas, como a abordagem do contrato social.

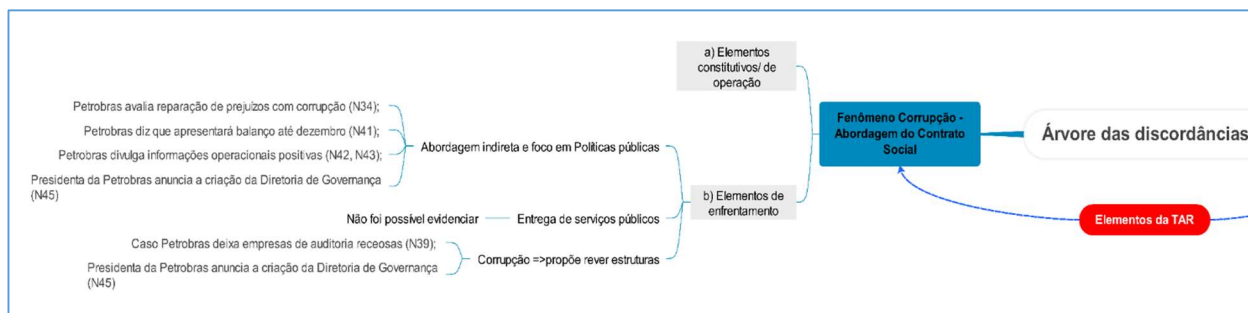
Tem-se ainda que não foi possível evidenciar como a perspectiva da ciência política foi colocada, evidenciando a lacuna existente e a ser suprida para discutir e identificar as causas raízes relacionadas aos elementos constitutivos/ de operação considerando contextos políticos e sociais que possam estar como pano de fundo da situação e quais os atores e potenciais setores envolvidos.

Adiciona-se que a abordagem relacionada ao contrato entre agentes e sociedade/ cidadãos também não foi vista, assumindo essa abordagem parte da ideia a de um acordo implícito e explícito sobre o que o estado pode esperar dos cidadãos e o que os cidadãos podem esperar do estado.

Esse fato reitera a prevalência da Teoria da Agência, oportunizando o espaço para se discutir a corrupção trazendo a Abordagem do Contrato Social que se alinha a aspectos como interdisciplinaridade, apontando para que novos espaços e arenas plurais sejam propostas em torno do debate sobre o tema (Breit, *et al*, 2015; Gendron, 2018; Roslender, Dillard, 2003).

Tratando do elemento de enfrentamento por meio da Abordagem do Contrato Social, a imagem 14 traz a seguir:

Imagem 14 – Árvore das discordâncias – Abordagem do Contrato Social – Elementos de enfrentamento



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Quanto aos elementos de enfrentamento, não se observou a visualização por meio das citações para o código “Entrega de serviços públicos”, sugerindo que esse enfoque pode ser agregado ao debate sobre o fenômeno corrupção (Rothstein, 2021), conduzindo assim a ampliação da discussão como o enfrentamento à corrupção pode ocorrer por meio de ações que envolvam medidas como melhoria da entrega de serviço relacionado à previdência social e nem políticas públicas como Educação Universal, Igualdade de gênero e meritocracia, Programas Universais do Estado do Bem Estar Social

Por outro lado, os códigos “Foco em Políticas Públicas”, “Abordagem indireta (políticas) ” e “Corrupção (rever estruturas) ” puderam ser parcialmente identificados nas notícias, principalmente em políticas de Sistema para controle a gestão fiscal e auditoria, restando pendentes referências que tratem do acordo implícito/ explícito entre agentes e sociedade (cidadãos), bem como voltados à Políticas Públicas.

No que se refere ao elemento da Teoria Ator-Rede, dentro da estrutura analítica proposta por esta pesquisa, tem-se a imagem 15:

Imagem 15 – Elementos da Teoria Ator-Rede



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

No que se refere a uma forma de entender e reagregar social, a notícia “Lava Jato erros e acertos” (N51) destaca a questão do vazamento recorrente, visto que há os atores não humanos, como as mídias, que conduzem a uma forma de entender e reagregar o social, mais dinâmico e complexo, no qual ocorre debate ampliado e intenso, como uma ação controversa (Castañeda, 2022; Latour, 2012).

A presença de atores não humanos impactando no novo desenho do contexto social pode ser visualizada nas notícias “Polícia Federal vai investigar vazamento da Lava Jato (N26)” e “Petrobras confirma uso de computador no caso Wikipédia (N29)”. Essa situação se relaciona diretamente com a terceira fonte de incerteza de Latour a natureza dos objetos – objetos conectados nas redes), cabendo ser destacado que seguir atores não-humanos e humanos possibilita localizar as associações e, por conseguinte as controvérsias (Gonzales, Baum, 2013; Latour, 2012).

Já a notícia “juiz concede prisão domiciliar a ex-Diretor da Petrobras (N54)” explicita a polêmica envolta ao acordo de delação premiada, já que existem visões diferentes no contexto complexo e intenso acerca do tema, caracterizando assim uma controvérsia (Venturini, 2010).

A partir do que foi mencionado, tem-se a oportunidade de ampliar o debate em torno do fenômeno corrupção, adicionando elementos da Teoria Ator-Rede que, por sua vez, pode contribuir para perceber e identificar a atuação dos atores humanos e não-humanos, as associações e controvérsias existentes, face às incertezas do social que também ocorre em um ambiente digital.

Diante dos resultados proporcionados por meio da “*Árvore das Discordâncias*”, pode-se inferir a necessidade e pungência do debate em um ambiente plural, interdisciplinar, social e no contexto do ambiente digital, que possam adicionar elementos de constituição/ de operação, bem como elementos de enfrentamento para compreender e, quiçá ampliar, a discussão do Fenômeno corrupção.

### 5.2.7 Escala das controvérsias

A técnica da “*Escala das controvérsias*” permite o detalhamento de controvérsia em subcontrovérsias, considerando que essa especificação pode apoiar a disputa e discussão sobre o Fenômeno corrupção.

Para esta tese, a “*Escala das controvérsias*” especificará a discussão amparada na análise narrativa sobre as notícias da Operação Lava Jato - Petrobras, efetuada no item “6.2.5 -

*Revisão da Opinião de Mídia e Opinião Pública*”, considerando as subcategorias de elemento de constituição/ de operação e elemento de enfrentamento, além dos elementos da Teoria Ator-Rede, como proposto na Imagem 16:

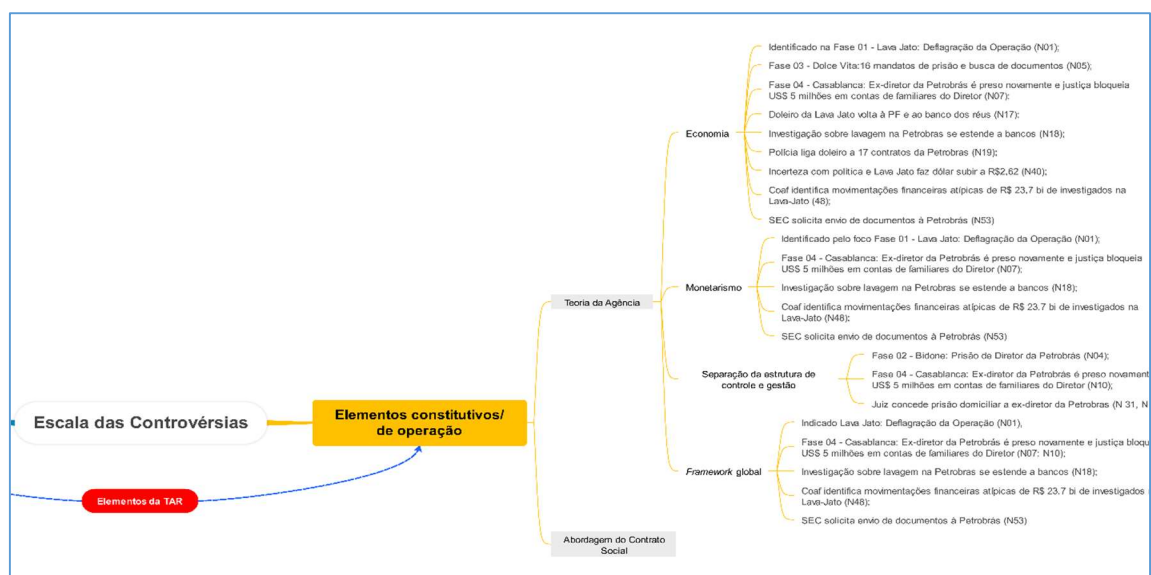
Imagem 16 – Escala da controvérsia –Elementos constitutivos/ de operação e Elementos de enfrentamento



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

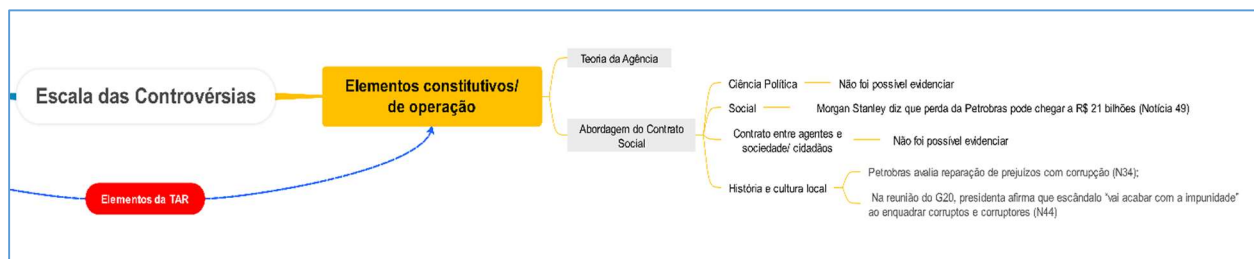
A exposição das subcontrovérsias por meio da “*Escala das Controvérsias*” apresenta as situações em que o Fenômeno corrupção sob o olhar da Teoria da Agência e sob o olhar da Abordagem do Contrato Social podem ter suas discordâncias e sobreposições visualizadas e analisadas (Venturini, 2010), como pode ser visto para os elementos constitutivos/ de operação, constante das imagens 17 e 18:

Imagem 17– Escala da controvérsia –Elementos constitutivos/ de operação – Teoria da Agência



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Imagem 18 – Escala da controvérsia –Elementos constitutivos/ de operação – Abordagem do Contrato Social



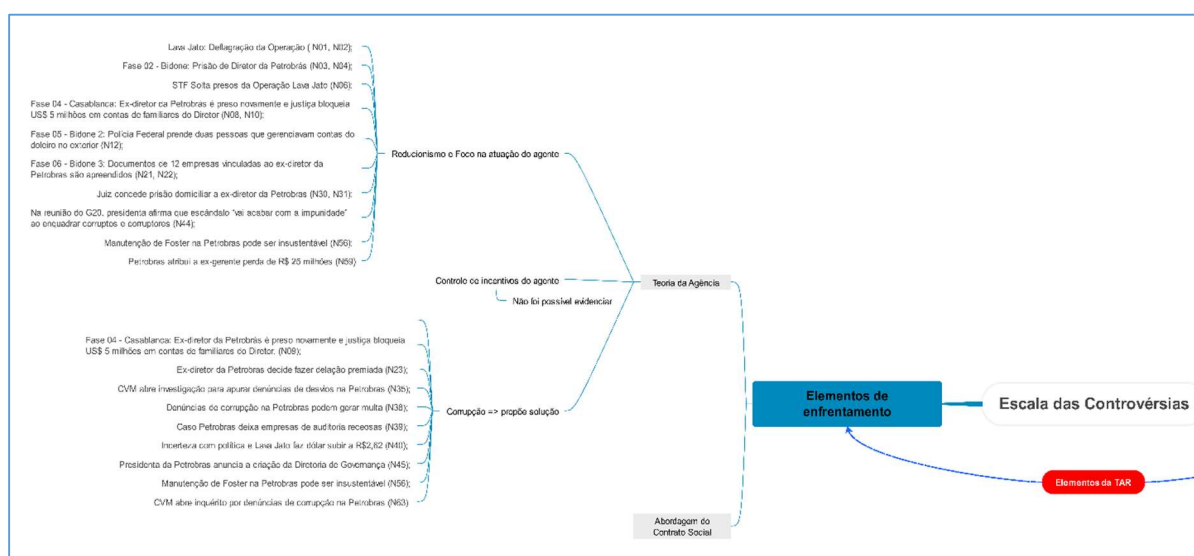
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Comparando as imagens 17 e 18 “Escala da controvérsia –Elementos constitutivos/ de operação” sob o olhar da Teoria da Agência e da Abordagem do Contrato Social, percebe-se que para todos os elementos constitutivos/ de operação foram identificadas discordâncias.

Esse achado sugere que a discussão do Fenômeno corrupção, tanto na ótica da Teoria da Agência, quanto na Abordagem do Contrato Social, possui elementos que não se aproximam, diante de seus enfoques diferentes, indicando ainda que elementos da Teoria Ator-Rede possam ser adicionados, como os aspectos relacionados aos atores humanos e não humanos, controvérsias e incertezas que ocorrem também no ambiente digital (Latour, 2012, Venturini, 2010).

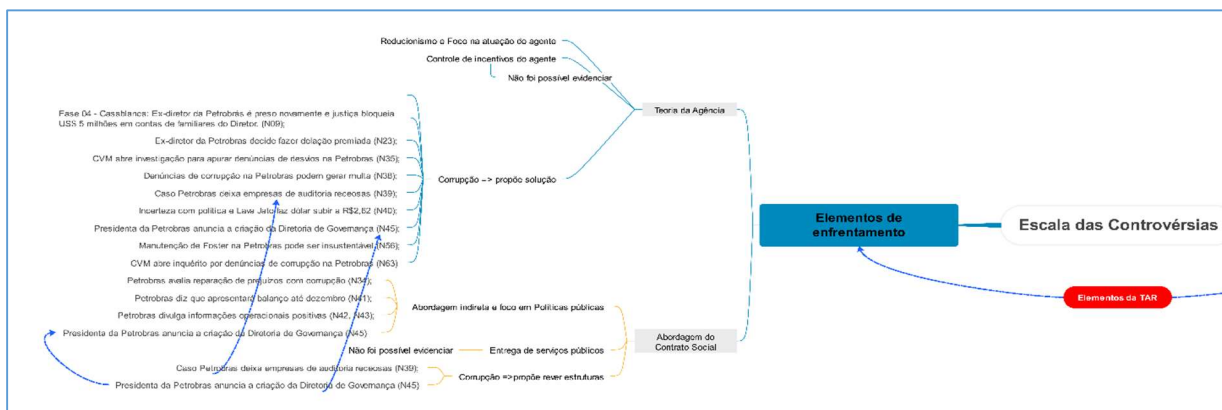
Prosseguindo nos elementos de enfrentamento no contexto da Operação Lava Jato – Petrobras, tem-se as imagens 19 e 20:

Imagem 19 – Escala da controvérsia –Elementos de enfrentamento – Teoria da Agência



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Imagem 20 – Escala da controvérsia –Elementos de enfrentamento – Abordagem do Contrato Social



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que se refere aos elementos de enfrentamento no contexto da Operação Lava Jato – Petrobras, conforme as imagens 19 e 20, “*Escala de Controvérsia*” possibilita o mapeamento de aspectos menos controversos do que os elementos constitutivos, indicando mais pontos de comunicação entre os elementos, como “Corrupção (proposição de revisão de estruturas)” x “Corrupção (proposição de solução)” e “**Abordagem indireta por meio de políticas públicas**” x “Corrupção (proposição de solução)”.

Por outro prisma, identificam-se elementos de enfrentamento discordantes em que os dois olhares de fato vão divergir, como “reduccionismo (agente)”, “Foco em políticas públicas em que há um acordo implícito/ explícito entre agentes e sociedade/ cidadãos”, “revisão de estruturas” e a “corrupção (proposição de revisão de estruturas) de poder e de políticas públicas, como educação, igualdade de gênero e meritocracia e Programas Universais do Bem-Estar Social”.

Esse achado sugere que a discussão do Fenômeno corrupção tanto na ótica da Teoria da Agência, quanto na Abordagem do Contrato Social possui elementos que muito mais se distanciam e se aproximam, apesar de seus enfoques diferentes.

O resultado reflete ainda a pertinência relacionada à discussão sobre o tema no Setor Público Brasileiro Contemporâneo e que ainda pode ser objeto de mapeamento, partindo do caso Referência – Operação Lava Jato - Petrobras, como será cartografado no próximo tópico.

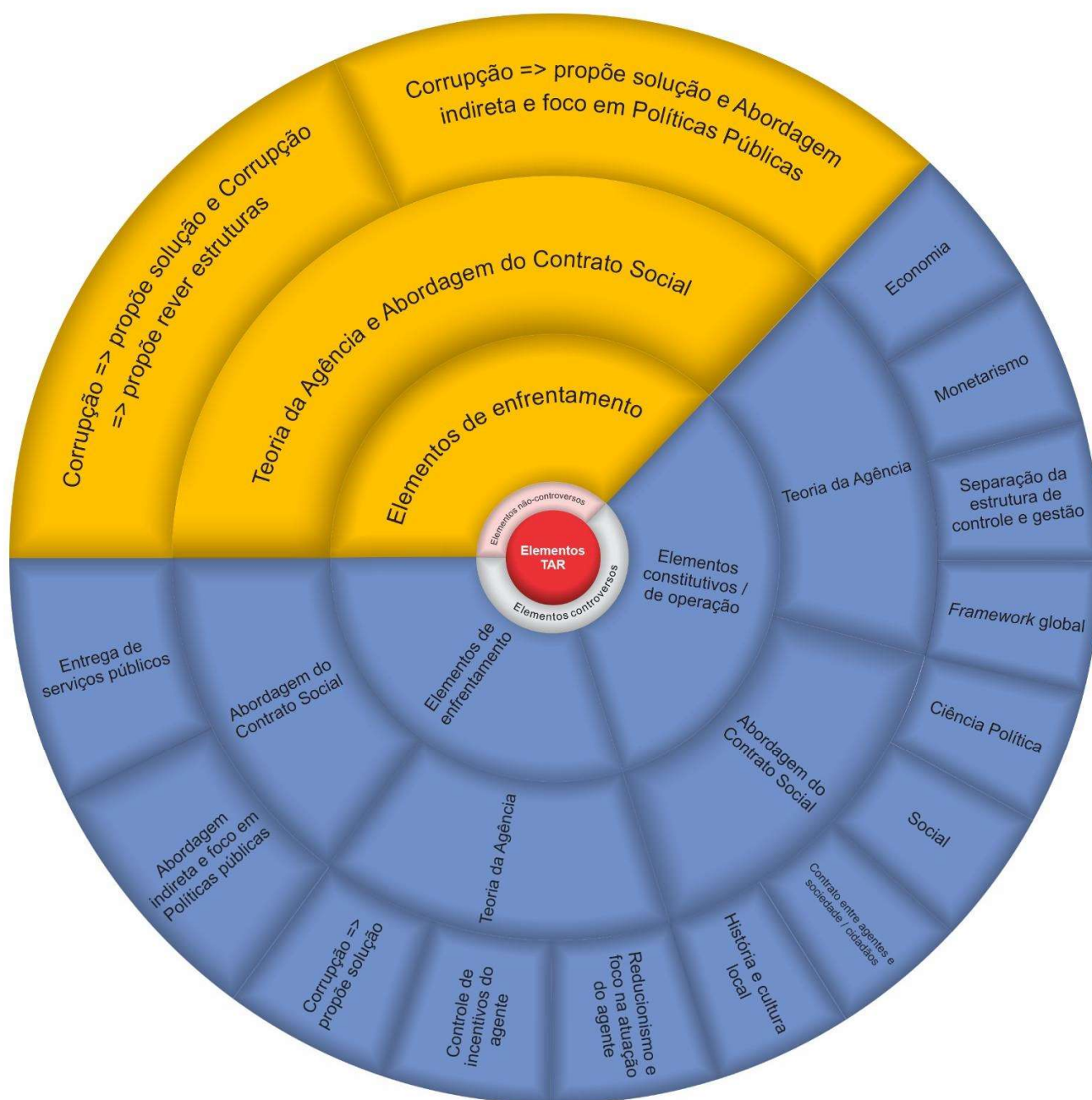
### 5.2.8 Diagrama de Ator-Rede

Após a compreensão acerca das subcontrovérsias sobre o Fenômeno corrupção sob o olhar da Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social, é possível traçar a rede em que



os elementos de constituição/ de operação e os elementos de enfrentamento podem ser conectar como controversos e não-controversos, por meio do “*Diagrama de Ator-Rede*”, na Imagem 21:

Imagem 21 – Diagrama de Ator-Rede



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Considerando os elementos não-controversos, a aproximação é observada tanto nos elementos de enfrentamento nos itens “Corrupção (propondo rever estruturas)” e “Corrupção (propondo solução)”.



Cabe destacar que a aproximação identificada sinaliza que olhares distintos podem se tangenciar, ainda que mantida as suas características, indicando as disputas não são mutuamente excludentes e anuláveis, dando visibilidade a pontos de vista diversos (Venturini, 2012).

Sobre os controversos, partindo dos elementos constitutivos/ de operação, a discordância fica clara entre a lente de observação da econômica/ monetarismo/ *Framework* global (Teoria da Agência) versus a lente de observação da ciência política/ social/ contrato entre agentes/ sociedade e cidadãos/ história e cultura locais (Abordagem do Contrato Social).

Quanto aos elementos de enfrentamento, a controvérsia surge entre Foco no agente/ reducionismo (agente) versus Foco em Políticas Públicas/ Abordagem Indireta (políticas) / entrega de serviços públicos/ corrupção (proposição de revisão de estruturas).

Esse desenho possibilita ratificar como a oportunidade para se adicionar a história e cultura locais, bem como o contexto Teoria Ator-Rede e para se discutir o Fenômeno corrupção sob a Abordagem do Contrato Social, permitindo revisitar as atuais formas de entender a constituição/ operação e enfrentamento relacionados ao Fenômeno corrupção, no Setor Público Contemporâneo.

Considerando o exposto, é possível ratificar a predominância dos elementos majoritariamente relacionados ao olhar da Teoria da Agência e como esse debate controverso e sob perspectivas diversas possui espaço para ser fomentado, sendo não só parte das redes, mas passando a integrar o cosmos, como discorrido no próximo tópico.

#### 5.2.9 Tabela do Cosmos

Este tópico apresentará a “*Tabela do Cosmos*”, etapa da cartografia que parte das redes aos cosmos (Venturini, 2010). Na Tabela do Cosmos referente a esta pesquisa, a Teoria da Agência será controvertida pela Abordagem do Contrato Social, conforme estrutura analítica amparada na Teoria Ator-Rede e que foi um dos objetivos propostos para esta tese, obedecendo a sequência a seguir:

- a) Inicialmente, a Tabelas do Cosmos 1 considerará os elementos não controversos;
- b) A Tabelas do Cosmos 2 abordará os Elementos controversos, sob o ponto de vista dos elementos constitutivos e de operação;
- c) A Tabela do Cosmos 3 trará os elementos controversos – sob o ponto de vista dos elementos de enfrentamento;
- d) A Tabela do Cosmos 4 exporá os elementos da Teoria Ator-Rede.

Após a apresentação da sequência a ser seguida, a Tabela do Cosmos 1 é demonstrada a seguir:

Tabela 1 – (Tabela dos Cosmos) Estrutura Analítica - Elementos não-controvertidos

Estrutura analítica			
Elementos não-controvertidos	Teoria da Agência	Abordagem do contrato social	Teoria Ator-Rede
<b>Elementos constitutivos e de operação (01)</b>	A cartografia efetuada para os elementos da economia, monetarismo, separação da estrutura e controle e de gestão e o <i>framework</i> global não identificou elementos não-controvertidos	A cartografia efetuada para os elementos da ciência política, social, Contrato entre agentes e sociedade/ cidadãos, história e cultura local não identificou elementos não-controvertidos	Os elementos <b>constitutivos e de operação evidenciam os aspectos em que não há pontos comuns entre a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social</b> . Esse achado sinaliza que a <b>discussão do fenômeno corrupção pode ocorrer além da visão econômica</b> , trazendo <b>elementos do contexto social</b> , no que se refere à sua construção e reconstrução, sob a ótica de teorias, abordagens e conhecimentos que circundam a temática.
<b>Elementos de enfrentamento (01)</b>	O elemento corrupção => propor solução foi identificado como não controverso no que se refere à Notícia que apresenta a criação da Diretoria de Governança (N45) que propõe a solução para a corrupção, mediante a melhoria da gestão da companhia, focando nos controles, alinhando-se a abordagem da Teoria da Agência (Jensen, Meckling, 1976).	A abordagem indireta por meio de Políticas Públicas de Sistema de Gestão se apresenta também como outro ponto em comum na discussão quanto ao enfrentamento, já que políticas por meio das políticas públicas como Sistemas para gestão fiscal e gastos de bens públicos e de Auditoria. Além de políticas relacionadas aos controles internos (Castro <i>et al</i> , 2018), normativos integrantes do campo técnico-legal podem ser adicionados como a Lei anticorrupção	Ao considerar a abordagem indireta por meio de revisão de estruturas relacionadas às políticas públicas como as de Sistema de Gestão fiscal e gastos de bens públicos (Rothstein, 2021), <b>a discussão do fenômeno corrupção destaca a relevância de atores não-humanos, como as políticas públicas e normativos, na associação e conexão das controvérsias presentes no contexto social</b> (Castañeda, 2022; Freire, 2013; Kef, 2024).

Estrutura analítica			
Elementos não-controvertidos	Teoria da Agência	Abordagem do contrato social	Teoria Ator-Rede
Elementos de enfrentamento (02)	Outro exemplo é trazido na Notícia 39 já que a solução para eliminar a corrupção caberia à própria empresa (N39), o que pode ser analisado por meio da proposição de solução, no que se referem às medidas de controle (Jensen, Meckling, 1976).	O elemento corrupção => rever estrutura foi identificado como não controverso, uma vez que a solução para eliminar a corrupção caberia à própria empresa (N39), podendo ocorrer por meio da revisão de estruturas de auditoria e controles (Rothstein, 2021). Além disso, a criação da Diretoria de Governança (N45) se apresenta como uma constatação, por propor rever as estruturas por meio da implantação de controles internos (Castro <i>et al</i> , 2018), alinhando-se nesse ponto a abordagem do contrato social (Rothstein, 2021).	A <b>aproximação da discussão do enfrentamento à corrupção mediante a proposição de soluções e a revisão de estruturas, por meio de auditorias e controles internos</b> , pode ser analisada do ponto de vista da <b>primeira fonte de incerteza - natureza dos grupos</b> em que há a formação de grupos (Latour, 2012). Nesse direcionamento, é possível observar uma forma de compreender o social diante da existência de conexão entre a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato social.

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Dando prosseguimento, Tabelas do Cosmos a ser apresentada trará os elementos controversos – elementos constitutivos e de operação, conforme a Tabela 2:

Tabela 2 – (Tabela do Cosmos) - Estrutura Analítica – Elementos controversos – Elementos constitutivos e de operação

Elementos controversos	Estrutura analítica		
	Teoria da Agência	Abordagem do contrato social	Teoria Ator-Rede
<b>Elementos constitutivos e de operação (01)</b>	O enfoque econômico pode ser destacado nas narrativas das seguintes Notícias: N01 - Fase 01 - Lava Jato: Deflagração da Operação, diante da suspeita em comandar o esquema, que movimentou cerca de R\$ 10 bilhões; N05 - Fase 03 a apreensão de documentos, relacionados ao contrato no valor de R\$ 443 milhões que a empresa EcoGlobal mantinha junto à Petrobras, busca permitir o acesso e diminuir a assimetria informacional na investigação; N19 - Polícia liga doleiro a 17 contratos da Petrobras - envolve a intermediação de projetos e contratos assinados pela Petrobras, no contexto de um sistema de contabilidade e controles públicos legalmente amparados (Garcia, Teodósio, 2020); N40 - Incerteza com política e Lava Jato faz dólar subir a R\$2,62, situação em que a narrativa econômica adotada gerou impactos no valor do dólar.	Não foi identificada a aproximação sob ponto de vista da Ciência Política para discutir os elementos constitutivos e de operação do fenômeno corrupção não foi identificado, indicando o espaço para estudos interdisciplinares com foco no fenômeno corrupção (Roslender e Dillard, 2003)	A lacuna na aproximação com outras áreas do conhecimento para a discussão do fenômeno corrupção, como a Ciência Política sugere que a heterogeneidade, mencionada na <b>primeira fonte de incerteza - natureza dos grupos</b> (Castañeda, 2022, Gonzales, Baum, 2013; Latour, 2012) pode ser limitada tão-somente aos aspectos econômicos. Consequentemente, <b>atores não-humanos, como os conhecimentos proporcionados pela ciência política, não são trazidos para a construção e compreensão do social.</b>

Estrutura analítica			
Elementos controversos	Teoria da Agência	Abordagem do contrato social	Teoria Ator-Rede
<p><b>Elementos constitutivos e de operação (02)</b></p>	<p>O aspecto monetário é trazido pela abordagem limitada ao monetarismo que pode ser exemplificada nas Notícias que tratam das prisões e bloqueios efetuados em virtude dos montantes encontrados, correspondentes a US\$ 5 milhões (N07) e na narrativa da N48, em que o COAF identifica o volume de movimentações financeiras atípicas de R\$ 23,7 bi de investigados na Lava-Jato.</p>	<p>No que se refere ao elemento que trata do Social, em que pese a manchete da Notícia 49 realce o valor econômico e monetário relacionado a possibilidade de perda da Petrobras chegar a R\$ 21 bilhões, o corpo da Notícia explicita o potencial prejuízo do governo federal, dono de mais de 50% das ações da Petrobras. Considerando que pode haver consequências relacionadas à sustentabilidade financeira para governo federal, responsável por políticas públicas e programa que lhe são relacionados, cabe destacar que podem ser ocasionados reflexos para os aspectos sociais.</p>	<p>A discussão que apresenta o aspecto social, no que se refere ao reflexo desse elemento de operação, possibilita a <b>observação da natureza dos fatos por meio do construtivismo social, uma vez que não há um ambiente estático e sim realista e dinâmico, em que associações podem resultar em eventos não programados e descrevem o social</b>, de acordo com a <b>quarta fonte de incerteza - natureza dos fatos</b> (Castañeda, 2022; Latour, 2012). Nessa linha, o prejuízo do governo federal, em decorrência dos escândalos de corrupção investigados na Operação Lava Jato - Petrobras, pode vir a permitir a rastreabilidade e a descrição do social quanto a potenciais prejuízos que impactem a execução de políticas públicas.</p>

Estrutura analítica			
Elementos controversos	Teoria da Agência	Abordagem do contrato social	Teoria Ator-Rede
<b>Elementos constitutivos e de operação (03)</b>	A discussão acerca do elemento Separação da estrutura de controle e de gestão pode ser vista na Notícia 04 em que o agente ganhou um carro como bem, indicando um problema de agência, configurado pela maximização do interesse próprio (Jensen, Meckling, 1976). As Notícias 31 e 36 também se relacionam a esse elemento, já que a prisão domiciliar a ex-diretor da Petrobras é decorrente da tipificação do recebimento de montantes financeiros para facilitar contratações junto à Petrobras. As duas narrativas permitem observar a maximização do interesse próprio diante do recebimento do montante mencionado indicando a falta de separação da estrutura controle/ gestão, como é trazido pela Teoria da Agência (Jensen, Meckling, 1976).	Foi observada a ausência de contratos entre agentes e sociedade/ cidadãos, considerando a ideia de um acordo implícito e explícito sobre o que o estado pode esperar dos cidadãos e o que os cidadãos podem esperar do estado (Rothstein, 2021).	A <b>ausência de contrato social firmado</b> pode ser um fator que <b>contribui para a invisibilidade do foco no interesse público</b> , em termos de ação e de patrimônio, <b>contribuindo para que o agente se distancie do foco no interesse da vida coletiva</b> (Rothstein, 2021). Consequentemente, o <b>realismo e o dinamismo em um ambiente social não determinado podem não ser observados</b> , como previsto na <b>quarta fonte de incerteza - a natureza dos fatos</b> (Gonzales, Baum, 2013; Latour, 2012). Como resultado, <b>pode não haver a rastreabilidade e a descrição do social</b> , do ponto de vista da discussão da <b>corrupção como um problema de ação coletiva</b> (Persson <i>et al</i> , 2015; Rothstein, 2018).
<b>Elementos constitutivos e de operação (04)</b>	A inserção das situações em um contexto do <i>Framework</i> global é visualizada na Notícia 18, em que a investigação sobre lavagem na Petrobras se estende a bancos e na Notícia 53 em que <i>SEC - Security Exchange Commission</i> –, órgão regulador americano solicita envio de documentos à Petrobras. Nesse sentido, por meio dessas Notícias, constata-se como uma estrutura global e financeira é um dos atores envolvidos na discussão da corrupção (Rothstein, 2021).	Quanto ao elemento e história e cultura local, na narrativa trazida na Notícia 34 em que a Petrobras avalia reparação de prejuízos com corrupção, o relato descrito de colaborador em que "... funcionários não compactuam com a ideia de que as decisões da empresa teriam de estar totalmente alinhadas às decisões do Governo Federal.", é possível identificar como a cultura da Petrobras, sob o ponto de vista dos colaboradores, é destacada como parte da história da empresa. Esse destaque é plausível diante do posicionamento de que nem todas as medidas adotadas pelo governo federal, em especial no que se refere às tratativas de lidar com as situações de corrupção, possuem plena concordância. Um enfoque ainda observado	O <b><i>Framework</i> global</b> , proposto por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Rothstein, 2021), <b>limita associações relativas à discussão dos elementos de constituição do fenômeno corrupção no âmbito Operação Lava Jato na Petrobras</b> . A história e cultura local são mencionados pontualmente, como na narrativa dos funcionários que não compactuam com o governo (N18) e na narrativa que menciona que o escândalo na Petrobras será o primeiro a ser investigado na história do Brasil (N53). Entretanto, a <b>discussão considerando os atores não-humanos como parte não é constatada</b> , já que o <i>framework</i> global se apresenta como um modelo aplicado indistintamente aos países por instituições financeiras.

Estrutura analítica			
Elementos controversos	Teoria da Agência	Abordagem do contrato social	Teoria Ator-Rede
		é o da Notícia 44, quando descrito que será o primeiro escândalo da história do Brasil que é investigado. Nesse direcionamento, ainda que à título de menção, é possível verificar a história e cultura local como elemento constitutivo e de operação, de acordo com a abordagem do contrato social (Rothstein, 2021).	

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Na sequência, é demonstrada a Tabela do Cosmos 3, com os elementos controversos – elementos de enfrentamento:

Tabela 3 – (Tabela do Cosmos) – Estrutura Analítica – Elementos controversos – Elementos de enfrentamento

Elementos - controversos	Estrutura analítica		
	Teoria da Agência	Abordagem do contrato social	Teoria Ator-Rede
<b>Elementos de enfrentamento (01)</b>	O reducionismo e foco no agente desde o início da operação Lava Jato constam na discussão como elemento de enfrentamento e visualizado nas Notícias 01 e 02 "Lava Jato: Deflagração da Operação "; Notícias 03 e 04 "Fase 02 - Bidone: Prisão de Diretor da Petrobras" e Notícias 12 "Fase 04 - Casablanca: Ex-diretor da Petrobras é preso novamente e justiça bloqueia US\$ 5 milhões em contas no exterior". O reducionismo e a atribuição do foco no agente continuaram constante nas narrativas identificadas, a exemplo de que o escândalo “vai acabar com a impunidade” ao enquadrar corruptos e corruptores (N44) e que a Petrobras atribui a ex-gerente perda de R\$ 25 milhões (N59).	A discussão controversa reside no fato de que Abordagem Indireta e foco em políticas públicas são vistas apenas por meio das políticas públicas de Sistemas para gestão fiscal e gastos de bens públicos e de Auditoria, como pode ser observado nas Notícias "Petrobras diz que apresentará balanço até dezembro (N41)"; "Petrobras divulga informações operacionais positivas" (N42, N43) e "Presidenta da Petrobras anuncia a criação da Diretoria de Governança" (N45). Ocorre que a ampliação do debate englobando políticas públicas como Educação Universal, Igualdade de gênero e meritocracia, Programas Universais do Estado do Bem-Estar Social (Rothstein, 2021) não foram identificadas, corroborando com o espaço existente para o debate que inclua a abordagem indireta por meio de políticas públicas.	A discussão do <b>enfrentamento do fenômeno corrupção com base nos elementos do reducionismo e foco no agente</b> explicitam a <b>visão antropocêntrica</b> a qual apresenta limitações para entender o social e as suas associações compostas por atores humanos e não-humanos, como proposto por Latour (2012).
<b>Elementos de enfrentamento (02)</b>	Analisando as Notícias das seis primeiras fases da Operação Lava Jato que ocorreram no âmbito da Petrobras, não foram identificadas inicialmente providências relacionadas ao controle de incentivos do agente. Em que pese tenham sido evidenciado o anúncio da criação da Diretoria de Governança (N45), - não foram evidenciadas medidas de controle interno e nem para o controle de incentivos do agente.	A discussão pautada no enfrentamento à corrupção por meio da entrega de serviços públicos não foi evidenciada, considerando que essa entrega se constitui uma forma de abordagem indireta, incluindo a satisfação dos cidadãos. (Rothstein, 2021).	Além do foco no antropocentrismo, a <b>não evidenciação da discussão</b> enfrentamento do fenômeno corrupção na Operação Lava Jato - Petrobras <b>que agregue a entrega de serviços públicos corrobora para a não observação da heterogeneidade</b> , mencionada na <b>primeira fonte de incerteza - natureza dos grupos</b> (Castañeda, 2022, Gonzales, Baum, 2013; Latour, 2012). Nesse direcionamento, a compreensão e construção do social, relacionada ao fenômeno corrupção, pode deixar de ocorrer sob a perspectiva da satisfação dos cidadãos.



Estrutura analítica			
Elementos - controversos	Teoria da Agência	Abordagem do contrato social	Teoria Ator-Rede
<b>Elementos de enfrentamento (03)</b>	A discussão do enfrentamento em torno do elemento Corrupção => propõe solução é observada em: "Fase 04 - Casablanca: Ex-diretor da Petrobras é preso novamente e justiça bloqueia US\$ 5 milhões em contas de familiares do Diretor" (N09); Ex-diretor da Petrobras decide fazer delação premiada" (N23); "CVM abre investigação para apurar denúncias de desvios na Petrobras" (N35); "CVM abre inquérito por denúncias de corrupção na Petrobras" (N63). As Notícias mencionadas permitem visualizar que visto que as ações apresentadas são focadas na atuação e no <i>modus operandis</i> dos agentes, estando circunscrita prioritariamente a essa atuação, em que há a promoção do interesse próprio acima do interesse público.	Corrupção => rever estruturas adiciona à discussão elementos da Política de Sistema de Gestão Fiscal e de Auditoria, como narrado nas Notícias "Caso Petrobras deixa empresas de auditoria receosas" (N39) e "Presidenta da Petrobras anuncia a criação da Diretoria de Governança" (N45). Entretanto, o fortalecimento de instituições públicas e revisões que incluam políticas públicas como não puderam ser evidenciadas.	A discussão acerca das ações de enfrentamento propondo soluções na Operação Lava Jato - Petrobras, são focadas na atuação e no <i>modus operandis</i> dos agentes, ratificando o foco no antropocentrismo, como trazido por Latour (2012), inclusive considerando aplicação de penalidades relacionadas aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; desvio de dinheiro público, evasão de divisas do país. No que se refere ao <b>enfrentamento por meio de revisão de estruturas, a ausência da discussão em torno de fortalecimento de instituições e políticas públicas, como à Educação Universal, Igualdade de gênero e meritocracia, Programas Universais do Estado do Bem Estar Social</b> (Rothstein, 2021) <b>pode impactar na identificação e tratamento das causas raízes da corrupção.</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

E como parte da estrutura analítica, tem-se ainda a Tabela do Cosmos 4, com os Elementos da Teoria Ator-Rede

Tabela 4 – (Tabela do Cosmos) – Estrutura Analítica – Elementos da Teoria Ator-Rede

Estrutura analítica	
Elementos	Teoria Ator-Rede
Elementos da Teoria Ator-Rede (01)	Os elementos da Teoria Ator-Rede na discussão sobre corrupção são <b>identificados em fatos que ocorreram no mundo digital e que envolveram atores não humanos</b> , como descrito nas Notícias "Polícia Federal vai investigar vazamento da Lava Jato" (N26); " Petrobras confirma uso de computador no caso Wikipédia" (N29) e "Lava Jato: erros e acertos" (N51). A narrativa contida das Notícias 26, 29 e 51 indicam como os <b>atores podem ser seguidos e as suas marcas, conduzindo a uma nova compreensão do social</b> , além de caracterizar a <b>terceira fonte de incerteza - natureza dos objetos – objetos conectados nas redes</b> (Castañeda, 2022; Latour, 2012).
Elementos da Teoria Ator-Rede (02)	Os aspectos relacionados a uma <b>formação do social de forma homogênea e focada apenas em aspecto antropocêntrico</b> é observada na Notícia "Perto de caso Petrobras, mensalão é crime para "pequenas causas", (N50)", já que sinaliza uma forma de atuar baseada em esquema de corrupção que apresenta semelhança entre o caso do Mensalão e a Operação Lava Jato na Petrobras, <b>indicando que as formas elementos pautados apenas no antropocentrismo não tem sido capazes de inibir a recorrência do fenômeno corrupção</b> . (Garcia, Teodósio, 2020; Rothstein, 2021)
Elementos da Teoria Ator-Rede (03)	A <b>segunda fonte de incerteza - a natureza das ações dos atores nas redes</b> (Latour, 2012) pode ser observada na Notícia "Petrobras anuncia receita recorde no 3º trimestre e diz ter tomado medidas para aprimorar governança (N55)", uma vez que, <b>diante do escândalo de corrupção investigado pela Operação Lava Jato – Petrobras, são divulgadas Notícias positivas para reparar a imagem da empresa</b> (Quoos <i>et al</i> , 2022).
Elementos da Teoria Ator-Rede (04)	<b>Os atores não-humanos, as controvérsias e as narrativas são elementos da Teoria Ator-Rede</b> que são mencionados na <b>quinta fonte de incerteza escrever relatos de risco</b> - observados nas Notícias "Petrobras planeja corte em exploração por aperto de caixa" (N58), "Reuters publicou que a Petrobras poderá entrar em default técnico em algumas de suas dívidas externas" (N61) e “Lava Jato transforma ações brasileiras nas mais voláteis" (N62). Na Notícia 58 é possível perceber a <b>complexidade e o debate intenso em torno da discussão sobre os efeitos da corrupção na Petrobras</b> , destacando <b>o papel do discurso da mídia</b> (um ator não-humano) na construção e no delineamento da corrupção (De Oliveira Medeiros, Da Silveira, 2017). As Notícia 61 e 62, além de possuírem <b>narrativas que indicam os reflexos do que também é divulgado no ambiente digital em um contexto controverso</b> , conforme Venturini (2010), adiciona-se o <b>efeito contágio proporcionada pela narrativa econômica</b> (Shiller, 2022), diante da <b>utilização de mecanismos discursivos pela mídia</b> para construir e delinear a corrupção (De Oliveira Medeiros, Da Silveira, 2017).

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Com base no apresentado neste tópico, a Operação Lava Jato – Petrobras pôde ser refletida nas Tabelas dos Cosmos, sob a proposição de duas matrizes controversas, inseridas na estrutura analítica amparada na Teoria Ator-Rede, contendo características da controvérsia como objetividade da relevância da disputa das abordagens, proporcionalidade das diferentes visões, além de concentração no caso estudado mediante justificativa, robustez e solidez das observações (Venturini, 2012).

Tem-se ainda que, por meio da “*Tabela do Cosmos*”, foi possível que a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social, na estrutura analítica amparada na TAR, divergiram e convergiram, ratificando o caráter complexo que o debate sobre o tema requer, proporcionando a discussão do fenômeno corrupção ampliada sob enfoques diversos.

#### 5.2.10 Riscos tratados ao longo do estudo

No que se refere aos riscos que se apresentaram no curso do estudo, ao longo da realização da pesquisa foram identificadas situações que poderiam vir a se constituir riscos, as quais foram tratadas conforme a matriz apresentada, como mencionado no Quadro 13:

Quadro 13 - Matriz – Tratamento de riscos ao desenvolvimento do estudo

Situações	Risco potencial	Resposta	Tratamento efetuado
Foco na Teoria da Agência, Abordagem do Contrato Social e TAR	Análises conflituosas	Mitigação	Foi elaborado o protocolo de pesquisa digital para a fase 01 da pesquisa, conforme imagem 05, e para a fase 02, conforme o apêndice A, evidenciando os momentos em que as Teorias foram consideradas.
Pesquisa do caso paradigma apenas no ano de 2014	Controvérsias não serem atuais	Aceitação	Dado que o caso paradigma ocorreu em 79 fases que seguiram os mesmos padrões iniciais adotados em 2014, o foco das seis primeiras fases nesse ano se apresenta como o recorte para entender o comportamento do caso pesquisado, diante da saturação efetuada na análise narrativa.
65% das notícias que integraram o campo político são do veículo Exame	Um único tipo de discurso e de visão	Aceitação	Diante do fato que as fontes das informações foram artigos científicos da área de negócios que trazem a maior parte notícias do veículo Exame, de caráter econômico, e que as visões trazidas narram fatos e corrupção, a partir dos quais se identificam os elementos constitutivo/ de operação, sendo as narrativas, em sua maior parte da Revista Exame, foi evidenciada como uma limitação.
Protocolo de coleta digital	Dificuldade de replicabilidade	Mitigação	Foi elaborado o protocolo digital para a fase 01 da pesquisa, conforme imagem 05, e para a fase 02, conforme o Apêndice A.
Atores humanos não participantes da pesquisa e da validação da cartografia realizada	Observação apenas sob um ponto de vista das redes	Aceitação	Para o estudo realizado, a metodologia não previu a participação de atores humanos no processo de pesquisa, visto que as notícias do campo político foram coletadas a partir de artigos científicos, objeto de análise, como parte do método cartografia das controvérsias.

<b>Situações</b>	<b>Risco potencial</b>	<b>Resposta</b>	<b>Tratamento efetuado</b>
Cartografia em imagens não animadas	Controvérsias parecerem estáticas	Aceitação	Como o caso paradigma mapeado se refere a uma situação que já ocorreu, a necessidade de imagens animadas não se configura como um limitador ao estudo, em que pese o caso mapeado continue sendo objeto pesquisa.

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados da pesquisa (2025)

Após a exposição das limitações ao desenvolvimento do estudo, por meio das situações e riscos identificados, o tópico a seguir apresentará as considerações finais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Capítulo aborda as considerações finais e está organizado em dois tópicos. O primeiro tópico apresenta as implicações epistemológicas, teóricas, metodológica e práticas do estudo.

O segundo tópico sugere recomendações para estudos futuros, de modo a agregar potencialidades de pesquisas a partir dos conhecimentos construídos por esta pesquisa.

### 6.1 Implicações da tese

Ao final desta tese, algumas implicações podem ser destacadas, como resultado extraído da pesquisa realizada. Nesse direcionamento, as implicações podem ser destacadas nos aspectos epistemológicos, teóricos, metodológicos e práticos.

No que se refere aos **aspectos epistemológicos**, a tese possibilitou o estudo do fenômeno corrupção de acordo com a ontologia da Teoria Ator-Rede, sob um olhar que destaca o papel dos atores não-humanos, como a tecnologia, normativos e ambiente digital, que permitem reagregar o social em que controvérsias ocorrem e possuem fontes de incerteza (Castañeda, 2022; Latour, 2012).

O reflexo da ontologia de Latour (2012) contribuiu para a proposição da estrutura analítica, amparada na Teoria Ator-Rede, bem como na identificação dos elementos da Teoria Ator-Rede que se fizeram presente na análise dos 07 casos de corrupção estudados no capítulo 04 e no mapeamento da Operação Lava Jato – Petrobras, o caso paradigma.

Ademais, a ontologia de Latour foi trazida sob a perspectiva crítica (Gendron, 2018), com ênfase na práxis social, oferecendo uma aproximação reflexiva e realista acerca de situações que limitem o desenvolvimento. (Broadbent; Laughlin, 2013; Gomez-Villegas; Larrinaga, 2022; Smyth; Uddin; Lee, 2022).

Para a pesquisa realizada, discutir os elementos constitutivos e de operação/ de enfrentamento da corrupção, com o destaque do enfoque econômico e antropocêntrico, controvertendo-os por meio da Abordagem do Contrato Social em que são apresentados, como elementos constitutivos/ de operação e de enfrentamento da corrupção, aspectos sociais e de políticas públicas, contribui para que possa ser enxergado que a visão preponderante não se constitui como a única forma de debater o fenômeno corrupção no Setor Público brasileiro contemporâneo.

Cabe destacar que a Teoria da Agência possui a sua relevância mormente para a economia e controle do comportamento do agente, mas, no contexto estudado, não se constitui a única forma de discutir o fenômeno corrupção, como pesquisado, já que as teorias em ciências sociais consideram contextos específicos, não se constituindo em verdades absolutas indistintas.

Nessa linha, a reflexão oportunizada por pode ser expandida e ofertar elementos adicionais para discutir e lidar como um fenômeno tão complexo que é a corrupção, e que pode ser inclusive avaliado como uma lente adicional e quiçá assumido por organismos internacionais em suas diretrizes e ações, bem como por instituições de controle nacionais como Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, além da própria academia.

No que se refere às **implicações teóricas**, cabe destacar que o caráter interdisciplinar dos estudos críticos em contabilidade, que inclui disciplinas como sociologia funcionalista, filosofia e ciência política, permitiu ampliar perspectivas (Hoffmann; Brivot, 2023; Roslender; Dillard, 2003).

Logo, agregar a Abordagem do Contrato Social (Rothstein, 2021), proveniente da ciência política, representou um ponto na aproximação entre a contabilidade e a ciência política, como trazido no referencial teórico e na definição dos elementos constitutivos/ de operação e de enfrentamento ao longo de toda a pesquisa realizada. Em adição, a pesquisa realizada pode beneficiar a proposição, execução e avaliação de políticas prevenção e de enfrentamento à corrupção, além da própria academia, promovendo uma visão mais crítica e interdisciplinar acerca do fenômeno estudado.

Quanto às **implicações metodológicas**, possibilitou a aplicação do método cartografia das controvérsias (Venturini, 2010, 2012), usado na segunda parte da pesquisa, por meio do qual foi mapeado o caso paradigma, Operação Lava Jato Petrobras. Surgida a partir da necessidade de operacionalizar a aplicação da Teoria Ator-Rede (Latour, 2012), a cartografia das controvérsias possibilitou uma densa e profunda análise acerca das Fases 01 a 06 da Operação Lava Jato – Petrobras, permitindo que os elementos da Teoria Ator-Rede emergissem na discussão acerca do fenômeno corrupção sob o olhar da Teoria da Agência e da Abordagem do Contrato Social.

Um aspecto a ser agregado é o uso da linguagem gráfica na adoção da cartografia das controvérsias, o que possibilitou a visualização das categorias analíticas, das discordâncias, controvérsias, não-controvérsias, bem como da diagramação ator-rede, corroborando no sentido sócio técnico trazido pela Teoria Ator-Rede, que permite observar a reagregação do social por meio de ferramentas técnicas.

É oportuno também registrar o avanço na aplicação do método cartografia das controvérsias proporcionado por meio do estudo realizado. Na **nona técnica** do método, *Tabela do Cosmos*, a Teoria Ator-Rede foi considerada na perspectiva da cartografia das controvérsias e ainda incluiu a coluna com menção explícita à Teoria Ator-Rede como parte da estrutura analítica, possibilitando que as conexões realizadas por meio da Teoria Ator-Rede entre a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social fossem destacadas. Esse fato possibilita sugerir a originalidade na pesquisa, diante do caráter de incremento na aplicação do método utilizado com a expressa menção à Teoria Ator-Rede.

Cabe aqui registrar que a realização das conexões, contidas na Tabela do Cosmos, foi o ponto mais difícil e complexo para o trabalho desenvolvido, por ter requerido conhecimentos teóricos e reflexões a partir de vivências prévias da pesquisadora que possibilitaram que associações fossem visualizadas, mediante a adoção da estrutura analítica amparada na Teoria Ator-Rede que controverteu a Teoria da Agência e a Abordagem do Contrato Social.

Quanto às **implicações práticas**, a discussão suscitada pode agregar na reflexão dos atuais métodos de prevenção e combate da corrupção no Setor Público Brasileiro, redirecionando as políticas públicas para os elementos constitutivos/ de operação e de enfrentamento ao fenômeno corrupção, bem como para além do que proposto nos modelos de governança que provêm de agentes financiadores, a exemplo do Banco Mundial (Rothstein, 2021). Nessa linha, trazer contextos sociais e políticas públicas, por meio da entrega de serviços públicos, pode vir a se constituir um diferencial para discutir o fenômeno corrupção, principalmente ao considerar que a corrupção é um problema de ação coletiva (Persson *et al.*, 2015; Rothstein, 2018).

Ainda nas implicações práticas, cabe ressaltar a oportunidade para caracterizar o fenômeno corrupção como um problema de ação coletiva e controvérsia, em que os debates incluem os atores humanos, não humanos e ocorrem em um ambiente digital com a presença marcante de narrativas que ganham papel de destaque na discussão e até mesmo na definição dessa temática. Nesse direcionamento, a pesquisa realizada, por meio da análise da literatura científica e da aplicação da cartografia das controvérsias, especialmente na técnica “*revisão da opinião pública e da mídia*”, permitiu que esses elementos da TAR fossem observados e destacados nas narrativas analisadas.

Essa visão ampliada e holística pode impactar na discussão em como as políticas públicas e seus respectivos programas são definidas e priorizadas por parte das instituições de controle nacionais, e até mesmo de organismos internacionais, especialmente no que se refere

à constituição/ operação e enfrentamento ao fenômeno corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo.

Um aspecto a ser destacado é como a narrativa sobre o fenômeno corrupção pode ser contada e transmitida ao longo do tempo por lentes de observação que não são únicas e padronizadas, corroborando no sentido de se manter registros e construções ao longo da história sob perspectivas diversas (De Sousa *et al.*, 2023; Oliveira *et al.*, 2016). Afinal um mesmo fenômeno pode ser estudado e narrado sob múltiplas teorias e visões de mundo.

Após as implicações trazidas, é possível constatar que a pesquisa realizada sustenta a declaração proposta por esta tese, como é possível expor no Quadro 14:

Quadro 14 – Declaração da tese - Sustentação

<b><i>“A discussão econômica e antropocêntrica do fenômeno corrupção pode ter seu debate ampliado, no âmbito do Setor Público Brasileiro contemporâneo, ao considerar contextos sociais e políticas públicas que possibilitam a caracterização como um problema de ação coletiva e uma controvérsia associada à estrutura Ator-Rede.”</i></b>	
Discussão econômica e antropocêntrica do fenômeno corrupção no Setor Público Brasileiro contemporâneo	Ao longo da pesquisa realizada, foi possível constatar que a discussão sobre o fenômeno corrupção é preponderantemente econômica e antropocêntrica, no que se refere, respectivamente, aos elementos constitutivos/ de operação e os de enfrentamento da corrupção.
Debate ampliado ao considerar contexto sociais e políticas públicas	Constatou-se que a agregação de contexto sociais e políticas públicas até aparecem pontualmente e principalmente no que se refere às políticas de Sistema de Gestão Fiscal e Auditoria, restando espaço para o debate em torno de fortalecimento de instituições e políticas públicas, como à Educação Universal, Igualdade de gênero e meritocracia, Programas Universais do Estado do Bem Estar Social.
Caracterização como um problema de ação coletiva	O estudo possibilitou a oportunidade de se observar como políticas públicas e a cooperação entre atores humanos ainda pode ocorrer, por meio do contrato social firmado com foco no interesse público, em que o dinamismo do ambiente social possa ser observado, levando a rastreabilidade e a descrição do social, do ponto de vista da discussão da corrupção como um problema de ação coletiva.
Caracterização como uma controvérsia	A pesquisa realizada indica como a temática relacionada ao fenômeno corrupção segue presente, complexa, sendo debatida de forma pública e coletiva, tanto no campo científico como no político. Nesse direcionamento, a literatura analisada e a metodologia da cartografia da controvérsia contribuíram para que seja percebida que a discussão sobre a corrupção pode ocorrer por lentes epistemológicas, teóricas, metodológicas diversas, agregando perspectivas ontológicas para esse fenômeno.
Associação a estrutura Ator-Rede	Propor a estrutura amparada na TAR, controvertendo a Teoria da Agência e a Abordagem



	do Contrato Social, e observando a presença de atores humanos não-humanos, como o ambiente digital e as notícias nele veiculadas, além de agregar as controvérsias e suas fontes de incerteza para a discussão do fenômeno corrupção, foi um dos maiores desafios desta tese. Associar as abstrações e reflexões trazidas pela TAR com o realismo envolto à discussão sobre a temática diferencialmente agregou para que o debate inclua não só aspectos pontuais, mas uma visão ampliada e holística acerca do fenômeno corrupção.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Feitas as considerações neste tópico e com base nas implicações epistemológicas, teóricas, metodológicas e práticas, percebe-se como a discussão sobre o fenômeno corrupção segue como um tema pungente e controverso na vida coletiva, oportunizando a continuidade de estudos futuros, como exposto no tópico que segue.

## 6.2 Recomendações para estudos futuros

Para a agregar potencialidades de pesquisas a partir do trabalho executado ao longo desta tese, recomendações para estudos futuros são sugeridas.

Primeiramente, considerando que esta pesquisa identificou e analisou 07 casos de corrupção (Mensalão, Operação Sanguessugas Orçamentários, Operação Lava Jato, Operação Zelotes, Caso EMBRAER, Operação *Greenfield* e Operação Carne Fraca), tem-se a oportunidade para que outros casos ainda sejam estudados, considerando as fontes de dados e informações que podem ser acessadas no ambiente digital, disponibilizadas em sítios eletrônicos de instituições públicas, em sítios eletrônicos oficiais de veículos de comunicação, em diversos tipos de mídias sociais, como forma de ampliar a discussão do fenômeno corrupção.

Tem-se ainda que, considerando que o caso paradigma estudado foi a Operação Lava Jato – Petrobras, Fase 01 a 06, ano 2014, tem-se a abertura para ampliar o estudo para outras fases, de modo a aumentar a extensão das situações relativas a esse caso do fenômeno corrupção.

Ademais, tendo em vista que o campo político para esta pesquisa englobou as notícias referenciadas nos artigos publicados que integraram o campo científico, estudos que pesquisem as controvérsias em torno do fenômeno corrupção em diversas redes sociais pode ser desenvolvidos, como meio de oferecer mais um ambiente digital a partir do qual o fenômeno corrupção é discutido.

Nesse sentido, tem-se um campo de epistemologias, aspectos e possibilidades plurais que podem vir a ser exploradas e que envolvem o tema do fenômeno corrupção no contexto do Setor Público Brasileiro contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

- ACFE. Association of Certified Fraud Examiners. **Report to the nations 2024 global study in occupational fraud and abuse**. Disponível em: <https://legacy.acfe.com/report-to-the-nations/2024/>. Acesso em: 26 maio 2024.
- ANDERSEN, M. L.; COLLINS, P. H. Why race, class, and gender still matter. In: M. L. ANDERSEN; P. H. COLLINS (ed.). **Race, class and gender: An anthology**. p. 1-33. Boston, MA: Wadsworth Publishing. 2015.
- ANDERSEN, M. D. **Narrating the Mensalão Case**: Configurations of Corruption. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 3, n. 2, p. 197-234, 2015.
- ANDRADE, D *et al.* Political–economic instability and earnings management in an emerging market: the case of the 2016 Presidential Impeachment in Brazil. **Asian Review of Accounting**, v. 31, n. 3, p. 349-366, 2023.
- ARANTES, V. A.; SOUZA, F. M. de; GUSMÃO, I. B. Fachadas Organizacionais e Divulgação Voluntária do Guidance: análise entre empresas investigadas pela polícia federal. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 125–151, 2023.
- ARANTES, V.; GUSMÃO, I. B.; COSTA, M. C. Análise do relatório de guidance em empresas investigadas pela Polícia Federal: exame sob a perspectiva do gerenciamento de impressões. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 13, p. 1-13, 2019.
- ARRUDA DE ALMEIDA, M.; ZAGARIS, B. Political capture in the Petrobras corruption scandal: The sad tale of an oil giant. **Fletcher F. World Aff.**, v. 39, p. 87, 2015.
- BALÁN, M. Surviving corruption in Brazil: Lula's and Dilma's success despite corruption allegations, and its consequences. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, p. 67-93, 2014.
- BANFIELD, E. C. Corruption as a feature of governmental organization. **The Journal of Law and Economics**, v. 18, n. 3, p. 587-605. 1975.
- BAQUERO, M. Corruption, political culture and negative social capital in Brazil. **Revista debates: revista de ciências sociais**. Porto Alegre, RS. v. 9, n. 2 (maio./ago. 2015), p. 139-157, 2015.
- BASTOS, E. S.; ROSA, M. P.; PIMENTA, M. M. Os impactos da Operação Lava Jato e da crise internacional do petróleo nos retorno anormais e indicadores contábeis da Petrobras 2012-2015. **Pensar Contábil**, v. 18, n. 67, 2017.
- BATISTA, A. R. A.; MAIA, U.; ROMERO, A. Mercado acionário sob o impeachment presidencial brasileiro de 2016: um teste na forma semiforte da hipótese do mercado eficiente. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 29, p. 405-417, 2018.
- BEATTIE, V. Accounting narratives and the narrative turn in accounting research: Issues, theory, methodology, methods and a research framework. **The British Accounting Review**, v. 46, n. 2, p. 111-134, 2014.

BECKER, G. S. Crime and punishment: An economic approach. **Journal of political economy**, Chicago, v. 76, n. 2, p. 169-217. 1968.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União**. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 80 p., 2014.

BRASIL. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU / Tribunal de Contas da União**. Edição 3 - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – SecexAdministração, 2020.

BRASIL. **Referencial de combate à fraude e corrupção**: aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Coordenação-Geral de Controle Externo dos Serviços Essenciais ao Estado e das Regiões Sul e Centro-Oeste (Coestado), Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), 2a Edição, 2018.

BREIT, E.; LENNERFORS, T. T.; OLAISON, L. Critiquing corruption: A turn to theory. **Ephemera: theory, Politics in Organization**, California, v. 15, n. 2, p. 319-336, 2015.

BROADBENT, J.; LAUGHLIN, R. **Accounting control and controlling accounting?** 2013. Disponível em: <https://www.unisa.edu.au/siteassets/episerver-6-files/global/business/centres/cags/docs/seminars/cags-seminar-broadbent-and-laughlin-nov12.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BROWN, J. Democracy, sustainability and dialogic accounting technologies: Taking pluralism seriously. **Critical Perspectives on Accounting**, Amesterdã, v. 20, n. 3, p. 313-342. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2008.08.002>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRYER, A. R. Conscious practices and purposive action: A qualitative study of accounting and social change. **Critical Perspectives on Accounting**, Amesterdã, v. 25, n. 2, p. 93-103. 2014.

CARDOSO, L.; CARVALHO, J. V. F.; DAMASCENO, A. T. Impactos regulatórios nos investimentos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 35, p. e1813, 2024.

CASTAÑEDA, M. **Mobilização política por e-mail**: uma análise da Avaaz como ator-rede. *Compólitica*, v. 5, n. 1, 31-56. 2015.

CASTAÑEDA, M. **O desdobramento do social para a reagregação no coletivo**: reflexões sobre o fenômeno organizacional a partir da teoria do ator-rede na perspectiva de bruno latour. **Revista Tapuia**, v. 1, n. 1, 2022.

CASTRO, P. R.; AMARAL, J. V.; GUERREIRO, R. Aderência ao programa de integridade da lei anticorrupção brasileira e implantação de controles internos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 30, p. 186-201, 2018.

CELLA, R. S.; RECH, I. J.; Caso Petrobras: A lei de Benford poderia detectar a fraude? **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 86-104, 2017.

COSTA, S. A. da. **Gestão estratégica de custos: panorama do ensino e pesquisa sob a ótica da teoria ator-rede**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CRESSEY, D. R. **Other People's Money: A study in the social psychology of embezzlement**. Glencoe, IL: The free press, 1953.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre Cinco Abordagens**. Penso Editora, 2014.

DA COSTA, F. J. L.; CALDEIRA, D. M.; DE AZEVEDO BRAGA, M. V. Possíveis correlações entre os escândalos de corrupção e as mudanças no sistema de accountability no Brasil-Perspectivas para o novo. In XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD (*on line*) 2022.

DA SILVA, R. C.; MEURER, A. M.; BARROS, C. M. E. Corrupção Petrobras: Efeito Contágio sobre sua Cadeia de Suprimentos. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 27, n. 3, p. 342-376, 2025.

DE ARAÚJO, E. C. C *et al.* Corrupção e valor de mercado: os efeitos da Operação Lava Jato sobre o mercado de ações no Brasil. **Revista Catarinense Da Ciência Contábil**, v. 17, n. 51, p. 41-58, 2018.

DE FREITAS JÚNIOR, L. R.; DE OLIVEIRA MEDEIROS, Cintia Rodrigues. Estratégias de racionalização da corrupção nas organizações: uma análise das declarações de acusados em casos de corrupção no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, p. 8-23, 2018.

DE OLIVEIRA AGUILAR, C *et al.* A adequação do programa de compliance nas empresas—casos múltiplos da Embraer e Braskem. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 12, n. 3, 2021.

DE OLIVEIRA MEDEIROS, C. R.; DA SILVEIRA, R. A. A Petrobras nas teias da corrupção: mecanismos discursivos da mídia brasileira na cobertura da Operação Lava Jato. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 31, p. 11-20, 2017.

DE SOUSA, R. G.; PINTO, A. C; CALDEIRA, D. M. Dossiê especial Auditoria Interna Governamental-Análise, Discussão e Perspectivas no Espaço Lusófono. **Revista da CGU**, Brasília, v. 15, n. 28, 2023.

DINCER, D. The act-shifts between humans and nonhumans in architecture: a reading of Bruno Latour's actor-network theory. In: **Contemporary Applications of Actor Network Theory**, p. 33-50. Singapore: Springer Nature Singapore. 2020.

DOCTOR, M. From neo-corporatism to policy networks in Brazil: the case of lobbying for port reform. **Revista Agenda Política**, v. 4, n. 1, p. 175-185, 2016.

DORNELLES, O. M.; SAUERBRONN, F. F. Revisitando Narrativas em Busca de Definição e Usos em Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, 2019.

E

MOINGT, B. Gil.; DE CARVALHO SILVA, Marcelo Almeida. Concepção neoliberal da corrupção no discurso contábil da JBS. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 17, p. e192429-e192429, 2023.

EVERETT, J; NEU, D.; RAHAMAN, ABU SHIRAZ. Accounting and the global fight against corruption. **Accounting, Organizations and Society**, Amesterdã, v. 32, n. 6, p. 513-542, 2007.

FAÇANHA, M. C. *et al.* Gerenciamento de riscos e gestão de controles internos em empresas brasileiras envolvidas em crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 43, p. 34-50, 2020.

FELIX, B.; BOTELHO, J.; NOSSA, V. “The Exorcist”: a grounded theory on how individuals avoid unethical requests at work. **International Journal of Organizational Analysis**, v. 31, n. 7, p. 3634-3652, 2023.

FREIRE, L. D. L. **A ciência em ação de Bruno Latour**. *Cadernos IHU ideias*, 1. 2013.

FREITAG, V. C. **O habitus dos gestores e a adoção de sistemas de informação: estudos de caso em cooperativas agroindustriais do Paraná**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio Sinos, Porto Alegre, 2019.

FRIEND, C. **Social Contract Theory**, *Internet Encyclopedia of Philosophy*. 2004. Disponível em: <https://iep.utm.edu/soc-cont/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

FURIO, C. A *et al.* Análise das estratégias de recuperação da legitimidade social da Petrobras adotadas após os episódios recentes de corrupção. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 16, n. 2, p. 48-74, 2021.

GALLHOFER, S.; HASLAM, J. Some reflections on the construct of emancipatory accounting: Shifting meaning and the possibilities of a new pragmatism. **Critical Perspectives on Accounting**, Amesterdã, v. 63, 2019.

GARCIA, L. M.; TEODÓSIO, A. DOS S. DE S. Análise de limites dos sistemas de contabilidade e controle para o enfrentamento do problema da corrupção sistêmica no Brasil: lições dos casos da Suécia e da Itália. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 54, p. 79-98, 2020.

GENDRON, Y. On the elusive nature of critical (accounting) research. **Critical Perspectives on Accounting**, Amesterdã, v. 50, p 1-12. 2018. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.11.001> 1045-2354/. Acesso em: 17 jul. 2024.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre, Artmed; 2009.

GOMEZ-VILLEGAS, M.; LARRINAGA, C. A critical accounting project for Latin America? Objects of knowledge or ways of knowing. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 93, p. 102508, 2023.

GONÇALVES, V. B.; ANDRADE, D. M. Corruption in the Durkheimian perspective: a case study of the Operation Car Wash. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 271-290, 2019.

GONZALES, Z. K.; BAUM, C. Desdobrando a Teoria Ator-Rede: reagregando o social no trabalho de Bruno Latour. **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 1, p.142-142. 2013.

HARVEY, D. **Spaces of global capitalism: A theory of uneven geographical development**. London, England: Verso. 2006.

HEYWOOD, P. “All the difference in the world”: The nature of difference and different natures. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 50, n. 6, p. 543-564, 2020.

HOBBS, T. **Leviatã: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Brasília: LeBooks Editora, 2019.

HOFFMANN, S.; BRIVOT, M. Quo vadis? The future of interdisciplinary accounting research. **Critical Perspectives on Accounting**, [s.l.]. 2023.

HUTHER, J.; SHAH, A. Anti-corruption policies and programs: A framework for evaluation (v. 2501). **World Bank Publications**. 2000.

JAIN, A. K. Corruption: A review. **Journal of economic surveys**, [S. l.] v. 15, n. 1, p. 71-121, 2001.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost, and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Amesterdã, v. 3, n. 4, p 305-360. 1976. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304405X7690026X>. Acesso em: 17 jul.2024.

JUCÁ, I.; MELO, M. A.; RENNÓ, L. The political cost of corruption: Scandals, campaign finance, and reelection in the Brazilian chamber of deputies. **Journal of Politics in Latin America**, v. 8, n. 2, p. 3-36, 2016.

KEF, B. Non-human actors in the professional area for translators and interpreters in turkey: a lens into the sector through actor-network theory. **toplum ve kültür araştırmaları dergisi**, n. 14, p. 74-91.

KHEMANI, S. What is state capacity? **World bank policy research working paper**, n. 8734, 2019.

KLITGAARD, R. Introduction: subverting corruption. **Global Crime**, England, v. 7, n. 3-4, p. 299-307, 2006.

LAFER, C. **O cupim da corrupção**. Revista USP, n. 110, p. 11-14, 2016.

LASKAR, M. **Summary of social contract theory by Hobbes, Locke and Rousseau**. SSRN, Rochester, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2410525>. Acesso em: 17 jul. 2024.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Unesp. 2000.

LATOUR, B. **Recarregando o social**. Salvador: Edufba, 2012.

LATOUR, B. Why Has Critique Run Out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern. **Logos Philosophical Literary Journal**, v. 33, n. 5, p. 29-64, 2023.

LEMOES, A. O pensamento de Bruno Latour (1947-2022). **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 9, n. 3, p. 469-479. 2022.

LERUTH, L., & Paul, E. (2006). A principal-agent theory approach to public expenditure management systems in developing countries. **IMF Working Paper**, 6. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2268/63609>. Acesso em: 05 jun. 2025.

LOCKE, J. **Dois tratados do governo civil**. São Paulo: Leya, 2019.

MACEDO, S. V.; VALADARES, J. L. The brazilian academic production on corruption: a systematic review. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, p. 400-429, 2021.

MAGALHÃES FILHO, S. DA C.; COSTA, F. M. DA; MONTE-MOR, D. S. Os efeitos da operação lava jato sobre o volume de negociação no mercado acionário brasileiro. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 42, n. 3, p. 1-17, 16 nov. 2023.

MAGALHÃES, G. S. G. **Redes sociotécnicas de um curso de medicina no interior do Brasil**: uma cartografia das controvérsias do movimento de interiorização e inovação curricular. 2022. Tese (Doutorado em Educação Matemática e Tecnológica). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

MARAGNO, L. M. D.; DE SOUZA KNUPP, P.; BORBA, J. A. Corrupção, lavagem de dinheiro e conluio no Brasil: evidências empíricas dos vínculos entre fraudadores e cofraudadores no caso Lava Jato. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 13, p. 5-18, 2019.

MARTINS, O. S.; FERREIRA, T. S. V.; LUCENA, W. G. L. Teoria da agência. **Teorias aplicadas à pesquisa em contabilidade**: uma introdução às Teorias Econômicas, Organizacionais e Comportamentais. Paraíba: Editora UFPB, p. 13-32, 2021.

MAYRING, PH. **Einführung in die qualitative Sozialforschung** [Introdução à pesquisa social qualitativa]. Weinheim, DE: Beltz, 2002.

MITNICK, B. M. **Origin of the theory of agency**: an account by one of the theory's originators. *Available at SSRN 1020378*. 2019.

MOHALLEM, M. F. Electoral corruption unfolded by Operation Car Wash and political rights in Brazil. **Public Administration and Policy**, v. 24, n. 1, p. 49-60, 2021.

MORAES, R. L.; ANDION, C.; PINHO, J. L. Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil. **Cadernos Ebape**. São Paulo, v. 15, p. 846-876, 2017.

MORALES, J.; SPONEM, S. You too can have a critical perspective! 25 years of Critical Perspectives on Accounting. **Critical Perspectives on Accounting**, Amesterdã, v. 43, p.149-166. 2017. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2016.09.003>. Acesso em: 17 jul. 2024.



MULGAN, R. Aristotle on legality and corruption. **Corruption**, [s.l.] 25. 2012.

MUNGIU-PIPPIDI, A. Controlling corruption through collective action. **Journal Democracy**, Pennsylvania, v. 24, p. 101, 2013.

MURAMATSU, R., BIANCHI, A. M. ; ORLANDI, K. W. The collaborative basis of corruption: the dark side of social preferences. **Nova Economia**, Minas Gerais, v. 31, p. 1011-1039. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6396>. Acesso em: 17 jul 2024.

OLIVEIRA, E. N.; MOISÉS, J. Á. Corruption in the perception of Brazilian society: persistence and resilience. **Opinião Pública**, v. 29, n. 2, p. 270-303, 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, T. M.; COSTA, F. J. L. da; MENDES, A. P. Perspectivas teóricas da corrupção no campo da administração pública brasileira: características, limites e alternativas. 2016.

OLIVEIRA, W. A. S.; BOTINHA, R. A. O disclosure de escândalos socioambientais e a reputação corporativa. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 35, p. e1699, 2024.

PADULA, A. J. A.; ALBUQUERQUE, P. H. M. Government corruption on Brazilian capital markets: A study on Lava Jato (Car Wash) investigation. **Revista de Administração de Empresas**, v. 58, p. 405-417, 2018.

PAIVA, A. L.; GARCIA, A. S.; ALCÂNTARA, V. C. Disputas discursivas sobre corrupção no Brasil: uma análise discursivo-crítica no Twitter. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 05, p. 627-647, 2017.

PEREIRA DE ARAUJO, G.; COUTINHO E SILVA, A. H. **Reação do Mercado de Capitais ao Anúncio de Acordos de Leniência**: Estudo de Caso de uma Empresa Brasileira. *Pensar Contábil*, v. 22, 2020.

PERSSON, A.; ROTHSTEIN, B.; TEORELL, J. Why anticorruption reforms fail—systemic corruption as a collective action problem. **Governance**, [s.l.] v. 26, n. 3, p. 449-471, 2013.

PRAÇA, S. Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988-2008. **Opinião Pública**, v. 17, p. 137-162, 2011.

PRATES, A.; SALLABERRY, J. D.; SOUZA, R. B. L. **Percepção sobre o trabalho de peritos contábeis no Ministério Público**. *Pensar Contábil*. Rio de Janeiro. v. 22, n. 78, p. 60-67, maio/ago., 2020.

QUOOS, A. R *et al.* Estratégias de gerenciamento de impressões nas divulgações corporativas da Petrobras s/a para reparação da imagem e reputação frente aos escândalos de corrupção. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 10, n. 2, 2022.

ROBERTS, R. W.; WALLACE, D. M. Sustaining diversity in social and environmental accounting research. **Critical Perspectives on Accounting**, Amsterdã, v. 32, p. 78-87. 2015.

- ROCHA, S. P.; BEZERRA, F. A. O reconhecimento tempestivo de perda nas empresas brasileiras sob investigação de corrupção. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 32, p. 224-240, 2021.
- RODRIGUES, F. A. **The Fight against Corruption in Brazil**: more than Politicians on Trial. 2023.
- ROSLENDER, R.; DILLARD, J. Reflections on the Interdisciplinary Perspectives on Accounting Project. **Critical Perspectives on Accounting**, [s.l.], v. 14, p. 325–351. 2003.
- ROSS, S. A. **On the economic theory of agency**: the principle of similarity. University of Pennsylvania, Department of Economics. 1972.
- ROTHSTEIN, B. **Controlling corruption**: the social contract approach. Oxford University Press. 2021.
- ROTHSTEIN, B. Fighting systemic corruption: The indirect strategy. **Daedalus**, Boston, v. 147, n. 3, p. 35-49, 2018.
- ROTHSTEIN, B.; VARRAICH, A. **Making sense of corruption**. Cambridge University Press, 2017.
- ROUSSEAU, JEAN-JACQUES. **Do contrato social ou princípios do direito político**. São Paulo: Edipro, 2017.
- RYAN, T., RYAN, N.; HYNES, B. The integration of human and non-human actors to advance healthcare delivery: unpacking the role of actor-network theory, a systematic literature review. **BMC Health Services Research**, v. 24, n. 1, p. 1342. 2024.
- SADAMI, A.; VÍSPICO, L.; BERNARDES, M. Industrial Policy and Democratic Corporate Governance: Perspectives from the BNDES Case. **European Business Law Review**, v. 35, n. 6, 2024.
- SAITO, R.; SILVEIRA, A Di M. Governança corporativa: custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 48, p. 79-86, 2008.
- SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. California: SAGE, 2013.
- SALES, J. C.; PEIXE, B. C. S. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: resultados para usuários da gestão de política pública na área da saúde. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 9, n. 2, p. 319-339, 2020.
- SALLABERRY, J. D *et al.* Measurement of damage from corruption in Brazil. **Journal of Financial Crime**, v. 27, n. 4, p. 1239-1239, 2020.
- SAMPAIO, R. C.; SABBATINI, M.; LIMONGI, R.. Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: um guia prático para pesquisadores. **Boletim Técnico do PPEC**, v. 10, p. e025003-e025003, 2024.

SAUERBRONN, F. F., JUNIOR, P. H., DE ARAUJO, M. C., DE CARVALHO, T. F. M., & DE LIMA, J. P. R. Pesquisa Crítica em Contabilidade: um campo de possibilidades. **Revista Mineira De Contabilidade**, v, 24. n, 3, p 4-11. 2023.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, ADRIAN. **Research methods for business students**. Essex: Prentice Hall: Financial Times, 2019.

SAYED, S. **Financial Reporting como instrumento ideológico para fins hegemônicos: evidências do Banco do Brasil (1853-1902)**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SHILLER, R. J. **Economia narrativa**: como histórias se tornam virais e impulsionam grandes eventos econômicos. [São Paulo]: Actual Editora, 2020.

SILVESTRE, H. C.; GOMES, R. C.; MIORIN GOMES, R. The institutional settings for the development of public services through state-owned enterprises in Brazil. **International Journal of Public Administration**, v. 41, n. 1, p. 59-71, 2018.

SINGLETON, T. W.; SINGLETON, A. J. **Fraud auditing and forensic accounting**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2010.

SMYTH, S.; UDDIN, S.; LEE, B. Subject, method and praxis-Conducting critical studies in accounting research. **Critical Perspectives on Accounting**, [S.l.], v. 86, p. 102481, 2022.

STEFES, C. H. Measuring, conceptualizing, and fighting systemic corruption: evidence from post-Soviet countries. **Perspectives on Global Issues**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 1-16, 2007.

STRADIOTTO, T. B. **Controvérsia na implementação das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público no Brasil: uma análise a partir da Teoria Ator-Rede**. 2023. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SUTHERLAND, E. H. **White collar criminality in American Sociological Review**, [S.l.] v. 5, n.1, p. 01-12, fev. 1940.

TEIXEIRA, M. D. O. **A ciência em ação**: seguindo Bruno Latour. 2001. o Bruno Latour. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000200012>. Acesso em: 05 jun. 2025.

TORGA, E. M. M. F *et al.* The effects of car wash operation on the brazilian capital market: The petrobras case. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, p. eRAMF210018, 2021.

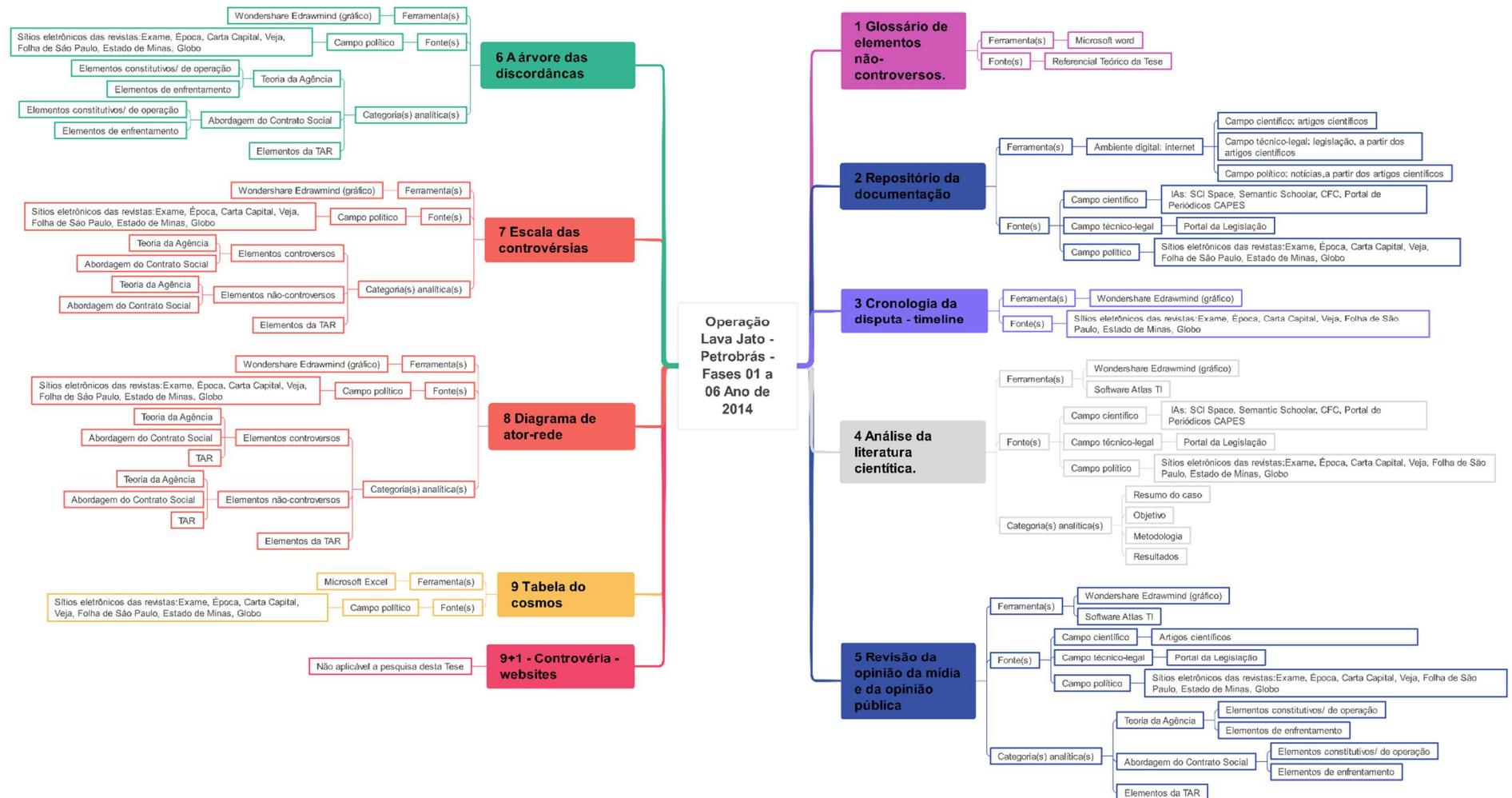
VENTURINI, T. Building on faults: How to represent controversies with digital methods. **Public understanding of science**, California, v. 21, n. 7, p. 796-812, 2012.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public understanding of science**, California, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

WISEMAN, R. M.; Cuevas-Rodríguez, G; GOMEZ-MEJIA, L. R. Towards a social theory of agency. **Journal of management studies**, Amesterdã, v. 49, n. 1, p. 202-222, 2012.

WORLD BANK INDEPENDENT EVALUATION GROUP *et al.* **Social Contracts and World Bank Country Engagements**. World Bank Publications-Books, 2019.

## Apêndice A – Matriz ferramenta x fonte x categorias



### Apêndice B – Notícias – Campo Político

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
N1	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Todas as fases da Lava Jato	<a href="https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html">https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html</a>	17/03/2014	Época
N2	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Fase 01 - Lava Jato	<a href="https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html">https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html</a>	17/03/2014	Época
N3	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Ex-diretor da Petrobras é preso acusado de lavagem de dinheiro	<a href="https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/ex-diretor-da-petrobras-e-preso-acusado-de-lavagem-de-dinheiro.html">https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/ex-diretor-da-petrobras-e-preso-acusado-de-lavagem-de-dinheiro.html</a>	20/03/2014	Época

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
N4	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Fase 02 - Bidone	<a href="https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html">https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html</a>	20/03/2014	Época
N5	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Fase 03 – Dolce Vita	<a href="https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html">https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html</a>	11/04/2014	Época
N6	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	STF manda soltar presos na Operação Lava Jato	<a href="https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2014/05/stf-manda-bisoltar-presos-na-operacao-lava-jato.html">https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2014/05/stf-manda-bisoltar-presos-na-operacao-lava-jato.html</a>	19/05/2014	Época
N7	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO	Fase 04 - Casablanca	<a href="https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html">https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html</a>	11/06/2014	Época

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
	FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.				
N8	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Polícia Federal prende novamente ex-diretor da Petrobras	<a href="https://exame.com/brasil/diretor-da-petrobras-10/">https://exame.com/brasil/diretor-da-petrobras-10/</a>	11/06/2014	Exame
N9	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras decide até 6ª se mantém contrato com EcoGlobal	<a href="https://exame.com/brasil/petrobras-decide-ate-6a-se-mantem-contrato-com-empresa-envolvida-em-investigacao-2/">https://exame.com/brasil/petrobras-decide-ate-6a-se-mantem-contrato-com-empresa-envolvida-em-investigacao-2/</a>	11/06/2014	Exame
N10	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Ex-diretor da Petrobras volta para a PF no Paraná	<a href="https://exame.com/brasil/ex-diretor-da-petrobras-volta-para-a-pf-no-parana/">https://exame.com/brasil/ex-diretor-da-petrobras-volta-para-a-pf-no-parana/</a>	12/06/2014	Exame



Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
N11	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	PF investigará ligação entre compra de Pasadena e Lava Jato	<a href="https://exame.com/brasil/pf-investigara-ligacao-entre-compra-de-pasadena-e-lava-jato/">https://exame.com/brasil/pf-investigara-ligacao-entre-compra-de-pasadena-e-lava-jato/</a>	13/06/2014	Exame
N12	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Fase 05 – Bidone 2	<a href="https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html">https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html</a>	01/07/2014	Época
N13	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	“Nunca vi tanto dinheiro”, diz procurador sobre Lava Jato	<a href="https://exame.com/brasil/pf-investigara-ligacao-entre-compra-de-pasadena-e-lava-jato/">https://exame.com/brasil/pf-investigara-ligacao-entre-compra-de-pasadena-e-lava-jato/</a>	18/07/2014	Exame
N14	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO	Ecoglobal processa Petrobras por rescisão de contrato	<a href="https://exame.com/brasil/ecoglob-al-processa-petrobras-por-rescisao-de-contrato/">https://exame.com/brasil/ecoglob-al-processa-petrobras-por-rescisao-de-contrato/</a>	22/07/2014	Exame

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
	FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.				
N15	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras diz que não foi notificada sobre a Ecoglobal	<a href="https://exame.com/brasil/petrobras-diz-que-nao-foi-notificada-sobre-a-ecoglobal/">https://exame.com/brasil/petrobras-diz-que-nao-foi-notificada-sobre-a-ecoglobal/</a>	22/07/2014	Exame
N16	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Justiça manda intimar Campos para depor na Lava Jato	<a href="https://exame.com/brasil/justica-manda-intimar-campos-para-depor-na-lava-jato/">https://exame.com/brasil/justica-manda-intimar-campos-para-depor-na-lava-jato/</a>	23/07/2014	Exame
N17	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Doleiro da Lava Jato volta à PF e ao banco dos réus	<a href="https://exame.com/brasil/doleiro-da-lava-jato-volta-a-pf-e-ao-banco-dos-reus/">https://exame.com/brasil/doleiro-da-lava-jato-volta-a-pf-e-ao-banco-dos-reus/</a>	28/07/2014	Exame

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
N18	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Investigação sobre lavagem na Petrobras se estende a bancos	<a href="https://exame.com/brasil/lavagem-de-dinheiro-ligada-a-petrobras-se-estende-a-bancos/">https://exame.com/brasil/lavagem-de-dinheiro-ligada-a-petrobras-se-estende-a-bancos/</a>	12/08/2014	Exame
N19	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Polícia liga doleiro a 17 contratos da Petrobras	<a href="https://exame.com/brasil/pf-liga-doleiro-a-17-contratos-da-petrobras/">https://exame.com/brasil/pf-liga-doleiro-a-17-contratos-da-petrobras/</a>	18/08/2014	Exame
N20	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Fase 06 – Bidone 3	<a href="https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html">https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/todas-fases-da-lava-jato.html</a>	22/08/2014	Época
N21	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO	PF faz buscas em empresas ligadas à Petrobras no RJ	<a href="https://exame.com/brasil/pf-faz-buscas-em-empresas-ligadas-a-petrobras-no-rj/">https://exame.com/brasil/pf-faz-buscas-em-empresas-ligadas-a-petrobras-no-rj/</a>	22/08/2014	Exame

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
	FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.				
N22	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	PF cumpre sexta fase da Operação Lava Jato no Rio	<a href="https://exame.com/brasil/pf-cumpre-sexta-fase-da-operacao-lava-jato-no-rio/">https://exame.com/brasil/pf-cumpre-sexta-fase-da-operacao-lava-jato-no-rio/</a>	22/08/2014	Exame
N23	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Ex-diretor da Petrobras decide fazer delação premiada	<a href="https://exame.com/brasil/ex-diretor-da-petrobras-decide-fazer-delacao-premiada/">https://exame.com/brasil/ex-diretor-da-petrobras-decide-fazer-delacao-premiada/</a>	22/08/2014	Exame
N24	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Tudo para entender o caso Petrobras	<a href="https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2014/09/tudo-para-entender-bo-caso-petrobrasb.html">https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2014/09/tudo-para-entender-bo-caso-petrobrasb.html</a>	08/09/2014	Época

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
N25	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	MP prosseguirá com investigações sobre Lava Jato, diz Janot	<a href="https://exame.com/brasil/mp-prosseguira-com-investigacoes-sobre-lava-jato-diz-janot/">https://exame.com/brasil/mp-prosseguira-com-investigacoes-sobre-lava-jato-diz-janot/</a>	08/09/2014	Exame
N26	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Nota diz que PF vai investigar vazamento da Lava Jato	<a href="https://exame.com/brasil/nota-diz-que-pf-vai-investigar-vazamento-da-lava-jato/">https://exame.com/brasil/nota-diz-que-pf-vai-investigar-vazamento-da-lava-jato/</a>	08/09/2014	Exame
N27	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Acusados da Lava Jato tentaram fugir da prisão no PR	<a href="https://exame.com/brasil/acusado-s-da-lava-jato-tentaram-fugir-da-prisao-no-pr/">https://exame.com/brasil/acusado-s-da-lava-jato-tentaram-fugir-da-prisao-no-pr/</a>	09/09/2014	Exame
N28	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO	Ex-diretor da Petrobras faz acordo de delação premiada	<a href="https://www.cartacapital.com.br/politica/ex-diretor-da-petrobras-faz-acordo-de-delacao-premiada-290/">https://www.cartacapital.com.br/politica/ex-diretor-da-petrobras-faz-acordo-de-delacao-premiada-290/</a>	14/09/2014	Carta Capital

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
	FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.				
N29	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras confirma uso de computador no caso Wikipédia	<a href="https://exame.com/brasil/petrobras-confirma-uso-de-computador-no-caso-wikipedia/">https://exame.com/brasil/petrobras-confirma-uso-de-computador-no-caso-wikipedia/</a>	14/09/2014	Exame
N30	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Juiz concede prisão domiciliar a ex-diretor da Petrobras	<a href="https://exame.com/brasil/juiz-concede-prisao-domiciliar-a-ex-diretor-da-petrobras/">https://exame.com/brasil/juiz-concede-prisao-domiciliar-a-ex-diretor-da-petrobras/</a>	30/09/2014	Exame
N31	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Ex-diretor da Petrobras sai da cadeia após delação premiada	<a href="https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/10/ex-diretor-da-petrobras-sai-da-cadeia-apos-bdelacao-premiadab.html">https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/10/ex-diretor-da-petrobras-sai-da-cadeia-apos-bdelacao-premiadab.html</a>	01/10/2014	Época

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
N32	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Costa diz que recebeu US\$ 23 mi de empreiteira, diz jornal	<a href="https://exame.com/brasil/odebrec-ht-deu-us-23-milhoes-a-ex-diretor-da-petrobras-diz/">https://exame.com/brasil/odebrec-ht-deu-us-23-milhoes-a-ex-diretor-da-petrobras-diz/</a>	02/10/2014	Exame
N33	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Laudo da PF revela trajeto de R\$ 38 milhões	<a href="https://exame.com/brasil/laudo-da-pf-revela-trajeto-de-r-38-milhoes/">https://exame.com/brasil/laudo-da-pf-revela-trajeto-de-r-38-milhoes/</a>	03/10/2014	Exame
N34	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras avalia reparação de prejuízos com corrupção	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-avalia-reparacao-de-prejuizos-com-corrupcao/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/negocios/petrobras-avalia-reparacao-de-prejuizos-com-corrupcao/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	17/10/2014	Exame

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
N35	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	CVM abre investigação para apurar denúncias de desvios na Petrobras	<a href="https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/10/cvm-abre-investigacao-para-apurar-bdenuncias-de-desvios-na-petrobrasb.html">https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/10/cvm-abre-investigacao-para-apurar-bdenuncias-de-desvios-na-petrobrasb.html</a>	21/10/2014	Época
N36	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Paulo Roberto Costa maquiou propina no Imposto de Renda	<a href="https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2014/10/paulo-roberto-costa-bmaquiou-propinab-no-imposto-de-renda.html">https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2014/10/paulo-roberto-costa-bmaquiou-propinab-no-imposto-de-renda.html</a>	21/10/2014	Época
N37	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	CVM abre nova investigação contra Petrobras	<a href="https://exame.com/invest/mercados/cvm-abre-nova-investigacao-contra-petrobras/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/invest/mercados/cvm-abre-nova-investigacao-contra-petrobras/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	21/10/2014	Exame
N38	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO	Denúncias de corrupção na Petrobras podem gerar multa	<a href="https://exame.com/negocios/denuncias-de-corrupcao-na-petrobras-podem-gerar-multa/">https://exame.com/negocios/denuncias-de-corrupcao-na-petrobras-podem-gerar-multa/</a>	10/11/2014	Exame



Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
	FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.				
N39	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Caso Petrobras deixa empresas de auditoria receosas	<a href="https://exame.com/negocios/caso-petrobras-deixa-empresas-de-auditoria-receosas/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/negocios/caso-petrobras-deixa-empresas-de-auditoria-receosas/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	11/11/2014	Exame
N40	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Incerteza com política e Lava Jato faz dólar subir a R\$2,62	<a href="https://exame.com/invest/mercados/incerteza-com-politica-e-lava-jato-faz-dolar-subir-a-r-2-62/">https://exame.com/invest/mercados/incerteza-com-politica-e-lava-jato-faz-dolar-subir-a-r-2-62/</a>	14/11/2014	Exame
N41	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras diz que apresentará balanço até dezembro	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-diz-que-apresentara-balanco-ate-dezembro/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/negocios/petrobras-diz-que-apresentara-balanco-ate-dezembro/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	14/11/2014	Exame

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
N42	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras: Produção de petróleo sobe 9% no 3º trimestre	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-obras-producao-de-petroleo-sobe-9-no-3o-trimestre/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/negocios/petrobras-obras-producao-de-petroleo-sobe-9-no-3o-trimestre/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	15/11/2014	Exame
N43	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras divulga informações operacionais positivas	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-divulga-informacoes-operacionais-positivas/">https://exame.com/negocios/petrobras-divulga-informacoes-operacionais-positivas/</a>	15/11/2014	Exame
N44	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Investigação de corrupção na Petrobras muda Brasil para sempre, diz Dilma	<a href="https://www.cartacapital.com.br/politica/investigacao-de-corrupcao-na-petrobras-muda-brasil-para-sempre-diz-dilma-2728/">https://www.cartacapital.com.br/politica/investigacao-de-corrupcao-na-petrobras-muda-brasil-para-sempre-diz-dilma-2728/</a>	16/11/2014	Carta Capital
N45	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO	Após denúncias, presidente da Petrobras cria Diretoria de Governança	<a href="https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-denuncias-presidente-da-petrobras-cria-diretoria-de-governanca-1959/">https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-denuncias-presidente-da-petrobras-cria-diretoria-de-governanca-1959/</a>	17/11/2014	Carta Capital

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
	FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.				
N46	QUOOS, Anderson Rodrigo et al. ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras vai usar provas da PF para fazer ajustes contábeis	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-vai-usar-provas-da-pf-para-fazer-ajustes-contabeis/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/negocios/petrobras-vai-usar-provas-da-pf-para-fazer-ajustes-contabeis/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	17/11/2014	Exame
N47	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras estuda criação de diretoria de <i>compliance</i> , diz CEO	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-estuda-criacao-de-diretoria-de-compliance-diz-ceo/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/negocios/petrobras-estuda-criacao-de-diretoria-de-compliance-diz-ceo/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	17/11/2014	Exame
N48	ARRUDA DE ALMEIDA, Monica; ZAGARIS, Bruce. Political capture in the Petrobras corruption scandal: The sad tale of an oil giant. <b>Fletcher F. World Aff.</b> , v. 39, p. 87, 2015.	Coaf identifica movimentações financeiras atípicas de R\$ 23,7 bi de	<a href="https://oglobo.globo.com/politica/coaf-identifica-movimentacoes-financeiras-atipicas-de-237-bi-de-investigados-na-lava-jato-14599533">https://oglobo.globo.com/politica/coaf-identifica-movimentacoes-financeiras-atipicas-de-237-bi-de-investigados-na-lava-jato-14599533</a>	19/11/2014	Globo

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
		investigados na Lava-Jato			
N49	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Perda da Petrobras pode chegar a R\$ 21 bilhões, diz Morgan Stanley	<a href="https://exame.com/negocios/perda-da-petrobras-pode-chegar-a-r-21-bilhoes-diz-morgan/">https://exame.com/negocios/perda-da-petrobras-pode-chegar-a-r-21-bilhoes-diz-morgan/</a>	19/11/2014	Veja
N50	ARRUDA DE ALMEIDA, Monica; ZAGARIS, Bruce. Political capture in the Petrobras corruption scandal: The sad tale of an oil giant. <b>Fletcher F. World Aff.</b> , v. 39, p. 87, 2015.	Perto de caso Petrobras, mensalão é crime para "pequenas causas", diz Gilmar Mendes	<a href="https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/perto-de-caso-petrobras-mensalao-e-crime-para-pequenas-causas-diz-gilmar-mendes-egfhvhfqh17wpt6onk4r9zi/">https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/perto-de-caso-petrobras-mensalao-e-crime-para-pequenas-causas-diz-gilmar-mendes-egfhvhfqh17wpt6onk4r9zi/</a>	20/11/2014	Folha de São Paulo_Gazeta do Povo
N51	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Lava Jato: acertos e erros	<a href="https://www.cartacapital.com.br/politica/lava-jato-acertos-e-erros-8377/">https://www.cartacapital.com.br/politica/lava-jato-acertos-e-erros-8377/</a>	21/11/2014	Carta Capital

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
N52	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras pode perder janela de captações	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-pode-perder-janela-de-captacoes/?utm_source=copiaeco-la&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/negocios/petrobras-pode-perder-janela-de-captacoes/?utm_source=copiaeco-la&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	21/11/2014	ExamE
N53	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras diz que SEC pediu envio de documentos	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-diz-que-foi-notificada-pela-sec-para-envio-de-documentos/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/negocios/petrobras-diz-que-foi-notificada-pela-sec-para-envio-de-documentos/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	24/11/2014	Exame
N54	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Fundamental para a Lava Jato, delação premiada é alvo de controvérsia	<a href="https://www.cartacapital.com.br/politica/fundamental-para-a-lava-jato-delacao-premiada-e-alvo-de-controversia-no-brasil-5914/">https://www.cartacapital.com.br/politica/fundamental-para-a-lava-jato-delacao-premiada-e-alvo-de-controversia-no-brasil-5914/</a>	01/12/2014	Carta Capital
N55	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO	Petrobras anuncia receita recorde no 3º trimestre	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-anuncia-receita-recorde-no-3o-trimestre/?utm_source=copiaecol">https://exame.com/negocios/petrobras-anuncia-receita-recorde-no-3o-trimestre/?utm_source=copiaecol</a>	12/12/2014	Exame

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
	FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.		a&utm_medium=compartilhamento		
N56	DA SILVA, Rita de Cássia; MEURER, Alison Martins; BARROS, Claudio Marcelo Edwards. Corrupção Petrobras: Efeito Contágio sobre sua Cadeia de Suprimentos. Contabilidade Gestão e Governança, v. 27, n. 3, p. 342-376, 2025.	Manutenção de Foster na Petrobras pode ser insustentável	<a href="https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/12/13/interna_politica,599171/manutencao-de-foster-na-petrobras-pode-ser-insustentavel.shtml#google_vignette">https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/12/13/interna_politica,599171/manutencao-de-foster-na-petrobras-pode-ser-insustentavel.shtml#google_vignette</a>	13/12/2014	Estado de Minas
N57	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras diz ter tomado medidas para aprimorar governança	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-diz-ter-tomado-medidas-para-aprimorar-governanca/?utm_source=copiaicola&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/negocios/petrobras-diz-ter-tomado-medidas-para-aprimorar-governanca/?utm_source=copiaicola&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	12/12/2014	Exame
N58	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras planeja corte em exploração por aperto de caixa	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-planeja-corte-em-exploracao-por-aperto-de-caixa/">https://exame.com/negocios/petrobras-planeja-corte-em-exploracao-por-aperto-de-caixa/</a>	16/12/2014	Exame

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
N59	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras atribui a ex-gerente perda de R\$ 25 milhões	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-atribui-a-ex-gerente-perda-de-r-25-milhoes/">https://exame.com/negocios/petrobras-atribui-a-ex-gerente-perda-de-r-25-milhoes/</a>	24/12/2014	Exame
N60	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras diz não ter sido informada sobre mudanças	<a href="https://exame.com/negocios/petrobras-diz-nao-ter-sido-informada-sobre-mudancas/">https://exame.com/negocios/petrobras-diz-nao-ter-sido-informada-sobre-mudancas/</a>	26/12/2014	Exame
N61	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	Petrobras diz que evita vencimento antecipado de dívidas	<a href="https://exame.com/negocios/cvm-abre-inquerito-por-denuncias-de-corrupcao-na-petrobras/">https://exame.com/negocios/cvm-abre-inquerito-por-denuncias-de-corrupcao-na-petrobras/</a>	29/12/2014	Exame
N62	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO	Lava Jato transforma ações brasileiras nas mais voláteis	<a href="https://exame.com/invest/mercados/lava-jato-transforma-acoes-brasileiras-nas-mais-volateis/">https://exame.com/invest/mercados/lava-jato-transforma-acoes-brasileiras-nas-mais-volateis/</a>	30/12/2014	Exame

Notícia	Referência	Título	Endereço eletrônico	Data da matéria	Fonte
	FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.				
N63	QUOOS, Anderson Rodrigo <i>et al.</i> ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE IMPRESSÕES NAS DIVULGAÇÕES CORPORATIVAS DA PETROBRAS S/A PARA REPARAÇÃO DA IMAGEM E REPUTAÇÃO FRENTE AOS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 10, n. 2, 2022.	CVM abre inquérito por denúncias de corrupção na Petrobras	<a href="https://exame.com/negocios/cvm-abre-inquerito-por-denuncias-de-corrupcao-na-petrobras/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento">https://exame.com/negocios/cvm-abre-inquerito-por-denuncias-de-corrupcao-na-petrobras/?utm_source=copiaecola&amp;utm_medium=compartilhamento</a>	30/12/2014	Exame



### Apêndice C – Livro de Codificação – *Code Book*

#### Teoria da Agência – Elementos Constitutivos/ de Operação

Codificação 1º. Nível	Definição	Codificação 2º. Nível	Definição	Elementos	Exemplos
Teoria da Agência	Teoria econômica desenvolvida por Jensen e Meckling (1976) que trata do contrato que gerencie de forma mais apropriada e com menores custos, a relação entre principal e agente, posto que ambos possuem comportamento racional, são motivados por interesses próprios e têm diferentes níveis de aversão ao risco, além de esse agente possuir informações sobre seus resultados que não estão disponíveis para o principal ou que não lhe são inobserváveis, gerando uma assimetria informacional, sendo a teoria base adotada no Brasil como estratégia para boa governança e para combater à corrupção (BRASIL, 2014, 2018, 2020; Jensen, Meckling, 1976; Klitigaard, al1988; Muramatsu et. al, 2021).	Elementos constitutivos/ de Operação	Aspectos relacionados à concepção sobre a forma que o fenômeno corrupção é constituído e operacionalizado	Economia	<i>"A Polícia Federal apreende documentos na sede da Petrobras no Rio de Janeiro. Ao todo, são executados 16 mandatos de prisão e busca de documentos em São Paulo e no Rio de Janeiro. O objetivo é reunir provas da ligação de Paulo Roberto Costa ao doleiro Alberto Youssef e à empresa Ecoglobal Ambiental, em Macaé. A empresa mantém pelo menos um contrato de R\$ 443 milhões com a Petrobras."</i> (N05)
				Monetarismo	<i>"Contas bloqueadas na Suíça que somam US\$ 23 milhões são atribuídas a Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras. Costa é preso novamente. A Justiça bloqueia US\$ 5 milhões em contas de familiares do Costa. De acordo com a Polícia Federal, Costa teria ajudado empresas de fachada, mantidas pelo doleiro Alberto Youssef, a fechar contratos com a Petrobras, incluindo as obras da Refinaria Abreu e Lima."</i> (N07)
				Separação da estrutura de controle e gestão	<i>"Preso pela Operação Lava Jato em março deste ano, Paulo Roberto citou recentemente o nome de 30 políticos que estariam de alguma forma sendo beneficiados pelo esquema de fraudes e desvios de recursos da estatal, além do recebimento de US\$ 23 milhões de uma empreiteira do exterior para facilitação de contratos com a empresa."</i> (N31)

Codificação 1º. Nível	Definição	Codificação 2º. Nível	Definição	Elementos	Exemplos
				<i>Framework global</i>	<i>"Documentos judiciais citam unidades de bancos como Citigroup, com sede em Nova York, Banco Santander, com sede em Madri, e HSBC Holdings, com sede em Londres, assim como Itaú Unibanco Holding, com sede em São Paulo, e Banco Bradesco, com sede em Osasco, por manterem contas ou executarem operações ligadas à suposta lavagem de R\$ 10 bilhões." (N18)</i>

### Apêndice C – Livro de Codificação – *Code Book*

#### Teoria da Agência – Elementos de Enfrentamento

Codificação 1º. Nível	Definição	Codificação 2º. Nível	Definição	Elementos	Exemplos
Teoria da Agência	Teoria econômica desenvolvida por Jensen e Meckling (1976) que trata do contrato que gerencie de forma mais apropriada e com menores custos, a relação entre principal e agente, posto que ambos possuem comportamento racional, são motivados por interesses próprios e têm diferentes níveis de aversão ao risco, além de esse agente possuir informações sobre seus resultados que não estão disponíveis para o principal ou que não lhe são inobserváveis, gerando uma assimetria informacional, sendo a teoria base adotada no Brasil como estratégia para boa governança e para combater à corrupção (BRASIL, 2014, 2018, 2020; Jensen, Meckling, 1976; Klitigaard, al1988; Muramatsu et. al, 2021).	Elementos de Enfrentamento	Aspectos relacionados à concepção sobre a forma que o fenômeno corrupção é enfrentado	<p>Foco na atuação do agente e Reducionismo (agente)</p> <p>Controle de incentivos do agente</p> <p>Corrupção =&gt;solução</p>	<p><i>"A Polícia Federal prendeu, nesta quinta-feira (20), o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto da Costa. O ex-executivo é suspeito de envolvimento com uma organização criminosa que lavava dinheiro em seis Estados e no Distrito Federal, desarticulada no início desta semana na Operação Lava Jato, e pode ter movimentado mais de R\$ 10 bilhões. Costa também é investigado por irregularidades na compra da refinaria Pasadena, no Texas (EUA), em 2006, pela Petrobras. "</i> (N03)</p> <p><i>Não evidenciado</i></p> <p><i>"A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão do Ministério da Fazenda que regula o mercado financeiro, abriu, na segunda-feira (20), uma investigação - RJ2014/12184 - para apurar as denúncias de corrupção na Petrobras descobertas em meio à Operação Lava Jato da Polícia Federal. A CVM também investigará como a empresa e seus acionistas foram prejudicados com os desvios. Se as irregularidades forem confirmadas, os administradores da Petrobras responsáveis poderão ser multados e até impedidos de atuar em empresas de capital aberto."</i> (N35)</p>

### Apêndice C – Livro de Codificação – *Code Book*

#### Abordagem do Contrato Social – Elementos Constitutivos/ de Operação

Codificação 1º. Nível	Definição	Codificação 2º. Nível	Definição	Elementos	Exemplos
Abordagem do Contrato Social	Abordagem para compreensão do Fenômeno corrupção que apresenta como característica a sua estratégia indireta para manter a corrupção sobre controle, levando em consideração as condições históricas dos países, envolvendo medidas como a melhoria da entrega do serviço, políticas contra exclusão e discriminação e a melhoria da qualidade das instituições (Rothstein, 2021).	Elementos Constitutivos/ de Operação	Aspectos relacionados à concepção sobre a forma que o fenômeno corrupção é constituído e operacionalizado	Ciência Política	Não evidenciado
				Social	<i>"Um dos maiores prejudicados seria o próprio governo federal que é dono de mais de 50% dessas ações e espera fechar as contas com esses dividendos. O BNDES tem outros 10%. "</i> (N49)
				Contrato entre agentes e sociedade/ cidadãos	Não evidenciado
				História e cultura local	<i>"10. Independência do governo - (Francois Lenoir/Reuters) No mês passado, Silvio Sinedino, funcionário da Petrobras há 26 anos e presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), ganhou o direito de ocupar uma cadeira no conselho de administração da estatal. Ao que tudo indica, Sinedino quer deixar claro que os funcionários da companhia não compactuam com a ideia de que as decisões da empresa teriam de estar totalmente alinhadas às decisões do Governo Federal. Hoje o conselho da Petrobras é formado por dez membros, sete indicados pelo governo, um pelos acionistas minoritários de ações minoritárias, um pelos acionistas de ações preferenciais e um pelos empregados."</i> (N34)

### Apêndice C – Livro de Codificação – *Code Book*

#### Abordagem do Contrato Social – Elementos de Enfrentamento

Codificação 1º. Nível	Definição	Codificação 2º. Nível	Definição	Elementos	Exemplos
Abordagem do Contrato Social	Abordagem para compreensão do Fenômeno corrupção que apresenta como característica a sua estratégia indireta para manter a corrupção sobre controle, levando em consideração as condições históricas dos países, envolvendo medidas como a melhoria da entrega do serviço, políticas contra exclusão e discriminação e a melhoria da qualidade das instituições (Rothstein, 2021).	Elementos de Enfrentamento	Aspectos relacionados à concepção sobre a forma que o fenômeno corrupção é enfrentado	<p>Foco em Políticas públicas e Abordagem indireta (políticas)</p> <p>Entrega de serviços públicos</p> <p>Corrupção =&gt;estruturas</p>	<p>...</p> <p><i>“...A Petrobras abriu uma auditoria interna para apurar as denúncias. Segundo Graça, os primeiros resultados da auditoria levaram 30 dias para sair. A Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados aprovou hoje requerimento para que a empresa esclareça tais irregularidades.” (N34)</i></p> <p>Não evidenciado</p> <p><i>"A presidenta da Petrobras, Graça Foster, anunciou nesta segunda-feira 18 a criação da Diretoria de Governança, como parte das medidas para melhorar a gestão da companhia. O órgão é uma das 66 medidas listadas pela estatal, que tem dois ex-diretores entre os investigados pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, por diversos crimes financeiros". (N45)</i></p>

### Apêndice C – Livro de Codificação – *Code Book*

#### Teoria Ator-Rede – Elementos da TAR

Codificação 1º. Nível	Definição	Codificação 2º. Nível	Definição	Elementos	Exemplos
Teoria Ator-Rede	A Teoria Ator-Rede propõe seguir os atores, como forma de entender o social, visto que esse social engloba atores humanos e não humanos (sistema, tecnologias, normativos etc.) que se associam, no contexto da sociologia das associações que identifica e rastreia controvérsias e em movimento que pode ou não estabelecer novas conexões e redesenhar um conjunto bem formado (Castañeda, 2022; Latour, 2012).	Elementos da Teoria Ator-Rede	Aspectos relacionados à Teoria Ator-Rede que foram aplicados a estrutura para analisar o fenômeno corrupção	<p>Atores não-humanos (Dispositivos)</p> <p>Atores não-humanos (Ambiente digital)</p> <p>Controvérsia</p>	<p><i>"Brasília - A Polícia Federal informou, em nota, que abriu investigação para apurar ""suposto vazamento à imprensa de informações protegidas por segredo de Justiça e contidas em depoimentos prestados por Paulo Roberto da Costa no âmbito da Operação Lava Jato." (N26)</i></p> <p><i>"Rio - A Petrobras confirmou, na tarde deste domingo, 14, que o perfil na Wikipédia de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da estatal, foi alterado de um dos computadores da sede da empresa. Na modificação, Costa, preso durante as investigações da Operação Lava Jato, é apresentado como ""cria do governo tucano"" de Fernando Henrique Cardoso. Em nota, a assessoria de Imprensa da Petrobras informou que a Área de Tecnologia da Informação está rastreando os acessos à internet para identificar o computador em que o artigo foi reescrito." (N29)</i></p> <p><i>"A fonte primordial da Operação Lava Jato, que investiga um dos maiores escândalos de corrupção da história recente do País, é polêmica. Por meio de acordos de delação premiada, no qual confessam seus crimes em troca de benefícios, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef têm trazido à tona evidências que podem ajudar a mudar o combate aos chamados crimes de colarinho-branco..." (N54)</i></p>

				Fontes de incerteza	<p><i>"Rio de Janeiro - Empresas de auditoria que atestaram resultados financeiros da Petrobras nos últimos anos acompanham os desdobramentos das investigações da Polícia Federal, na Operação Lava Jato, estão receosas em repetir a história da Arthur Andersen, que faliu em 2002 junto com a distribuidora de energia americana Enron, auditada por ela." (N39)</i></p>
--	--	--	--	---------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## Apêndice D – Memo, a partir das construções no *Software* Atlas TI

TeseV02\_2025-7-01 - ATLAS.ti

Importar & Exportar Ferramentas Ajuda Bate-papo ao vivo

Gerenciador de Memos Memo - Memo 01\_28jun25

Calibri 10 Font Font Size Negrito Itálico Sublinhado Tachado Texto Destaque Parágrafo Inserir Imprimir

1 28 jun 25

2 Este memo registra a atualização da análise qualitativa da tese.

3 As categorias da qualificação foram mantidas para a tese e foi agregada a categoria Elementos da Teoria Ator-Rede

4 A diferença nesta etapa da pesquisa é que foram coletadas notícias da Operação Lava Jato, que envolveu a Petrobrás, nas suas fases 01 a 06.

5 Foram coletadas as notícias com base na literatura científica analisada para as fases 01 a 06 da Operação Lava Jato

6

7 29 jun 25

8 Todas as notícias terem sido coletadas do ambiente web demonstra a influência da teoria ator rede, dose lementosn ão humanos, especialmentea web, contribuidop ara o debate no ambiente coletivo. Isso demonstra

9 • Campo legal mencionados nas notícias

10 Notícia 01 - Legislação

11 Lavagem de dinheiro

12 Corrupção ativa

13 Corrupção passiva

14

15 Notícia 06 -L egislação

16 14, II, da Lei 8.038/1990 e 158 do RISTF e determinou: "(a) a suspensão de todos os inquéritos e ações penais relacionados pela autoridade reclamada, assim como os mandados de prisão neles expedidos, contra o reclamante inclusive, disso resultando sua imediata colocação em liberdade, se por outro motivo não estiverem presos; (b) a remessa imediata de todos os autos correspondentes a esta Suprema Corte" .

17



## Apêndice E – Informação - Relatório da Análise de códigos do *Software* Atlas TI

